



UDESC

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TIAGO CASTAÑO MORAES

**PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EM JOINVILLE:
SOBRE POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO (1998-2020).**

FLORIANÓPOLIS

2020

TIAGO CASTAÑO MORAES

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EM JOINVILLE: SOBRE POLÍTICAS DE
PRESERVAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO (1998-2020).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janice Gonçalves.

FLORIANÓPOLIS
2020

Universidade do Estado de Santa Catarina

Reitor: Dilmar Baretta

Vice-Reitor: Luiz Antonio Ferreira Coelho

Coordenação da Biblioteca Universitária: Luiza da Silva Kleinubing

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Moraes, Tiago Castaño
PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EM JOINVILLE : SOBRE
POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO
(1998-2020) / Tiago Castaño Moraes. -- 2020.
286 p.

Orientadora: Janice Gonçalves
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis,
2020.

1. História do Tempo Presente. 2. Patrimônio Industrial. 3.
Patrimonialização. 4. Musealização. 5. Joinville. I. Gonçalves,
Janice. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro
de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História. III. Título.

Tiago Castaño Moraes

"PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EM JOINVILLE: SOBRE POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO (1998-2020)".

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca julgadora:



Orientadora:

Doutora Janice Gonçalves
Universidade do Estado de Santa Catarina



Membro:

Doutora Daniela Pistorello
Universidade da Região de Joinville



Membro:

Doutora Viviane Trindade Borges
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 15 de dezembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

A extensão deste trabalho foi motivo de cansaço e em alguns momentos de desânimo. A jornada exigiu reclusão e ausências. Agradeço aos amigos e familiares que compreenderam minhas dificuldades e me auxiliaram de diferentes formas, principalmente os mais próximos, meus filhos, minha esposa, minha mãe, meu irmão, e até meu pai, que mesmo longe faz questão de manter contato. Os amigos do trabalho tiveram participação, e muitas vezes forneceram saídas nos meus momentos de dúvida, sugerindo outros caminhos e outras maneiras de explorar as fontes, uma assistência que colaborou para enriquecer a pesquisa. Amigos de outras repartições visitadas durante a pesquisa (como o CPBC, a CPC e o AHJ), tornaram minhas investigações mais afáveis; em meio ao bate-papo e o cafezinho, surgiram boas reflexões e conclusões expressas nesta dissertação. Diferentes experiências e pontos de vista desses agentes públicos, de certa forma conseguiram ser transpostas para a pesquisa. A paciência e a dedicação da professora orientadora merecem destaque; seu olhar indagador, foi como um farol, identificando cada detalhe ainda distante de um estágio final. Sugestões de autores, de reflexões, de substituições, de complementações foram partes do trabalho da professora orientadora, junto com conselhos, advertências e, às vezes, até elogios. Outros professores com os quais tive a oportunidade de cursar disciplinas durante o mestrado na UDESC, também cooperaram com o trabalho, em especial as disciplinas de “Culturas Urbanas” e “Antropologia Urbana” (esta oferecida no curso de mestrado em Antropologia Cultural da UFSC). Pude relembrar ensinamentos de antigos professores da época da graduação na UFSJ, ensinamentos que foram colocados em prática neste trabalho. Por fim, agradeço a sorte de ter tido muitas boas oportunidades, e de ter conseguido manter a serenidade nos momentos de dificuldade. Apesar de não ter religião, agradeço todas as forças invisíveis que me assistem e me amparam.

RESUMO:

A presente dissertação problematiza as políticas de salvaguarda desenvolvidas pelo órgão de preservação municipal de Joinville, no que diz respeito aos bens tombados que se encontram no âmbito do patrimônio industrial. Tem como intuito descobrir a maneira como a construção de discursos e narrativas ligadas ao passado industrial da cidade são articuladas nesses movimentos de patrimonialização. Entre oito bens investigados na cidade, o caso da antiga Cervejaria Antarctica recebe uma atenção especial, pelo fato dela ter sido adquirida pelo poder público e por ter fomentado vários projetos de reuso ao longo de duas décadas. O recorte temporal analisado entre 1998 e 2020, refere-se ao período entre a desativação da Cervejaria e as tentativas de se criar na Cidadela Cultural Antarctica um espaço voltado para a produção cultural. As análises não apenas dizem respeito às propostas de uso do complexo, mas realiza, também, comparações entre outras cervejarias na Europa e no Brasil, identificando formas de intervenção, reuso e musealização. Entender as práticas de requalificação urbana, a partir de um olhar preservacionista do patrimônio industrial, envolveu recorrer aos fundamentos teóricos do campo patrimonial e até da arqueologia industrial. Assim, o apelo memorial do passado é investigado como um fenômeno do tempo presente que se desdobra em movimentos de restauração, musealização e políticas de preservação. E as análises dos processos de tombamento auxiliam na compreensão dessas ações, mostrando as múltiplas dimensões (simbólicas, culturais, sociais, étnicas) e os diferentes agentes envolvidos nessas construções patrimoniais.

Palavras-chave: História do Tempo Presente, Patrimônio Industrial, Patrimonialização, Musealização, Joinville.

Abstract: The present dissertation problematizes the safeguard policies developed by the Joinville municipal preservation agency, with regard to the listed goods of an industrial nature, that is, which are within the scope of industrial heritage. It aims to discover the way in which the construction of discourses and narratives linked to the city's industrial past have been articulated in these heritage movements. Among eight properties investigated in the city, the case of the former Cervejaria Antarctica receives special attention, due to the fact that it was acquired by the government and because it promoted several reuse projects over two decades. The period analyzed between 1998 and 2020, means the space between the deactivation of the brewery and the attempts to create a space in the Citadel Cultural Antarctica aimed at cultural production. The analyzes not only concern the proposals for the use of space, but also make comparisons between other breweries, in Europe and Brazil, identifying forms of intervention, reuse and musealization. Understanding urban requalification practices, from a preservationist perspective of industrial heritage, involved resorting to the theoretical foundations of the heritage field and even industrial archeology. Thus, the memorial appeal of the past is investigated as a phenomenon of the present time, which unfolds in movements of restoration, musealization and preservation policies. And the analysis of the listed processes helps to understand these actions, showing the multiple dimensions (symbolic, cultural, social, ethnic) and the different agents involved in these heritage constructions.

Keywords: History of the Present Time, Industrial Heritage, Patrimonialization, Musealization, Joinville.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPLAJ – Associação dos Artistas Plásticos de Joinville
ACIJ – Associação de Comerciantes e Industriais de Joinville)
AEL – Arquivo Edgard Leuenroth
AHJ – Arquivo Histórico de Joinville
AJOCIRCO – Associação Joinvilense de Circo
AJOTE – Associação Joinvilense de Teatro
AMESB – Associação de Moradores da Estrada do Sul e [estrada] Blumenau
CBA – Conselho Britânico de Arqueologia)
CCA – Cidadela Cultural Antarctica
CECB – Centro de Experiência Cervejeira da Bohemia
COMPHAAN – Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural de Joinville.
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do estado de São Paulo
CONPRESP – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo
CONURB – Companhia de Desenvolvimento Urbano de Joinville
CMPC – Conselho Municipal de Política Cultural
CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural
CPC – Coordenação do Patrimônio Cultural
DETRANS – Departamento de Trânsito de Joinville
DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DPC – Diretoria de Patrimônio Cultural
FCC – Fundação Catarinense de Cultura
FCJ – Fundação Cultural de Joinville
FELEJ – Fundação de Esporte Lazer e Eventos de Joinville
FICCIM – First International Conference on the Conservation of Industrial Monuments (Primeira Conferência para a Conservação de Monumentos Industriais).
FUNDAMAS – Fundação Municipal Albano Schmidt
FUNDEMA – Fundação Municipal do Meio Ambiente
GETH – Grupo de Estudos de História da Técnica

HABS – Historic American Buildings Survey (Levantamento de Edifícios Históricos Americanos)

HAER – Historic American Engineering Record (Registro Histórico Americano de Engenharia)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)

ICOM – International Council of Museums (Conselho Internacional de Museus)

ILHS – Instituto Luiz Henrique Schwanke

IPCJ – Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

IPPUJ – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville

ITTRAN – Instituto de Trânsito e Transporte de Joinville

MAC – Museu de Arte Contemporânea

MAJ – Museu de Arte de Joinville

MASJ – Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville

MASP – Museu de Arte de São Paulo

MCCT – Museus e Centros de Ciência e Tecnologia

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PAC – Présence et Action Culturelle

PIN – Plano de Integração Nacional

PGM – Procuradoria Geral do Município

PMJ – Prefeitura Municipal de Joinville

PMC – Plano Municipal de Cultura

SAMA – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

SEB – Sistema Educacional Brasileiro

SEINFRA – Secretaria de Infraestrutura

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente de Joinville

SEPROT – Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública

SEPUD – Secretaria da Integração e Desenvolvimento Econômico

STCR – Serviço Técnico de Conservação e Restauro

SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil de Joinville

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage
(Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial)

UBP – Unidade de Banco de Projetos

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Fiandeira enrolando o fio no carretel, procedimento conhecido como fiação.	60
Figura 2: Vista lateral de engenho de farinha movido à tração animal, aparecendo na sequência da esquerda para direita o raspador, a cevadeira, o forno, a almanjarra e a canga.	61
Figura 3: Desenho inicial da ponte Hercílio Luz e a nova proposta de David B. Steinman apresentada na segunda edição do seu livro de 1929, <i>A practical treatise on suspension bridges – their design construction and erection</i> .	68
Figura 4: A Usina em 1866, registro do fotógrafo Johann Otto Louis Niemeyer que faz parte do álbum Vistas Fotográficas da Colônia Dona Francisca, pertencente à Coleção Dona Thereza Christina Maria, sob a guarda da Biblioteca Nacional.	80
Figura 5: Estrutura dos Fornos onde era realizada a queima do material calcário marinho.	83
Figura 6: Memorial descritivo, identificação de patologias estruturais do bem, 2005.	83
Figura 7: Registro de uma caieira a céu aberto em Balneário de Barra do Sul, 1944.	84
Figura 8: Configuração da Ponte em 1936, após reforma do carpinteiro Bachtold.	87
Figura 9: Detalhe da estrutura do telhado e guarda corpo da Ponte, abril de 2005.	88
Figura 10: Imagem da Ponte em dezembro de 2015, após as fortes chuvas e enchentes que ocorreram na região.	91
Figura 11: Detalhes do projeto do SEINFRA para substituir a antiga Ponte Alfonso Altrack com o guarda-corpo em madeira e aço corten e a vista parcial do sistema estrutural da ponte, 2017.	93
Figura 12: Imagem aérea da Malharia Arp, veiculada em propaganda na Revista Manchete em 1966.	99
Figura 13: Área interna da Malharia Arp, em matéria da revista Manchete de 1966 sobre as indústrias joinvilenses.	99
Figura 14: Imagem da década de 1930, com destaque para a fachada da empresa, voltada para atual rua Senador Felipe Schmidt, e a posição central da chaminé.	104
Figura 15: Fábrica Lumière, 1966.	110
Figura 16: Detalhe do mapa de 1870 mostrando o traçado da área central da cidade e a região do Porto, onde nas imediações seria criado Moinho, em 1913.	122
Figura 17: Construção do Moinho, entre 1909 e 1913; na foto, a estrutura de metal já permite identificar seus 5 pavimentos.	125
Figura 18: Detalhe do pátio da fábrica com trilhos e atracadouro de embarcações.	126
Figura 19: Detalhe da reportagem sobre novos investimentos da cervejaria no Jornal <i>O Estado</i> de Florianópolis, Outubro de 1925.	130
Figura 20: Folder produzido no final de 2000, com apresentação do idealizado Complexo Cultural, depois batizado de Cidadela Cultural Antarctica.	131
Figura 20: Rótulo com a imagem da cervejaria entre a década de 1920 e de 1930.	135
Figura 21: Propaganda da cervejaria no Jornal <i>A Manhã</i> do Rio de Janeiro em 1942, mostrava a fábrica após ampliações em 1940, com a nova ala central para fermentação.	137
Figura 22: Rótulo de fins da década de 1950, mostrando a fábrica com novas ampliações ocorridas durante aquela década.	137
Figura 23: Plano de ocupação elaborado pelo IPPUJ, 2001.	139
Figura 24: Rótulo da Cerveja Merecida, com apologia ao trabalho em Joinville.	141

Figura 25: Planta do piso térreo da fábrica, mostrando as salas expositivas do futuro museu da cerveja, no projeto de ocupação de 2001, do IPPUJ. Os círculos nas salas indicam as máquinas, naquele momento ainda presentes na fábrica.	145
Figura 26: Planta do 2º Piso com o restante das salas que fariam parte do Museu da Cerveja, com indicação das máquinas.	146
Figura 27: Detalhe da fachada da nova ala principal da fábrica, que abrigou quatro novas tinas para lavagem, cozimento e fermentação de cevada e lúpulo. Projeto de 1939.	150
Figura 28: Matéria veiculada no Jornal <i>A Notícia</i> de 23 de Outubro de 1940, sobre as ampliações da Cervejaria.	152
Figura 29: Planta da Cidadela Cultural Antarctica. Projeto de ocupação de 2001, do IPPUJ	162
Figura 30: Reprodução de encarte do projeto Circuito Cultural do IPPUJ de 2001, onde estão inseridos a Cidadela, o MAJ e o Cemitério dos Imigrantes.	163
Figura 31: Diversos documentos da fábrica espalhados por áreas internas da ala principal da antiga Cervejaria Antarctica.	170
Figura 32: Planos de ocupação realizados em 2006, pela CPC e IPPUJ.	191
Figura 33: Cortejo que foi do centro da cidade à Cidadela, Ocupa Cidadela, 2014.	193
Figura 34: Sala da instalação (antiga ferramentaria), vista por fora (2001).	200
Figura 35: Sala revestida com os livros administrativos da antiga Cervejaria, 2001.	200
Figura 36: Instalação de Jane Bruggmann no piso térreo, utilizando a esteira de engarrafamento da fábrica, 2001.	202
Figura 37: Instalação de Marli Mira no 1º piso, 2001.	204
Figura 38: Frotagens de Luciano da Costa Pereira, “engradados”, 2001.	204
Figura 39: Frotagens de Luciano da Costa Pereira, “Manivela”, 2001.	205
Figura 40: Cafeteria na antiga sala de fermentação (Centro de Convenções Lamot/Mechelen, 2015).	210
Figura 41: Fachada do prédio com novo anexo (Centro de Convenções Lamot/Mechelen, 2005).	211
Figura 42: Interior vazio da edificação (Cervejaria Lamot desativada, 2000).	211
Figura 43: Escada do Laboratório (Cervejaria Lamot desativada, 2000).	213
Figura 44: Área de maturação (Cervejaria Lamot desativada, 2000).	213
Figura 45: Prédio da Cervejaria Wielemans-Ceuppens desativado, fotografia anterior ao ano de 2005.	215
Figura 46: Prédio da Cervejaria Wielemans-Ceuppens após intervenção, inaugurado em 2007.	215
Figura 47: Área interna transformada em cafeteria (Cervejaria Wielemans-Ceuppens, 2020).	216
Figura 48: Central de controles de energia, transformador e indicador graduado de tensões e potências.	217
Casa de Máquinas, Cervejaria Wielemans-Ceuppens, 2013.	217
Figura 49: O compressor criado pela Ingersoll-Rand após fusão das empresas Ingersoll-Sergeant Drill Company e Rand Drill Company em 1905. Casa de Máquinas, Cervejaria Wielemans-Ceuppens, 2013.	217

Figura 50: Prédio da Casa de Máquinas da Cervejaria Wielemans-Ceuppens, local que abriga desde 2006 o BRASS (Centre Culturel de Forest, 2015).	218
Figura 51: Maquete digital do projeto arquitetônico do MAC Schwanke, idealizado pelo arquiteto Reinhard Conrads, 2013.	219
Figura 52: Detalhe da cobertura na Maquete digital do projeto arquitetônico do MAC Schwanke, 2013.	219
Figura 53: Prédio principal da Cervejaria Antarctica de Joinville (2019), detalhe dos telhados e chaminé.	219
Figura 54: Prédio da Cervejaria El Aguila no início do século XX.	221
Figura 55: Sala de Leitura em área interna da cervejaria transformada em biblioteca, s/d.	222
Figura 56: Cervejaria Cia Antarctica de Ribeirão Preto (2000). Em primeiro plano a fachada do escritório, com chaminé e a torre do prédio central atrás.	225
Figura 57: Fachada lateral da Cervejaria Cia Antarctica de Ribeirão Preto (2000), com detalhe do Oratório.	225
Figura 58: Vista do quarteirão com o complexo da antiga Cervejaria Níger, incorporada a Cia Antarctica na década de 1970.	226
Figura 59: Imagem do complexo antes de passar pelo processo de demolições, ocorrido entre 2015 e 2016.	227
Figura 60: Maquete virtual do projeto arquitetônico do novo empreendimento no complexo da cervejaria.	228
Figura 61: Maquete virtual do projeto arquitetônico do novo empreendimento no complexo da cervejaria.	228
Figura 62: Imagens da demolição de parte das edificações do complexo em 2015.	229
Figura 63: Imagens da demolição das edificações que formavam a fachada do complexo em 2015.	229
Figura 64: Desmontagem de galpão da fábrica (2015).	229
Figura 65: Imagem do Google Maps da área do Complexo Antarctica (2019).	230
Figura 66: Fachada principal do prédio.	231
Figura 67: Detalhe da Chaminé de 86 metros.	232
Figura 68: Fachada da cervejaria Bohemia após intervenção em 2010.	234
Figura 71: Painel explicativo dos processos de fabricação da cerveja no Museu da Cerveja de Blumenau.	238
Figura 72: Amostras de cereais.	238
Figura 73: Área central do museu.	239

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Cartas Patrimoniais ligadas ao patrimônio urbano.

44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1: A PRODUÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: CONCEPÇÕES E DEBATES	27
1.1 O PIONEIRISMO DOS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS	27
1.2 TEMPO PRESENTE, PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E MEMÓRIAS INDUSTRIAIS	37
1.3 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NO BRASIL	49
CAPÍTULO 2: NO ROL DA PRESERVAÇÃO: PATRIMÔNIOS INDUSTRIAIS TOMBADOS EM JOINVILLE	72
2.1. ANTIGA USINA DE AÇÚCAR	Erro! Indicador não definido.
2.2. PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA CAIEIRA	84
2.3. PONTE COBERTA ALFONSO ALTRACK	90
2.4. MALHARIA ARP, METALÚRGICA WETZEL, FÁBRICA DE LINGERIES E MALHAS LUMIÈRE	98
2.5. MOINHO JOINVILLE	119
CAPÍTULO 3: PATRIMONIALIZAÇÃO E REUSO: O CASO DA ANTIGA CERVEJARIA ANTARCTICA	126
3.1. O TOMBAMENTO DA ANTIGA CERVEJARIA ANTARCTICA	130
3.2 PERSPECTIVAS DE REUSO: A ANTIGA CERVEJARIA ANTARCTICA	154
3.3 PARADIGMAS DE UMA OCUPAÇÃO	184
CAPÍTULO 4: PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA: ANTIGAS CERVEJARIAS	201
4.1. EXEMPLOS EUROPEUS	203
4.2. TOMBAMENTOS E REUSOS DE CERVEJARIAS NO BRASIL	214
4.3. CERVEJAS, CERVEJARIAS E PROJETOS DE MUSEALIZAÇÃO	226
CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
REFERÊNCIAS	240

APÊNDICE A – Conjuntos Rurais tombados pelo órgão Federal de preservação entre 1938 e 1948, edificações e acervos ligados aos Engenhos.	269
Conjuntos Urbanos tombados entre 1938 e 1948, pelo órgão Federal de preservação.	272
APÊNDICE B – Pontes tombadas pelo Órgão Federal de Preservação entre 1938 e 1978.	273
APÊNDICE C – Seleção de Patrimônios Industriais tombados em Joinville.	274
APÊNDICE D – Conjunto de imagens de bens analisados no capítulo 2 (Usina de Açúcar; Ponte Coberta Alfonso Altrack; Malharia Arp; Wetzel Metalúrgica; Moinho Joinville; Antiga Cervejaria Catharinense/ Antarctica).	276
APÊNDICE E – Imagens do Plano de Ocupação da Cidadela Cultural Antarctica elaborado pelo IPPUJ e CPC, em 2006, retirados do processo de tombamento da Cidadela Cultural Antarctica.	260
APÊNDICE F – Imagens da intervenção em 2019, no prédio da antiga Cervejaria Níger, incorporada pelo grupo Antarctica na década de 1970 em Ribeirão Preto.	262

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1950, a cidade de Joinville é reconhecida como um “polo industrial da região sul”, e atualmente se destaca com uma produção voltada “para os setores metal mecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico” (JOINVILLE, 2017, p. 10). Após a década de 1940, a cidade passou por diferentes fases econômicas, das pequenas oficinas às grandes fundições industriais; sofreu significativo afluxo de população migrante durante as décadas de 1960 e 1970 (uma mão de obra absorvida, em grande parte, pela indústria); e com a aprovação do Plano Diretor de 1973 (Lei nº. 1262/73), foi criado o Distrito Industrial de Joinville, o que representou a mudança de algumas fábricas de áreas centrais da cidade para aquele Distrito (HOENICKE, 2007). Tais circunstâncias demonstram a necessidade de se estabelecer na cidade um debate mais aprofundado sobre a forma como o patrimônio industrial vem sendo tratado, exatamente em um momento em que muitas fábricas antigas estão sendo desocupadas, abandonadas e até mesmo demolidas.

Longe de pretender naturalizar a categoria do patrimônio, com seus aspectos de construção de memórias e atribuições de valores social e culturalmente elaborados, a ideia de aprofundar os debates sobre a preservação do patrimônio industrial em Joinville busca principalmente: identificar o processo de construção desse tipo de patrimônio na cidade e a maneira como o passado industrial é articulado nessa construção; investigar e estabelecer uma relação entre os métodos de salvaguarda desenvolvidos e aplicados em Joinville com outros exemplos bem sucedidos que aliam reusos e preservação; demonstrar a representatividade e a relevância histórica e estética de variados elementos que constituem o patrimônio industrial, para romper com a tendência de valorizar aspectos arquitetônicos em detrimento de outros componentes fabris.

Tratando-se de uma cidade onde o discurso do trabalho, do progresso e da vocação industrial foi alimentado nas primeiras décadas após a fundação da Colônia Dona Francisca criada em 1851, com o estabelecimento de milhares de imigrantes europeus, principalmente germânicos, até a última década do século XIX. O incremento produtivo da pequena Colônia com o surgimento de olarias, engenhos e pequenas fundições, que tempos depois caracterizaria uma dinâmica industrial da cidade, poderia justificar uma maior atenção para os bens considerados patrimônio industrial; afinal, a preservação da memória ligada ao desenvolvimento tecnológico, ao trabalho fabril, aos acervos industriais e suas estruturas

arquitetônicas são os principais componentes de estudos nesse campo específico do patrimônio.

Em vez disso, temos o Museu da Indústria, idealizado nas comemorações de 150 anos de Joinville em 2001, teve uma vida breve na estação ferroviária. De lá para cá houve: a demolição da antiga fábrica de bebidas Mayerle Boonekamp, datada de 1892 e demolida em 2013; a retirada de um ramal ferroviário entre 1999 e 2000, que esteve em funcionamento até meados da década de 1990 e ligava a estação ferroviária ao Moinho Santista (empresa desativada desde 2013 e até o momento desocupada); a descaracterização do interior do prédio da Farmácia Minancora, construído 1929, após uma reforma em 2014; a votação da própria COMPHAAN para o destombamento da ponte coberta Alfonso Altrack, em 2019; a degradação da Cidadela Cultural Antarctica e com ela a memória da Cervejaria, um dos objetos da pesquisa.

Foi este cenário em Joinville que fomentou a ideia de propor um estudo histórico ligado às questões do patrimônio industrial e sua preservação. Inicialmente, o principal objetivo era realizar uma análise pormenorizada do caso da antiga Cervejaria Antarctica, em Joinville, e os debates em torno de sua salvaguarda e degradação. Mas, no decorrer das pesquisas a dissertação tomaria outros rumos e avançaria por outras questões. Foi necessário investigar e situar o momento em que o interesse pela memória do passado industrial e a preservação de elementos fabris ganhou visibilidade, como desdobramento do campo do patrimônio cultural em âmbito internacional. Por isso, durante o capítulo 1 propomos um itinerário pela produção do patrimônio industrial, recorrendo aos primeiros estudos dos teóricos ligados ao campo da arqueologia industrial. Os principais debates ocorridos ainda na década de 1950 na Inglaterra e as concepções dos teóricos deste campo dão passagem, posteriormente, às análises sobre o alargamento das noções de patrimônio cultural entre as décadas de 1970 e 1980. Sob a hipótese de um novo regime de historicidade presentista levantada por François Hartog, os interesses pelos movimentos de patrimonialização e musealização, são analisados como um fenômeno de preocupação cada vez maior com a preservação do passado e da memória.

O panorama nacional, em relação à preservação do patrimônio industrial também é abordado, como forma de perceber de que maneira conceitos ligados à tecnologia e ao passado fabril estavam sendo articulados nas políticas desenvolvidas pelo órgão federal de preservação. Alguns estudos envolvem casos em nível estadual em Santa Catarina, e exemplos pontuais no estado de São Paulo.

De uma exposição mais global, chegamos ao local durante o capítulo 2, que tem como intenção demonstrar como o órgão municipal (Coordenação do Patrimônio Cultural – CPC) realizou suas seleções e como construiu os argumentos em prol da preservação de elementos industriais na cidade. Esse “repertório” de patrimônios culturais (de cunho industrial), é exposto mais pormenorizadamente, atentando-se para os discursos de valor elaborados (geralmente), pelo órgão municipal de preservação.

As investigações sobre os bens industriais tombados mostram que, apesar do rol patrimonial em Joinville apresentar uma diversificada tipologia que transita do rural ao urbano, do arqueológico ao artístico, do histórico ao memorial – incluindo aí alguns exemplares industriais tombados em nível municipal (Cervejaria Antarctica, Fábrica Wetzel Metalúrgica, Moinho Santista, Chaminés e Estação Ferroviária) –, nem sempre a concepção de patrimônio industrial se manifestou como componente de fundamento nos discursos de preservação do órgão municipal. Ou seja, orientações e condutas que estruturam a dimensão específica do patrimônio industrial, preconizadas em documentos fundamentais, como a *Carta de Nizhny Tagil* e *Os Princípios de Dublin*, não são diretamente citadas em alguns processos de tombamento (sobretudo nos primeiros), em deliberações ou atas do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural de Joinville (COMPHAAN). E nem sempre, sugestões ou medidas práticas, presentes nesses documentos específicos, constam como ações tomadas pelo órgão de preservação municipal. Entretanto, outras cartas patrimoniais, como a de Veneza (1964) e a de Burra (1980), aparecem com certa frequência; provavelmente por conterem definições próprias sobre “preservação”, “conservação” e “restauração”, servindo de guia teórico para intervenções em bens culturais.

Sobre ausências de conceitos, não há, por exemplo, referência ao termo “patrimônio industrial” no processo de tombamento da Cervejaria; e no caso da Estação Ferroviária, seu memorial está mais voltado para inseri-la em um contexto econômico da cidade do que pensá-la no plano das atividades ferroviárias, como a memória do trabalho ou de tecnologias de transportes. Foi ao longo da pesquisa que essa lacuna conceitual ligada ao patrimônio industrial, na prática de preservação, foi percebida. Contudo, entre os anos de 2003 (data da abertura do tombamento da Usina de Açúcar)¹ até os últimos documentos (relatórios técnicos e pareceres elaborados pela CPC) datados de 2018 e investigados para a elaboração desta

¹ Entre os diferentes elementos expostos aqui como rol do patrimônio industrial da cidade, a Usina foi a primeira a ser tombada. Uma vez que alguns bens incluídos na esfera do patrimônio industrial não foram identificados dessa maneira em seus processos de tombamento, a seleção e estabelecimento do que é apresentado na dissertação como rol do patrimônio industrial partiu de uma escolha nossa, fundamentada, evidentemente, em bibliografias especializadas.

dissertação, é possível perceber o emprego paulatino e a compreensão de diferentes preceitos associados à preservação do patrimônio industrial.

Optou-se por restringir a abordagem em torno dos tombamentos municipais de bens tipologicamente fabris (com exceção da ponte coberta) e que apresentavam processos finalizados. Dessa maneira os processos de tombamento da Usina Hidrelétrica do Piraí, do antigo prédio dos Telégrafos, da Estação Ferroviária e seu Pátio de manobras, não foram investigados. As análises pormenorizadas recaíram sobre oito bens, sendo sete deles investigados no capítulo 2: a antiga Usina de açúcar; o Parque Natural Municipal da Caieira; a ponte coberta Alfonso Altrack; a Malharia Arp; a Metalúrgica Wetzel; a Fábrica de lingerie e malhas Lumière; e o Moinho Joinville. O tombamento da Cidadela Cultural Antarctica (antiga Cervejaria) é abordado no capítulo 3.

Não sendo um bem especificamente fabril, foi aberta uma exceção para a análise da Ponte Coberta Alfonso Altrak (tombada em 2005), por ela estar passando por um curioso caso de destombamento, além de outras situações ligadas às práticas e teorias do campo da conservação e restauração, uma vez que a restauração da ponte motivou, entre preservacionistas, arquitetos e engenheiros de órgão municipais (CPC e SEINFRA – Secretaria de Infraestrutura), conflitos teóricos envolvendo Cartas e concepções patrimoniais. O Parque Caieiras, inclui sítio arqueológico para construção de ferramentas neolíticas de povos sambaquis e o complexo para a produção de cal, que ainda conserva dois fornos e diferentes edificações ligadas a essa atividade, sendo um importante remanescente da produção caieira na região. E as duas chaminés tombadas das fábricas Lumière e Malharias Arp, que contrapostas aos tombamentos da Fábrica Wetzel e da Cervejaria, evidenciam diferentes leituras sobre as ações preservacionistas; isto porque, no caso das chaminés, apenas elas foram consideradas importantes para tombamento, em detrimento do resto da edificação fabril; no caso da Wetzel e da Cervejaria, quase todas as estruturas de suas fábricas foram tombadas.

Essas diferenças de tratamento entre bens industriais tombados evidenciaram a existência de condutas conflitivas por parte da CPC. Por essa razão, na análise dos tombamentos, além de problematizar o ato de selecionar elementos, presente na prática de salvaguarda da CPC, também se deu importância a como se estabeleciam os níveis de preservação. Importante destacar que apesar da CPC ser o órgão municipal de preservação (atualmente ligada à SECULT), as deliberações para tombamento, são realizadas pelo COMPHAAN, Conselho que envolve agentes públicos e membros da sociedade civil.

As investigações sobre os processos de tombamento tentam responder até que ponto a falta de diretrizes e conceitos próprios voltados para a salvaguarda do patrimônio industrial na cidade pode ter prejudicado a prática do órgão municipal de preservação; seja liberando para demolição importantes edificações fabris que se encontravam na lista de “unidades de interesse”; seja menosprezando maquinário, documentos e ferramentas (importantes testemunhos da prática e da história industrial) em prol da preservação sumariamente arquitetônica. Problematizações sobre as atribuições de valor e as construções de discursos sobre a importância dos bens, presentes nos processos de tombamento, tentam responder à qual (ou quais) passado(s) esses bens estão relacionados, e por que seria importante preservá-los; demonstram a ligação entre a preservação e o fomento de memórias e personagens do passado.

Como um arquivo oficial que ampara o ato administrativo promovido pelo tombamento, o processo de tombamento surge como uma das principais fontes para a pesquisa reunindo documentos e ações referentes ao bem. Sua composição pode ser diferente de um tombamento para outro. Alguns possuem vasto material e contam com mais de mil páginas distribuídas em 6 pastas (caso da cervejaria Antarctica e da Wetzell), enquanto outros processos possuem 10 ou 15 páginas (como o da Usina de Açúcar). Normalmente o processo de tombamento traz informações históricas e arquitetônicas dos bens, que podem variar em sua profundidade de análises, com alguns pareceres mais detalhados e outros menos. Entre os documentos que compõem os processos estão: as Atas de reuniões do Conselho consultivo (COMPHAAN); informações importantes sobre o julgamento de valor para o tombamento de um bem (relatórios e pareceres), que muitas vezes evidenciam lacunas sobre essa intenção e conflitos entre narrativas; laudos técnicos e diagnósticos sobre estados de conservação; autuações do Ministério Público de Santa Catarina (processo de inquérito civil público aberto pelo MPSC sobre a situação precária do bem), como no processo de tombamento da Cidadela Cultural Antarctica; podem constar projetos arquitetônicos de reuso e requalificação urbana (tanto os projetos desenvolvidos pelo poder público, quanto projetos das associações civis); documentos de Cartório (contratos de compra e venda do imóvel, incluindo lista de bens); e correspondências entre órgãos públicos e impugnações. Esta última é uma declaração de contestação promovida pelo proprietário quando este se opõe à abertura do tombamento; geralmente ela conta com apoio de advogados “especialistas”.

É comum a presença desse tipo de documento nos processos, e como afirmado por Janice Gonçalves (2013, p. 1) “o tombamento costuma estar no centro da maior parte dos conflitos gerados entre órgãos de preservação e cidadãos (preponderando, entre esses últimos,

os proprietários de bens tombados)”. Em alguns dos processos de tombamento analisados nos deparamos com impugnações, e suas análises colaboram para uma compreensão do complexo campo patrimonial, com seus diferentes agentes e interesses.

Além de possuir grande quantidade de informação, outra dificuldade em lidar com o tombamento é que nem sempre sua estrutura está organizada de maneira cronológica e a documentação pode se repetir constantemente. Mesmo nos processos encerrados (bens já tombados), quando necessário, a CPC continua alimentando os arquivos do processo com documentos relativos aos bens.

Como o complexo da antiga Cervejaria foi adquirido pelo poder público com intuito de se criar no local um espaço cultural, o capítulo 3 realiza uma análise específica deste caso. O processo de tombamento da Cidadela Cultural Antarctica, os planos públicos de requalificação da área e as propostas de reuso do espaço são investigados a partir de matérias jornalísticas, material publicitário de entidades privadas e públicas e projetos públicos para área, desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville (IPPUJ) e pela CPC.

Nesses últimos 20 anos, o percurso da antiga cervejaria foi da sua desativação às férteis propostas de reutilização do complexo. Em fins do ano 2000 encabeçou-se um movimento para a criação do Complexo Cultural Antarctica (batizado em 2002 de Cidadela Cultural Antarctica). O projeto teve altos e baixos e conseguiu promover em algumas áreas da Cidadela a instalação de grupos culturais e artísticos, entretanto, o mesmo não aconteceu com a ala principal da antiga Cervejaria, que não conseguiu ser transformada em espaço cultural (apesar de algumas tentativas) e nem ter sua materialidade salvaguardada.

A visão cotidiana da fábrica abandonada, enquanto bem público e patrimonial, incapaz de despertar a atenção dos transeuntes desatentos, da classe artística, dos gestores públicos e muito menos de grupos da iniciativa privada, incluindo alguns que obtiveram a concessão de uso do espaço da fábrica por quase uma década, influenciou a necessidade de um estudo sobre as políticas públicas desenvolvidas pelo órgão municipal de preservação, no que diz respeito ao patrimônio industrial.

Questionar a situação da Cidadela Cultural Antarctica (CCA), significou questionar: a negligência do poder público e seus órgãos competentes para fiscalização dos espaços sob concessão particular, como a edificação principal da Cervejaria, cedida ao Instituto Luiz Henrique Schwanke (ILHS) para a criação do Museu de Arte Contemporânea (MAC

Schwanke)²; a própria omissão e silenciamento de diferentes grupos da classe artística (alguns até envolvidos nas propostas de reuso do local) sobre a situação precária da fábrica, agravada pelo desuso com o passar do tempo.

Como o Museu de Arte de Joinville (MAJ) ficou responsável, desde 2004, por dois galpões da CCA para exposições artísticas (os chamados Anexos 1 e 2, fechados em 2019) e, antes disso, realizou entre os anos de 2001 e 2002 no espaço principal da antiga Cervejaria algumas das exposições artísticas e apropriações do espaço; existe no acervo do MAJ registros fotográficos, reportagens e documentos, dessas atividades. A existência desses arquivos no MAJ (disponíveis para consulta pública), com diferentes registros de uso do espaço do interior da fábrica (ala principal) para exposições entre 2001 e 2002, favoreceu a investigação sobre a fábrica e suas possibilidades de usos: culturais, artísticos, espaço museológico e expositivo para instalações ou performances.

A primeira parte do capítulo 3 problematiza a patrimonialização da antiga cervejaria partindo dos questionamentos: que tipo de passado e quais memórias foram invocadas nas justificativas para o tombamento? E, por que a proposta de tombamento não assegurou a preservação de documentos e utensílios (maquinário, ferramentas) pertencentes à fábrica?

Entre as tentativas de responder essas dúvidas o documento seminal para a patrimonialização da Cervejaria, é analisada minuciosamente. A proposta de tombamento da CCA elaborada no parecer técnico nº. 30/2007 revela os critérios que embasaram a abertura do processo e junto com outros documentos são contrapostos às matérias de jornais ao longo dos anos 2000. Apesar das matérias jornalísticas serem fontes superficiais e com interesses distintos, nesse caso, enquadradas ao longo de um espaço temporal (2001-2020) apresentam uma trajetória de ações, como: o conflito entre propostas; as substituições de planos de reuso; e divergências entre grupos e ideias para os usos da CCA. Além disso, fornecem impressões sobre as edificações do complexo sendo possível observar uma vez ou outra, através de imagens, o processo de arruinamento da ala principal da cervejaria.

Uma reflexão que transpassa toda a pesquisa diz respeito à memória que se desejou construir a partir da preservação dos elementos fabris na cidade. Mas no caso da cervejaria, como os ideais de criação de um museu da cerveja foram preteridos pelos ideais de criação do MAC Schwanke, em uma espécie de apagamento do passado da fábrica; propõe-se descobrir não só os argumentos e os critérios de valor atribuídos à fábrica ao longo do processo, mas

² O Instituto Luiz Henrique Schwanke foi criado em 2003 encabeçado por Regina Schwanke, irmã e detentora das obras do artista joinvilense Luiz Henrique Schwanke (1951-1992). Já a ideia de construção de um Museu de Arte Contemporânea em homenagem ao artista era cogitada desde 2001.

também aqueles argumentos e valores que não encontraram ressonância neste movimento de patrimonialização, muitas vezes forçados ao esquecimento.

Em um segundo momento do capítulo são abordadas, justamente, as questões relacionadas às perspectivas de reuso dos ambientes fabris, seus meios de requalificação, salvaguarda e musealização. Investiga-se os projetos voltados para ocupação através de manifestações artísticas e culturais, como a criação do projeto Cidadela e da instalação do MAC na ala principal da antiga Cervejaria. A permissão de uso da ala principal da Fábrica ao ILHS, para criação do MAC, foi outorgada por Lei Municipal nº. 5.476 de 5 de maio de 2006.

Como a proposta do MAC Schwanke, aos poucos, assumiu predileção para o reuso da edificação principal da fábrica, parte das observações expostas na dissertação dialogam com as adversidades enfrentadas para instalação deste museu na área fabril da Cervejaria. Com o intuito de examinar os motivos que inviabilizaram os planos de reuso da fábrica, realizou-se um levantamento das propostas de uso das áreas do complexo fabril entre 2001 e 2019; foi possível identificar uma pluralidade de funções destinadas à sua ocupação: de local de exposições de arte a depósito de microfilmes da antiga Companhia de Desenvolvimento Urbano de Joinville – CONURB, (atual Departamento de Trânsito de Joinville – DETRANS).

Alguns documentos indicam que tensões e conflitos entre interesse (públicos e privados) podem ter dificultado a continuidade do projeto Cidadela Cultural Antarctica e a instalação do Museu de Arte Contemporânea na área da fábrica, bem como o próprio tombamento da edificação. As investigações sobre reusos e reabilitações levaram tanto aos planos descartados e preteridos (caso do Museu da Cerveja e do Museu da Indústria), quanto aos planos extraoficiais (como os movimentos de ocupação coletiva ocorridos entre 2014 e 2016).

Os desdobramentos da reutilização das áreas fabris e dos planos de requalificação urbana são tratados ao longo do capítulo. Assim, na medida em que se investigam as políticas de requalificação urbana nas quais a fábrica e seu entorno estiveram inseridos, durante a concepção da Cidadela Cultural Antarctica e do Parque das Águas (praça construída em área próxima da fábrica), diálogos são traçados entre o patrimônio industrial, políticas culturais e teorias urbanísticas, como o uso dos espaços públicos e o papel da comunidade para fomentá-lo.

Por vezes, foi fundamental recorrer a contextualizações históricas para uma melhor compreensão do processo de industrialização de Joinville, suas transformações urbanas e o levantamento de dados sobre os bens investigados. Para isso, a pesquisa investigou livros, dissertações, teses e diversos jornais (não só de Joinville e Santa Catarina, mas de outras

idades e estados), através das hemerotecas digitais e do Arquivo Municipal de Joinville. As principais plataformas digitais acessadas foram a Hemeroteca Digital Catarinense e a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O recorte temporal escolhido para a pesquisa se deu, inicialmente, em função do “projeto Cidadela”, mas se mostrou pertinente por outro motivo. Uma vez que o período compreende um momento do final da década de 1990 até às duas décadas do século XXI, ele permitiu observar nos processos de tombamento, relatórios e pareceres (entre 2003 e 2018), uma evolução na atuação e no uso dos conceitos ligados ao patrimônio industrial, pela CPC. Portanto o ano de 1998, com o encerramento das atividades da antiga Cervejaria, marca o início deste recorte temporal, que se estende até 2020. Abrange os espaços de tempo em que as propostas de reuso da edificação foram almejadas por diferentes planos e grupos; incluindo-se, neste recorte, usos efetivos de galpões e outros espaços da fábrica. Entre o final de 2019 e início de 2020 a desocupação de outras alas da fábrica utilizadas (em alguns casos desde 2001), por órgãos municipais, como o MAJ, o Departamento de Trânsito e a Secretaria de Proteção Civil, ampliou as áreas vazias da fábrica, deixando uma dúvida sobre o futuro desses espaços e sua manutenção.

A desocupação quase integral dos espaços despertou, principalmente na comunidade artística da cidade, novas insatisfações e cobranças ao poder público de um posicionamento em relação à revitalização e aos usos culturais da fábrica. Por isso, o ano de 2020 foi escolhido como “limite temporal” da pesquisa, pois ele marcou o esvaziamento dos espaços da fábrica, incluindo os que ainda eram ocupados. Mas, segundo o Diretor executivo da SECULT, Evandro Censi, existem projetos “caminhando, como a colocação de gradil, melhoria de iluminação, contratação do projeto de restauro de todo o espaço” (NSC, 04 fev. 2020). Abrem-se agora novas incertezas sobre o futuro da fábrica.

O capítulo 4 tenta estabelecer um diálogo entre o caso da Cidadela Cultural Antarctica em Joinville com outros casos no Brasil e na Europa, através da investigação de exemplos de requalificação urbana que envolveram antigas cervejarias. Os novos empreendimentos, as propostas de requalificação e reusos de elementos industriais obsoletos em áreas urbanas são pensados no âmbito dos conflitos preservacionistas, das buscas por melhorias do espaço público e dos interesses econômicos.

Em alguns casos os processos de tombamento em outras cidades, também foram analisados (os dois complexos da Cervejaria Antarctica em Ribeirão Preto), o que serviu para enriquecer as análises e apresentar informações sobre as práticas preservacionistas realizadas por outros órgãos: municipal (CONPPAC) e estadual (CONDEPHAAT). As conclusões sobre

essas práticas quando comparadas com as práticas desenvolvidas pela CPC em Joinville, demonstram algumas convergências no que diz respeito às propostas de diferentes níveis de preservação para os complexos, mas demonstraram posturas diferentes no que diz respeito às exigências de criação de registros sobre os espaços da fábrica.

As perspectivas de reuso do patrimônio industrial como medidas práticas de preservação do patrimônio, são articuladas com alguns teóricos do campo da Conservação e Restauração (Beatriz Kuhl, Manoela Rufinoni, Cristina Meneguello, Deolinda Folgado, Pilar Ibañez, Inmaculada Aguilar). Com isso, pretendemos demonstrar possibilidades de intervenções em áreas fabris que conciliam preservação e novos usos do espaço. Antigas cervejarias que tornaram-se bibliotecas, espaços culturais, museu de arte contemporânea, shopping centers, trabalhos de restauração de maquinário e criação de cartilhas educativas sobre processos industriais do início do século XX (produtivos e tecnológicos), são alguns exemplos de intervenções abordadas. Por outro lado, há também, prédios arruinados, sem nenhum uso, com maquinário perdido e demolições sumárias.

As políticas de preservação e seus diferentes meandros se mostram envolvidas tanto com o processo de construção narrativa sobre o passado e a seleção de fatos memoráveis, como também, com possíveis apagamentos que interagem num campo de disputas materiais e simbólicas. Conceitos, como o de “lugares de memória” criado por Pierre Nora (1993), ou o de “discursos de memória” problematizado por Andreas Huyssen (2000, p. 10), auxiliam na difícil tarefa de desnaturalizar o papel, cada vez mais importante, da memória nas sociedades contemporâneas e sua relação com narrativas sobre o passado ou, neste caso, com processos de patrimonialização de determinados objetos.

No âmbito da História do Tempo Presente, a crescente preocupação com demandas sociais relacionadas ao passado recente envolvendo questões políticas e jurídicas como a abertura de arquivos públicos e as políticas de memória, fez com que a gestão sobre o passado fosse colocada em posição central na prática historiográfica. Envolvidos em um contexto histórico marcado por uma nova percepção temporal, atualmente os problemas da produção histórica do conhecimento passam pela crescente valorização das memórias, do testemunho, da preservação de objetos passados e dos movimentos de patrimonialização (ROUSSO, 2007, p. 282-284). É no domínio dessas disputas, entre formas de perceber o passado, que se inserem os debates e estudos sobre movimentos de patrimonialização, caracterizados frequentemente pelas práticas de selecionar, acionar e apagar memórias.

CAPÍTULO 1: A PRODUÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: CONCEPÇÕES E DEBATES

O interesse pela memória industrial e pelos elementos fabris é impulsionado na Inglaterra após a década de 1950, tanto pela destruição causada pela Segunda Guerra Mundial quanto pela influência de diferentes correntes sociológicas, antropológicas e, sobretudo, por correntes historiográficas³ que expandiram seus temas de pesquisa para áreas científicas, econômicas e sociais, abrangendo a dinâmica de classes, movimentos trabalhistas e as constantes transformações técnicas, frutos da mecanização. Outras duas situações, também colaboraram para a valorização dos vestígios da industrialização em outros países europeus: o esvaziamento de muitos complexos fabris, acentuado durante a década de 1970 pelo fenômeno de desindustrialização; e as rápidas transformações urbanas, expressas por obras públicas (alterações de ruas, aberturas de avenidas, revitalizações) ou por investimentos privados (criação de áreas para novos empreendimentos nas cidades, edifícios, loteamentos).

Uma vez ultrapassados ou em desuso, muitos exemplares característicos da arquitetura industrial inglesa foram demolidos em função da dinâmica urbana e suas diferentes demandas sobre a ocupação espacial das cidades que se caracterizaram como centros industriais. Essas demolições, ocorridas a partir da década de 1960, despertaram maior interesse pelo estudo e preservação de patrimônios industriais. Em um movimento mais amplo, as noções de patrimônio urbano e, posteriormente, de patrimônio industrial, seriam melhor estruturadas nas Cartas patrimoniais. Assim, tanto a Estação Euston, quanto o Coal Exchange (ambas em Londres) foram exemplos de edificações demolidas que fomentaram uma nostalgia da memória industrial e ao mesmo tempo enunciaram os principais problemas que esse tipo de patrimônio enfrentaria para sua conservação: “obsolescência funcional”, “crescimento das cidades” e “pressão especulativa imobiliária” (KÜHL, 2009, p. 37, 38).

Um cenário internacional de alargamento do conceito de patrimônio, do processo de globalização cultural e econômica, de uma maior importância dada às memórias das pessoas, das cidades, e em geral, de um tempo passado, atingiu também o Brasil. O país viu a sua política de preservação patrimonial em âmbito federal assumir diferentes posições a partir de fins da década de 1970, e seguindo um curso global, manifestou interesse por seu passado industrial.

³ A Nova História e a Nova História Cultural se aproximaram de preceitos da antropologia, voltando-se para análises de dimensões simbólicas e práticas cotidianas de diferentes camadas da sociedade.

1.1 O PIONEIRISMO DOS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS

“Quando a arquitetura do mundo atual for avaliada,
as torres de resfriamento serão consideradas um dos
itens mais bonitos que esta geração produziu”
(RIX, 1967, p. 18)

O surgimento do campo do patrimônio industrial acompanhou o alargamento do conceito de patrimônio quando este ultrapassou, na Europa, a concepção tradicional de “monumento histórico” que até a década de 1960 procedia “do arqueológico, do histórico, da arquitetura erudita” e abarcava, principalmente, obras da Antiguidade, castelos e edifícios religiosos da Idade Média. O desenvolvimento da noção de “arquitetura *menor*” incluiu diferentes formas de edificações e técnicas construtivas “eruditas e populares, urbanas e rurais, [...] santuários e utilitários [...]”; e foi nesta expansão que a “arquitetura *industrial*” assumiu, inicialmente na Inglaterra, um *status* patrimonial, representada por “usinas”, “estações”, “altos-fornos” (CHOAY, 2001, p. 12, 13)⁴.

Mesmo com mais de 50 anos de formação do campo, a historiadora portuguesa Deolinda Folgado (2010, p. 14), em seus estudos sobre a emergência da industrialização em Portugal e a evolução da arquitetura industrial, alertou para a necessidade de “fomentar uma consciência para a salvaguarda deste patrimônio”. Núcleos de formação, “encontros científicos”, “exposições” ou a “execução de trabalhos de natureza mais prática” apresentam-se, como medidas fundamentais para um levantamento inicial de tipologias, informações ou subsídios para projetos museográficos. Para a autora, tanto o campo do patrimônio industrial quanto o da arqueologia industrial aparecem como complementos aos estudos de arquitetura, da história e do urbanismo. Destacando o conhecimento da “materialidade associada à indústria” e a “evolução do saber” com o desenvolvimento de tecnologias relativas à produção industrial (das manufaturas ao uso da energia a vapor e elétrica), o patrimônio industrial fornece ferramentas à “história tecnológica, econômica ou social” (FOLGADO, 2010, p. 13). As considerações de Deolinda Folgado permitem abordar uma primeira questão fundamental: as aproximações e distanciamentos entre patrimônio industrial e arqueologia industrial.

Embora a categoria do patrimônio intangível possa ser aplicada ao patrimônio industrial – através de memórias coletivas ou individuais, conhecimentos e saberes

⁴ É importante ressaltar que no Brasil o termo “patrimônio” é adotado na década de 1930. E em alguns países o termo “monumento” nunca deixou de ser adotado. No Chile, por exemplo, o principal órgão de preservação é o Consejo de Monumentos Nacionales.

relacionados a atividades ou funções de caráter industrial –, a capacidade de acessar os vestígios e desenvolver conhecimentos a partir da cultura material da era industrial motivou estudos, inicialmente, abarcados na chamada arqueologia industrial, justamente num momento em que muitos exemplares industriais vinham sendo destruídos. Até a década de 1950, o termo *arqueologia industrial* relacionava-se propriamente à "identificação, preservação e conservação" de estruturas industriais, "artefatos e lugares que poderiam identificar o passado econômico e as atividades sociais a ele relacionadas" (SILVA, 2017, p. 13).

A obra *Industrial Archaeology: Principles and practice* (1998), dos arqueólogos industriais Marilyn Palmer e Peter Neaverson, que procurou definir estruturas metodológicas para a arqueologia industrial destaca em seu prefácio que as demandas iniciais se restringiram em análises funcionais de estruturas, descrição de maquinário, de locais e técnicas industriais, deixando de lado uma abordagem dos contornos sociais e culturais; contornos posteriormente pleiteados pela disciplina. Deste modo, o início da arqueologia industrial, na Inglaterra, remete aos fins da década de 1950 e foi caracterizado por trabalhos mais descritivos e pouco analíticos que, além de se mostrarem restritos ao âmbito local, significaram dificuldades para a consolidação do campo como uma disciplina independente. Após a CBA (Conselho Britânico de Arqueologia) em 1959 estabelecer um Comitê de Pesquisa em Arqueologia Industrial, esses primeiros trabalhos produziram inventários de moinhos d'água, faróis, usinas a vapor e estações de abastecimento de água (PALMER; NEAVERSON, 1998, p. 2, 3). A busca por uma metodologia que ultrapassasse essas dificuldades marcou seu desenvolvimento ao longo das décadas de 1960 e 1990. E mesmo que Palmer mencione o amadurecimento que significou para arqueologia industrial seu interesse pela perspectiva sócio-cultural, a autora mostra que "a essência da arqueologia industrial é a análise das evidências de campo"; os vestígios industriais representados por "paisagens, edifícios, sítios arqueológicos ou artefatos" (PALMER; NEAVERSON, 1998, p. 15, 141).

Ainda que o termo "arqueologia da indústria" já tivesse sido mencionado no ano de 1896 pelo historiador português Francisco Viterbo, em seus estudos sobre moinhos, é a partir do artigo de Michael Rix, publicado na revista *The Amateur Historian*, em 1955, que a expressão "arqueologia industrial" ganharia maior evidência. O autor manifestava naquele momento a necessidade de preservação dos vestígios industriais na Grã-Bretanha, antes que esses vestígios desaparecessem. Em livro lançado em 1967, Rix realizou um balanço dos estudos (desde 1955) e reforçou a importância dos trabalhos de registro dos monumentos industriais, principalmente os que se encontravam em situações de risco. E fez questão de

demonstrar que as complexas relações entre a produção automatizada e a sociedade industrial poderiam estar presentes na produção do conhecimento arqueológico industrial:

Há muito mais na Arqueologia Industrial do que apenas a história de engrenagens e tecnologia. Há estudos sobre habitações industriais [...]. Há a avaliação do padrão das comunidades industriais tradicionais com suas casas públicas, capelas, esportes, loteamentos e assim por diante. O estudo dos monumentos e máquinas da revolução agrária, [...] progressivamente industrializada desde [...] 1701. Há o estudo da literatura, do dialeto e do folclore, que são tão importantes para coletar em uma sociedade urbana quanto em uma rural (RIX, 1967, p. 17, 18).

Entre as referências dos estudos mencionados por Rix estavam os trabalhos desenvolvidos na década de 1960 pelo *Museu do canal* em Stoke Bruerne, sobre a pintura folclórica de embarcações naquela região e pelo *Museu da vida rural inglesa*, que abordava os modos de vida e de produção do homem do campo, expondo diferentes motores e máquinas de tração (RIX, 1967, p. 7, 8).

Outro importante pesquisador e um dos fundadores da Arqueologia Industrial, como área de conhecimento, com bases metodológicas específicas foi Kenneth Hudson, que em 1963 lançou o livro *Industrial Archaeology: an Introduction*. O livro mostrava de que maneira a metodologia arqueológica poderia ser usada na investigação dos vestígios industriais, como forma de compreender os processos industriais e as transformações tecnológicas promovidas pela mecanização no modo de produção capitalista. Mas é no *prefácio* da sua 3ª edição, lançada em 1976, que Hudson destacou uma mudança na concepção da disciplina; se inicialmente a intenção era “chamar a atenção para os vestígios de nosso passado industrial e ajudar a criar uma opinião pública suficientemente bem informada” sobre a causa preservacionista, o objetivo mudaria “na medida em que entendemos que nunca devemos deixar de enfatizar que os trabalhadores são tão importantes quanto às máquinas e os edifícios” (HUDSON, 1976, p. 9, 10).

Como já indicado por Rix, a mudança significou estender os objetivos dos estudos para o contexto social, como a formação histórica de um território, a organização do trabalho, suas associações sindicais. Demonstrou dessa maneira, não só como diferentes concepções se envolveram na formação deste campo do conhecimento durante a década de 1960 e 70, mas também como movimentos de contestação da década de 1960 interferiram na produção intelectual das Ciências Humanas, principalmente nos estudos históricos e arqueológicos.

Na historiografia, a reavaliação das narrativas históricas ganharia força com o movimento epistemológico conhecido como virada linguística, que interferiu na forma como a história era escrita e como o passado era pensado, ao enfatizar que as “formas simbólicas”

eram capazes de expressar uma determinada “realidade”, uma vez que a realidade é condicionada pela linguagem. Esse pressuposto não só alterou a ideia de cultura, reforçando seu sentido como “um conjunto de significados partilhados e construídos” por uma sociedade, como também ampliou as perspectivas do campo histórico, que se aproximou da antropologia, considerando novas fontes, questionamentos e temas. A Nova História e a História Cultural apareceram como uma repercussão historiográfica deste movimento (PESAVENTO, 2008, p. 8, 10, 15). Entrementes, no campo arqueológico, os efeitos dessas transformações epistemológicas levaram a uma reafirmação do interesse em alcançar “profundo conhecimento da história social, econômica, artística, cultural”, dirigindo-se para “novas áreas de investigação”, entre elas a “arqueologia industrial” (RIPOLL, 1988, p. 425).

“Cada golpe do martelo, cinzel ou lima, é contado como um passo efetivo em direção ao resultado pretendido”; assim, trabalhadores e artesãos envolvidos no processo de fabricação possuem seus conhecimentos, suas técnicas, seja na confecção de produtos, seja no manuseio de determinadas ferramentas (COSSONS, 1975, p. 21). Como detentores de um saber, as habilidades utilizadas no trabalho cotidiano se mostraram importantes fontes de informação em investigações sobre o contexto social, o valor humano e sua relação com os mundos do trabalho industrial. Esses estudos trouxeram à tona a dimensão intangível de experiências subjetivas individuais e coletivas, através da compreensão das técnicas de produção e a arte de determinadas profissões representadas pelo “saber fazer”. Analisado desta maneira, o sentido “antropológico” do “saber fazer” ampliou o conhecimento “histórico-científico” ligado aos estudos das práticas e vestígios materiais relacionados às atividades industriais, que avançou para além dos edifícios fabris, estilos arquitetônicos, maquinários e ferramentas (MENDES, 1991, p. 116-118).

Mas, ainda na década de 1990, mais do que a descrição dos vestígios materiais, seria possível, através de interpretações históricas, investigar “aspectos sociais dos processos de industrialização”. Embora esses preceitos já tivessem sido defendidos por Michel Rix (1967) e Kenneth Hudson (1963), a maioria dos estudos relacionados à Arqueologia Industrial não apresentou essa preocupação (SANCHIZ, 2017, p. 189). E pelo menos no campo britânico da arqueologia industrial, o grande desafio era alcançar um equilíbrio entre as tentativas de preservação do passado industrial (marcadas por práticas de pesquisa com análises isoladas e “ênfase exagerada sobre monumentos”) e as pesquisas (geralmente negligenciadas), que ampliassem as abordagens sobre o cotidiano dos trabalhadores, podendo assim “contribuir para debates históricos mais amplos, sobre as origens e os efeitos da industrialização” (PALMER; NEAVERSON, 1998, p. 3).

Justamente, por essa razão, a historiadora e arqueóloga Beatriz Thiesen prefere o uso do termo “arqueologia da industrialização” para se referir à prática arqueológica voltada ao entendimento das transformações econômicas e sociais causadas estritamente pela expansão industrial; a partir, portanto, da segunda metade do século XVIII e, sobretudo, do XIX. Por trás dos vestígios materiais seria possível identificar toda uma rede simbólica que atravessa as relações sociais, como por exemplo, tensões entre grupos e “estratégias de sobrevivência, de dominação ou resistência; relações de trabalho, de gênero ou étnicas [...]” (THIESEN, 2006, p. 2-4).

Em relação ao termo “arqueologia da industrialização” utilizado por Thiesen, o arqueólogo Juan Sanchiz (2017, p. 189), considera seu uso um “amadurecimento teórico” deste campo do conhecimento, em contraposição ao “forte enfoque tecnocêntrico” que marcou o surgimento da disciplina. Sanchiz identifica uma problemática na expressão *Arqueologia Industrial*, no que diz respeito à demarcação de seu “quadro temporal e temático de atuação” e que reflete uma oposição entre duas concepções.

Essa problemática caracteriza a formação e desenvolvimento desta área de estudo, por isso é necessário deixar claro que a dissertação, longe de pretender se aprofundar nas questões teóricas desse debate preferiu mostrar as principais características de suas visões conflitivas e mais à frente mostra como a articulação do conceito de patrimônio industrial se comportou no Brasil, também como um desdobramento da arqueologia industrial.

Mas, afinal, o que esses estudos estavam compreendendo por “indústria” e “industrialização”?

Para alguns estudiosos, como Angus Buchanan (1976) e Arthur Raistrick (1973), a atividade industrial pode ser entendida como a prática humana de se fabricar ferramentas e utensílios, retrocedendo, assim, há milhares de anos; “deste modo, a disciplina [arqueologia industrial] se define como o estudo do mundo da produção a partir de seus rastros físicos, desde a indústria lítica pré-histórica até a moderna fabricação de smartphones” (SANCHIZ, 2017, p. 191, 192). O uso, por alguns estudiosos, de uma concepção de indústria que abrangia diferentes práticas de produção humana e uma definição mais ampla do recorte temporal, considerando distintos períodos históricos, apresentava uma intenção de restringir a relevância dada à Revolução Industrial (KÜHL, 1998, p. 223).

É importante distinguir entre a ideia de atividade industrial (como apresentada acima) e os processos industriais pós-Revolução Industrial, uma vez que o entendimento sobre a indústria contemporânea abrange as largas transformações sofridas pelas sociedades ocidentais desde o século XVIII: das atividades econômicas representadas pela produção em

larga escala, mediada por máquinas e realizada em um locus principal – a fábrica –, às relações sociais e culturais. Por isso, Buchanan faz uma ressalva sobre essa ambiguidade temporal ligada às concepções de indústria, e salienta o papel da arqueologia industrial como:

[...] um campo de estudo relacionado com a pesquisa, levantamento, registro e, em alguns casos, com a preservação de monumentos industriais. [...] Para os fins desta definição, um ‘monumento industrial’ é qualquer relíquia de uma fase obsoleta de uma indústria ou sistema de transporte, abarcando desde uma pedreira de sílex neolítica até uma aeronave ou computador que se tornaram obsoletos há pouco. Na prática, porém, é útil restringir a atenção a monumentos dos últimos duzentos anos, aproximadamente [...] (BUCHANAN, 1972, p. 20, 21).

Embora Buchanan tenha demonstrado uma perspectiva da indústria tomada em sentido amplo, como ação produtiva⁵; nos estudos da arqueologia industrial (situados como uma especialização do campo arqueológico), o autor privilegia as sociedades industriais contemporâneas, surgidas das transformações sócio-econômicas do século XVIII. Entrementes, a atividade industrial humana de períodos anteriores (caracterizada pela fabricação de ferramentas e utensílios) estaria contemplada pela tradicional Arqueologia (“pré-histórica”, “clássica” e “medieval”) (FORNER MUÑOZ, 1989, p. 22).

Apesar de haver grande empenho, durante a década de 1970, para a criação da arqueologia industrial como uma disciplina acadêmica autônoma, isso não se realizou. E em contrapartida à consolidação do campo patrimonial ligado ao passado industrial, a arqueologia industrial careceu de uma metodologia e uma teoria que fosse aprovada por estudiosos do campo arqueológico.

Raistrick (1972, p. 8) admitia, que a arqueologia industrial poderia solicitar a “assistência de um grande número de áreas já bem estabelecidas”. Nesse sentido, a presente dissertação compartilha da mesma visão de Raistrick, no que diz respeito à prática multidisciplinar da arqueologia industrial; visão que acabou sendo endossada pela Carta de Nizhny Tagil (2003)⁶:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refino, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como

⁵ O sentido está mais próximo da etimologia da palavra; no Latim *Industria* quer dizer “diligência, operosidade”, formada pela junção das palavras *Indu*, “em, dentro” e *Struere*, “construir, empilhar”.

⁶ Assinada por delegados da Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH) na cidade Russa de Nizhny Tagil, esta Carta ratifica diretrizes para a preservação do patrimônio industrial, sendo amparada pelo ICOMOS e aprovada pela UNESCO.

os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, os assentamentos humanos e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação e pesquisa mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial. (TICCIH, 2003, p. 2)

A ideia de um passado industrial como parte significativa do patrimônio cultural de uma determinada região ou país, ganhou cada vez mais espaço; durante a década de 1970, na Europa, os estudos dedicados ao patrimônio industrial voltaram-se para “temas interdisciplinares, tais como a arquitetura fabril, a documentação empresarial, os produtos industriais, a história oral, dentre outros” (SILVA, 2017, p. 14). E essa diversificação de abordagens, abrangendo o âmbito social e cultural, e com as contribuições da arqueologia industrial avançou sobre “todas as manifestações da indústria e de seus correlatos dentro do campo da história contemporânea [...]” (MENEGUELLO, 2013, p. 250).

Sobre esses desdobramentos na década de 1970, Louis Bergeron (presidente do TICCIH entre 1990 e 2000), quando entrevistado por Dorel Ferré (1995, p. 177), afirmou que foi o reconhecimento das comunidades sobre seu passado industrial e a valorização desses elementos para a memória e identidades de determinados grupos o que motivou a formulação do conceito de patrimônio industrial sobrepujando a noção de arqueologia industrial:

La herencia de la civilización industrial es también toda una memoria del trabajo, toda una historia de la organización del trabajo, de los métodos de producción, más allá incluso de la tecnología de las herramientas "stricto sensu". Ello le da al estudio de la arqueología industrial una dimensión humana, social y de identidad, que le confiere su pleno valor y, sobre todo, su derecho a formar parte del conjunto del patrimonio nacional con la misma categoría que la historia de la literatura, de las bellas artes o de las grandes corrientes espirituales de un país en concreto. Esta es la razón por la que, si se quiere considerar de una manera amplia, vale más recalificar al conjunto de esta herencia como "patrimonio de la industria" antes que como arqueología industrial (DOREL-FERRÉ, 1995, p. 177).

Bergeron demonstra que a percepção da importância do passado industrial e suas variadas formas de relação com a sociedade e a vida das pessoas, não só colocou os estudos sobre esse passado em outro patamar, como também, alterou os valores afetivos em relação a esses vestígios⁷. Sem dúvidas, a atenção sobre os vestígios industriais e o esforço pela sua

⁷ Mas isso não significa que a arqueologia industrial tenha sido suplantada pelo conceito de patrimônio industrial. Entre o fim da década de 1950 e a de 1970, houve a criação de periódicos e um crescimento no número de cursos e publicações de livros relacionados à arqueologia industrial; com cada vez mais pessoas

preservação devem-se também aos trabalhos de arqueólogos industriais, como Michael Rix (1967, p. 15) quando denunciou, por exemplo, “uma varredura nos sistemas de canais” ingleses em função do modelo rodoviário, e cita a luta da *Inland Waterways Association*, durante a década de 1950, para a preservação das rotas de canais como rico patrimônio de várias cidades inglesas⁸. Ou a pesquisa relatada por Hudson (1979, p. 58), realizada pela Professora Marinette Bruwier em 1968, sobre “um dos locais mais espetaculares de toda Europa, o complexo de oficinas de Le Grand Hornu”, na Bélgica. Contra ordens reais para “remoção de todas as evidências de mineração em Borinage”, a pesquisa de Bruwier, publicada na revista *Industrie*, tentou chamar a atenção para os vestígios dos complexos “como monumentos industriais e parte importante do patrimônio nacional que mereciam ser mantidos e apreciados”. Hudson ainda alegaria que as ordens para demolição das vilas de trabalhadores, escolas, hospitais e suas instalações industriais, foi “em parte por motivos estéticos, mas, sobretudo como tentativa de apagamento das memórias ligadas à região” (HUDSON, 1979, p. 58).

Desde o final do século XIX as regiões carboníferas eram conhecidas pela dureza de vida de seus trabalhadores. Não só Émile Zola relatou, no romance *Germinal* (1885), a saga dos operários mineiros, na fronteira entre a França e Bélgica, por melhores condições de vida; mas também Van Gogh, que esteve na região de Borinage por 6 meses, como evangelizador, teceu tristes relatos sobre a região em cartas ao irmão Theo, no longínquo ano de 1879:

[...] Fiz uma excursão muito interessante há pouco tempo; o fato é que passei 6 horas em uma mina. Em uma das minas mais antigas e perigosas da região, chamada Marcasse. Essa mina tem uma má fama porque muitos morrem nela, descendo ou subindo, ou por asfixia ou explosão de gás, ou por causa da água no solo ou por causa de passagens antigas que desmoronam e assim por diante. É um lugar sombrio e, à primeira vista, tudo ao seu redor tem algo sombrio e mortal. Os trabalhadores de lá geralmente são pessoas magras e pálidas devido à febre, que parecem exaustos e abatidos, vencidos pelo tempo e prematuramente velhos, as mulheres são geralmente pálidas e enrugadas. Por toda a mina existem habitações de mineiros pobres, com algumas árvores mortas, completamente negras da fumaça, e sebes de espinhos, montões de esterco e lixões, montanhas de carvão inutilizável etc. [Matthias] Maris faria uma bela pintura dela. Mais tarde, tentarei fazer um esboço para ter uma ideia [...] (VAN GOGH, 1879).

interessadas por esses cursos; Hudson (1976, p. 22, 23) chegou a dizer que “a arqueologia industrial estava na moda”.

⁸ Entre essas cidades, Rix (1967, p. 15) destacava Severn, descrita “com sua bacia e cais do século XVIII, seus aposentados de guerra, casas comerciais de tijolos vermelhos, sua encantadora reunião de barcos pintados [...], que poderia reivindicar ser a cidade industrial mais pitoresca da Inglaterra”. A interação entre paisagem, costumes e o fenômeno da industrialização, na leitura de Rix, já evidencia uma compreensão mais complexa de patrimônio industrial, quando comparada aquela perspectiva centrada na descrição de vestígios materiais, presente inicialmente na prática da arqueologia industrial.

Quase um século depois da carta de Van Gogh e dos trechos do romance de Émile Zola (2006, p. 72) sobre “edifícios de fábricas, sujos de fumaça, coroados de altas chaminés”, a herança industrial ganharia importante visibilidade no campo do patrimônio cultural, principalmente após o *Primeiro Congresso Internacional para a Conservação dos Monumentos Industriais* (FICCIM), ocorrido em 1973, em Ironbridge Gorge na Inglaterra. O lugar era emblemático para a construção de uma perspectiva de preservação de elementos industriais, visto que em 1967 foi criado, na região o *Ironbridge Gorge Museum Trust*, para preservar e interpretar os vestígios locais da Revolução Industrial. Como “primeiro museu a perseguir o objetivo da conservação do patrimônio histórico industrial *in situ*”, acabou tornando-se uma espécie de catalisador para a ideia de museus e paisagens industriais (PÉREZ, 2011, p. 216).

Quase no mesmo período, o patrimônio industrial nos Estados Unidos começava a ser mapeado. Entre 1967 e 68, a divisão *Historic American Buildings Survey – HABS*⁹ realizou um estudo pioneiro sobre as indústrias têxteis na Nova Inglaterra, enfatizando não só a arquitetura industrial, mas também o cotidiano dos trabalhos. Noruega, Bélgica, Holanda e Suécia, também apresentaram, depois da década de 1980, projetos de registro, inventários e preservação de estruturas industriais ligadas ao passado industrial de seus países (PALMER; NEAVERSON, 1998, p. 9, 10).

A França, com seu primeiro estudo envolvendo o patrimônio industrial do país publicado somente em 1980 (*L'archéologie industrielle en France*, de Maurice Daumas), sediou em 1981 o *IV Congresso Internacional para a Conservação dos Monumentos Industriais* (FICCIM), três anos depois da fundação do *Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial* (TICCIH). E, em 1986 a França criaria, dentro da Comissão Superior de Monumentos Históricos, uma seção voltada especificamente para a preservação do Patrimônio Industrial.

Além da importância da arqueologia industrial como uma área precursora nos estudos da industrialização, todo esse movimento iniciado na década de 1970 (com maior abrangência e organização após a década de 1980), para a preservação de memória industrial e perceptível em diferentes países e continentes, demonstra o papel que o passado industrial veio assumir na história nacional desses países. Mas, a perda da vitalidade desses espaços,

⁹ A *Historic American Buildings Survey (HABS)* foi criada em 1933 como oportunidade de trabalho aos arquitetos e engenheiros desempregados após a crise de 1929. A divisão iniciou um programa de preservação do patrimônio arquitetônico para registrar diversos exemplares de estruturas históricas por meio de fotografias e ilustrações.

seu abandono e arruinamento – relacionada com os processos graduais de transformação da produção, a reorganização do capitalismo nas bases da acumulação flexível, o enfraquecimento do movimento operário, a precarização dos contratos de trabalho com as políticas neoliberais – motivaram uma compreensão diferente desse passado, despertando nova apreciação do valor estético, arquitetônico e cultural, tanto das edificações em si, quanto do período que essas construções representam e tornando-as alvos de ações de preservação.

Desse modo, até que ponto os estímulos que tornaram possíveis à criação de novos valores patrimoniais referentes aos vestígios industriais podem ser considerados um indício do fenômeno que Andreas Huyssen chamou de “discursos de memória”?

1.2 TEMPO PRESENTE, PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E MEMÓRIAS INDUSTRIAIS

“E foi o semblante divino
Que brilhou sobre as nossas colinas nubladas?
E foi Jerusalém construída aqui
Entre estes escuros e satânicos moinhos?”
(William Blake, 1988, p. 161)

O processo de mecanização que ocorreu após a chamada Revolução Industrial foi muito além da alteração das formas de produção humana, se transformando em um sistema que interferiu profundamente no modo de vida das pessoas, nas relações de trabalho, nas estruturas urbanas e nas relações econômicas. Essas transformações possibilitaram que se vislumbresse, a partir de fins do século XVIII, uma nova sociedade humana, capaz de projetar um futuro diferente daquele pensado até então.

Diversas manifestações literárias e artísticas servem de registros para o impacto dessas transformações sobre a mentalidade das comunidades afetadas pelo processo de industrialização. E é a partir do poema *O cavalo a vapor* de Adelbert von Chamisso, escrito em 1830, que o historiador alemão Koselleck (2014, p. 139-141) entende toda uma geração, na Alemanha, que foi impactada pela sensação de aceleração do tempo promovida pelo advento da máquina, da ferrovia, das embarcações a vapor; e declara que “nem mesmo a nossa geração de hoje [estudo escrito na década de 1970], testemunha das missões lunares e dos *sputniks*, da transmissão televisiva direta, dos foguetes e dos aviões a jato – sofreu um surto de experiência tão grande como a geração do *Vormärz*¹⁰”. Se por um lado houve na

¹⁰ Período da História Alemã que compreende, aproximadamente, os anos entre 1815 e 1850.

“poesia do vapor”¹¹ um louvor ao progresso, ela também demonstrou angústias acometidas pela imprevisibilidade de um futuro.

Se nos princípios da Revolução Industrial moinhos e indústrias têxteis ainda se estabeleciam em áreas rurais, explorando a força hidráulica e o uso de carvão de lenha, a exploração do carvão fóssil criou os distritos carboníferos que tiveram seus arredores ocupados por toda uma cadeia de produção de ferro. Essas regiões se tornaram polos de aglomeração populacional, e diferente das moradias rurais, geralmente distribuídas de maneira mais distante uma das outras, nas áreas urbanas as operações “para transformação dos resíduos líquidos e sólidos”, eram “fonte de graves perigos”. As cidades industriais deixariam marcas na psicologia humana; no caso inglês, principalmente antes de 1835, quando o controle público sobre as estruturas urbanas eram ineficazes criando um “ambiente [...] feio e repulsivo” (BENEVOLO, 2001, p. 69-74).

Friederich Engels (2010, p. 138) expôs, em 1845, os problemas enfrentados por proletários e marginalizados nas cidades industriais da Inglaterra. Além de escarlatina e tuberculose, o tifo era uma das doenças mais comuns entre operários, sendo causada sobretudo “pelo péssimo estado das habitações operárias, a má ventilação, a umidade e a sujeira”. Paradoxalmente, Engels (2010, p. 160, 161) escreveria que a concentração operária realizada nas cidades contribuiu para despertar entre os trabalhadores, o sentimento de “totalidade, como uma classe”; dessa maneira, as cidades tornaram-se “o berço do movimento operário”. E três anos após o lançamento do livro de Engels sobre a classe operária inglesa o *espectro do comunismo rondaria a Europa*, com o Manifesto Comunista e suas ideias de tomada do poder pelo proletariado e centralização dos “meios de produção nas mãos do Estado” (MARX; ENGELS, 2008, p. 59).

Mas a ideia de Marx sobre uma revolução socialista entendida como uma “revolução do futuro” apresentava o mesmo elemento inovador já experimentado com a Revolução Francesa: a revolução socialista demonstrava uma consciência da modernidade que possibilitou pensar a *História* como ação social para a criação de um futuro projetável. Além da percepção de uma nova temporalidade, para Koselleck (2014, p. 72, 74), esse é um exemplo que contém dois pontos fundamentais da história moderna: “o grau de coincidência e interdependência entre as revoluções políticas e revoluções sociais”; afinal, a expectativa de uma revolução futura só seria possível a partir das novas experiências vivida naquele

¹¹ Poesia lírica que abordava as transformações tecnológicas do século XIX, como o transporte ferroviário, o sentimento de aceleração do tempo, o uso das máquinas. Esses temas eram trabalhados geralmente a partir de metáforas e exprimiam as sensações de surpresa em relação às inovações dos processos industriais na Alemanha.

momento como, por exemplo, o processo de industrialização, a formação da classe operária, a alteração do ritmo do trabalho.

Recorremos aos argumentos de Koselleck sobre a nova percepção de tempo desenvolvida no início dos “tempos modernos” (fins do século XVIII), para explicar como políticas patrimoniais atuais podem estar relacionadas com uma mudança na forma como as sociedades contemporâneas se relacionam com o tempo (seguimos desse modo as perspectivas de François Hartog sobre o “regime de historicidade presentista”, apresentada mais à frente).

A nova experiência temporal da modernidade foi composta tanto pelo sentimento de aceleração (compreendido pelos avanços técnico-industriais, meios de transporte), quanto pelo impacto, cada vez mais rápido, dessas transformações sobre a sociedade. Ao mesmo tempo em que essas mudanças geravam novas experiências, a sensação de um tempo novo expunha o sentimento de ruptura com o passado vivido, com o passado conhecido, isso porque as expectativas de futuro se distanciavam gradativamente das velhas experiências. Koselleck trabalha uma ideia de tempo histórico contrapondo duas categorias: o *espaço de experiências* (onde estão contidas tanto as experiências cotidianas de uma geração, quanto às experiências acumuladas com o tempo, passadas de geração em geração); e o *horizonte de expectativa* (um campo que se projeta a partir da experiência, assim o futuro é pensado a partir de um presente determinado). Se antes da modernidade o futuro, como “horizonte de expectativas”, era vinculado ao passado formado pelo “espaço de experiência”, a partir dela o conceito de progresso assumiria as perspectivas de futuro, incluindo um “coeficiente de mudança” cada vez maior, caracterizando uma abertura de possibilidades para o futuro (KOSELLECK, 2006, p. 315-317).

Durante todo o século XIX e parte do século XX o chamado regime de historicidade moderno foi marcado pela afirmação do futuro, caracterizado pela ideia de progresso e pela ascensão do capitalismo industrial e financeiro. E é justamente em contraposição a essa perspectiva futurista que Hartog desenvolveu o termo “presentista”, com a hipótese de que nas últimas décadas do século XX uma nova forma de se relacionar com o tempo estaria substituindo o regime de historicidade moderno. Assim, o ponto de vista dominado, antes, pelo futuro, aos poucos cedia espaço para o presente. Essa nova experiência temporal (regime de historicidade presentista) alargou a categoria do presente, ao mesmo tempo assumiu uma preocupação excessiva com a preservação de registros (documentos, edificações, centros históricos) de “um passado já extinto ou prestes a desaparecer para sempre” (HARTOG, 2013, p. 140, 141, 151).

Mas como compreender a valorização do presente e simultaneamente a preocupação com a preservação de vestígios do passado? A história forneceu exemplos ao presente pelo menos até o século XVIII; a chamada *historia magistra* “ligava o passado ao futuro, por meio da figura do modelo a ser imitado”, uma situação alterada com as transformações sofridas pelas sociedades ocidentais após as revoluções do século XVIII. No regime moderno de historicidade, “o passado não explica mais o futuro”, por isso as experiências históricas são substituídas pela “exigência de previsões” (HARTOG, 2013, p. 137).

O movimento constante e expansivo da disjunção entre passado e presente – que nos últimos 50 anos vêm impulsionando rupturas com tradições e modos de vida convencionais, e uma instabilidade diante de rápidas transformações – estaria por trás do excesso de musealização, patrimonialização e o cuidado com a preservação da memória, nos últimos tempos.

Assim, hipótese de Hartog parte da premissa de que desde meados do século XX indícios de “uma experiência de tempo desorientado” vinham deslocando a ideia de um futuro sempre promissor para uma visão pessimista sobre o futuro “e um porvir percebido como ameaça”. Por um lado, questionamentos ao capitalismo e às crises econômicas da década de 1970; por outro, a rapidez dos “progressos (tecnológicos)”, da informática, da “sociedade de consumo”, dos meios de comunicação, “da globalização”, “da *World Economy*”, da “*World Heritage*” (HARTOG, 2013, p. 23, 24, 250).

Não só a instantaneidade do tempo exigida pelas mídias de massa e pela economia global poderia estar interferindo na maneira como as sociedades contemporâneas convergiam-se para o tempo presente; mas também o crescente papel da memória e da preservação do patrimônio, com seu conceito alargado cada vez mais, desde meados da década de 1970. Esse movimento de alargamento pode ser demonstrado tanto pelas cartas patrimoniais, quanto pela proliferação de memoriais e museus, durante a década de 1980. Esse conjunto de elementos é visto como uma brecha “entre um presente e um passado”, revelando assim a transição “de um regime de memória para outro” (HARTOG, 2006, p. 261, 272).

E é nesse contexto que o advento da noção e a consolidação do campo do patrimônio industrial pode ser investigado: em um cenário de incômodo quanto ao passado recente, que desde a década de 1970, teria desencadeado a “emergência de novas curiosidades”, além da “expectativa de inteligibilidade” histórica sobre esse passado. Seria contra a “amnésia de um passado próximo”, de experiências traumáticas e demandas de reparação, que tanto o espaço público quanto o científico foram tomados pelas “noções de memória ou de patrimônio”, com

a consequente construção de “novos monumentos” e “novas comemorações” (ROUSSO, 2016, p. 29, 30, 162).

O apelo ao patrimônio, “a proliferação de museus”, “a lealdade ao passado”, são faces de um fenômeno nostálgico que Pierre Nora (2009, p. 6-8) chamou de “onda de recordação”. Sua emergência estaria relacionada com as rápidas transformações que abalam as sociedades contemporâneas, crises econômicas da década de 1970, memórias traumáticas de crimes de Estado e a “democratização” das memórias de grupos, historicamente apagados.

Os “fenômenos sociais [...] que questionam a sua própria história” (ROUSSO, 2009, *apud* FÁVERO ARENDT, 2009, p. 208) estariam presentes em vários lugares do mundo como, por exemplo, nos países africanos que se tornaram independentes após a Segunda Guerra Mundial e tiveram que lidar com uma nova narrativa sobre seu passado. Nos EUA e em outros países da Europa, a preocupação com restaurações de centros históricos, as “modas retrô” e a “comercialização em massa da nostalgia” já eram observados desde a década de 1970; enquanto os países do leste europeu seriam afetados por um conflito entre memória e esquecimento após o esfacelamento do bloco soviético em 1989 (HUYSEN, 2000, p. 14, 15).

No Brasil, a luta pelo fim do regime ditatorial e a busca por justiça pelos crimes de Estado movimentaram debates democráticos que culminaram na criação de uma Constituição que melhor defendesse e representasse a história, o patrimônio e a cultura de diferentes grupos étnicos do país (SANT’ANNA, 2014, p. 5). E, no campo museal, a publicação *Museu em Números* sugere que o significativo aumento de “associações de amigos de museus”, ocorrido durante a década de 1980, no Brasil, esteve ligado ao “novo contexto democrático”, com a significativa preocupação da sociedade civil nos processos históricos, na vida pública e cultural do país (IBRAM, 2011, p. 68, 69).

Desse modo, uma maior preocupação com o passado e com a memória pode ser percebida como uma manifestação global. Ao mesmo tempo, o chamado fenômeno de “aceleração”, provocado pelas rápidas transformações que marcam cada vez mais as sociedades contemporâneas, é encarado por Nora (1993, p. 8, 12, 17) como um dos fatores que impôs à memória um papel de dever.

Proposta pela Assembleia Geral da Unesco e representada em 1972 pelo texto da Convenção de Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural; a emergência da “mundialização dos valores e das referências ocidentais” contribuiu para a *expansão ecumênica* das práticas patrimoniais”, e para Choay (2001, p. 207-209), significou um “processo planetário de conversão à religião patrimonial”, enquanto a expansão de tipologias

e do “campo cronológico” ampliou o “*corpus patrimonial*”. Além de buscar a proteção do *patrimônio natural* e estar relacionada aos movimentos de contestação da década de 1960 (à maior visibilização de determinados grupos sociais, aos movimentos de libertação nacional na Ásia e na África), a Convenção alertava para as ameaças de destruição e degradação “pela evolução da vida social e econômica” (UNESCO, 1972).

A preocupação com um mundo em rápida transformação aparece também na Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico, emitida em 1975 durante o *Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico*. Tentando promover uma política de preservação comum entre os países europeus, a Carta destacou, em seu Artigo 2º, a ameaça de “[...] uma civilização em contínua mudança, na qual os grandes êxitos correm em paralelo com graves perigos [...]” (CONSELHO DA EUROPA, 1975, p. 2). Em uma década assolada pela Guerra Fria, pela Crise do Petróleo, pela luta da Liga Árabe contra Israel e pela Guerra do Vietnã, não faltavam motivos para preocupações; mas o Artigo 6º da Carta adverte sobre patrimônios ameaçados:

[...] pela ignorância, pelo envelhecimento, pela degradação de todo o tipo e pelo abandono. Os planos urbanísticos podem ser destrutivos quando as autoridades cedem com demasiada facilidade às pressões econômicas e às exigências do tráfego motorizado. A tecnologia atual, mal aplicada, e o restauro inadequado podem ser desastrosos para as estruturas antigas. Acima de tudo, a especulação fundiária e imobiliária favorece todos os erros e atentados e anula os mais cuidadosos planos (CONSELHO DA EUROPA, 1975, p. 3).

Seguindo recomendações anteriores, a Carta defendia, em seu Artigo 1º, a preservação arquitetônica para tipologias *menos relevantes* (em contraposição aos “monumentos de maior relevância [...] protegidos e restaurados”); mas também estendia a dimensão temporal de bens patrimonializáveis, uma vez que dizia, no Artigo 5º, ser “essencial manter vivos os testemunhos de todas as épocas e das suas respectivas realizações” (CONSELHO DA EUROPA, 1975, p. 2).

Justamente por não haver ainda uma percepção de seu valor patrimonial (diferente dos exemplares da Antiguidade e Medievo amparados pelo “critério de antiguidade”), os exemplares urbanos mais próximos do cotidiano das pessoas, sem excepcionalidade e fruto de um passado recente, incluindo as edificações fabris, estavam (e ainda estão) mais propensos à demolição. Uma vez que os exemplares recentes estiveram vinculados profundamente aos processos de urbanização dos séculos XIX e XX, geralmente se encontram em áreas dinâmicas da malha urbana e por isso estão sujeitos a uma vertiginosa substituição; destruídos ou transformados, acabam tendo que se adaptar aos novos projetos de uso dos terrenos ou às novas necessidades da cidade. Consequentemente, a concepção de patrimônio urbano deu

valor documental aos processos históricos que geraram conjuntos e paisagens urbanas, seus edifícios e estruturas espaciais. E se por um lado o patrimônio urbano favoreceu a preservação de elementos que careciam de “valores histórico-artísticos convencionais” e que se encontravam “em maior risco de desaparecimento”, por outro lado, contemplou o patrimônio industrial representado por “chaminés”, “edificações fabris”, “instalações portuárias”, com sua “presença significativa na configuração da trama urbana” (FORNER MUÑOZ, 1989, p. 19, 20).

Isso permite dizer que o advento da noção de patrimônio urbano (como prática de preservação de conjuntos urbanos na Europa), principalmente, desde a década de 1970, e sua extensão aos elementos industriais, em certa medida decorrem das ameaças de desaparecimento de estruturas industriais e bairros tradicionais, a partir de fortes demandas de transformação na fisionomia das cidades: crescimento populacional, especulação imobiliária, criação de novos eixos viários, criação de novos loteamentos.

Num transcurso de dois séculos que separam o advento da Revolução Industrial e a década de 1970, a presença da indústria caminhou dos *moinhos satânicos* ao *monumento industrial*.

Neil Cossons (1975, p. 17, 18) observou que o advento da arqueologia industrial, mais do que um interesse particular ou acadêmico, esteve ligado ao nascimento de um “orgulho nacional” relativo ao passado industrial; visto o pioneirismo inglês neste processo, “uma onda de envolvimento emocional” foi despertada pela destruição dos vestígios industriais, após 1950. Já a concepção de *monumento industrial* pode ser vislumbrada no artigo escrito por Michael Rix, em 1955:

A Grã-Bretanha como berço da Revolução Industrial está cheia de monumentos, vestígios de uma série de eventos notáveis. Qualquer outro país teria sistematizado o registro e preservação desses memoriais que simbolizam o movimento que está mudando a face do globo, mas estamos tão alheios à nossa herança nacional que, além de algumas peças de museu, a maioria desses marcos são negligenciados ou involuntariamente destruídos. (RIX, 1955 *apud* PALMER; NEAVERSON, 1998, p. 1).

Em 1959, uma conferência realizada pelo *Council for British Archaeology*, procurou definir o que seria um monumento industrial. Graças à conferência, criaram-se fundamentos para uma política de documentação e pesquisa dos monumentos industriais nacionais em 1963, através do Ministério de Edifícios e Obras Públicas (órgão responsável pela preservação de monumentos antigos) (RIX, 1967, p. 5, 6). Considerada por Raistrick muito restrita ao contexto da Revolução Industrial, a definição pelo órgão expressava que:

Um monumento industrial é qualquer edifício ou outra estrutura fixa, especialmente do período da Revolução Industrial, isolado ou associado à produção ou equipamento primário, que ilustra o início e o desenvolvimento de processos industriais e técnicos, incluindo os meios de comunicação. (RAISTRICK, 1972, p. 2).

Exatamente 40 anos depois das primeiras experiências de registro de monumentos industriais na Inglaterra, o campo do Patrimônio Industrial obteve, com a Carta de Nizhny Tagil, o estabelecimento de diretrizes internacionais para sua preservação. Redigida em 2003, durante a Conferência Mundial do TICCIH, a Carta manteve o contexto da Revolução Industrial (compreendido entre “a segunda metade do século XVIII, até aos nossos dias”) como “o período histórico de maior relevo para este estudo”; contudo adverte, que as “raízes pré e proto-industriais” não devem ser negligenciadas (TICCIH, 2003, p. 4).

A Carta, aqui citada na versão portuguesa, em seu artigo 2º. estabeleceu como principais valores do patrimônio industrial:

[...] o testemunho de atividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas. As razões que justificam a protecção do património industrial decorrem essencialmente do valor universal daquela característica, e não da singularidade de quaisquer sítios excepcionais.

[...] reveste um *valor social* como parte do registro de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário. Na história da indústria, da engenharia, da construção, o património industrial apresenta um *valor científico e tecnológico*, para além de poder também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitectura, do seu design ou da sua concepção.

Estes valores são intrínsecos aos próprios sítios industriais, às suas estruturas, aos seus elementos constitutivos, à sua maquinaria, à sua paisagem industrial, à sua documentação e também aos registos intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições.

A raridade, em termos de sobrevivência de processos específicos de produção, de tipologias de sítios ou de paisagens, acrescenta-lhes um valor particular e devem ser cuidadosamente avaliadas. Os exemplos mais antigos, ou pioneiros, apresentam um valor especial. (TICCIH, 2003, p. 4)

Cabe ressaltar que certamente existem *valores sociais, valores científicos e tecnológicos*, considerados “intrínsecos” aos sítios industriais; mas tomá-los como “valor universal para o homem” (como no preâmbulo da Carta) parece omitir o pressuposto de que todo patrimônio cultural é percebido a partir de uma construção de valores coletivos, ligados a uma determinada época, um determinado grupo e uma determinada conveniência. Dessa maneira, valores patrimoniais e suas cargas simbólicas exercem influências diferentes sobre grupos e regiões distintas. Como indicado pela historiadora Janice Gonçalves (2016, p. 11), sobre a atribuição de valores aos bens patrimoniais, “esse valor não é fixo nem universal, mas

situado e modificado historicamente”. Respostas às questões “o que preservar?” e “para quem preservar?” indicam complexidades comuns às práticas de preservação, e não devem se acomodar perante a ideia de um “valor universal” instituído. No entanto, o entendimento de um “valor especial” aos artefatos mais antigos ou pioneiros, provavelmente é instigado não só pela raridade, mas também pela possibilidade de, por ser mais antigo, se encontrar em pior estado de conservação; além disso, como objetos arcaicos, podem apresentar rudimentos de uma tecnologia.

Corroborando com os argumentos de Janice Gonçalves, um exemplo nítido de deslocamento em perspectivas preservacionistas relativas ao elemento industrial pode ser encontrado na comparação entre Carta de Nizhny Tagil e Carta de Atenas (1931). Em seu item terceiro, *a valorização dos monumentos*, a preocupação com o entorno de monumentos e fisionomia das cidades recomendava:

[...] sobretudo, a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos, de arte ou de história (SOCIEDADES DAS NAÇÕES, 1931, p. 2).

Longe de ser elemento patrimonializável, a *indústria ruidosa* poderia mesmo ser suprimida. E as diferentes Cartas patrimoniais que se sucederam, com mais diligência entre as décadas de 1970 e 1990, além de manifestarem um alargamento da ideia de monumento e do conceito de patrimônio cultural, se mostraram preocupadas com a preservação de conjuntos urbanos e bens que reportavam ao século XX, principalmente em razão do perigo de descaracterização e destruição dessas áreas.

Tabela 1: Indícios, nas Cartas Patrimoniais, do alargamento das tipologias patrimonializáveis e do interesse pelo patrimônio urbano.

Carta/Recomendação	Descrição
Carta de Veneza, 1964	Demonstrou em seu artigo 1º., uma dilatação da noção de monumento histórico, referia-se, em sua definição, “não só às ‘grandes criações’, como também às obras mais modestas que adquiriram significado cultural com o passar do tempo” (ICOMOS, 1964, p. 1). Essa visão possibilitou, por exemplo, a inclusão de uma arquitetura vernácula e industrial.
Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico, 1975	Já abordada no texto, demonstrou ampliação de tipologias e limites temporais para a patrimonialização de novos elementos.
Recomendação de Nairobi, 1976	Se preocupava com o “perigo real” representado pela “urbanização moderna” e a descaracterização que ela poderia ocasionar à “ambiência de conjunto históricos e tradicionais” (UNESCO, 1976, p. 4). Considerava “conjunto histórico ou tradicional todo agrupamento de construções e de espaços, [...] que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, estético ou sócio cultural”. Destacou ainda a necessidade de conservação integral de “bairros urbanos antigos, aldeias e lugarejos” com a ideia de “ambiência” ligada à maneira como o conjunto é vinculado aos espaços, “laços sociais, econômicos ou culturais” (UNESCO, 1976, p. 3). Pode-se fazer uma leitura desses <i>laços</i> como lugares de produção, abrangendo antigas vilas operárias ou populares.
Carta de Granada, 1985	Incluiu na definição de patrimônio arquitetônico, o carácter <i>científico</i> e <i>técnico</i> , abrindo margens para as representações manufatureira, fabril ou industrial: “1) Os monumentos: todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções; 2) Os conjuntos arquitectónicos: agrupamentos homogêneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objecto de uma delimitação topográfica; 3) Os sítios: obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogêneos para serem objecto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico” (CONSELHO DA EUROPA, 1985, p. 2).
Carta de Washington, 1987	Interpretando as cidades como uma manifestação das diferentes culturas no mundo, se preocupava além de centros históricos e bairros tradicionais com a “degradação” e “destruição” de cidades grandes e pequenas, provocados por “um tipo de urbanismo nascido na industrialização” (ICOMOS, 1987, p. 1). Entre os caracteres históricos que deveriam ser preservados ressaltava “a forma urbana definida pela malha fundiária e pela rede viária; [...] a forma e o aspecto dos edifícios (interior e exterior), definidos pela estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; as relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo homem [...]” (ICOMOS, 1987, p. 2). “Evitando dogmatismos”, mas defendendo “prudência” na prática de intervenções, a Carta acentuou a importância de estabelecer relações harmônicas entre centros históricos e o restante das áreas urbanas, com uma salvaguarda capaz de selecionar bens “especialmente protegidos” e, em “situações excepcionais”, propor demolições (ICOMOS, 1987, p. 2).

Assim, o patrimônio industrial foi cada vez mais contemplado não só nas Cartas, mas também, no âmbito europeu, nas Resoluções adotadas pelo Conselho da Europa, como a Resolução nº. 872, aprovada pelo Conselho em 1979, que sustentava que através do estudo de sua herança industrial “a sociedade moderna poderá entender melhor suas origens imediatas e muitos de seus problemas sociais e industriais atuais”; recomendava assim, a “assistência financeira para a salvaguarda de monumentos industriais” (CONSELHO DA EUROPA, 1979). Em 1987, a Resolução nº. 87 (24) tratava da “recuperação de cidades industriais” e demonstrava preocupação com o declínio das cidades industriais – “[...] efeito combinado do esgotamento de recursos, obsolescência técnica de produtos e processos de produção, perda de mercados [...]”. Entre as recomendações, salientava investimentos na “revitalização urbana” e na restauração do “rico patrimônio histórico e arquitetônico das cidades e regiões industriais, em particular, do final do século XIX e do início do século XX”, visando essas intervenções como possibilidade de desenvolvimento turístico e econômico (CONSELHO DA EUROPA, 1987).

Para fechar esse extenso caminho por onde se alicerçaram as principais concepções internacionais sobre bens culturais – sugestões para sua salvaguarda e desenvolvimento de novos valores patrimoniais, sobretudo, aqueles voltados para o passado industrial – remeto à *Recomendação nº. (91) 13, Sobre a Proteção do Patrimônio Arquitetônico do Século XX*. Através de “documentação sistemática”, recomendava-se o estudo e conhecimento da produção arquitetônica influenciada, desde fins do século XIX, por transformações causadas “pela industrialização, pela introdução de novos materiais, pela mudança das técnicas de construção e pelo aparecimento de novas funções”. Caracterizada por grande variedade, parte da arquitetura do século XX “não é reconhecida como portadora de valor cultural”, sendo necessário evidenciar “suas qualidades, bem como a riqueza e a diversidade dos seus elementos”. Para isso, sugeria-se que as ações de inventariação abordassem diferentes “estilos, tipologias, métodos ou períodos de construção” (CONSELHO DA EUROPA, 1991, p. 1, 2).

Percebemos assim, que o desenvolvimento da noção de patrimônio industrial, sobretudo no âmbito europeu, entre as décadas de 1970 e 1980, seguiu as transformações do conceito de patrimônio, nitidamente registrado nos variados documentos aqui citados. Não só novas tipologias foram incluídas no *corpus* patrimonial, como as questões urbanísticas e as transformações pelas quais passavam as cidades nesse período influenciaram a produção de normatizações voltadas para a preservação de conjuntos urbanos e bairros tradicionais. E se, por um lado, essa preocupação se justificava pelo perigo de desaparecimento ou

descaracterização de bairros tradicionais ou centros históricos, por outro lado, as rápidas transformações ocorridas em cidades com acentuado movimento de desindustrialização, principalmente na Europa, podem ter se configurado como gatilhos das inquietações que um dismantelamento de ícones passados exerceria sobre a forma como a sociedade ocidental percebia o tempo e se relacionava com o seu passado. Situação que foi expressa com espanto por Raistrick (1972, p. 282), fazendo-o enfatizar a necessidade imediata de preservação dos bens industriais: “nunca houve um momento de tanta urgência como agora, quando a demolição se tornou uma questão de horas em vez de semanas”.

Esse movimento não foi restrito apenas à Europa e pode ser observado também no Brasil. Todavia, se na Europa foi principalmente o processo de desindustrialização que tornou os vestígios industriais passíveis de demolição, no Brasil (que passou pelo processo de desindustrialização posteriormente) o processo de demolição de antigas fábricas localizadas em áreas urbanas centrais, têm início na década de 1980, nos grandes centros industriais do país e esteve ligado ao movimento de inchaço de áreas metropolitanas, ao êxodo rural e ao deslocamento das indústrias de regiões centrais para regiões periféricas das cidades, os chamados distritos industriais (HOENICKE, 2007, p. 3; FREITAG, 2006, 168-170).

O deslocamento das indústrias para áreas periféricas nas médias e grandes cidades brasileiras esteve associado, também, à precarização do trabalho, às políticas neoliberais, à transição para o chamado “pós-industrial” marcado pela importância dos serviços e pela intensificação da presença das tecnologias de comunicação e informação. E apesar do processo ser marcado por uma razão diferente da que aconteceu em países europeus, as consequências foram similares, no que diz respeito à obsolescência de edificações fabris, à destruição dos exemplares industriais e o sentimento de valor que esses vestígios industriais desencadearam nas políticas de salvaguarda. Mas de que maneira o conceito de patrimônio industrial foi articulado na política de preservação no Brasil?

1.3 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NO BRASIL

“Quero luz, ar, ventiladores, aeroplanos, reivindicações obreiras, idealismos, motores, chaminés de fábricas, sangue, velocidade, sonho, na nossa arte [...]”

Paulo Menotti Del Picchia¹²

Criado em Campinas (SP) em 2004, o Comitê para a Preservação do Patrimônio Industrial tem tido papel significativo na divulgação de pesquisas e no debate sobre ações de salvaguarda de elementos industriais. Entretanto, medidas tomadas ainda na década de 1970 podem ser consideradas precursoras de estudos em torno do tema no país. Destacam-se nesse período os trabalhos de:

Ruy Gama sobre os engenhos, o artigo do historiador norte-americano Warren Dean ainda em 1976 sobre a fábrica São Luiz de Itu, o inventário fotográfico ainda inédito preparado por Philip Gunn e Telma Correia, os estudos sobre o cotidiano fabril de Edgar De Decca e de Maria Auxiliadora de Decca (MENEGUELLO, 2011, p. 1827)

De maneira parecida como ocorreu na Europa, inicialmente os estudos brasileiros sobre o passado industrial se aproximavam mais da história da tecnologia, das técnicas de produção e do maquinário. E, além de haver registro do uso do conceito de arqueologia industrial na década de 1960, pelo órgão federal de preservação, o termo também foi encontrado em diferentes matérias jornalísticas entre as décadas de 1970 e 1980, o que demonstra que o conceito já vinha sendo pensado e utilizado em pesquisas ligadas ao processo de industrialização no país. Mas, segundo Meneguello (2011, p. 1827) é a partir da década de 1980 que “historiadores e arquitetos interessados nas práticas do trabalho industrial e nos vestígios arquitetônicos” somariam novas abordagens sobre o assunto.

Em 1986, aconteceu o 1º Seminário Nacional de História e Energia, organizado pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo (Companhia de Energia Elétrica de São Paulo) e contou com convidados estrangeiros como o belga Eddy Stols e o português José Lopes Cordeiro, além dos brasileiros Ruy Gama, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses e Margarida Davina Andreatta. O Seminário levantou questões relevantes sobre a consideração de um patrimônio industrial que ultrapassasse os elementos ligados à Revolução Industrial,

¹² Na vanguarda do modernismo brasileiro, intelectuais como Menotti del Picchia, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, enalteciam o desenvolvimento paulista com “suas fábricas, seu progresso, espírito pragmático, sua realidade urbano-industrial, a incorporação das novas tecnologias da sociedade de massas”, uma possibilidade de rompimento com o passado, garantindo ao país um acesso ao mundo moderno (PINTO, 2001, p. 436).

que a tradição da arqueologia industrial inglesa tanto prezava e que servia de ponto de partida para a noção. Ruy Gama (1986, p. 257) foi um dos participantes que defendeu uma visão menos restritiva do patrimônio industrial, entendendo que elementos manufatureiros do passado português, como os engenhos, os complexos de mineração e até estaleiros entrassem no rol de artefatos industriais, mesmo que suas criações estivessem num período anterior à Revolução Industrial. Sua posição se aproximava da posição de Arthur Raistrick (1972), que justificava uma extensão dos limites temporais da área, percebendo a indústria como uma prática humana, presente em diferentes épocas, como integração entre engenhosidade humana, técnica e necessidade de sobrevivência.

Como já mencionado anteriormente, a Carta de Nizhny Tagil nas definições sobre o patrimônio industrial, iria estabelecer como recorte temporal de maior relevância o período a partir da Revolução Industrial, sem omitir, entretanto, elementos de um período anterior.

Mas, em virtude do seu passado de dominação portuguesa, elementos pré-industriais no Brasil, geralmente representados por rodas d'água, engenhos de tração animal, lavras ou oficinas rudimentares ganharam *status* patrimonial na prática de salvaguarda desenvolvida pelo órgão federal de preservação. A atenção dada a esses elementos e também aos conjuntos urbanos acontece justamente por serem vistos como representantes de um momento histórico de formação da nação, e a fala¹³ de Rodrigo Melo Franco de Andrade deixa entrever a importância atribuída às diferentes “modalidades da produção econômica” e sua influência sobre o desenvolvimento do país:

[...] o ciclo do açúcar, o da mineração e o do café –, com as intercorrências da produção pastoril e siderúrgica, ressurgem dramaticamente, assim, nas velhas sedes de engenho e fazendas, como nos remanescentes das lavras e fábricas primitivas, nas regiões onde ocorreram. O regime patriarcal, latifundiário escravocrata, que caracterizou a formação da sociedade em nosso país [...], está simbolizado expressivamente nas casas-grandes e senzalas rurais, nos velhos sobrados e cortiços urbanos, além de [...] construções destinadas a lojas, oficinas e armazéns (ANDRADE, 1961 *apud* RUBINO, 1996, p. 99).

Não por acaso, apenas nos onze primeiros anos do SPHAN, entre 1937 e 1948 foram tombados 17 elementos que – com exceção do tombamento das *Ruínas da fábrica de ferro Patriótica* (MG) – remetem de alguma forma aos conjuntos rurais formados por engenhos (sobrado, casa, capela, fábrica); mas em apenas dois engenhos a unidade fabril esteve presente entre o conjunto tombado (o Engenho Matoim e o Engenho Freguesia, ambos em

¹³ Aula proferida por Rodrigo de Andrade em 29 de Novembro de 1961, no Instituto Guarujá-Bertioga, São Paulo.

Candeias, BA). Já o número total de fazendas e conjuntos urbanos tombados nesse mesmo período somou doze bens¹⁴.

A busca por mapear a tradição brasileira não deixou de considerar “o fluxo da vida moderna, o processo industrial e de urbanização, o cosmopolitismo” (MARIANI, 1999, p. 158). E tanto a fala de Menotti Del Picchia que abre o capítulo, quanto a proposta pedagógica de Mário de Andrade sobre os museus técnicos no anteprojeto do SPHAN, demonstram as convicções e a dialética entre modernidade e tradição; uma das marcas na construção do patrimônio cultural brasileiro.

As propostas do anteprojeto do SPHAN escritas em 1936 são visionárias e arrojadas, não apenas pela sua concepção antropológicamente ampla de cultura, mas pelo entendimento entre técnica industrial e arte. Em tom provocador, na proposta de criação do “museu de artes aplicadas e técnicas industriais”, Mário de Andrade levantou a seguinte questão: “[...] então a técnica industrial é uma arte? A arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos [...]” (ANDRADE, 2002, p. 278). Sua ideia de criar quatro museus relativos aos quatro livros do tombo, sendo um deles referente às “artes aplicadas e técnica industrial”, demonstrava a preocupação com o “sistema educativo nacional”. Mário de Andrade destacou o caráter “essencialmente pedagógico” dos museus técnicos, capazes de exibir “os progressos de construção”, “grandes indústrias” e “máquinas inventadas pelo homem”, citando como referência “o Museu Técnico de Munich [sic] e o Museu de Ciência e Indústria de Chicago”; era uma tentativa de inserir o Brasil entre as nações “verdadeiramente em progresso cultural” (ANDRADE, 2002, p. 279). Indicou, também, como exemplo, uma exposição que abordasse todos os procedimentos de produção do café, desde o plantio ao empacotamento do produto, descrevendo todo o processo de beneficiamento:

[...] a planta em flor, a planta em grão, a apanha da fruta; a lavagem e secagem, os aparelhos de beneficiamento, desmontados com explicação de todas as suas partes e funcionamento; o saco, as diversas qualidades de café beneficiado, os processos especiais de exportação, de torrefação e de manufatura mecânica (com máquinas igualmente desmontadas e explicadas) da bebida, e enfim a xícara de café. Grandes álbuns fotográficos com fazendas, cafezais, terreiros, colônias, os portos cafeeiros [...]. Tudo o que a gente criou sobre o café de científico, de técnico, de industrial. (ANDRADE, 2002, p. 278, 279).

¹⁴ Esses dados estão disponíveis no Apêndice A.

No que tange à preservação e à possibilidade de conhecimento que um determinado bem ligado às técnicas industriais poderia oferecer, o anteprojeto para o SPHAN, escrito na década de 1930, demonstra convergências com instruções contidas atualmente na Carta de Nizhny Tagil. A ideia de Mário de Andrade de se criar um museu como forma de instrução, apresenta semelhança com a proposta de musealização de espaços fabris que a Carta menciona, no artigo 7º, como importante meio “de proteção e interpretação do patrimônio industrial” (TICCIH, 2003, p. 13). O papel das autoridades públicas nesse processo de salvaguarda também é destacado na Carta:

As autoridades públicas devem explicar ativamente o significado e o valor dos sítios industriais através de publicações, exposições, programas de televisão, Internet e outros meios de comunicação, proporcionando o acesso permanente aos sítios importantes e promovendo o turismo nas regiões industriais. (TICCIH, 2003, p. 13).

Importante salientar que o tema da presença das autoridades públicas nas ações educativas de preservação do patrimônio cultural não é uma novidade, sendo abordado já na Carta de Atenas em 1931 (GONÇALVES, 2014, p. 84).

A abrangência com que Mário de Andrade descreve e considera os vários momentos ligados à produção do café – do plantio até a bebida na xícara – demonstra também uma noção fundamental na preservação do patrimônio industrial, que envolve o reconhecimento de um conjunto de atividades, de construções, de sentidos presentes em vários âmbitos de produção. Entretanto, a concepção complexa de cultura presente no anteprojeto do SPHAN, escrito por Mário de Andrade em 1936 foi deslocada no Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937; a almejada “arte popular” não encontrou espaço na política de preservação do SPHAN. Exemplo disso foi a criação da Comissão Nacional de Folclore (1947) como um setor à parte do setor ligado ao patrimônio (GONÇALVES, 2012, p. 4, 5). A própria atuação do SPHAN na prática dos tombamentos revelou uma predileção dos agentes pelo passado colonial e o patrimônio arquitetônico, deixando de lado a dimensão cotidiana da prática cultural popular.

Partindo de um entendimento mais amplo do conceito de patrimônio industrial, abordamos agora, na prática do órgão federal de preservação, o tombamento de elementos que embora remetam à uma técnica de construção anterior à Revolução Industrial e aos processos mecanizados, representam técnicas rudimentares de produção, em uma dimensão proto-industrial. Essa visão mais ampla do conceito, defendida no Brasil pelo pesquisador da técnica e da tecnologia Ruy Gama, encontra respaldo, também, em Raistrick (1972, p. 2, 6), quando este autor menciona que a compreensão de monumento industrial restrito aos

vestígios da Revolução Industrial¹⁵ era uma definição autoritária, justamente por ignorar um momento importante da pré-Revolução, ou tratá-la de maneira tímida.

Desta forma, analisando os tombamentos federais, entre 1938 e 1978, além de engenhos, poucos elementos ligados diretamente à produção industrial foram tombados. Entretanto, chama a atenção o número de pontes tombadas pelo órgão; das oito pontes tombadas, seis estão localizadas na cidade de Ouro Preto (inscritas no Livro Tombo de Belas Artes em 1950). As outras duas, eram a Ponte dos Jesuítas (RJ) e a Ponte Grande (PI), inscritas no livro tombo Histórico e de Belas Artes, em 1938 e 1939, respectivamente¹⁶. Talvez pela forte presença de arquitetos (também urbanistas) no órgão federal de preservação, as pontes formaram um conjunto importante a ser preservado, tipologicamente descritas como elementos de obras públicas e infraestrutura urbana. E no âmbito do patrimônio industrial, seja por sua técnica construtiva, seja pela apropriação de materiais utilizados em suas construções, a tipologia “obras públicas” inclui canais, aquedutos, túneis, redes viárias. Mas, no caso dessas pontes, apesar de apresentarem técnicas refinadas de construção, seus tombamentos estavam longe de se referir ao conceito de patrimônio industrial; sua importância remetia, antes, à arquitetura colonial. Talvez, por esse motivo as pontes pênseis, Hercílio Luz (SC), uma construção da década de 1920 e Afonso Penna (GO), finalizada em 1911, elaboradas com técnica distinta e tombadas em 1998 e 2014, não caberiam naquele momento na prática de preservação do órgão federal.

Em contrapartida, símbolos do progresso apareceram em três elementos (uma linha férrea e duas edificações) e apresentam um diferencial em relação aos que vinham sendo tombados. É o caso do Trecho ferroviário Mauá-Fragoso, em Magé (tombado em 1954), do edifício da Estação de Hidroaviões, no Rio de Janeiro (tombado em 1957) e do Edifício da antiga Estação de mudas de cavalos, (e posteriormente transformada em Estação Rodoviária de Paraibuna), em Comendador Levy Gasparian (tombado em 1967)¹⁷. Tanto a linha férrea quanto a Estação de mudas de cavalos são obras que remetem à modernização do país

¹⁵ Definição estabelecida pelo Conselho Britânico de Arqueologia em 1959.

¹⁶ Esses dados, sobre os tombamentos das pontes, são apresentados em Tabelas no Apêndice B.

¹⁷ Outros processos de tombamento abertos na década de 1980 e 1990 como o prédio da Estação Telegráfica da conexão entre Cuiabá (MT) a Porto Velho (RO), em Ji Paraná (tombada em 2016); o Hangar de Zeppelins no Aeroporto Bartolomeu de Gusmão, RJ (tombado em 1998); e, em 2009, o tombamento de duas aeronaves *PBY Catalina*, indicam uma preocupação crescente com bens culturais de cunho tecnológico nas políticas de preservação federal. Ao lado dos museus ferroviários que ganham atenção durante a década de 1970 surge, também, o museu aeroespacial, que idealizado em 1943 pelo Ministro da Aeronáutica, Joaquim Pedro Salgado Filho, ganhou o espaço dos hangares no Campo dos Afonsos (RJ) em 1971, mas foi inaugurado apenas em 1976 (MACHADO; DIAS, 2016, p. 750, 751).

efetuadas durante o segundo reinado, enquanto a Estação de Hidroaviões possui desenho modernista. Em comum, esses três bens apresentam: sua relação com meios de transporte; em algum momento foram ícones de uma modernidade; e dois deles acabaram passando por um processo de musealização. O motivo de eles serem aqui analisados mais detidamente, acontece pelo fato desses elementos remeterem a uma tipologia diferente do que vinha sendo entendido como patrimônio histórico e artístico brasileiro, e pela sua relação com componentes do patrimônio industrial.

Contando com 14 quilômetros, o trecho entre o Porto de Mauá e Fragoso foi a primeira estrada de ferro do país, visto na época como um sinônimo de progresso econômico e de integração territorial; a ferrovia foi tombada como “monumento histórico nacional” durante as comemorações dos 100 anos de sua construção, em 1954. Junto com o trecho viria também a primeira locomotiva a rodar no Brasil, conhecida como Baronesa, que entusiasmou populares com sua exposição, no evento de aniversário de 100 anos do Distrito Federal em 1934; segundo uma matéria sobre o acontecimento, a locomotiva “constituiu uma verdadeira apoteose ao progresso ferroviário no Brasil” (A NOITE, 14 ago. 1934, p. 17). Mas foi na década de 1970 que um movimento em prol da salvaguarda da memória e do acervo ferroviário desencadeou uma discussão sobre a musealização de estações¹⁸ e bens ligados à ferrovia; e a proposta de construção de um museu ferroviário na Estação de Pacobaíba¹⁹ (antiga estação Mauá) foi uma das que abriram este debate (IBGE, 2020).

Em 1971, uma matéria jornalística demonstrou o interesse “pelo incremento do turismo” que aquele trecho inaugural poderia promover, visto “como um dos mais importantes marcos do ferroviarismo internacional”; o sugerido “Museu Ferroviário Mauá” teria “como atração máxima [...] a Baronesa” (CORREIO DA MANHÃ, 23 nov. 1971, p. 3). Três coisas chamam atenção nesta reportagem: o fato da locomotiva continuar despertando o sentimento de excepcionalidade; o fato de demonstrar uma preocupação com a memória ferroviária, justamente em um momento em que as ações de incentivo ao transporte

¹⁸ Entre a década de 1970 e 1990 foram construídos 8 museus ferroviários: *Museu do Trem em Recife*, que funcionou entre 1972 e 1983, sendo reaberto em 2014; *Museu do Trem no Rio de Janeiro*, que funcionou entre 1984 e 2007, reaberto em 2013; *Museu Ferroviário de Vila Velha* (Museu Vale), aberto em 1998; *Museu da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*, aberto em 1981; *Museu Ferroviário em São João del Rei*, aberto em 1981; *Museu Ferroviário Barão de Mauá*, em Jundiá, aberto em 1985 e que assumiu em 1995 o nome *Museu da Companhia Paulista de Estradas de Ferro*; *Museu Tecnológico Ferroviário do Funicular de Paranapiacaba*, criado em 1987; *Museu Ferroviário de Tubarão*, aberto em 1997. Em 2003 foi criado o *Museu Ferroviário de Juiz de Fora*. E em Joinville, a antiga Estação Ferroviária da cidade, tombada em nível estadual em 1996, após seu tombamento pelo IPHAN em 2008, recebeu o nome de *Estação da Memória*, abrigando um pequeno memorial da cidade.

¹⁹ Entre 1974 e 1977 esteve em funcionamento um Museu na Estação de Pacobaíba. Em 1977 seu acervo foi enviado para o pátio ferroviário de Engenho de Dentro. No novo espaço o acervo foi incorporado ao Museu do Trem, criado em 1984 (IBGE, 2020).

rodoviário eram cada vez maiores; e o fato de na mesma página do jornal haver uma propaganda de caminhões, dando a ideia de um modelo de transporte “já” ultrapassado, em contraposição a um modelo apto para substituí-lo.

Já a Estação de Hidroaviões, construída entre os anos de 1937 e 1938 e desenhada pelo arquiteto Atílio Correia Lima, foi um dos primeiros edifícios públicos em que a linguagem modernista foi expressa, formada por “estrutura livre de concreto armado, grandes panos de vidro com vista para os hidroaviões do embarcadouro, pilotis e marquises em balanço” (NASCIMENTO, 2014).

Com a edificação ameaçada de demolição durante a década de 1950, o pedido para o seu tombamento partiu de Lucio Costa, e além de reforçar os argumentos de José Gonçalves (1996, p. 89) sobre as justificativas preservacionistas calcadas sobre o perigo de destruição, demonstrou a consolidação de uma política de preservação voltada também para elementos da arquitetura modernista. Na notificação de abertura de tombamento da estação, enviada ao Ministério da Aeronáutica, Rodrigo Melo Franco de Andrade (1956 *apud* NASCIMENTO, 2011, p. 79) escreveria: “a referida construção constitui um dos marcos fundamentais da arquitetura moderna brasileira”. O tombamento teve pedido de impugnação e um dos conselheiros do órgão federal de preservação, o arquiteto Paulo Santos, em resposta à impugnação enviada pelo Ministério da Aeronáutica, enalteceu a natureza moderna da construção, dizendo que a edificação seria:

[...] motivo de orgulho às gerações futuras por seu excepcional significado na eclosão de um movimento de expressão internacional, como foi a arquitetura contemporânea do Brasil, não igualado em latitude, por nenhum outro da nossa história artística (SANTOS, 1958 *apud* NASCIMENTO, 2011, p. 80).

Quanto ao edifício da antiga Estação de muda de cavalos, sua construção remonta ao ano de 1876 e contou com elementos pré-fabricados importados da Europa. Foi construído em “estilo chalé francês com estrutura de madeira e alvenaria e com tijolos maciços à vista. Era a única [neste estilo] das doze estações de muda de cavalos que existiam ao longo da primeira rodovia brasileira, a União Indústria” (IPATRIMÔNIO, s.d.). Com 144 km, a estrada ligava Petrópolis a Juiz de Fora e de acordo com um artigo escrito na revista *Brasil Rodoviário*, de 1949, e reproduzido no *Jornal do Comércio* em 1961, a estrada possuía:

um traçado primoroso, aproveitando o terreno de modo notável, uma construção sem exemplo naquela época, dotada de todos os requisitos para uma estrada que deveria ser trafegada por veículos de tração animal, com obras de arte [pontes] suntuosas e seguras [...], drenagem cuidadosa, muros de arrimo que serviriam de

exemplo a várias gerações, foi a rainha das estradas brasileiras, honra da nossa engenharia (JORNAL DO COMÉRCIO, 1961, p. 5).

Em 1961, durante a comemoração de 100 anos da criação da estrada, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) organizou a criação do Museu Rodoviário. O museu guarda um acervo de ferramentas para construção de estradas, documentos, mapas, fotografias, diligências, serpentinas, demonstrando a evolução dos meios de locomoção. Apesar de uma “abertura simbólica” em 1961, o museu só foi aberto ao público em 1972 e teve papel preponderante como propaganda do governo militar, que seguia na época a cartilha desenvolvimentista contida no Plano de Integração Nacional (PIN). Obras que marcaram aquele momento, como a criação da Transamazônica e a ponte Rio-Niterói, foram temas abordados nas primeiras exposições do museu (BRASIL, 2015, p. 44, 50).

Na década de 1990, quando o museu foi entregue à gestão municipal, tanto a Câmara de Vereadores (OFÍCIO nº. 110, 21 Nov. 1996 *apud* BRASIL, 2015, p. 102, 103) quanto o Instituto Cultural Barão do Piabanha (OFÍCIO nº. 26, 22 Nov. 1996 *apud* BRASIL, 2015, p. 105) encaminharam ao IPHAN pedidos de tombamento do acervo.

Os pedidos foram indeferidos em dois momentos, por dois pareceres. Um deles, emitido, em 1997, por um técnico do IPHAN dizia que “em relação à contextualização da Coleção, [...] devido às características dos objetos – máquinas e seus componentes utilizados em construção e manutenção de rodovias – não cabe qualquer análise sobre a possibilidade de valor artístico deste Acervo” (SERZEDELLO, 1997, *apud* BRASIL, 2015, p. 106). Enquanto o outro indeferimento foi emitido em 1998 e manteve a posição anterior, desconsiderando tanto o valor afetivo quanto o reconhecimento das particularidades que envolvem os acervos industriais, declarava:

[...] Não encontramos no acervo do Museu Rodoviário valores históricos ou artísticos que o caracterizem no campo da excepcionalidade, seja quando pensamos em um conjunto, seja quando pensamos em seus componentes individuais, que possam ter valor por si só (ABREU, 1998 *apud* BRASIL, 2015, p. 108).

Nesse sentido, Zenilda Brasil (2015, p. 108, 109) chama a atenção para duas situações. Primeiro, o fato de que o pedido oficial de tombamento do acervo, em virtude da possibilidade de sua perda era, também, resultado de um desejo popular. A autora informa que estando em uma rota turística da região, o Museu Rodoviário, além de valorizar a memória local fomentava o comércio através do público visitante, por isso a população daquele distrito (Monte Serrat), e adjacências, defendiam a conservação do museu e do seu

acervo. Outro ponto, diz respeito à incompreensão de que se tratava de um acervo ligado ao universo da engenharia e do transporte, elementos envolvidos no conceito de patrimônio industrial, representados por “ônibus, caminhões, marcos de quilometragem, motores, planadores, tratores, rolos compressores e inúmeros outros” (BRASIL, 2015, p. 109).

A declaração de que não havia no acervo nenhum valor excepcional demonstra, não só a ausência de compreensão dos técnicos do IPHAN como, também, a problemática de conferir sentidos e valores aos objetos e coleções. Pomiam (1984, p. 72), em um estudo sobre esse tema indica que, para que ocorra a atribuição de valor de indivíduos ou grupos em relação a um objeto, “é necessário e suficiente que esse objeto [...] seja carregado de significado”; dessa maneira o valor de uma coleção ou objeto está no seu significado, que difere de um indivíduo para outro e de um grupo para outro. Mas, na ação do órgão federal, chama mais atenção, não o fato de ter menosprezado um valor patrimonial que justificasse o tombamento da coleção, e sim ter desprezado o significado que essa coleção representava para a comunidade.

O tombamento em 1964 da *Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema*, construída por ordem de D. João, onde se realizava a fundição do ferro e a produção de armas brancas, aparece como um marco na prática de registro documental dos sítios industriais. Com um tratamento diferenciado dos tombamentos anteriores, esse processo envolveu estudos mais aprofundados, incluindo dados sobre os processos de fabricação. Assim, as edificações e vestígios da fábrica de São João de Ipanema foram registradas no processo como “remanescentes de arqueologia industrial do primeiro complexo funcionante para a exploração e fabricação de ferro no Brasil [...]” (IPHAN, Arquivo Noronha Santos, processo 0727-t-64 *apud* CUNHA, 2018, p. 151). Todo o conjunto fabril foi tombado no Livro Histórico, incluindo “os fornos e forjas para ferro” e outras estruturas como a “serraria, a casa-sede da fazenda e a pequena vila de Varnhagen, com casas de diversas tipologias e tamanhos” (CUNHA, 2018, p. 151, 152).

Esse tombamento é tido como uma referência para a preservação do patrimônio industrial no Brasil, por ter levado em consideração vários elementos que caracterizavam e compunham a produção da fábrica e, mais ainda, por ter utilizado uma ideia de arqueologia industrial, conceito ainda pouco difundido no país. Ruy Gama, posteriormente, destacou o feito como “um marco que antecede o nome arqueologia industrial” no Brasil, uma ação que “se encaixaria perfeitamente no objeto e na preocupação de uma arquitetura industrial”. Assim, pesquisas que estavam sendo realizadas no âmbito de preservação industrial no exterior, para Gama, já estavam presentes no Brasil. Quanto aos trabalhos de restauração,

estes ficaram restritos aos edifícios, mostrando que desde aquele momento uma maior atenção nas ações de preservação recaía sobre as estruturas arquitetônicas, enquanto as máquinas, moinhos e ferramentas se perderam (GAMA, 1986, p. 256).

Como exposto pelo próprio Ruy Gama, as ações naquele momento antecederam o conceito de arqueologia industrial no país, por isso é importante destacar que as práticas desenvolvidas na Real Fábrica de Ferro na década de 1960 apresentaram a incipiente ideia de tratar um acervo industrial enquanto patrimônio histórico e artístico; e, não exatamente como uma metodologia, no sentido da Carta de Nizhny Tagil.

Todo o caminho percorrido até aqui, as observações e análises estabelecidas tentam compreender a maneira como o órgão federal de preservação foi absorvendo e aplicando noções que se aproximaram de uma prática voltada para a salvaguarda de elementos industriais, ou que remetessem às técnicas e processos de fabricação. O foco nos tombamentos federais se justifica pela ausência de instâncias estaduais e municipais de tombamentos até, aproximadamente, meados da década de 1970, quando segundo Fonseca (1997, p. 210) começaram a surgir outros órgãos e instituições em nível municipal e estadual.

Em entrevista concedida ao jornal *Folha de São Paulo* (13 de dezembro de 1980) e reproduzida no periódico *Ciência e Cultura*, Bezerra de Meneses²⁰ afirmava que, por haver indícios de antigos assentamentos indígenas no perímetro da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, as pesquisas no local ofereciam uma “possibilidade de estudo e de uma apropriação social, num leque bastante diversificado, indo desde os enfoques da arqueologia pré-histórica até os da chamada arqueologia industrial”. Nesse momento, o termo *arqueologia industrial* da maneira como é expresso aparece nitidamente como parte de um campo disciplinar – a Arqueologia; inclusive, é apresentado por Meneses, seguindo a definição restritiva dentro daquele conflito (abordado no início deste capítulo) das fronteiras temporais da arqueologia industrial no âmbito da Revolução Industrial. Alegando, naquele momento, que a maioria das pesquisas arqueológicas no país “não passa[va] de propostas de escavação”, Meneses alertava para a dificuldade dessas pesquisas irem além do estudo dos artefatos e chegarem “ao

²⁰ O autor possui vasta produção literária nos campos da história, da museologia e do patrimônio cultural, é Doutor em Arqueologia Clássica pela Sorbonne. Foi professor no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia e o Museu Paulista; e, Conselheiro no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT). Atuou na Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo, no Conselho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e participou dos comitês brasileiros do ICOM (International Council of Museums) e do ICOMOS (International Council of Monuments and Sites).

entendimento da estrutura e funcionamento de um sistema sócio-cultural”, foco que deveria ser almejado pelos estudos arqueológicos (MENESES, 1981, p. 296, 297).

Tanto a fala de Meneses quanto algumas reportagens encontradas em acervos digitais²¹, mostraram que, entre as décadas de 1970 e 1980, a expressão *arqueologia industrial* já vinha sendo utilizada no Brasil e veiculada em vários momentos na imprensa do país, embora as acepções semânticas do termo fossem variadas.

Algumas referências internacionais foram encontradas, como o artigo de 1979 que trazia uma notícia sobre dois matadouros na Itália (Roma e Bolonha) que graças “a tal ciência [arqueologia industrial] substitui a picareta de demolição, pelo cinzel do estudioso”. Descrita como um novo tipo de arqueologia, tinha como objetivo “estudar e recuperar as velhas construções destinadas à indústria que tem valor estético e arquitetônico” (O FLUMINENSE, 30 abr. 1979, p. 13). O mesmo jornal já havia feito uma reportagem sobre a comemoração em 1979 do *Ano da arqueologia industrial* na Inglaterra, em referência aos 200 anos da construção da Iron Bridge (O FLUMINENSE, 17 fev. 1979, p. 5).

Há, também, um exemplo nacional de intervenção em indústria encontrado em jornal, veio de Porto Alegre e dizia respeito à criação do *Museu do Trabalho* na antiga Usina do Gasômetro da cidade, em 1983. A matéria destacou a ação bem sucedida de professores, estudantes e membros de órgãos de preservação contra a tentativa de demolição do complexo. Além da exposição de um acervo formado por documentos, máquinas, fotografias e jornais, entre outros objetivos do museu estavam as “pesquisas sobre arqueologia industrial” tendo como foco “os princípios da industrialização no estado e sobre o movimento operário no Brasil” (JORNAL DO BRASIL, 1 mai. 1983, p. 25). Em 1982, uma reportagem sobre a criação dos Centros de preservação da arquitetura ferroviária, no Rio de Janeiro, menciona o trabalho da arqueologia industrial no esforço de encontrar “máquinas antigas, estruturas e equipamentos que documentam o início da sociedade industrial”. O artigo destaca que, entre o acervo para exposição (peças de locomotivas, variados tipos de máquinas), “aparecem exemplos da engenhosidade do operário brasileiro criando máquinas semelhantes às estrangeiras” (JORNAL DO BRASIL, 28 ago. 1982, p. 6).

Um Seminário promovido pelo Museu Imperial em 1983, explorou a arqueologia industrial como tema de um dos grupos de estudo sobre a “realidade histórica e social” da cidade. Assim, a “história industrial da cidade de Petrópolis” poderia ser observada “através

²¹ O levantamento desses dados relativos ao termo arqueologia industrial, se deu através de pesquisas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em jornais e revistas de São Paulo e Rio de Janeiro, entre as décadas de 1970 e 1980.

dos vestígios das antigas fábricas que tiveram seu apogeu no final do século XIX e início do XX” (O FLUMINENSE, 25 jun. 1983, p. 11).

Em 1976, uma matéria no *Jornal do Brasil* realizou um importante registro de como os estudos ligados à arqueologia industrial estavam sendo implementados e desenvolvidos no país. Entrevistados, o sociólogo Paulo Sérgio Pinheiro e o historiador Victor Leonardi falaram das iniciativas voltadas para o estudo da história da industrialização e do trabalho no Brasil. Pinheiro mencionou que a pesquisa industrial, apesar de inovadora no país, era uma área de estudo:

[...] tradicional internacionalmente. No Brasil raramente se fez a história de empresas e a arqueologia industrial, mas na Inglaterra e nos Estados Unidos, por exemplo, há uma grande preocupação na localização de vestígios, prédios e maquinários, pois essa história permite ao cientista social localizar dados mais concretos em suas análises (JORNAL DO BRASIL, 17 nov. 1976, p. 4).

Vários registros de vídeo e fotográficos do funcionamento de maquinários e áreas internas das fábricas estavam sendo realizados no interior paulista por uma equipe de pesquisadores²², como na Indústria de Tecidos São Luiz em Itu, no Velho Gasômetro na fábrica de papel e cremalheiras da estrada de ferro Santos-Jundiaí. Segundo Victor Leonardi (um dos coordenadores da pesquisa), os inventários e registros, que contavam com a participação de “personagens relevantes para depoimentos de história oral”, alimentariam um centro documental para estudos envolvendo a memória da industrialização no país (JORNAL DO BRASIL, 17 nov. 1976, p. 5).

O mesmo grupo de pesquisadores, em 1977, a partir da pesquisa sobre “Imagens e história da industrialização no Brasil 1889-1945”, auxiliaram na produção da exposição *Origens da industrialização em São Paulo*, no MASP. A matéria do jornal começava com estranheza: “uma exposição sobre trabalhadores, pode-se dizer que não é muito comum em nossos museus”. Uma estranheza que demonstrava uma distância entre o mundo museológico e as camadas populares da sociedade; camadas que na própria historiografia tiveram pouca representação, mas que passaram a assumir, a partir da década de 1970, um papel central nos estudos brasileiros, junto com os movimentos sociais no país (MATOS, 2012, p. 102).

O perigo de “amnésia permanente”, com a iminente destruição de vestígios industriais e sua documentação, serviu de incentivo para a pesquisa e para a exposição, que contaria com

²² A equipe multidisciplinar era formada por sociólogos, historiadores, economistas, cineastas, designers e arquitetos ligados à UNICAMP.

filmagens e fotografias, “registros dos ‘monumentos industriais’, fazendo uma espécie de arqueologia industrial” (FOLHA DE SÃO PAULO, 12, AGO. 1977, p. 33).

Nota-se que o termo *arqueologia industrial* utilizado na matéria refere-se, à uma investigação aprofundada, uma busca de vestígios, e aparece muito próximo do sentido aplicado pelos primeiros teóricos do campo; ainda mais por estar associado ao termo *monumentos industriais*, alvo de questionamentos pelo Conselho britânico de arqueologia em 1959, e que teve como definição os resquícios do passado industrial, abordado no primeiro subcapítulo. No caso das intervenções em matadouros italianos, o termo é citado como uma *ciência*, um campo de conhecimento para o estudo e recuperação de construções industriais. Já nas ações de preservação ferroviária no Rio de Janeiro a procura e identificação de maquinários é noticiado como atividades ligadas à arqueologia industrial e sua busca por vestígios. Em alguns dos exemplos, o termo se apresenta vinculado à conservação do maquinário industrial como fonte documental para pesquisas históricas sobre a industrialização e o mundo dos trabalhadores, e também servindo de base para composição de acervos museais. Em comum, pode-se destacar o sentido do termo como a preservação de vestígios industriais, com a memória do processo de industrialização em seus diferentes suportes: edificações, maquinários, documentações, registros visuais e orais.

Desse modo, a noção de um patrimônio histórico ligado à indústria até esse momento no Brasil parece totalmente atrelada à ideia de arqueologia industrial; motivo que leva à indagação: em que circunstância, no Brasil, o conceito de patrimônio industrial absorveu o conceito de arqueologia industrial?

Talvez o destaque para o papel do operário na historiografia nacional, entre as décadas de 1970 e 1980, tenha favorecido não só a atenção sobre a história da industrialização brasileira, mas também a preservação dos seus vestígios enquanto patrimônio cultural. Pesquisadores da UNICAMP e o curso de História foram decisivos nessa produção historiográfica, tanto pelas pesquisas desenvolvidas quanto pela incorporação do acervo de Edgard Leuenroth²³. Meneguello (2011, p. 1828) chama atenção para a importância das primeiras “pesquisas monográficas” voltadas, não só, para as rotinas de trabalho nas fábricas, mas também para o cotidiano dos operários, sua imprensa e sua organização sindical²⁴.

²³ O Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), foi criado em 1974 a partir da coleção de documentos impressos reunidos por Edgard Leuenroth, militante das causas operária, anarquista, arquivista e jornalista.

²⁴ Alguns títulos mencionados por Meneguello são: HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. **Remate de Males**, n. 5, 1985; e BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto/Universidade São Francisco, 1998. p. 145-158.

Um reaparecimento do movimento operário na cena política brasileira na década de 1980 esteve, também, associado aos diversos movimentos populares que lutavam pela redemocratização e pelos direitos sociais.

Sobre a participação dos operários nesse contexto os pesquisadores Paulo Fontes e Francisco Macedo (2017, p. 36) salientam o papel das greves em 1978 e 1979 e, sobretudo, a greve de 1980 no ABC, que mobilizou 300 mil metalúrgicos por 41 dias e sofreu grande repressão policial, mas fomentou “uma avalanche de estudos acadêmicos que, esmiuçando-a em seus múltiplos aspectos, legaram-no uma vasta e diversificada bibliografia”.

Dessa maneira, podemos traçar um paralelo entre uma produção histórica dos movimentos operários e da industrialização no país durante a década de 1980 e a relevância da memória dessas atividades e desses locais como parte importante da história brasileira. Exemplo dessa confluência, foi o debate realizado pelo departamento de patrimônio histórico da Eletropaulo²⁵ em 1986, no qual estudos sobre a industrialização e o operariado estiveram ligados às questões de preservação do patrimônio histórico.

Meneguello (2005, p. 130), em outro texto chega a mencionar a criação de uma “Declaração de Campinas” idealizada em fins da década de 1980 por membros do Grupo de Estudos de História da Técnica (GEHT), sediado no Centro de Memória da Unicamp, grupo que em 1998 redigiu a Carta de Campinas, visando a “conservação dos bens culturais, aqui designados por ‘construções e instalações utilitárias’, ligados aos ofícios, às profissões e às indústrias” (GEHT, 1998, p. 1). O fato de chamarem atenção para as *edificações utilitárias* “(caldeiras, carretões, forjas, fornalhas, guindastes, laboratórios, máquinas e pilões de café, marombas, moendas, moinhos, monjolos, noras, rodas-d’água, sistemas Decauville, monotrilhos, Lartigues e outros)”, é justificado como uma maneira de proteger edificações tidas como menos relevantes e assim preservar, também, a memória de atividades artesanais (GEHT, 1998, p. 2, 3). E, em 2004 o TICCHI Brasil foi formado com uma forte presença de pesquisadores ligados às instituições paulistas: USP, UNICAMP e PUC-Campinas.

Todo o fluxo dos movimentos sociais da década de 1980 alteraria a própria prática do órgão federal de preservação e, ao mesmo tempo, a memória industrial ganhou, como percebemos, cada vez mais espaço atrelada às pesquisas sobre o processo de industrialização e as lutas trabalhistas no país.

²⁵ Registros de Ruy Gama, anteriormente abordados na dissertação, foram mencionados nesta Conferência.

Na quarta publicação do Boletim *SPHAN/Pró-Memória* em 1980, o entrevistado, professor Roberto di Stefano²⁶, defendendo a preservação dos bens culturais como um elemento relevante da política social, indica o que se entendia, naquele momento, pelo conceito de arqueologia industrial, quando se refere ao período entre fins do século XIX até os dias atuais:

[...] Por exemplo, tudo o que entre nós se chama arqueologia industrial, ou seja, o período desde quando se deu a construção da primeira ferrovia, dos primeiros estabelecimentos fabris. [...] É um período de grande importância, que se está destruindo com muita rapidez, porque estes equipamentos industriais vêm sendo substituídos imediatamente por outros, com grande velocidade (MEC, 1980, p. 18).

O problema das descaracterizações nos espaços urbanos já era sentido desde a década de 1970, com o crescimento desordenado dos principais centros urbanos do país. E é em relação a esse movimento que Roberto di Stefano chamou a atenção para a tentativa de se evitar a destruição de documentos e vestígios ligados ao processo de industrialização no país (MEC, 1980, p. 17, 18). No Brasil, o incentivo governamental à construção civil e o aumento populacional nas cidades geraram uma pressão sobre sítios urbanos preservados e, mais ainda, sobre os centros históricos e bairros tradicionais sem nenhuma tutela de salvaguarda.

A postura tradicional do órgão federal de preservação com sua predileção por elementos da arquitetura e arte colonial passou, desde fins da década de 1970, a sentir um influxo por uma participação de diferentes estratos da sociedade, além das transformações políticas e questões ligadas à expansão patrimonial e memorial.

O movimento internacional de ampliação do campo patrimonial e a importância dada ao passado, durante a década de 1980, assumiram no Brasil algumas peculiaridades. O contexto político de redemocratização após a ditadura militar se desdobrou em novas práticas quando o órgão federal de preservação expressou “o reconhecimento de bens culturais como patrimônio a partir de demandas da sociedade [...]” (SANT’ANNA, 2014, p. 26). Esse novo contexto trouxe consigo diferentes questionamentos quanto aos critérios de valor e referências conceituais usadas habitualmente pelo órgão federal de preservação na prática do tombamento, ao passo que novos programas de preservação do patrimônio cultural brasileiro começaram a incluir a produção cultural de grupos sociais populares, como operários, afrodescendentes, ou mesmo outra tradição distinta da luso-brasileira (FONSECA, 1997, p.

²⁶ O engenheiro civil, Roberto Di Stefano, foi coordenador do curso de restauração da Universidade de Nápoles na Itália durante a década de 1980. Trabalhou também como consultor técnico da UNESCO e foi presidente do Comitê italiano do ICOMOS. Stefano prestou assessoria ao IPHAN em 1980, durante intervenções nas ruínas de São Miguel das Missões, RS.

234, 235). Outras instâncias como, por exemplo, o órgão paulista de preservação, o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), desde meados da década de 1970 passava por reestruturações e já vinha considerando em suas práticas de preservação cultural, a “memória social” e estendendo “a proteção oficial para áreas naturais e urbanas” (RODRIGUES, 2000, p. 59).

Márcia Chuva (2012, p. 161) refere-se ao artigo 216 da Constituição de 1988 como a consolidação de “uma noção ampla e plural da identidade brasileira, trazendo para a cena jurídico-política a noção de bens culturais de natureza imaterial”. Sobre o mesmo artigo da Constituição de 1988, Ulpiano Meneses (2012, p. 33) considera como grande inovação, não só o fato de a Constituição ter incluído os “bens de natureza imaterial”, mas principalmente, a descentralização do papel estatal em auferir o valor do bem. Anteriormente, a instituição do patrimônio só acontecia a partir do seu tombamento, pelo órgão federal, conforme o Decreto-Lei nº. 25 de 30 nov. 1937, e a consequente inscrição do bem no respectivo livro do tombo. Com o artigo 216 da Constituição a definição de patrimônio foi alterada; antes considerado “histórico e artístico” pelo Decreto nº. 25/37, pela Constituição passa a ser patrimônio “cultural”. A mudança reconheceu que os valores culturais são criados pela própria sociedade, provocando uma ruptura na visão patrimonial tradicional e compreendendo que diferentes grupos sociais, étnicos e culturais pudessem eleger também seus respectivos bens culturais como patrimonializáveis.

E mesmo que a Constituição seja um marco legal de novas perspectivas para o campo patrimonial, antes da década de 1980 a noção de “bem cultural” já estava sendo implementada por Aloísio Magalhães no Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em um movimento de valorização da diversidade cultural brasileira, em que o patrimônio era visto como parte da vida cotidiana. Sobre a relação desta noção com a sociedade, Ulpiano Meneses interpreta a ideia de “bens culturais” enquanto práticas sociais, acionadas por “grupos sociais, comunidades, para socializar, operar, fazer agir suas ideias, crenças, afetos, significados [...], seus valores” (MENESES, 2012, p. 32).

Criado em 1975 a partir do convênio entre Ministério da Indústria e do Comércio e o Governo do Distrito Federal, o CNRC buscou valorizar as manifestações culturais e aproximá-las de iniciativas voltadas para o desenvolvimento econômico. Sua fusão em 1980, com o IPHAN, originou o SPHAN/ Pró-Memória, sob a liderança de Aloísio de Magalhães. O quadro técnico foi ampliado, contando com antropólogos, geógrafos e sociólogos, além de historiadores e arquitetos, enquanto a participação da comunidade como agentes da cultura

abriu oportunidade para sua presença na identificação e no estabelecimento de valores patrimoniais (SANT'ANNA, 2014, p. 24, 25).

Um dos primeiros tombamentos do órgão federal nessa nova configuração foi o da *Fábrica de Vinho Tito Silva & Cia.*, em João Pessoa, na Paraíba, realizado em 1982; fez uso do argumento de que o vinho de caju produzido ali significava “um saber intimamente relacionado com as características regionais do processo cultural brasileiro” (MEC, 1981, p. 10). Visto que o caju é uma fruta característica da região nordeste brasileira, além de largamente usada na gastronomia, sua produção e comercialização teve grande importância na economia local, sendo inclusive comercializado em outros estados. Esse tombamento esteve ligado ao projeto “Estudo Multidisciplinar do Caju”, sob a coordenação de Aloísio de Magalhães, no CNRC. A fábrica, criada em 1892, apesar do uso de maquinário desde 1940, manteve a produção tradicional do vinho, uma prática interpretada como “Tecnologia Patrimonial – o conjunto de conhecimento e técnicas populares historicamente determinadas” (MEC, 1981, p. 9).

A ideia de uma *tecnologia patrimonial* corresponde aos pressupostos mencionados no início do capítulo 1, relativos às afirmações de arqueólogos industriais como Angus Buchanan (1976) e Arthur Raistrick (1972) sobre a concepção mais ampla de indústria, entendida como uma técnica humana para fabricação de ferramentas, utensílios, produtos. E é justamente por isso que os programas desenvolvidos pelo CNRC podem ser vistos como fundamentais para despertar na prática do órgão federal de preservação uma atenção voltada não, apenas, para os vestígios imóveis do patrimônio, mas, sobretudo, para o “saber fazer”, para o entendimento da prática artesanal e dos processos de fabricação, investigando “o trato da matéria-prima, as formas de tecnologia pré-industrial, as formas do fazer popular, a invenção de objetos utilitários” (MAGALHÃES, 1985 *apud* FONSECA, 1997, p. 172). Assim, o conceito de técnica e tecnologia, era capaz de incorporar uma diversidade de experiências muito maior do que o conceito de patrimônio industrial (quando restrito ao âmbito da Revolução Industrial).

Outro exemplo que reforça esse argumento foi o projeto de registro da “tecnologia” da tecelagem popular no triângulo mineiro, desenvolvido pelo CNRC, que além de documentar todo o processo de fabricação, a “obtenção das matérias-primas, fiação, tingimento, tecelagem e produtos resultantes”, também fez uma descrição detalhada de ferramentas, instrumentos e a “classificação de aproximadamente 300 padrões” (MEC, 1979, p. 2). Enquadrar a produção tradicional, o desenvolvimento econômico regional e o fomento ao turismo em um contexto “sócio-econômico-cultural”, era o principal objetivo dos

programas do CNRC. Em 1984, foi lançado o livro *Tecelagem manual no Triângulo Mineiro uma abordagem tecnológica*, com vasto material de pesquisa, ilustração e fotografias sobre a antiga prática de tecer nos teares de 4 pés.

Em Santa Catarina, um dos programas implementados pelo CNRC chamava-se *História da Ciência e da Tecnologia no Brasil*, e foi responsável pela criação do Museu ao Ar Livre de Orleans (1980), que dentro da compreensão de Ecomuseu elaborou o projeto *A Indústria Familiar dos Imigrantes*. Segundo o *Boletim SPHAN/Pró-Memória*, além da criação do museu e da microfilmagem de diversos documentos relativos à imigração da região, o projeto pretendeu “estudar as técnicas empregadas pelos imigrantes do século passado e seus descendentes em suas unidades de produção”, demonstrando a “tecnologia básica da produção colonial” (MEC, 1979, p. 3).

Figura 1: Fiandeira enrolando o fio no carretel, procedimento conhecido como fiação.



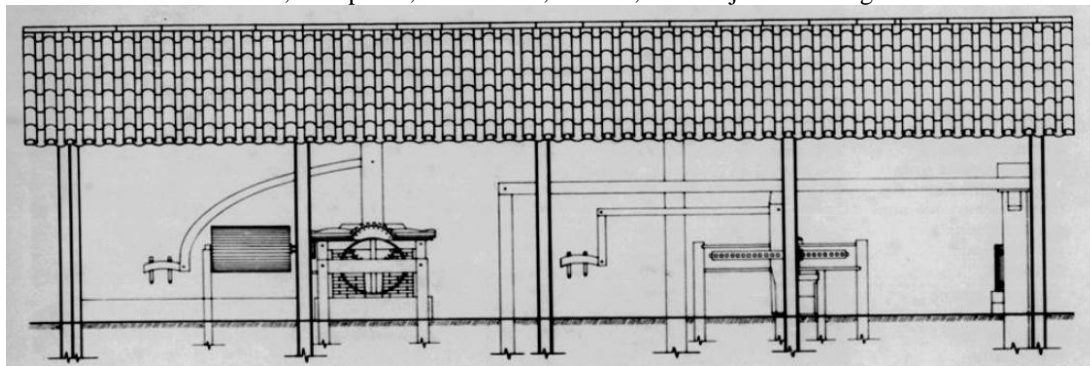
Fonte: Retirada do livro *Tecelagem Manual no Triângulo Mineiro – uma abordagem tecnológica*, 1984, p. 23.

O estímulo para a criação do museu e “a preocupação com o patrimônio industrial dos imigrantes europeus” aconteceu em virtude do “impacto da enchente de 1974 no município de Tubarão (SC) e regiões do entorno, incluindo Orleans. A enchente destruiu grande parte das indústrias caseiras à beira dos rios que utilizavam a força das águas como fonte de energia” (PISTORELLO, 2015, p. 27).

Althoff (2008, p. 81) indica que a criação do Museu de Orleans representou a tentativa de se unir salvaguarda e retorno financeiro:

Assim buscava-se preservar não apenas o saber fazer e o conhecimento dos meios técnicos para isso, mas também havia a intenção que aquele local pudesse concentrar os meios para suprir as necessidades de beneficiamento dos produtos produzidos pelas comunidades locais, produzindo a farinha de milho, aguardente, farinha de mandioca, dentre outros produtos. (ALTHOFF, 2008 p. 81).

Figura 2: Vista lateral de engenho de farinha movido à tração animal, aparecendo na sequência da esquerda para direita, o raspador, a cevadeira, o forno, a almanjarra e a canga.



Fonte: *Boletim SPHAN/Pró-Memória*, n. 1, 1979, p. 4

Dado importante na criação do Museu de Orleans foi o processo de construção de alguns engenhos manuais, que exigiam, em alguns casos, reprodução e ajustes de peças, remontagens e desmontagens dessas estruturas. De acordo com Cecília Londres Fonseca, em entrevista concedida à pesquisadora Maria Dutra, em 2016, esse processo serviu para um maior entendimento dos mecanismos de funcionamento desses engenhos e contou com o apoio do artesão Altino Benedetti, tanto para a montagem quanto para:

[...] narrar o processo de construção e fabricação dessas peças e o seu uso. Quer dizer, os conhecimentos que estão associados a isso, todo o processo de produção. Então ficou. Tá lá até hoje o Museu de Imigração. Acho que foi o primeiro museu de imigração do Brasil. E com essa proposta um museu de tecnologias patrimoniais. [...] Então foi feita a publicação, tá lá nos arquivos, toda a documentação tá lá, do museu, do processo do seu Altino (FONSECA, 2016 *Apud* DUTRA, 2017, p. 35, 36)²⁷.

A iniciativa de unir preservação do patrimônio cultural e a participação da comunidade com desenvolvimento econômico se mostrou como um dos preceitos fundamentais para a salvaguarda não só dos processos de produção como também o maquinário, os instrumentos para a produção. Seguindo os objetivos do CNRC, o museu não

²⁷ Como o Museu de Imigração e Colonização na cidade de Joinville teve sua fundação em 1957, é provável que Fonseca tenha mencionado o pioneirismo do Museu de Imigração de Orleans em relação à presença das estruturas de produção que fazem parte do seu acervo.

seria apenas um “acervo estático de peças antigas” com intuito de “mostrar a tecnologia básica da produção colonial”, mas, sobretudo “um núcleo vivo de múltiplas atividades culturais” (MEC, 1979, p. 3).

Em âmbito estadual, a proteção do patrimônio cultural catarinense é estabelecida pela Lei n. 5.056, de 22 de agosto de 1974, sendo, posteriormente, substituída pela Lei n. 9.342, de 14 de dezembro de 1993. Janice Gonçalves (2016, p. 171) informa que “entre 1984 e 1995 foram realizados 9 tombamentos”, enquanto entre os anos de “1996 e 2006 chegaram a 298” tombamentos. Nesse período de duas décadas expandiram-se, não só o número de tombamentos mas, também, as regiões do estado com bens contemplados e as tipologias, abrangendo áreas de Mata Atlântica, edificações de “usos administrativos, comerciais, industriais e residenciais”, além de “obras de engenharia e prédios vinculados à infraestrutura de viação e transporte (como pontes metálicas e estações ferroviárias)” (GONÇALVES, 2016, p. 172). Entre esses bens pode-se destacar a Casa Zipperer, residência do fundador das Indústrias de Móveis Cimo em Rio Negro. Nos fundos da residência havia os galpões da fábrica que foram incendiados restando atualmente apenas sua chaminé. Em Mafra, a Ponte Metálica Dr. Diniz Assis Henning com treliças e piso de madeira teve sua estrutura produzida na Bélgica, sendo inaugurada em 1892. O complexo da indústria têxtil da família Hering em Blumenau, com suas primeiras edificações construídas na década de 1880, foi tombado em 2002 e conta desde 2010 com um museu da fábrica, expondo máquinas, fotográficas e documentos. E a Usina Termelétrica de Imbituba, que funcionou entre 1910 e 1972 e ainda possui um antigo gerador e painéis de controle (FCC, 2019).

Outro bem catarinense que diz respeito ao patrimônio industrial, e significativo exemplar nacional é a Ponte Hercílio Luz. Considerada Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico do Município de Florianópolis em 1992, sua patrimonialização se estenderia para outros níveis de preservação, com seu tombamento em nível estadual (1997) e federal (1998). Inaugurada em 1926, “a Ponte Hercílio Luz é o grande elemento urbano de Florianópolis e um dos mais importantes monumentos de Santa Catarina”; com estrutura em ferro, a ponte pênsil exprime uma combinação entre “arte e técnica” (COELHO, 1997, p. 3, 4).

A ponte Hercílio Luz representa um exemplo de uma engenharia moderna, que sintetizou as potencialidades materiais e inovações técnicas de uma época, iniciada ainda em meados do século XIX, quando novas formas de pensar a arte e a arquitetura alteraram processos construtivos, disseminando o uso de materiais como o ferro, o concreto armado, o vidro e posteriormente o aço (KÜHL, 1998, p. 36). Sua construção envolveu novas técnicas e

acabou se tornando uma nova tipologia, apelidada de “Ponte tipo Florianópolis”, servindo de referência internacional para construção de duas outras pontes nos EUA: a Silver Bridge e Saint Marys Bridge. A principal característica do “Florianopolis type” ou “Steinman type” é que o cabo de suspensão foi incorporado ao acorde superior, às treliças superiores que sustentam o cabo horizontalmente (HAYASHI, 2012, p. 62).²⁸

Mahmoud informa que, em princípio, o projeto de Steinman, por volta de 1920, seguiu um desenho convencional, mas diante de uma inovação na produção de barras de aço mais resistentes, ele pôde refazer o desenho e criar novas postulações que alteraram os desenhos da ponte e garantiram menor tensão sobre a estrutura, gerando economia de material e capital (MAHMOUD, 2019, p. 123-125).

Figura 3: Desenho inicial da ponte Hercílio Luz e a nova proposta de David B. Steinman apresentada na segunda edição do seu livro *A practical treatise on suspension bridges – their design construction and erection*, de 1929.



Figure 4. Schematic of a design (not adopted) for a suspension bridge at Florianopolis (Steinman 1929).



Figure 5. Schematic of the adopted design for the suspension bridge at Florianopolis (Steinman 1929).

Fonte: MAHMOUD, 2019, p. 125.

Essa situação particular da construção da Ponte Hercílio Luz, que possibilitou uma inovação estrutural no que diz respeito às técnicas construtivas de pontes pênséis, pode ser observada com um elemento diferencial nos argumentos para sua preservação; em contraposição à imagem negativa, (não da sua restauração, que contou até com um movimento popular para seu tombamento e preservação), mas em relação aos gastos, que ao longo de quase 30 anos (entre 1991 e 2020), consumiram 700 milhões de reais, segundo CPI

²⁸ Existe um registro na Austrália, realizado pelo especialista em inspeção e construção de pontes sustentadas por cabo, Khaled Mahmoud, que estudou o caso de uma ponte construída em 1936, sobre o rio Brisbane, que dá, também, nome à cidade. Mahmoud remete a construção dessa ponte ao “Florianopolis type”; e dessa forma, aos padrões de construção projetados por David Barnard Steinman (1886-1960), utilizados na Ponte Hercílio Luz, concluída em 1926.

aberta em 2019 para apurar esses valores – “cenário [que] despertou o descontentamento dos catarinenses” (NOTÍCIAS SANTA CATARINA, 6 Abr. 2019).

No sentido da estrutura urbana, a ponte produziu transformações tanto na paisagem quanto no tecido da cidade, e como principal via de acesso à cidade desde 1926, influenciou a formação de novos aglomerados comerciais no seu entorno; ao mesmo tempo deslocou o fluxo de mercadorias e comércios de antigas áreas, antes interdependentes do transporte marítimo (ANDRADE, 1978, p. 116-118).

Tentando se firmar como capital do estado, várias melhorias urbanas ocorreram em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX e a construção da ponte, para facilitar o acesso à ilha e sua melhor integração com outras cidades do estado, era uma delas. O historiador Hermetes Reis de Araújo destaca a construção da ponte como um marco, que:

Dividiria um tempo passado de atraso e um outro que supostamente se anunciava como portador do progresso[...]. Determinando o fim das precárias travessias de barco ou de balsa que eram utilizadas para a comunicação entre a capital e o continente, a construção da ponte significou, de acordo com os discursos das elites e dos políticos na época, muito mais do que um conforto para a população, pois passou a ser considerada como o monumento máximo a representar o empenho e os anseios pela instauração de uma modernidade burguesa em Florianópolis (ARAÚJO, 1989, p. 126).

A fala de Araújo sobre a construção da ponte como um marco temporal que se abriu para uma nova expectativa de futuro progressista, assim como outros elementos característicos do patrimônio industrial (fábricas, obras públicas, ferrovias), evidencia o estreito vínculo entre industrialização, urbanização e crescimento das cidades. As transformações sociais, culturais e econômicas sobre o modo de vida urbano que o avanço da era industrial imprimiu sobre as cidades e seus habitantes fez do patrimônio industrial um elemento incorporado ao patrimônio urbano, e da mesma forma entendido como monumento coletivo.

Esses vestígios industriais, estruturas e paisagens alteradas, são marcas criadas pela atividade humana, que em um determinado momento da história, com o desenvolvimento tecnológico, foi capaz de transformar os meios de produção, criar novos materiais e novas técnicas construtivas, interferindo nos campos da arquitetura, da engenharia e do próprio urbanismo. E a importância patrimonial atribuída a esses elementos nas últimas décadas do século XX, demonstram em grande parte, ter sido despertada a partir do momento em que surge uma compreensão de que a sociedade contemporânea é fruto desse processo de

mecanização e industrialização; processo que alterou as formas de se viver e gerou uma nova estrutura de cidade, tomada por ferrovias, fábricas, minas e aglomeração humana.

Mas outras situações, também fazem parte deste cenário, assim, a valorização desses elementos deve ser interpretada dentro de um contexto internacional que considere: a reconfiguração na compreensão dos valores artísticos e históricos; os problemas da preservação em sítios urbanos derivados do crescimento das cidades; o alargamento do conceito de patrimônio; a prática historiográfica voltada para camadas populares (movimento influenciado, inclusive, pelo livro de Edward Thompson, *A formação da classe operária inglesa*, lançado em 1963).

Além dos motivos externos, no contexto brasileiro deve-se levar em conta: a ideia de *bem cultural* ligado à prática cotidiana; um contexto político de redemocratização de luta pelos direitos sociais, valorização dos trabalhadores e melhores condições de vida; uma demanda de maior representatividade da diversidade cultural brasileira na política patrimonial e uma historiografia que se voltou para o movimento operário. Essas são situações que atingiram e pressionaram a prática preservacionista do órgão federal, expandindo o leque de bens patrimonializáveis e alterando o ponto de vista no que diz respeito à relação do bem cultural com a comunidade. E também permitiram que esse novos vieses fossem contemplados nas ações dos novos órgãos de preservação, em âmbito estadual e municipal, que surgiram, sobretudo, a partir da década de 1970.

Vimos que a memória ferroviária desde a década de 1970 já vinha ganhando relevância, em um movimento que se estenderia pela década de 1980. Em um mesmo ritmo aconteceria, durante a década de 1980, a expansão tipológica de pedidos de tombamentos para elementos ligados:

[...] à industrialização (fábricas, vilas operárias); ao comércio (mercados); aos meios de transporte (estação ferroviária e até ferrovias, instalações portuárias e de aviação, locomotivas, bondes, embarcações, aviões, pontes, faróis); ao abastecimento (caixas d'água, açudes, poços de petróleo); ao lazer e meios de comunicação (cinemas, estádio de futebol, estádios de rádio, estações telegráficas); à educação, à ciência e a medicina (observatórios astronômicos, institutos de pesquisa, hospitais, farmácias, escolas e faculdades) (FONSECA, 1996, p. 157).

Fonseca expõe a abrangência do que entendemos como patrimônio industrial, e como seu sentido também pode ultrapassar a ideia de preservação do simples vestígio fabril, do maquinário e ferramentas, e se estender para variadas manifestações das áreas técnicas (produção, tecnologias, arquitetura, infraestrutura urbana, obras públicas) até sua relação com a paisagem urbana e com a vida das comunidades.

A criação de valor é ponto fundamental no ato de selecionar e proclamar um elemento como bem patrimonial. Por isso, as análises em torno dos critérios que norteiam as ações na seleção dos bens tidos como significativos e as dimensões simbólicas envolvidas na construção dos discursos patrimoniais e de atribuição de valor, podem evidenciar não apenas como as políticas de preservação do patrimônio industrial vêm sendo construídas, mas revelam também que tipo de passado é invocado nesse processo. E são essas análises que guiarão o próximo capítulo, quando investigaremos o processo de tombamento de elementos de cunho industrial na cidade de Joinville.

CAPÍTULO 2: NO ROL DA PRESERVAÇÃO: PATRIMÔNIOS INDUSTRIAIS TOMBADOS EM JOINVILLE

“O que herdaste de teus pais,
conquista-o, para que o possuas.”
Johann Wolfgang von Goethe

O efeito de espelho (da sociedade europeia humanista em relação à Antiguidade), descrito por Choay, com a emergência do patrimônio histórico a partir da “descoberta das antiguidades” na Europa do século XV, revelou mais do que o simples intervalo temporal entre as diferentes sociedades humanas; ele propiciou uma tomada de consciência a partir do “efeito de distância, de afastamento”. Assim, de “suporte para a memória” à construção de sua própria imagem, o reconhecimento das edificações da Antiguidade como “monumentos históricos” transformou as formas como a sociedade ocidental percebia seu passado e refletia sobre o mundo e a passagem do tempo (CHOAY, 2001, p. 205, 206). A criação de um inventário dos monumentos históricos considerados patrimônios nacionais mostra, de acordo com Choay (2001, p. 98), o “poder mágico da noção de patrimônio”, articulada na França revolucionária a partir da “metáfora do espólio”. De fonte de conhecimento para instrução nacional e “referência para o presente” à sua consagração como “novo culto da arte” ou como manifestação do tempo sobre a matéria perecível, o monumento histórico, com seu teor “insubstituível”, manteve seu poder de reverência à memória (CHOAY, 2001, p. 134, 136, 139).

Se o monumento histórico é uma herança do passado, da mesma maneira é a memória, que pode ser conduzida de geração em geração; é por esta analogia que expomos na abertura deste capítulo a frase de Goethe, que faz parte do poema *Fausto* (publicado em 1808), e que foi mencionada por Freud (1996, p. 103) na obra *Totem e Tabu* (publicado em 1913), para referenciar a ideia de que os processos psíquicos, de alguma forma, são transmitidos de geração em geração assim como uma herança. No poema trágico de Goethe, o legado do progenitor assassinado inquieta o herdeiro, existe ali uma “carga”, uma herança, que é quase um “ônus”, por isso a necessidade de dominá-la, de controlá-la, para que o herdeiro seja parte dela. Idealizado ainda no século XVIII, *Fausto* fomenta uma ideia de herança similar aos projetos de proteção do patrimônio francês na última década daquele século.

Foi possivelmente sob o domínio da “memória transgeracional” e sua oportunidade de abertura temporal “em direção a um passado” (RICOEUR, 2007, p. 405, 406) que, em

1858, o imigrante saxão Ottokar Doerffel reverenciou sua herança cultural, citando a mesma passagem de Goethe que abre o capítulo, durante a inauguração, em Joinville, da *Harmonie-Gesellschaft* (Sociedade Harmonia), importante palco de entretenimento, “sobretudo pela cultura da arte dramática” (HERKENHOFF, 1978, p. 338).

Assim como outras instituições culturais criadas nos primeiros anos da Colônia Dona Francisca, a Sociedade Harmonia representava, além do fomento artístico, um importante vínculo cultural entre os imigrantes germânicos. As diversificadas associações comunitárias incluíam grupos corais, de atiradores, de ginástica, a Escola Alemã e significavam suporte para as identidades culturais dos grupos imigrantes (HERKENHOFF, 1981, p. 24).

Ligado administrativamente à cidade de São Francisco do Sul, o Município de Joinville foi instalado em 1869 com a fundação de sua primeira Câmara Municipal. A presença de políticas culturais desenvolvidas pelo poder público municipal tem maior fomento a partir da segunda metade do século XX, quando “redesenha sua estrutura administrativa, criando órgãos e instituições com a participação de agentes da sociedade civil” (SILVA, 2016, p. 55). No âmbito patrimonial, a criação do Departamento de Cultura, Esporte e Turismo, em 1973, trouxe a organização de uma seção voltada propriamente para o *Patrimônio Histórico Cultural*, que possuía, entre seus atributos, o de “levantar o patrimônio histórico e cultural do Município, gestionando junto aos órgãos competentes para a preservação, conservação e restauração das reservas existentes”, além de “promover e incentivar a pesquisa histórica, antropológica e cultural do Município”. Mas a inexistência de uma legislação municipal de tombamento submetia as intenções de preservação pelo tombamento à esfera estadual e federal (SILVA, 2016, p. 61).

O tombamento em nível municipal, principal alvo das análises nesse momento, só seria possível após a criação da Lei Municipal nº. 1.773, de 1 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e natural do município de Joinville. Nesse mesmo ano, com a criação da Fundação Cultural de Joinville (FCJ), a Lei nº 1.863 de 23 de abril de 1982, em seu artigo 1º., deu à FCJ a competência para “instituir e regulamentar o tombamento artístico, cultural, histórico e paisagístico no Município de Joinville” (JOINVILLE, 23 abr. 1982).

Durante a década de 1980 passam a ser mapeados alguns bens ligados ao movimento de imigração e colonização da antiga Colônia Dona Francisca; era o início do chamado *Cadastro de Unidades de Interesse de Preservação*, que apesar de não possuir “efeito protetivo legal”, serviu e ainda serve como referência de diferentes tipologias arquitetônicas, bem como ferramenta para impedir “eventualmente” demolições, visto que existe a

possibilidade de abertura de processo de tombamento a partir de um pedido de demolição de um exemplar que esteja no cadastro. Mesmo assim, ao longo dos anos algumas unidades foram retiradas do Cadastro tanto “por decisões técnicas” quanto por “demolições sem a autorização” (MACHADO, 2018, p. 127, 128).

As duas primeiras décadas do século XXI consolidaram as políticas de preservação na cidade tanto por meio do tombamento, quanto do Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville (IPCJ), instituído pela Lei Complementar nº 363 de 19 de dezembro de 2011. Até 2018, os números de bens culturais tombados em nível municipal pela CPC em Joinville somavam 142. Deste total, dez elementos (oito já tombados e dois com processos inconcluídos) podem ser considerados patrimônios industriais e se enquadram em pelos menos uma das suas categorias, apresentadas aqui de maneira condensada: edificações fabris (indústrias extrativas, manufaturas, fontes de energia e motores como rodas d'água, turbinas a vapor); equipamentos técnicos e obras públicas (estruturas e objetos especializados como barragens, túneis, obras hidráulicas e sistemas de abastecimento de água, eletricidade); componentes da rede de transporte ou de comunicações (ferrovias, canais, porto, pontes, aquedutos, rádio e telefone)²⁹.

Em uma cidade histórica e economicamente ligada às atividades industriais, há uma pequena expressividade de bens tombados que remetem ao seu passado industrial. E é para o âmbito da construção das políticas de preservação voltadas especificamente para o patrimônio industrial que a dissertação direciona sua atenção. Interroga-se não apenas a prática de preservação do órgão municipal no que diz respeito ao patrimônio industrial da cidade, mas, principalmente, a maneira como são construídos os processos de tombamento, a elaboração dos discursos e a atribuição de valores. Por outro lado, tenta-se identificar, nessas construções, até que ponto esteve ausente um estudo aprofundado de noções e critérios ligados ao patrimônio industrial. Os processos de tombamento se mostram, neste momento, como uma das fontes principais para responder esses questionamentos.

Uma vez que o tombamento é visto como uma das práticas mais significativas das políticas de preservação no Brasil, os processos de tombamento, enquanto peças documentais, guardam importantes informações não apenas sobre os critérios de seleção de bens culturais

²⁹ O Historic American Engineering Record (HAER) propõe 10 grandes categorias: 1. Indústrias extrativas (por exemplo, minério ou mineração de ouro); 2. Indústrias de produtos a granel (indústrias de metal primário); 3. Indústrias de manufatura (fabricação de máquinas); 4. Serviços públicos (abastecimento de água, eletricidade); 5. Fontes de energia e motores principais (por exemplo, rodas d'água, turbinas a vapor); 6. Transporte (ferrovias, canais, porto); 7. Comunicação (rádio, telefone); 8. Pontes, cavaletes [de pontes ferroviárias], aquedutos; 9. Tecnologia de construção (sistemas de telhado, fenestração); 10. Estruturas / objetos especializados (barragens, túneis, obras hidráulicas) (FALSER, 2001, p. 13).

como também apresentam a maneira como valores simbólicos são articulados nessas seleções (FONSECA, 1997, p. 206, 207).

Nem todos os bens estudados na dissertação e entendidos como partes do patrimônio industrial são apresentados dessa maneira em seus processos de tombamentos. Portanto, foi uma análise sobre a lista de bens tombados em Joinville, que permitiu realizar uma seleção daqueles que estavam ligados ao conceito. Como parâmetro para essa seleção foi utilizado a definição de patrimônio industrial contida na Carta de Nizhny Tagil, já exposta no capítulo 1.

Os oito bens industriais já tombados em nível municipal, em Joinville, demonstram certa variedade quanto às suas tipologias. Dois bens remetem ao início da Colônia Dona Francisca, construídos entre as décadas de 1860 e 1880: a *Antiga Usina de Açúcar*, identificada como equipamento de beneficiamento de matéria prima e a *Ponte Coberta Alfonso Altrack*, que pode ser incluída como serviços técnicos, na categoria de obras públicas de transporte. Enquanto, os oito bens restantes ligados ao patrimônio industrial foram criados entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX e estão relacionados com alguma das atividades industriais mencionadas anteriormente, sendo eles: o *Parque Natural Municipal da Caieira*, que abriga um dos maiores complexos de caieiras da região e uma das últimas a encerrar sua produção, na década de 1940. As *duas chaminés* tombadas, que remetem à memória da antiga *Fábrica Arp* e da antiga *Fábrica Lumière*. Ambas fecharam durante a década de 1990 e eram ligadas ao ramo têxtil; a primeira produzia meias e malhas, a segunda, vestuário feminino. A Antiga *Fábrica Wetzel*, um negócio familiar que, inicialmente voltado para a produção de velas e sabões, depois da década de 1920 passou a produzir válvulas e torneiras de bronze. A Antiga *Fábrica Cervejaria Antarctica*, que teve sua origem numa produção artesanal de cerveja. O Antigo *Moinho Joinville*, construído na década de 1910, em área central da cidade, ao lado do antigo porto de Joinville.

Dois bens ainda se encontram em processo de tombamento: a *Usina Hidrelétrica do Pirai*, criada em 1909, e o *Pátio de manobra da antiga Estação Ferroviária*, que junto com a Estação Ferroviária, foram criados nos primeiros anos do século XX. A *Estação Ferroviária* foi tombada em nível estadual (1996) e federal (2007). Optamos por uma abordagem mais pormenorizada dos bens já tombados, uma vez que neste caso, os processos possuem uma extensão completa de debates até sua finalização, favorecendo a percepção de toda sua estrutura e condução. Entretanto, o tombamento da Estação Ferroviária e do *Prédio dos correios e telégrafos* (tombado em nível estadual no ano de 2001) não compuseram as análises pormenorizadas, visto que a intenção inicial era investigar apenas os elementos de

características fabris e tombados pelo órgão municipal. Foi aberta exceção para o caso emblemático da ponte coberta Alfonso Altrack, uma vez que a construção e as problemáticas presentes nos processos de tombamento, também são alvos de investigações. Outro patrimônio industrial tombado em Joinville, mas em nível estadual, é a *Ponte Coberta Frederick Piske* sobre o rio Cubatão, na Estrada do Pico, sendo aqui abordada brevemente. Chamo atenção para o painel em mosaico retratando chaminés e trabalhadores, elaborado em 1949 pelo escultor Fritz Alt, encomendado para adornar a fachada do SESI, e que também foi tombado pela CPC³⁰.

A simples evidência de um intervalo temporal de 40 anos (entre 1880 e 1920) englobar grande parte dos bens patrimonializados referentes à indústria pode fazer crer que se trata de uma época de eminente desenvolvimento industrial. De acordo com Idaulo Cunha, entre 1880 e 1914 a industrialização passou a impactar mais na economia das principais cidades do estado. Em Santa Catarina, a incipiente industrialização nesse período teria sido influenciada tanto pela experiência e conhecimento industrial trazido por muitos imigrantes, quanto pelo aprimoramento do sistema de transporte e o crescimento da população urbana e das trocas comerciais (CUNHA, 1982, p. 76, 115).

Uma articulação econômica regional foi possível após a abertura da Estrada Dona Francisca (que ligou o litoral ao planalto), entre os anos de 1855 e 1873, e a criação da ferrovia entre a ilha de São Francisco do Sul e Joinville, em 1906, chegando ao planalto catarinense em fins da década de 1910. As bases para o desenvolvimento industrial e econômico da cidade estiveram relacionadas: à produção de alimentos e tecidos; ao beneficiamento da madeira e erva-mate vindas do planalto; à criação de “casas bancárias e dos mecanismos de crédito”, a partir de 1908; à instalação de companhias produtoras de energia elétrica entre 1909 e 1915; e aos investimentos em vias de transportes (GOULARTI FILHO, 2001, p. 30, 31).

Da fabricação de produtos à prestação de serviços técnicos ou obras públicas, as variadas categorias representadas pelos bens tombados se configuram, pela sua diversidade, um fato positivo. Entretanto, categorias como bairros e vilas operárias ainda não foram contempladas como elementos patrimonializáveis na cidade. Existe nesse sentido, um apagamento da memória operária em Joinville; e o vácuo desses personagens nas instituições museológicas da cidade e nos próprios processos de tombamento, pode ser lido como um

³⁰ Dados sobre os tombamentos dos treze bens considerados patrimônio industrial em Joinville, nos 3 níveis de preservação (Municipal, Estadual e Federal) estão disponíveis no Apêndice C. E no Apêndice D são apresentadas algumas imagens dos bens investigados.

indício. Quando muito, são retratados saindo das fábricas sobre suas bicicletas, como referência à “cidade das bicicletas”³¹; permanece, contudo, um silêncio sobre o papel da mão de obra operária no desenvolvimento industrial da cidade em contraposição à engenhosidade imigrante, sempre destacada nesse processo.

Mas o que essas lacunas memoriais e os estudos sobre as políticas de preservação e patrimoniais da cidade podem nos oferecer como fonte de entendimento sobre a sociedade? Que tipo de passado vem sendo acionado a partir dos tombamentos desses vestígios industriais em Joinville?

O historiador joinvilense Dilney Cunha (2008, p. 56) identifica, ainda no passado da Colônia Dona Francisca, a criação de discursos e representações voltadas ao trabalho e ao progresso ligados a uma identidade étnica germânica. O termo *Deutschtum* (germanidade) tem como sentido a unidade étnica e sua raiz remete ao nacionalismo alemão do século XIX. Além disso, parte dos colonos germânicos vindos para Joinville (processo de imigração que se estende entre 1851 e 1890), traziam em seu espaço de experiência os impactos culturais e sociais da Revolução Industrial, inclusive um imaginário de condutas e atitudes ligadas ao *espírito do capitalismo*³², como a valorização do progresso material, do enriquecimento pessoal, do uso racional do tempo e a ideia da profissão como um dever. Esse apelo ao trabalho acompanhou a formação da Colônia Dona Francisca e até alimentou narrativas sobre sua formação e “vocação industrial”.

Equivalente ao “mito fundador”, às comemorações da *Primeira Exposição Agro-industrial de Joinville* em 1874 (que contou com uma semana de desfiles, festejos e exposição de variados produtos) e a maneira como foi noticiada na imprensa local são interpretadas como o início de um discurso sobre a cidade construído pela elite, de maneira “determinista, fatalista, que atribui a Joinville uma ‘vocação’ industrial, que desde sempre esteve presente [...]. Quer dizer, Joinville foi ‘chamada’ a ser uma cidade industrial; estava irremediavelmente predestinada a isso [...]” (CUNHA, 2008, p. 64).

Não só no século XIX, mas ao longo do século XX, tanto a imprensa quanto a historiografia local seriam responsáveis por manter esse tipo de discurso, visando ressaltar a figura do imigrante empreendedor no desenvolvimento industrial, comercial e econômico da

³¹ Imagem que compõe um dos painéis sobre a história da cidade em exposição na Estação da Memória, situada na antiga estação ferroviária de Joinville.

³² Max Weber (2004, p. 144, 145), no clássico *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, demonstra o surgimento de uma ideologia voltada para a vocação profissional e riqueza pessoal assimilada à confissão protestante e à glória divina. E a presença do protestantismo, que até hoje é bastante perceptível em Joinville, tem sua raiz na acentuada imigração do contingente germânico.

cidade. Entretanto, nos processos de tombamento essa relação entre os vestígios do passado industrial e a imigração nem sempre é estabelecida de forma direta. A investigação deste conjunto de bens tenta destacar a construção dos processos de tombamento, e também problemas e desafios relacionados à preservação desse tipo de patrimônio.

2.1. ANTIGA USINA DE AÇÚCAR

Seguindo cronologicamente a lista de bens tombados em Joinville, a *Antiga usina de açúcar de Pirabeiraba* aparece como primeiro bem industrial com processo aberto em 11 de junho de 2003. Diferente de outros processos investigados, esteve ausente neste momento tanto o conceito de patrimônio industrial, quanto maiores informações relacionadas ao processo de industrialização e ocupação daquela área; dados que foram sendo cada vez mais sistematizados nos processos de tombamento pelos técnicos da Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) ao longo da primeira década dos anos 2000.

Na Notificação de tombamento (2 set. 2003 *contido em* FCJ, 2003, p. 19) enviada ao proprietário, a Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) informou a intenção em tomba a Usina como Patrimônio Histórico. O processo de tombamento não faz nenhuma menção aos debates ou critérios para atribuição de valor ao bem; apenas destaca que a Usina marca o início de empreendimentos no Domínio Dona Francisca³³ (ATA nº. 12, 07 ago. 2002 *contido em* FCJ, 2003, p. 2). Esse argumento configura uma relação com os *mitos fundadores* mencionados anteriormente, pois justamente recorre ao bem como um dos primeiros símbolos de esforço industrial na cidade. Talvez, o valor de ancianidade da Usina tenha colaborado para que ela fosse o primeiro item de cunho industrial tombado pelo órgão municipal.

A Usina ficou conhecida durante a década de 1860 como “fazenda do curtume” e as terras onde foi construída pertenciam ao Duque d’Aumale, irmão do Príncipe de Joinville (François Ferdinand). Parte da maquinaria chegou em 1865 através do porto de São Francisco

³³ O chamado “Domínio Dona Francisca” abrangia 25 léguas quadradas de terras, demarcadas em 1846 ao Norte da Província de Santa Catarina, pertencentes ao dote de casamento da Princesa Francisca Carolina, concedido ao Príncipe François Ferdinand Philippe d’Orléans. A disponibilidade das terras destinadas à fundação da Colônia Dona Francisca envolveu uma negociação entre a Sociedade Colonizadora de Hamburgo (criada em 1849, encabeçada pelo senador alemão Christian Mathias Schroeder) e o príncipe francês François d’Orléans. Pelo acordo assinado em 1849 entre o procurador do príncipe, Léon Aubé, e Christian Schroeder, seriam concedidas, inicialmente, à Sociedade Colonizadora, oito léguas quadradas de terras; em troca, a Sociedade deveria, em um espaço de uma década, emigrar 4 mil colonos para a região e ainda “fornecer-lhes nos primeiros dois anos alojamento, [...] objetos de primeira necessidade [...] a preços módicos, construir igrejas, hospitais, escolas [...], construir estradas e caminhos” (CUNHA, 2003, p. 41). Além disso, procuradores do príncipe, como Frederic Bruestlein, estiveram no cargo de diretor da Colônia Dona Francisca, assumindo uma dupla função: administrando a Colônia e, ao mesmo tempo, os bens e investimentos do Príncipe François (serrarias, madeiras) e de seu irmão Duque d’Aumale (usina de açúcar) (HERKENHOFF, 1984, p. 37).

e, após desembarcar no porto de Joinville, a “caldeira enorme, de 4 toneladas, foi transportada em carroças especiais” até a região de Pirabeiraba (FICKER, 1965, p. 109, 110). Chamada de Fazenda Pirabeiraba após 1870, sua produção anual de cachaça era de aproximadamente “120 pipas”³⁴. Ela teve grande importância econômica na cidade e a partir de 1873, além de cachaça, passou a fabricar também o açúcar, aumentando a produção na Colônia Dona Francisca, que “saltou de 1.350 arrobas (cerca de 20 mil quilos) em 1867 para 8.760 arrobas (cerca de 130 mil quilos), enquanto a de cachaça pulou de [...] aproximadamente 73 mil litros, para [...] 170 mil litros” (CUNHA, 2009, p. 5, 6). Uma linha férrea de 4 km foi construída em 1916; atravessava as plantações, em um caminho até a unidade de produção.

As novas perspectivas de progresso abertas pelas Revoluções Francesa e Industrial e pela secularização dos governos, interferiram no cotidiano da sociedade europeia, em função “do desenvolvimento técnico, do crescimento populacional, do desenvolvimento social dos direitos humanos e das respectivas modificações dos sistemas políticos” (KOSELLECK, 2014, p. 288). E por mais que o Brasil esteja entre os países que sofreram um processo de industrialização tardio em relação à Europa, é possível identificar os diferentes processos técnicos industriais pelos quais o país passou e como interferiram na prática de produção e no cotidiano da população, a partir de fins do século XIX.

Apesar do processo de tombamento não abordar este tipo de informação, parece interessante observar alguns aspectos do processo de industrialização de Joinville e das medidas para implantação do trabalho assalariado no país, a partir de registros de 1880 sobre a Usina, que, segundo jornal local, em 1880 funcionava “sem o emprego de um só braço escravo” (GAZETA DE JOINVILLE, 24 Nov. 1880, p. 30). Provavelmente, mencionar no texto a questão da mão de obra livre dava indícios das inovações capitalistas do empreendimento e também informava sobre alternativas para substituição do trabalho escravo presente em Joinville. Vale lembrar, que na região da “Estrada da Serra”, Distrito de Pirabeiraba, havia uma presença considerável de mulheres escravizadas “trabalhando como domésticas ou lavradoras” (GUEDES, 2007, p. 5).

O texto jornalístico de 1880, ainda descreve a área construída e parte do maquinário presente na usina, que já poderia ser caracterizada como uma indústria de grande porte para época, visto o número de máquinas a vapor que possuía:

[...] amplas edificações e dependências, construídas em face das límpidas águas do Cubatão, a elevada chaminé despedindo imensos rolos de espesso fumo, o grande reservatório d’água, os cilindros compressores da cana, os incandescentes geradores

³⁴ De acordo com o antigo sistema métrico português, 1 Pipa equivale a 420 Litros.

do vapor multitubulares, as três potentes machinas da total de 32 cavallos, dando movimento a innumeravel quantidade de rodas e correias, o inimaginavel tecido de tubos e canos condutores de água, de vapor, de garapa, de calda, massa cristalizada, aguardente e vinhaça, as bombas a vapor, as machinas de quebrar, lavar e forno de carbonizar o carvão, as dornas para fermentação, o alambique, os tanques, os filtros, os notáveis aparelhos de cozer e cristalizar a calda, as turbinas em seu rápido gyro, as oficinas de carpintaria e ferraria para reparo dos estragos, e finalmente [...] mestres e operários [...] (GAZETA DE JOINVILLE, 24 Nov. 1880, p. 31).

Além de enumerar elementos da “Fazenda”, o texto do jornal não deixa de servir como propaganda para o empreendimento, induzindo “pequenos plantadores ou possuidores de terras circunvizinhas” a deixarem de produzir seu próprio açúcar e assim “abandonar suas engenhocas e só empregarem-se na plantação”; e se encerrava de maneira imperativa: “concentre os esforços na cultura, e deixe à fábrica [...] a tarefa de preparar os productos” (GAZETA DE JOINVILLE, 24 Nov. 1880, p. 31).

Mais do que a própria informação, a matéria evidencia o teor prático de uma experiência que se depara com a transformação de uma determinada técnica de produção e seu impacto sobre o local onde está inserida. Sobre a maneira como essas transformações industriais atingiram os modos tradicionais de vida em fins do século XVIII, Lewis Mumford, no livro *Técnica e Civilização*, originalmente editado em 1934, chama atenção para o fato de que:

A existência de novos instrumentos mecânicos [...]; A mecanização e a arregimentação não são fenômenos novos na história; o que é novo é o fato de que essas funções foram projetadas e incorporadas em formas organizadas que dominam todos os aspectos de nossa existência (MUMFORD, 1992, p. 21).

Para o autor, a Revolução Industrial é um acontecimento que irrompe depois de uma longa marcha de desdobramentos, incluindo uma “preparação ideológica e industrial”. Essa mudança de mentalidade atingiu “os desejos, os costumes, as ideias e as metas” e ajuda a entender o “papel dominante desempenhado pela técnica na civilização moderna” (MUMFORD, 1992, p. 21). Expor esse enunciado de Mumford tem apenas a intenção de observar como a questão da *preparação ideológica e social* pode ser verificada em Joinville, a partir dos primeiros empreendimentos industriais. Quando confrontamos os argumentos utilizados na publicação do jornal para submeter os agricultores às “machinas aperfeiçoadas para o fabrico do assucar”, dizendo que “uma nova era começou”, ou “siga o systema de divisão de trabalho”, fica clara uma mentalidade marcadamente moderna de uso racional e produtivo do tempo como meio de obter maiores lucros na produção. A Usina como

“investimento oficial” e como representante de empreendimentos principescos, trazia com ela um rótulo de progresso e civilidade, até mesmo no princípio da mão de obra livre.

Os conceitos de modernidade eram também acionados a partir da criação de estereótipos étnicos. Uma vez que a noção de etnicidade germânica se dá mais pelos laços familiares, pelos laços “de sangue”, do que pelo laço territorial. Isso quer dizer que, as colônias germânicas tinham como características a manutenção da língua, de instituições e tradições “originais” e colocavam-se em contraposição aos grupos brasileiros. Assim, em contraposição à “capacidade de trabalho”, à “superioridade racial” e ao “mundo civilizado” dos teuto brasileiros, estavam os mestiços, os caboclos, tidos como naturalmente inferiores (SEYFERTH, 1994, p. 19). Em Joinville, esses estereótipos, longe de se perderem com o tempo, mantiveram-se nos discursos da cidade, sendo alimentados por uma vasta produção historiográfica local que se voltou, sobretudo, para a “saga colonial”.

Mas, quando o processo de tombamento considerou o valor histórico da Usina para a cidade, em referência ao passado da Colônia Dona Francisca, uma vez que ela representa um dos primeiros empreendimentos de porte industrial proporcionado pelos agentes reais na Colônia (ATA nº. 12, 07 ago. 2002 *contido em* FCJ, 2003, p. 2), não podemos supor que, também o órgão municipal de preservação reproduziu esses discursos?

Afinal, nenhum dos diversos engenhos de erva mate, ligados aos lusos brasileiros no início do século XX (e ainda existentes até a primeira década do século XXI, na região do porto de Joinville) teve seu tombamento decretado.

No âmbito do patrimônio industrial, assim como a Usina, os engenhos de erva mate ligados ao grupo luso-brasileiro³⁵, demolidos recentemente, poderiam ser fonte de informação para uma história da industrialização na cidade. Para o pesquisador e sociólogo Leonardo Mello e Silva, investigações sobre “sítios industriais” podem levantar questões sobre o “esgotamento de certas fontes de matérias-primas, [...] o desenvolvimento de nova força motriz [...], podem explicar a obsolescência de certos processos de produção, o deslocamento de fábricas e mesmo crises sociais locais” (MELLO e SILVA, 2006, p. 4). Assim, transformações no maquinário e nas técnicas de produção demonstram uma adaptação às novas situações econômicas, tecnológicas e sociais.

³⁵ Nas primeiras décadas do século XX, uma oligarquia ervateira foi formada em Joinville por famílias luso-brasileiras originárias de São Francisco do Sul e até da Bahia. A ascensão econômica e política deste grupo foi objeto de pesquisa pela historiadora joinvilense Eneida Raquel Santhiago na dissertação “Um caso de liderança luso-brasileira na região de Joinville: Abdon Baptista, 1884-1922”, escrita em 1983.

Figura 4: A Usina em 1866, registro do fotógrafo Johann Otto Louis Niemeyer que faz parte do álbum Vistas Fotográficas da Colônia Dona Francisca, pertencente à *Coleção Dona Thereza Christina Maria*, sob a guarda da Biblioteca Nacional.



Fonte: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon309813/icon309813.pdf

O valor cognitivo da Usina para uma história da industrialização e das técnicas foi sensivelmente reduzido, pelo menos a partir da observação de suas estruturas, já que a comparação entre vestígios atuais com fotografias e registros antigos demonstram perdas de várias construções, não só do maquinário, mas, de moradias de empregados e galpões onde eram fabricados o açúcar, a cachaça e as barricas, além de sua chaminé. Os registros fotográficos do local realizados pela CPC, em 2003³⁶, já revelavam a ausência de maquinário e um estado precário da edificação. As cantarias de granito que adornavam as janelas e portas não eram mais visíveis e as janelas estavam vedadas com alvenaria.

Segundo Dilney Cunha (*apud* A NOTÍCIA, 18 set. 2008), a usina sofreu descaracterizações desde as primeiras décadas do século XX, após quebra financeira e a venda das terras para outras famílias. Em 2008, uma reforma no prédio remanescente retirou os últimos vestígios da edificação original, o telhado foi refeito e antigas portas foram substituídas, permanecendo, entretanto, sua volumetria (A NOTÍCIA, 18 set. 2008 *contido em* FCJ, 2003, p. 38).

Sobre a necessidade de práticas de preservação, *Os Princípios de Dublin*, em consonância com ICOMOS para a “Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens do Patrimônio Industrial”, em seu 2º artigo, destacam que a conservação dos materiais produtivos específicos do patrimônio industrial tem papel fundamental para seu valor

³⁶ Imagens disponíveis no Apêndice D.

patrimonial, que “pode ser grandemente ameaçado ou diminuído se máquinas ou outros componentes importantes forem removidos, ou se elementos acessórios que façam parte do todo sejam destruídos” (TICCIH, 2011, p. 3). Percebe-se que exemplos de patrimônio industrial (elementos fabris) tombados em Joinville, são em sua maioria desprovidos de referências aos antigos usos, havendo uma ausência na preservação dos antigos acervos industriais (maquinário e documentos). E no caso de reuso desses espaços, há uma ausência da sua própria memória, visto que não apresentam informações sobre os antigos usos do espaço; sendo o memorial da Wetzel na PUC Joinville, uma exceção.

2.2. PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA CAIEIRA

Na sequência de processos de tombamento, aparece o *Parque Natural Municipal da Caieira*, que junto com a Cervejaria Antarctica e a Estação Ferroviária somam os três imóveis adquiridos pela Prefeitura Municipal de Joinville entre os anos de 2000 e 2001, entre outras ações que marcariam a entrada da cidade ao século XXI e as comemorações dos seus 150 anos (GUEDES, 2001, p. 82). Apesar de a ideia para a criação de um parque no local remeter aos anos 90, um projeto para “uso do espaço como uma unidade de lazer e recreação” foi elaborado em 2001 pela Fundação Municipal do Meio Ambiente (FUNDEMA)³⁷ e a empresa LEVEL Arquitetura e Computação Gráfica. Um projeto que acabou sendo criticado pelo Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) em diagnóstico elaborado em 2001. O principal problema do projeto inicial foi o esvaziamento do conteúdo histórico e cultural representado ali pelo complexo da fábrica de cal (de fins do século XIX) e pelos sítios de oficina lítica (aproximadamente 2 mil a.C.), que não foram contemplados em sua dimensão patrimonial (MASJ, 2001 *contido em* FCJ, 2003b, p. 13).

Outro fato comum entre a Cervejaria, a Estação Ferroviária e o Parque Caieira é que seus processos de tombamento foram propostos em um momento posterior à aquisição desses imóveis pelo município; e posterior também aos projetos de uso e de ocupação do espaço. Confirma-se assim, uma afirmação de Maria Fonseca (1997, p. 214), de que o tombamento, muitas vezes, é proposto “quando outros interesses [...] já estão em jogo”.

Deve-se ressaltar, para o tombamento do Parque Caieira, o papel determinante do MASJ. Justamente por se tratar de um museu especializado na investigação e proteção de

³⁷ Atual Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (SAMA).

bens arqueológicos, sua participação no processo pôde traçar novos rumos para o uso do espaço, além da proposta inicial.

Em 2003, o MASJ elaborou o estudo *Descrição do Conjunto de Bens que Constituem o Parque Ambiental Caieira*, com o intuito de atender toda a dimensão cultural dos sítios arqueológicos e históricos do local (FCJ, 2003b, p. 15). A partir desse levantamento das áreas e das edificações que faziam parte de todo o complexo, foi elaborado um parecer a favor do tombamento, pela historiadora do MASJ, Maria Cristina Alves (MASJ, 2001 *contido em* FCJ, 2003b, p. 22). Além das considerações para “medidas de proteção do ecossistema”, outros argumentos para o tombamento apontavam para os sítios arqueológicos e para o complexo da Caieira como “testemunhos da ocupação humana no período pré-colonial e histórico”, sendo considerado, assim, um “patrimônio de extrema relevância para a sociedade brasileira” (MASJ, 2001 *contido em* FCJ, 2003b, p. 22). Alguns valores excepcionais foram atribuídos ao sítio arqueológico, por apresentar em um mesmo lugar a associação de sambaqui e oficinas líticas, situação ainda não encontrada em outro local em Joinville. Sobre o “sítio arqueológico histórico”, destaca-se a sua ligação às atividades econômicas em fins do século XIX, que acabou apelidando o próprio bairro Adhemar Garcia, onde o complexo está inserido, de Bairro Caieira, em alusão aos fornos que estiveram em pleno funcionamento até a década de 1930. Cabe lembrar ainda que, diferente de outros lugares afastados de áreas litorâneas, onde a cal é produzida a partir da pedra calcária, em Joinville (assim como em outras regiões do litoral brasileiro), a cal era produzida utilizando-se “cascalhos dos sambaquis” (JOINVILLE, 2017, p. 9).³⁸

O parecer para o tombamento ainda menciona as singularidades de edificações do complexo como uma “estrutura para a produção de cal [que] representa um modelo construtivo, implantado no estado de Santa Catarina”, não havendo o “conhecimento de estruturas similares em outros estados” ao longo do litoral brasileiro. O bom estado das edificações na época, também, sustentou o tombamento, uma vez que entre as quatro caieiras ainda existentes na região (em São Francisco do Sul, a Ribeira e Porto do Rei, e em Joinville, a do Rio Velho e Lagoa do Saguau), a da Lagoa do Saguau “é a que apresenta o maior número de estruturas remanescentes e em melhor estado de conservação” (MASJ, 2001 *contido em* FCJ, 2003b, p. 22). O levantamento de 2003 constatou, no complexo da Caieira, a presença de: 2 fornos para queima da cal e outras 19 estruturas de apoio, entre elas 5 galpões

³⁸ A cal, segundo o pesquisador e historiador José Amado Mendes (2013, p. 88, 89), foi a principal argamassa utilizada em construções até o início do século XX, sendo usada também para criação do adobe. E no Brasil o uso de conchas para a produção da cal, incluindo a de sambaquis, foi introduzido pelos portugueses e remonta ao início da colonização (ROHR, 1984, p. 80).

para armazenar o cal, as conchas para queima, lenhas, e outros espaços para processar a cal e transportá-la; tanques de água; secadores de folhas de mangues (MASJ, 2001 *contido em* FCJ, 2003b, p. 67). Havia também uma casa de madeira de um ex-trabalhador da Caieira e o cais com estruturas de pedra e escadaria.

Com o tombamento efetivado pelo Decreto Municipal nº. 11.760, de 10 de março de 2004, o Parque Caieira foi reconhecido como Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Arqueológico e Ambiental do município de Joinville. Colocava-se, assim, uma tutela legal de proteção sobre os vestígios ali presentes, tanto da produção lítica de cunho arqueológico, quanto da produção manufatureira referente à produção da cal; além da área ambiental, que conta com mata nativa, ecossistema de manguezal e restinga às margens da Lagoa do Saguacu. O tombamento destacou também sua importância como parque temático, “destinado à pesquisa, conservação e comunicação do patrimônio natural e cultural, para fins científicos e didáticos” (MASJ, 2001 *contido em* FCJ, 2003b, p. 68). O Parque poderia até ser compreendido como ecomuseu³⁹, visto que reúne uma paisagem natural em consonância com os vestígios de uma interferência humana, reflexo de um modo de vida e de um modo de produção singular. Os artefatos e construções que compõem o complexo da Caieira remetem, em sua maioria, ao final do século XIX e demonstram processos industriais obsoletos para a extração da cal, mas que *in situ* possuem grande valor para compreensão da própria trajetória histórica dessa atividade.

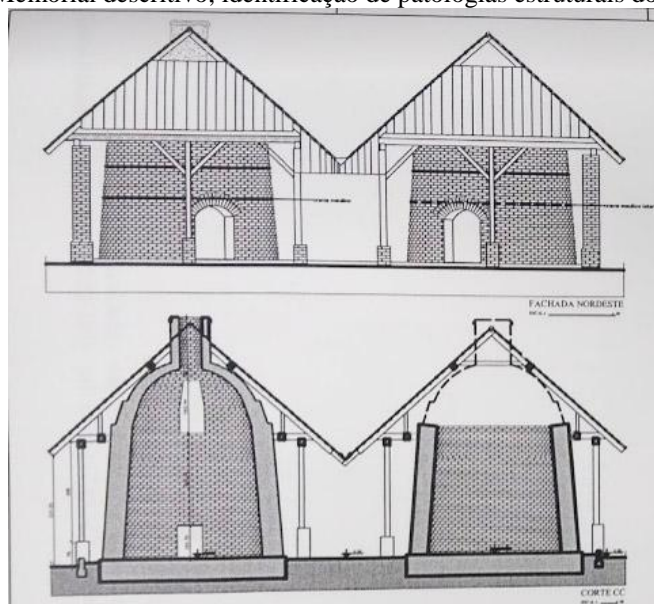
³⁹ O termo ecomuseu surge durante a década de 1970, em um momento marcado pela derrubada de paradigmas nas áreas das ciências humanas e que na museologia se configurou como uma tentativa de ruptura com a museologia tradicional e as estruturas elitistas dos museus. Georges Rivière percebia o ecomuseu como a convergência entre meio ambiente, natureza e cultura humana. Os objetos integrados ao seu meio ambiente - como presumia o conceito de *ecomuseu* - poderiam revelar em maior grau um entendimento sobre a cultura humana, além de assumir um papel central no fomento e produção do conhecimento. E na esteira do conceito de ecomuseu, surge na França o *Musée de l'Homme et de l'Industrie* em 1972, com a missão de identificar, estudar e valorizar o patrimônio de um território marcado desde o final do século XVIII pelo desenvolvimento de atividades industriais: metalurgia, extração de carvão, vidraria e produção de cerâmica. De acordo com informações contidas na página do museu na internet, mais do que a necessidade de reconhecer a interação humana com um determinado território, o Museu do Homem e da Indústria contou com o auxílio da população local, aproximando comunidade, pesquisadores e empresas, com intuito de investigar o patrimônio industrial, construir coleções e coletar testemunhos sobre as atividades industriais daquela região (ECOMUSEE CREUSOT MONTCEAU, 2020). Nota-se aí uma perspectiva de salvaguarda que passou a interessar-se pela preservação *in situ*, medida mais tarde manifestada na Carta de Nizhny Tagil (2003) como prioridade para a conservação de elementos fabris, ao invés do seu “desmantelamento” ou “deslocamento”.

Figura 5: Estrutura dos Fornos onde era realizada a queima do material calcário marinho.



Fonte: Levantamento fotográfico, Processo de tombamento do Parque Caieira (FCJ, 2003b).

Figura 6: Memorial descritivo, identificação de patologias estruturais do bem, 2005.



Fonte: Banco de Imagens, Processo de tombamento do Parque Caieira (FCJ, 2003b).

Na região banhada pela lagoa do Saguçu e baía da Babitonga (município de Joinville, Araquari, Barra do Sul, São Francisco do Sul, Garuva e Itapoá), várias caieiras foram construídas, desde o final do século XIX. Provavelmente, a existência de grandes acervos de sambaquis, a facilidade em escoar a produção e a necessidade do produto na construção civil, foram fatores que incentivaram suas criações. Somando nas cidades de São Francisco do Sul, Araquari, Barra do Sul e Joinville, mais de 30 caieiras, entre as de fornos e céu aberto⁴⁰, foram contabilizadas em 2004 (ZERGER, 2014, p. 36-41). Uma farta presença

⁴⁰ As caieiras a céu aberto eram uma forma primitiva de produção da cal, que contava com a criação de uma grande fogueira circular, cercada com varas laterais. As lenhas eram depositadas em uma primeira camada,

de anúncios em jornais demonstra a comercialização da cal e a importância econômica desse tipo de atividade na região, além da sua relação com diferentes comunidades. Essa é uma das razões pelas quais o historiador Giomar Zerger (2014, p. 64, 68) chama a atenção para a compreensão das caieiras como um importante patrimônio cultural da região da baía da Babitonga, não apenas como um remanescente de uma antiga atividade econômica na área, mas também testemunho da ocupação do território em dois momentos distintos: há aproximadamente 3 mil anos (com a instalação dos povos sambaquianos e a criação dos sambaquis) e meados do século XIX (estabelecimento de pessoas com a formação da Colônia Dona Francisca). Desde 1961, com a promulgação da Lei Federal n. 3.924 de 26 de julho de 1961, foi instituída a proteção de monumentos arqueológicos ou pré-históricos, incluindo nessa esfera “testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias [...]”; a Lei ainda garantia aos sambaquis “precedência para estudo e eventual aproveitamento” (BRASIL, 1961).

Figura 7: Registro de uma caieira a céu aberto em Balneário de Barra do Sul, 1944



Fonte: (ZERGER, 2014, p. 31)

Nem Zerger e nem o processo de tombamento traçaram uma relação entre a produção da cal e seu sistema fabril com o conceito de patrimônio industrial, mas José Amado Mendes destaca que, em muitos lugares da Europa, os fornos de cal constituem “uma das modalidades mais comuns de monumento industrial”. Seus diferentes tipos de construção constam no *Guia de arqueologia industrial* de Barrie Trinder (1992, p. 413, *apud* MENDES, 2013, p. 89). E, entre esses tipos, os fornos artesanais “com chaminé do tipo garrafa” – como

sendo colocada sobre as lenhas uma camada de conchas. Por não atingir altas temperaturas, esse método produzia uma cal de baixa qualidade, mais utilizada para a produção de pouca quantidade (ZERGER, 2014, p. 32).

os do Parque Caieiras em Joinville – foram amplamente usados na Inglaterra, eram movidos à lenha (posteriormente a combustível) e transformavam a pedra calcária em cal, através do processo de calcinação, que consistia em triturar e aquecer a pedra.

O Parque Caieira, aberto ao público em março de 2004, configurou-se, a partir da atuação do MASJ, como uma oportunidade de “socialização do patrimônio” através de propostas voltadas para educação patrimonial (MASJ, 2001 *contido em* FCJ, 2003b, p. 68), abordando principalmente o legado pré-colonial. Pode-se considerar um caso particular essa participação do MASJ. Ao mesmo tempo, os projetos educativos geralmente caracterizam-se como medidas de conservação daquele espaço, em função de um reconhecimento da importância histórica e cultural dos vestígios ali mantidos; afinal, além de atribuições, os valores patrimoniais são, também, construções.

Diferente é o papel da CPC, que enquanto órgão de preservação representa o instrumento burocrático das medidas de preservação. Como instância oficial formada por corpo técnico, a CPC propõe o tombamento (assim como avalia pedidos de abertura pela comunidade civil) e em alguns casos até elabora projetos de reuso, mas a aplicabilidade dos projetos passa por outras esferas, por estudos, diagnósticos e acordos entre grupos e interesses distintos. Com isso, as ações de fiscalização sobre os bens públicos tombados são, às vezes, comprometidas, uma vez que não existe um trabalho compulsório de vistorias sobre a condição material de cada edificação.

A CPC deve verificar a aplicabilidade da salvaguarda, cumprindo dessa forma o importante papel de fiscalizar intervenções ou demolições de edificações tombadas. Entretanto, no que diz respeito aos bens tombados pertencentes ao poder municipal, deve-se considerar também o papel da Secretaria de Cultura e Turismo que, como parte da gestão pública, poderia dirigir ou criar grupos de técnicos voltados para exames frequentes do estado de conservação dessas edificações (que incluem sedes de museus e prédios administrativos, como o prédio da antiga Prefeitura Municipal e da antiga sede dos Correios e Telégrafos de Joinville); considerando que, geralmente, os problemas de degradação dos bens estão ligados ao desuso e à decorrente falta de conservação permanente.

Por isso a importância da participação do MASJ no parecer do tombamento e no apoio para gerenciamento do Parque. O papel que isso significa para a conservação e para a própria definição desses espaços como dos sítios arqueológicos e históricos, através de vistorias, elaboração de diagnósticos e pareceres, bem como aplicação de projetos educativos sobre os bens patrimonializados, mostra a necessidade de grupos especializados para a manutenção desses espaços, que são bens públicos, além de patrimônios culturais. Essas

ações são uma forma de proteção prática do bem, que o simples tombamento não é capaz de garantir.

2.3. PONTE COBERTA ALFONSO ALTRACK

Seja “de madeira, de pedra, de ferro ou de betão [cimento]”, as pontes são consideradas componentes relevantes do patrimônio industrial e até instrutivos na formação do campo. Exemplo disso é o reconhecimento como Patrimônio Mundial da *Ironbridge*, no Reino Unido; edificada entre 1776 e 1779, ela é a primeira ponte do mundo construída em ferro fundido (MENDES, 2018, p. 37). Como símbolo da Revolução Industrial, sua técnica construtiva iria influenciar a tecnologia e a arquitetura, mas, nas palavras de Mendes (2018, p. 37) o que fez dela um “monumento fulcral de um importante *cluster* de Patrimônio Industrial” foi a forma como a política de preservação conseguiu manter a paisagem histórica da região. Amparada legalmente desde 1979 através da *Lei de Monumentos Antigos e Áreas Arqueológicas*, toda a região conhecida como *Desfiladeiro de Ironbridge* compreende, além da ponte, minas, linhas férreas, altos-fornos e fundições construídas no início do século XVI, fábricas, edifícios públicos e ainda “extensas coleções de artefatos e arquivos relacionados a indivíduos, processos e produtos que tornaram a área tão importante” (UNESCO, 2020).

Em Joinville temos um caso exemplar das dificuldades quanto à salvaguarda do tombamento: trata-se da *Ponte Coberta Alfonso Altrack*⁴¹. Apesar de a Ponte ter sido tombada em nível municipal em 2005, a Moção nº. 188 de 1993, protocolada pelo vereador Arinor Vogelsanger, já havia pedido seu tombamento junto à Câmara de Vereadores. O documento, que foi incluído no processo de tombamento da Ponte Coberta, faz nítida alusão à colonização germânica, quando o vereador destaca o “marco histórico” que a construção da ponte, em 1866, pelo engenheiro alemão August Heeren, significava para a cidade, “como monumento simbolizando a força dos desbravadores” e o esforço de ocupação das áreas mais interioranas da Colônia. Outro argumento destacou a técnica construtiva da ponte, considerada “uma das principais obras arquitetônicas dos imigrantes europeus na região da Vila Nova”. E o apelo

⁴¹ As pontes cobertas, comuns em cidades de Santa Catarina, eram geralmente feitas de madeira, mas em alguns casos apresentavam a estrutura metálica. Elas remontam a uma técnica antiga na Europa (Suíça e Alemanha), com sistema de encaixes, que recorria à cobertura para evitar neve e umidade intensa sobre a estrutura da ponte. Algumas cidades, como Joinville e as da região de Blumenau, ainda guardam exemplares das antigas pontes; esse tipo de construção foi utilizado em várias outras cidades, no Vale do Itajaí e Planalto Catarinense (PELUSO, 1951, p. 124-127). Em meados do século XX, Victor Peluso informou a presença dessas pontes em Indaial, São José, Biguaçu, Porto Belo e Caçador. Sete décadas depois do testemunho de Peluso, talvez poucas dessas pontes estejam lá da mesma maneira.

dos moradores locais para salvaguarda da ponte também aparece na moção: “além do merecido tombamento [...] a comunidade da Vila Nova reivindica sua construção nos moldes originais”. Após sofrer intervenções em 1871 “pelo mestre Kroehne”, devido às enchentes no rio Piraí, a última grande intervenção em que se manteve referências à antiga ponte, durante o século XX, foi realizada em 1936 pelo carpinteiro Baechtold, que reaproveitou “a maior parte de seu madeirame” (VOGELSANGER, 21 set. 1993 *contido em* FCJ, 2005, p. 18, 19). Nesse caso, os “moldes originais” para a reconstrução da ponte, que o vereador comenta na Moção, dizem respeito a essa última alteração, na década de 1930.

O conselheiro Dilney Cunha esclarece essa situação em reunião da COMPHAAN registrada na Ata nº. 319 (22 mai. 2019, p. 4 *contido em* FCJ, 2005, p. 59) dizendo “que o tombamento da ponte [que] ocorreu em 2005 foi da ponte reconstruída em 1936”. A partir das imagens de 1936, é possível perceber que o guarda-corpo da ponte apresentava estrutura diferente das imagens captadas em 2005, além do seu comprimento (diminuído em quase metade de seu tamanho); atualmente, a dimensão da ponte vai da cabeceira esquerda até a estrutura central (de acordo com a imagem abaixo).

Figura 8: Configuração da Ponte em 1936, após reforma do carpinteiro Baechtold.

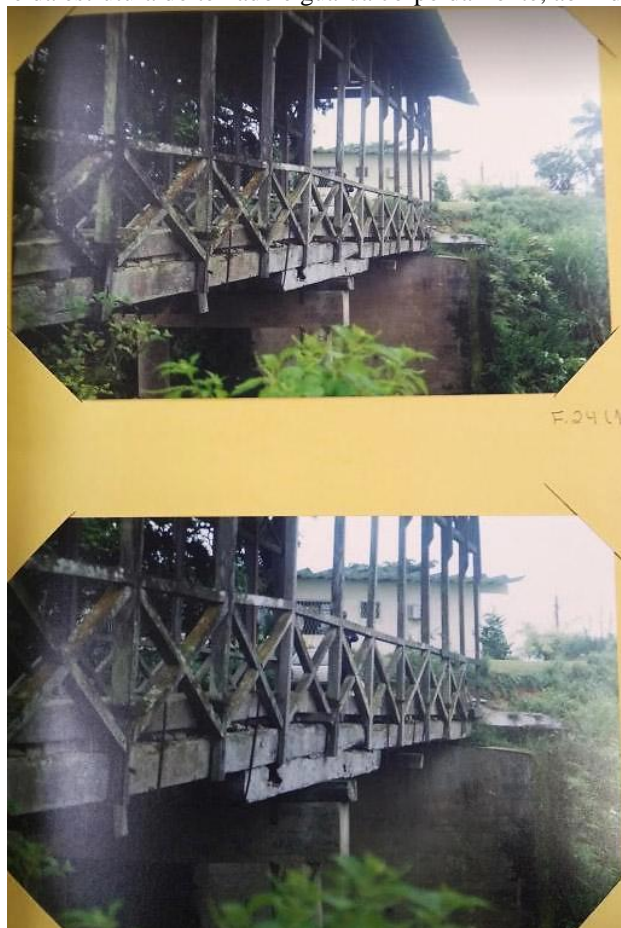


Fonte: Levantamento Histórico, Processo de tombamento (FCJ, 2005).

É importante destacar que, nesse mesmo documento, havia também um pedido de construção de nova ponte de concreto “para atender as necessidades atuais da região”, visto que a localidade era, e continua sendo, uma região rural com intenso tráfego de máquinas agrícolas. O fato de, quase três décadas depois, esse pedido de uma nova ponte de concreto não ter sido atendido pelo poder público pode ter influenciado os atuais debates para o destombamento da Ponte Coberta Alfonso Altrack.

A importância da Ponte Coberta como integrante na paisagem rural de Joinville também é considerada, e se em 1993 a Moção (não atendida) de tombamento da ponte coberta partiu de um vereador e morador da Vila Nova, um novo pedido de tombamento (documento também incorporado ao processo de tombamento), em 2005, partiu de outro morador, na época no cargo de secretário regional, Gerson Bachtold. O pedido salienta a antiguidade da ponte, que “já existe há mais de 100 anos”, e o “uso contínuo dos moradores, produtores agrícolas e turismo rural” (BACHTOLD, 19 abr. 2005 *contido em* FCJ, 2005, p. 20). Visto que a região possui rios e bonitas paisagens naturais, a presença da ponte se assimilou ao cenário do lugar, procurado e usufruído por moradores e visitantes. O cenário foi até retratado em pintura pelo artista joinvilense Juarez Machado em 1992.

Figura 9: Detalhe da estrutura do telhado e guarda corpo da Ponte, abril de 2005.



Fonte: Levantamento fotográfico, Processo de tombamento (FCJ, 2005).

Como já mencionado na Moção de 1993, o “valor afetivo” relativo à ponte pode ser identificado como a “formulação de autoimagem e reforço de identidade” (MENESES, 2012, p. 36), com sua referência à presença dos primeiros colonos na região. E a reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural

(COMPHAAN) registrada na Ata nº. 34 (26 abr. 2005 *contido em* FCJ, 2005, p. 24) menciona o fato de “que a população quer o tombamento desta ponte”. Uma situação reforçada na deliberação do COMPHAAN para o seu tombamento, “por tratar-se de monumento relevante para a comunidade e constituir patrimônio público” (OFÍCIO nº. 06 de 29 jul. 2005 *contido em* FCJ, 2005, p. 31). Mas, em nenhum momento concepções de patrimônio industrial foram articuladas em relação à técnica construtiva ou aparato de transporte e obra pública, não havendo referência ao conceito em todo o processo de tombamento.

O ex-vereador Vogelsanger, entrevistado em 2005, durante solenidade para reabertura da ponte, relatou que “preservar a velha ponte é uma forma de respeitar nossa história e reverenciar os colonizadores de Joinville” (A NOTÍCIA, 5 ago. 2005, p. 9). O vínculo identitário com os antigos colonizadores vem à tona, mas também o momento presente foi celebrado com a cerimônia e contou com a presença de políticos e moradores que, segundo reportagem, fizeram um abaixo assinado para batizar a ponte com o nome de um antigo morador da região, Alfonso Altrack (A NOTÍCIA, 13 set. 2005, p. 7).

Refletindo sobre os questionamentos de Hartog relativos aos movimentos de patrimonialização nas últimas décadas, certifica-se que tanto a memória quanto o patrimônio cultural, “se circunscreve mais ao que somos” e “menos o que se possui”; ou seja, o movimento de patrimonialização é mais evocado por demandas do tempo presentes, do que pelo próprio passado (HARTOG, 2006, p. 266, 271). Assim, a presença da comunidade na reabertura da ponte, o ato simbólico de batizá-la com o nome de um personagem do bairro e a própria cerimônia, que contou com a assinatura do Decreto de Tombamento da ponte, reforçam esse argumento.

Mas, se por um lado valores e demandas do presente parecem se envolver em discursos de patrimonialização, o contrário também é possível; as demandas do presente podem construir discursos contra a patrimonialização.

Uma reunião realizada em 2016, entre Associação de Moradores da Estrada do Sul, representantes da CPC, da PMJ, do SEINFRA, da Fundação 25 de Julho⁴² e Fundação Turística, registrou as principais queixas da população naquele momento, que foram anexadas em documento da COMPHAAN:

⁴² Criada em 1966, foi extinta pela gestão municipal do PMDB em 2017 (junto com outras três: Fundação Cultural, Fundação Turística e Fundação do Meio Ambiente). A Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho era referência nacional em programas de assistência técnica e apoio aos agricultores para atividades nas áreas de educação, agricultura, pecuária, piscicultura, apicultura, turismo rural e indústria de alimentos coloniais.

1. Consideram o sítio da ponte como local de baderna e vandalismo - solicitam melhor policiamento da área.
2. Relatam problemas com circulação de ônibus no local, como veículos estacionados próximo à cabeceira da ponte e a curva muito fechada na chegada da ponte.
3. Ponderam que a ponte seja transferida para outro local, e construída nova ponte de concreto com maior capacidade de carga sem cobertura.
4. Ponderam revogar o decreto de homologação de tombamento;
5. Ponderam que seja primeiro construída a ponte de concreto [...] (COMPHAAN. 83/2016, p. 2, *contido em* FCJ, 2005, p. 40).

Os problemas de “baderna” e veículos em áreas irregulares estão relacionados aos inconvenientes passíveis de ocorrer em locais turísticos, áreas de lazer e espaços públicos. Depredação, uso irresponsável do local ou falta de planejamento e estrutura em locais turísticos são problemas comuns enfrentados em várias partes do mundo (ALFONSO, 2012, p. 25); e, diga-se de passagem, são problemas de fácil solução. Mostram-se, nesse caso, menos complexos do que os outros três pontos: trocar a ponte de lugar, construir primeiro a de concreto, além da sugestão radical de destombamento.

Estaríamos, assim, diante de um movimento de antirressonância? A ponte teria perdido seu respaldo popular a partir do iminente sentimento de rejeição? Seria este, um exemplo daquilo que José Reginaldo Santos Gonçalves (2005, p. 20) chamou de “precariedade” e “ambiguidade” presentes na categoria patrimônio? Existe, na prática de construção dos elementos patrimoniais, a possibilidade de que a “construção de identidades e memórias coletivas” não obtenha sucesso; pode, dessa forma, não encontrar ressonância, no sentido considerado por José Gonçalves, como valor simbólico compartilhado por uma coletividade em relação ao bem cultural.

Sobre a reunião com moradores da Vila Nova, acima mencionada, o historiador Diego Machado observa que “os técnicos e gestores se colocaram na tarefa de convencer os moradores locais de que a ponte era um bem comum a todos”. Ironicamente, nem “moradores locais” nem os “técnicos lá presentes” estariam aptos a tomarem a decisão para o destombamento, considerando que, como bem comum a todos, “o tombamento havia consagrado um valor simbólico de interesse difuso, de todas as pessoas que vivem em Joinville” (MACHADO, 2018, p. 105). Neste texto de 2018, Machado, em tom não muito conciliador, destaca que “os moradores foram, de certo modo, ‘convencidos’ do valor do patrimônio” (MACHADO, 2018, p. 106).

A comunidade sem sua ponte de concreto (um pedido feito na década de 1990) e o aparente desentendimento entre a CPC e a SEINFRA, no que diz respeito à restauração da

ponte coberta (sem sua cobertura desde 2015, após vendavais ocorridos na região), foram circunstâncias que permearam a contenda patrimonial deste bem, ao menos até maio de 2019.

Figura 10: Imagem da Ponte em dezembro de 2015, após as fortes chuvas e enchentes que ocorreram na região.



Fonte:<<https://www.nsctotal.com.br/noticias/ponte-que-e-patrimonio-historico-de-joinville-ficou-destruida-apos-vendaval-desta-segunda>>

Se Machado, em 2018, utilizando argumentos do antropólogo Nicolas Adell, terminou sua reflexão sobre a ponte mencionando o poder da adesão moral em prol do patrimônio, demonstrando que a “inversão patrimonial” em 2016 (durante a reunião anteriormente relatada) fez a comunidade desconsiderar a alternativa pelo destombamento; em 2019, em uma nova “inversão patrimonial” entre os conselheiros do COMPHAAN, o pedido de destombamento da ponte obteve “12 votos favoráveis, 2 votos contrários e 1 abstenção”. A COMPHAAN, diante de nova *recomendação* para o destombamento, elaborada por Roberta Meyer Miranda da Veiga (coordenadora do MASJ) e Ilanil Coelho (Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, da UNIVILLE), manifestou:

Diante das alegações e novas demandas da comunidade local (AMESB) e das dificuldades técnicas apresentadas pela SEINFRA, recomenda-se: o cancelamento do tombamento do bem público (Ponte Alfonso Altrack) e a construção da nova ponte de concreto com técnicas contemporâneas no local da ponte tombada. Elaboração de um projeto de comunicação patrimonial da referida ponte. (ATA nº. 319, 22 mai. 2019, p. 4 *contido em* FCJ, 2005, p. 59).

As estruturas já descaracterizadas da ponte e a ausência de referências⁴³ para sua devida restauração foram os principais argumentos para seu destombamento (ATA nº. 319, 22

⁴³ O Conselheiro Dilney Cunha manifestou voto contrário ao destombamento e justificou sua posição por entender que existem referências documentadas em arquivo e *in situ* (em outras cidades do estado) para a

mai. 2019, p. 2, 3 *contido em* FCJ, 2005, p. 57, 58). Além disso, com a sugestão de Roberta Meyer Miranda da Veiga, o destombamento poderia vir acompanhado de outras ações educativas, a anamnese da ponte, uma vez, “[des]tombada pode ser lembrada de outras formas, assim como em memorial, plotagem e educação patrimonial” (ATA nº. 319, 22 mai. 2019, p. 4 *contido em* FCJ, 2005, p. 59).

A questão da ausência de referências ainda fomentou outro problema patrimonial, ligado à proposta da SEINFRA, para construção de *nova ponte*. Os técnicos do órgão partiram da premissa que tanto a restauração quanto a reconstrução da ponte necessitariam de registros documentais para serem realizadas. Fundamentados nas Cartas de Veneza (1964) e de Burra (1980) e com o argumentos de não haver registros da construção da ponte, os técnicos afirmaram a inviabilidade de praticar uma *reconstrução* com base apenas em imagens, e dessa maneira cometer um “‘falso histórico’ o que seria inadequado do ponto de vista da teoria e da técnica do restauro na contemporaneidade”. Assim, a SEINFRA (UBP. 3493883, set. 2017 *contido em* FCJ, 2005, p. 209) propôs uma *reconstituição*; apresentava, dessa maneira, uma intervenção totalmente contemporânea para a ponte⁴⁴.

A problemática para restauração ou reconstrução da ponte estava em torno da ausência de referências para as ações. Mas, como já exposto, o conselheiro Dilney Cunha (ATA nº. 319, 22/5/2019, p. 4 *contido em* FCJ, 2005, p. 54) afirmou haver registros em documentos sobre a intervenção do carpinteiro Baechtold, “como por exemplo o livro de crônicas de João Krisch (cuja família morava na estrada Blumenau) e relatórios da Prefeitura Municipal, disponíveis no acervo do Arquivo Municipal de Joinville”; e isso, além do acervo iconográfico da ponte.

construção da ponte coberta nos moldes da *Ponte Alfonso Altrack* (ATA n. 319, 22/5/2019, p. 4 *contido em* FCJ, 2005, p. 59).

⁴⁴ Os termos *reconstituição* e *reconstrução* na Carta de Burra (1980, p. 1, 2) apresentados entre as orientações gerais do 1º Artigo, revelam que: “a *reconstrução* será o restabelecimento, com o máximo de exatidão, de um estado anterior conhecido; ela se distingue pela introdução na substância existente de materiais diferentes, sejam novos ou antigos. A *reconstrução* não deve ser confundida, nem com a recriação, nem com a *reconstituição* hipotética, ambas excluídas do domínio regulamentado pelas presentes orientações”.

Na Carta de Veneza (1964, p. 2, 3) o termo *reconstituição* aparece em seu artigo 9º sobre Restauração: “O restauro é um tipo de operação altamente especializado. O seu objetivo é a preservação dos valores estéticos e históricos do monumento, devendo ser baseado no respeito pelos materiais originais e pela documentação autêntica. Não devem ser empreendidos restauros quando se está em presença de hipóteses visando *reconstituições* conjecturais. Nesse caso, qualquer trabalho adicional que seja necessário efetuar deverá ser distinto da composição arquitetônica original e apresentar marcas que o reportem claramente ao tempo presente. O restauro deve ser sempre precedido e acompanhado por um estudo arqueológico e histórico do monumento”. Quanto ao conceito de *reconstrução*, segundo a Carta de Burra, significa “a reversão de um sítio a um estado anterior conhecido [...]”, envolve, dessa maneira, a substituição de elementos seguindo os modelos originais da construção, diferente do restauro, onde a substituição de elementos não deve acontecer seguindo os modelos originais (quando necessário, a substituição no restauro propõe a distinção entre os novos elementos e os antigos).

Geralmente, os assuntos que exigem deliberações da COMPHAAN são acompanhados por recomendações indicadas anteriormente pela CPC, que em votação pelo Conselho podem ser acatadas ou não. E, no caso da proposta da SEINFRA, a recomendação da CPC foi à favor do projeto, corroborando com sua “argumentação técnica embasada em cartas patrimoniais” para criação de nova ponte sem nenhuma referência à construção da antiga ponte, exceto sua cobertura; recomendação que foi contestada pela COMPHAAN, que se posicionou contra o projeto arquitetônico da nova ponte (Deliberação nº. 97/17 *contido em* FCJ, 2005, p. 246). Quase dois anos depois dessa deliberação contrariando a CPC, a COMPHAAN votaria pelo destombamento da ponte coberta Alfonso Altrack⁴⁵.

Figura 11: Detalhes do projeto do SEINFRA para substituir a antiga Ponte Alfonso Altrack com o guarda-corpo em madeira e aço corten e a vista parcial do sistema estrutural da ponte, 2017.



Fonte: Unidade de Banco de Projetos da SEINFRA, Projeto n. 3493883/17.

No âmbito da legitimação do valor do bem, outro fator importante para sua salvaguarda envolve a aceitação deste bem pela comunidade, e como apontado por Janice Gonçalves, um dos papéis dos órgãos de preservação implica sua performance na “disseminação da crença”:

⁴⁵ Além da *Ponte Coberta da Estrada Blumenau* existem, em Joinville, outras duas: a *Ponte Coberta Tercílio Bilau*, sobre o Rio 3 Barras, no distrito de Pirabeiraba, e a *Ponte Coberta Frederich Piske*, sobre o rio Cubatão do Norte, na Estrada do Pico, situada também em Pirabeiraba. Essa última teve seu processo de tombamento aberto em 1994 (com nova notificação em 1998), pela Diretoria de Patrimônio Cultural (DPC), órgão estadual ligado à Fundação Catarinense de Cultura (FCC), caracterizando “raro exemplar de obra de engenharia relacionada com a imigração alemã”; e pelo que consta na lista de bens tombados pelo estado de Santa Catarina disponível no site da FCC, seu tombamento ainda não foi efetivado. Poucas informações estão disponíveis sobre essa ponte no processo de tombamento. Mas, em uma das correspondências para a PMJ, em 1999, após problemas de inundações e destruição parcial da Ponte Coberta Frederich Piske, a DPC demonstrou preocupação com o “desaparecimento” das “pontes de madeira cobertas nas áreas rurais do estado de Santa Catarina [...] restando hoje poucos exemplares em uso”; o texto destacou a importância de se manter as pontes remanescentes, “objetos de grande valor histórico, cultural e paisagístico, configurando-se estruturas singulares na paisagem rural de Santa Catarina” (Of., n. 30/1999 *contido em* FCC, n. 270/2000, p. 12).

Considerando, ainda, que o instituto jurídico do tombamento integra uma economia singular dos bens simbólicos, cabe à agência responsável por tomba um bem, igualmente, atuar na produção (bem como na disseminação e no compartilhamento) da crença na importância perene do que tomba (GONÇALVES, 2016, p. 22).

Por outro lado, a participação da comunidade pode gerar embates, como demonstrado pelo pedido de destombamento da ponte pela associação de moradores da Vila Nova. Paulo Peixoto (2016, p. 291, 292) identifica a “tirania da participação” como um dos “demônios” do patrimônio; e por mais que o autor destaque que haja entre os agentes profissionais uma baixa tolerância à “participação cidadã”, a votação registrada na Ata da COMPHAAN nº. 319/2019 (citada anteriormente), pelo destombamento da ponte, evidencia que os agentes profissionais também estão abertos aos movimentos de desconstrução patrimonial. Cabe ressaltar que o destombamento só pode acontecer, de fato, a partir de decreto emitido pelo chefe do executivo municipal, o que até o momento não aconteceu, portanto, a *Ponte Alfonso Altrack* ainda permanece tombada como patrimônio histórico, arquitetônico e natural do município – ainda que a deliberação pelo seu destombamento já esteja “assinada” pela COMPHAAN. Atualmente a ponte se encontra apenas com o piso de madeira, como revelado na figura 10.

Como indicado por Jeudy (2005, p. 86), sobre visibilidades e invisibilidades na prática da preservação urbana, a “adoção de um ponto de vista é sempre o ato de reconhecimento de uma cegueira. Adotar um ponto de vista é uma maneira de constituir o ponto cego da percepção” e, no campo conflituoso do patrimônio cultural são os pontos de vista que fomentam os valores simbólicos dos bens.

2.4. MALHARIA ARP, METALÚRGICA WETZEL, FÁBRICA DE LINGERIES E MALHAS LUMIÈRE

Voltando-se às análises para elementos estritamente fabris, os próximos quatro bens, assim como a Cervejaria Antarctica (investigada no capítulo 3), tiveram significativas participações na economia da cidade, foram símbolos de um momento em que a pujança industrial da cidade era exaltada. E os argumentos para a patrimonialização desses bens tenderam a afirmar essa mesma narrativa, de um passado industrial que muito interferiu no processo de urbanização da cidade e em seu prestígio econômico. Porém, as perspectivas incômodas da industrialização, o crescimento desordenado, as ocupações irregulares do solo e a formação de bairros com pouca ou nenhuma infraestrutura, estão longe de fazer parte dos argumentos em prol do tombamento nos processos aqui investigados.

Sobre os processos de tombamento abordados na dissertação, é possível perceber um amadurecimento em relação aos critérios para preservação de bens contemplados como patrimônio industrial presentes nos pareceres e na atribuição de valores para o tombamento, quando traçamos uma comparação entre os primeiros processos (os três já analisados) e os posteriores (Chaminé da antiga Malharia Arp, 2004; complexo da Wetzel, 2005; Chaminé da fábrica Lumière, 2010; Moinho Joinville, 2010). É até compreensível a ausência de considerações sobre o patrimônio industrial no que diz respeito à Ponte Coberta Alfonso Altrack, (visto que no senso comum essa concepção é associada geralmente às indústrias), mas a Caieira, em menor grau, e a Usina, mais ainda, já apresentavam uma estrutura mecanizada voltada para a produção em grande escala. Mesmo assim, discussões associadas ao patrimônio industrial ficam mais evidentes nos processos de tombamento ligados diretamente às tradicionais edificações industriais, que ocorreram entre 2004 e 2010. E nada mais icônico do que o tombamento de uma antiga chaminé, “perdida” dentro de um shopping center da cidade, para reforçar o valor cultural do passado industrial joinvilense.

Apesar do processo da Chaminé da antiga fábrica Arp ter se iniciado em 2004 (anteriormente aos processos de tombamento da Fábrica Wetzel, da Cervejaria Antarctica e da Chaminé da Fábrica Lumière), a homologação de tombamento só ocorreu em 2009.

A Malharia Arp, desativada no ano de 1992, teve seu início com a associação, em 1901, entre a fábrica de meias Kaiser & Cia de Ottomar Max Kaiser e Arp & Cia de Julius Peter Arp, alemão radicado no Rio de Janeiro (FREITAS, 1992, p. 2). A antiga edificação da Kaiser & Cia, ampliada após 1901, passou, entre a década de 1920 e 1930, por várias intervenções e ampliações, que deram ao prédio as características que ainda restam em sua fachada nos dias atuais⁴⁶.

Com a instalação do Shopping das Flores na edificação, em 1995, a chaminé permaneceu, mas foi o pedido para sua demolição, em abril de 2004, que gerou o debate para sua preservação pela COMPHAAN. A ata n. 23 da reunião da COMPHAAN realizada em 25 de maio de 2004 é interessante, pois mostra a intenção de se realizar o tombamento conjunto de 31 chaminés ainda existentes em Joinville. O projeto, que não se concretizou, tinha como objetivo “evitar o risco dos proprietários de bens passíveis de tombamento darem fim aos imóveis antes da Comissão notificá-los”. Quanto à chaminé da antiga Fábrica Arp, o diretor da FCJ, na época Charles Narloch, disse que “o público já associou a chaminé à imagem do shopping” e que, diante da negativa dos proprietários em realizarem uma restauração em vez

⁴⁶ Imagens disponíveis no Apêndice G

de demolição, havia “urgência em tombar imediatamente a Chaminé do shopping” (ATA nº. 23, 25 mai. 2004 *contido em* FCJ, 2004, p. 2, 3); percepção que foi confirmada, com o envio aos proprietários da Notificação de abertura de tombamento, dois dias depois da reunião.

A Notificação de abertura de tombamento enviada aos proprietários afirmava “que a torre de chaminé em alvenaria [...] foi considerada de grande relevância histórica e arquitetônica para a preservação como patrimônio cultural do município” (COMPHAAN, 27 mai. 2004 *contido em* FCJ, 2004, p.6). Quase uma semana depois, a carta de impugnação já era recebida pela FCJ. Entre os argumentos de discordância para o tombamento estava a negação de valor da torre de chaminé que, segundo o requerente representado por seu advogado:

Não contempla[va] qualquer interesse histórico, arqueológico, artístico ou ambiental, ao contrário trata[va]-se de edificação que, em razão de seu porte e uso de tecnologia construtiva ultrapassada, representa sérios riscos à incolumidade de pessoas (PEREIRA, 3 jun. 2004 *contido em* FCJ, 2004, p. 7, 8).

As impugnações geralmente desqualificam aquilo que o agente preservacionista busca atestar, por esse motivo a negação de valor histórico e arquitetônico é comum neste tipo de documento. Entretanto, chama a atenção, mais ainda, quando se trata de elementos considerados de cunho industrial, geralmente devido ao um senso comum de estranhamento sobre as possibilidades de valor cultural de uma fábrica, por exemplo; e talvez por isso seja tão importante alcançar a dimensão imaterial por trás da materialidade de ferramentas, máquinas e edificações, uma vez que, dependendo do caso, o saber fazer pode ser mais relevante que o estilo arquitetônico de uma fábrica. Alguns argumentos presentes na impugnação desqualificam justamente o valor arquitetônico da Chaminé:

não se trata de bem a preservar ‘fatos memoráveis da história’ e de ‘excepcional valor artístico’, aliás a construção não possui ‘o valor artístico’ exigido pela lei, entendida a expressão não só no sentido acadêmico – voltado à estética – mas também e principalmente, no sentido [...] do fato arquitetônico, que é a conjugação do valor artístico mais o social, não o belo pelo belo, mas o belo com o significado dentro de determinado contexto social, daí decorrendo justamente a excepcionalidade desse valor (PEREIRA, 3 jun. 2004 *contido em* FCJ, 2004, p. 8).

De acordo com os argumentos da impugnação, a chaminé – enquanto elemento emblemático do patrimônio industrial – é desprovida de qualquer valor, nem estético, nem histórico e muito menos arquitetônico. Assim, a relação estabelecida entre a presença fabril na paisagem urbana, sua relação com a comunidade e o processo de urbanização é apagada. No trecho da impugnação apresentado anteriormente, o argumento de que a chaminé faz parte de *tecnologia construtiva ultrapassada* e por isso deveria ser demolida, excluía a

possibilidade de entendimento dos processos evolutivos da tecnologia, e numa dimensão espacial da cidade, despreza o entendimento sobre os processos de ocupação territorial e momentos econômicos distintos. Talvez seja justamente o fato de ser considerada uma tecnologia ultrapassada e um elemento marcante da era industrial que faça das chaminés um ícone da própria política de preservação do patrimônio industrial, sendo constantemente protegidas, mesmo quando todo um complexo chega a ser destruído ou descaracterizado, como por exemplo, a chaminé da fábrica Lumière, abordada mais à frente.

A preservação material das chaminés se insere em outro problema, de certa forma, relacionado com a sua *tecnologia construtiva ultrapassada*: a dificuldade em se encontrar serviços especializados para sua restauração e conservação. Essa também foi uma das justificativas utilizadas pelos proprietários do Shopping, em novo documento enviado ao Gabinete do Prefeito Municipal, composto por Laudo Técnico de engenharia. Os argumentos para cancelar o processo de tombamento da chaminé e defender sua demolição apelavam para: “os riscos à segurança dos usuários do complexo comercial”; “o precário estado de conservação da construção”; “a falta de uma política de manutenção e de pessoal técnico especializado na sua execução”; “o alto custo para [...] a realização da restauração” (PEREIRA, 10 set. 2004 *contido em* FCJ, 2004, p.16).

Foi em decorrência dessa correspondência que a Procuradoria Geral do Município (PGM), a pedido do Gabinete do Prefeito, enviou à CPC, em outubro, um Ofício que pedia que a FCJ e os membros da COMPHAAN sustentassem:

[...] o fundamento da necessidade da inscrição do bem no Livro Tombo [...]; [...] Contendo todas as informações que possam embasar corretamente a sua decisão, [...] principalmente de laudo pericial favorável ao tombamento, assinado por, no mínimo três pessoas de notório conhecimento (OFÍCIO nº. 393, 25 out. 2004 *contido em* FCJ, 2004, p. 34).

Seria necessário reforçar e sistematizar melhor as justificativas para o tombamento, esse era o pedido da PGM. Mas as considerações contidas na Ata nº. 27/2004 da COMPHAAN, já haviam mencionado uma carência de informação no parecer para o tombamento da Chaminé, por não esclarecer “se o tombamento deve[ria] ser efetivado ou não”. Nesta Ata ficou decidido que um novo parecer seria realizado; também foi sugerido “o uso de um formulário padrão pelas próximas comissões de peritagem” (Ata nº. 27, 19 out. 2004 *contido em* FCJ, 2004 p. 31, 32). O uso de uma “apresentação padrão” pelas comissões de peritagem foi reforçado em nova reunião, para que seguissem, assim, uma sequência com

“o histórico da edificação, o relatório de suas condições e a conclusão, contendo o parecer favorável ou não” (Ata nº. 28, 9 nov. 2004 *contido em* FCJ, 2004, p. 37).

De certa forma, as impugnações mostravam as imperfeições dos laudos de tombamento, o que acabou gerando novos posicionamentos e cuidados com a padronização dos argumentos e melhor elaboração dos discursos. E isso fica evidente, por exemplo, quando se analisa o parecer para o tombamento do Moinho Joinville, realizado em 2009, que contou com vasta pesquisa histórica sobre a formação urbana da área e da fábrica. Algo parecido pode-se dizer do processo de tombamento da Cervejaria Antarctica, que gerou um levantamento sobre as primeiras cervejarias e o papel daquela fábrica na economia da cidade.

Os novos pareceres (arquitetônico e histórico), para o tombamento da chaminé da fábrica Arp emitidos em 9 de agosto de 2005, ainda não se encontravam dentro dos padrões sugeridos, mas convergiam para argumentos parecidos. No parecer arquitetônico, além da caracterização construtiva da chaminé, “desativada da função para a qual foi construída”, a arquiteta Débora Richter Cicogna menciona o marco memorial que ela significa, relacionada a “um momento histórico de Joinville [...], tão determinante no processo de formação da sua identidade como cidade industrial” (CIGNONA, 2005 *contido em* FCJ, 2004, p. 45). Menção corroborada pelo historiador Afonso Imhof, em seu laudo, entendendo-a como “um testemunho material-documental da maior importância para a história da industrialização da cidade” (IMHOF, 2005 *contido em* FCJ, 2004, p. 44). O historiador também destacou que a localização da chaminé, no “espaço cultural” do shopping, assume valor diferenciado entre as pessoas que ali circulam, e que “já constitui patrimônio histórico cultural incorporado na visão” dos que circulam pelo espaço. Concluiu, assim, que a chaminé tem o poder de ““subjetivamente”” expressar “a presença e a permanência da memória para os que ali fortuita ou propositalmente venham a se perguntar sobre o monumento” (IMHOF, 2005 *contido em* FCJ, 2004, p. 44).

Figura 12: Imagem aérea da Malharia Arp, veiculada em propaganda na Revista Manchete em 1966.



Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/73117>

Figura 13: Área interna da Malharia Arp, em matéria da revista Manchete de 1966 sobre indústrias joinvilenses.



Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/73119>

Aos proprietários do bem, a resposta sobre o indeferimento da impugnação só seria enviada em 7 de outubro de 2005, informando que, a partir daquela data, a chaminé entrava no rol dos patrimônios culturais protegidos pela Lei Municipal nº. 1.773/1980. Depois disso, os proprietários realizaram um pedido de auxílio e acompanhamento nas obras de restauração da chaminé à CPC, ao IPPUJ e à COMPHAAN (Ata n. 50, 26 jan. 2006, *contido em FCJ*, 2004, p. 63). Assim, o gerente administrativo do Condomínio Comercial Shopping das Flores enviou a CPC e ao IPPUJ o *Relatório de inspeção e proposta de recuperação da chaminé*

(MEIRA, 5 out. 2006 *contido em* FCJ, 2004, p. 71-73), que foi aprovado pela COMPHAAN, com o início das intervenções em março de 2007.

Pode-se dizer que a luta contra a intenção inicial de demolição da chaminé se mostrou vitoriosa, uma vez que alcançou o objetivo de preservação da chaminé. Ao mesmo tempo, demonstrou a possibilidade de diálogo e auxílio entre órgão de preservação e proprietário. Cabe lembrar que o *Ofício nº. 393/2004* da PGM, endereçado à CPC, e anteriormente citado, frisou – com base no artigo 20 da Lei 1.773/1980 – a possibilidade de a Prefeitura auxiliar, com seu próprio orçamento ou parcerias, determinadas obras de restauração, informando que:

[...] poderá essa Fundação [Cultural de Joinville], no caso de recusa do proprietário ou de impossibilidade financeira do mesmo, e em razão de comprovada urgência, realizar, ‘de ofício’, as obras emergenciais necessárias para os reparos e conservação do bem [...] (art. 20 da Lei 1.773/80) (OFÍCIO nº. 393, 25 out. 2004 *contido em* FCJ, 2004, p. 34, 35).

Se houve o auxílio público, não há nenhum documento sobre o assunto no processo de tombamento e consultas em plataformas digitais como Diário Oficial de Joinville e Leis Municipais não indicaram qualquer informação sobre o apoio financeiro municipal. De qualquer forma, essa disposição da própria prefeitura para auxílio econômico na intervenção não consta em nenhum dos outros processos analisados.

O tombamento da chaminé como patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico foi homologado em 20 de novembro de 2009, pelo Decreto 16.162/09. Onze anos depois, nas comemorações do aniversário de 25 anos do Shopping das Flores, realizadas em 9 de março de 2020, percebe-se um apelo, na criação de uma identidade entre o centro comercial e a cidade, que vai além das mesmas datas de aniversário⁴⁷. Assim como ocorreu em uma situação em Porto Alegre, com a criação de um shopping na antiga cervejaria dos Irmãos Bopp (investigada no capítulo 4), o *website* do Shopping Cidade das Flores destacou sua participação na própria história do município, através de sua “conexão cultural com a cidade de Joinville”, uma vez que “traz no seu DNA a história marcante da indústria joinvilense, pois suas instalações ocuparam o espaço da antiga e tradicional malharia da cidade, a Arp”. Distante dos impulsos para sua demolição, a chaminé foi então evocada, no texto alusivo à comemoração: “o Shopping Cidade das Flores manteve na Praça de Eventos a chaminé de seu

⁴⁷ O dia (9) e o mês (março) de inauguração do Shopping das Flores, em 1995, são os mesmos da data escolhida como fundação da cidade de Joinville.

antigo empreendimento, conservando assim uma das características industriais da época” (SHOPPING CIDADE DAS FLORES, 2020).

Por outro lado, cabe pensar sobre o reuso dos espaços da antiga fábrica para a criação do shopping, na época sem muitos critérios de preservação arquitetônicos, até porque, legalmente, o prédio não possuía nenhuma tutela preservacionista. O mínimo cuidado foi facultado à manutenção da volumetria, entretanto variadas alterações ocorreram, tanto nos espaços internos quanto externos, descaracterizando, inclusive, alguns elementos da fachada do prédio. O shopping não disponibilizou, por exemplo, nenhuma área voltada para a memória da fábrica, sendo a chaminé o único indício dessa antiga função.

Já a Metalúrgica Wetzel conseguiu, além da chaminé, preservar outras áreas do seu complexo e, em seu reuso (instalação da PUC/SC), um memorial sobre a trajetória da empresa foi criado. É comum neste tipo de memorial uma abordagem histórica pautada pela cronologia da empresa, sendo às vezes restrita aos dados econômicos e aos personagens ligados à sua administração; memórias operárias e, mais ainda, suas lutas e conflitos, geralmente são apagadas dessa espécie de “versão oficial” da história empresarial.

Os debates sobre a patrimonialização da fábrica remontam ao ano de 1997, quando um documento emitido pelo presidente da Wetzel na época, Norberto Cubas da Silva, endereçado ao prefeito Luiz Henrique da Silveira, indicava a intenção da diretoria (em virtude da mudança da fábrica para a Zona Industrial) de vender o complexo, para o desenvolvimento de novos empreendimentos na área (“parque temático”, “Hotel Cinco Estrelas” e ampliação do Supermercado Angeloni). O documento informava que algumas edificações seriam demolidas, entretanto destacava o interesse em preservar quatro elementos: “a fachada da rua Senador Felipe Schmidt e a casa situada na mesma rua [...]; a chaminé e a casa da rua Visconde Taunay” (SILVA, 17 dez. 1997 *contido em* FCJ 2005b, p. 10). Respondida de próprio punho, sobre a mesma carta, o prefeito escreveu que o projeto se adequava plenamente às diretrizes de estímulo do governo ao “desenvolvimento [...] e preservação da memória histórica da cidade” (SILVEIRA, dez. 1997 *contido em* FCJ 2005b, p. 10). Iniciavam-se, assim, as narrativas sobre o valor patrimonial da antiga fábrica, situada no centro da cidade, que contou até com projeto urbanístico do IPPUJ para a área em 1997.

Em reunião, a COMPHAAN (Ata nº. 3/98, 14 out. 1998, p. 1, 2 *contido em* FCJ 2005b, p. 12) registrou “o pedido feito pela Câmara de Vereadores do tombamento da fachada, chaminé e casa enxaimel” da fábrica Wetzel (pedido realizado em 1997); justamente os itens que a empresa se comprometeu em preservar (com exceção da residência onde funcionava o RH da empresa). A única referência ao pedido da Câmara aparece nessa

passagem da Ata nº 3/98, não havendo nenhum outro documento sobre o assunto no decorrer do processo de tombamento.

De acordo com a documentação levantada e presente no processo de tombamento, uma resposta oficial da PMJ foi enviada à empresa Wetzel em 2000, parabenizando a empresa “pelo seu interesse e preocupação com a preservação da memória histórica da cidade” e reforçou a importância que representava a preservação “da chaminé histórica”; “da fachada da Rua Senador Felipe Schmidt”; “da casa germânica da mesma rua” (antigo Recursos humanos da empresa); “da casa enxaimel da Rua Visconde de Taunay” (OFÍCIO nº. 1820, 20 set. 2000 *contido em* FCJ 2005b, p. 16). A intenção de venda do imóvel para ampliação do Shopping Mueller se manteve até início de 2005, mas a não efetivação do negócio fez com que a produção na fábrica permanecesse no local até fins de 2010.

O processo para o tombamento da fábrica contou com dois pareceres, elaborados entre 2005 e 2006; o primeiro, datado de 13 de setembro de 2005, destacou as diferentes edificações no complexo como residências e unidades fabris, que sofreram alterações ao longo do século XX. O histórico da produção fabril remeteu ao imigrante Friedrich Louis Wetzel, criador da fábrica de velas e sabão (galpão em técnica enxaimel) em fins da década de 1890, nos fundos da sua residência, situada na Rua Visconde de Taunay (conhecida antigamente como *Deutsche Strasse*). Na década de 1930, após nova sociedade comercial que criou a fundição *Schmidt, Wetzel & Cia*, além de sabão e velas a fábrica passou a produzir itens metálicos (registros, canos, torneiras); o nome *Metalúrgica Wetzel S/A* surgiu em 1966.

O parecer da arquiteta Maria Alves não deixa de considerar uma característica que marcou a ocupação da Colônia Dona Francisca: a pequena propriedade e o trabalho familiar dos imigrantes. Reforçava, assim, a ideia de que:

[...] o imóvel compreende um conjunto arquitetônico representativo do processo de desenvolvimento econômico do município, baseado inicialmente na pequena propriedade e trabalho familiar, bem como o posterior processo de industrialização com seus diferentes momentos [...]. (ALVES, 2005, p. 2 *apud* FCJ, 2005b, p. 52).

Segundo o parecer, o imóvel apresentava “remanescentes de processos manufatureiros e industriais, potencialmente informativo acerca da espacialização original, configurando ‘sítio arqueológico histórico’”. A edificação mais antiga em enxaimel (que servia de moradia), e a outra, onde se instalou a fábrica de velas e sabão, remetem a um momento distinto do restante do complexo, marcado por ampliações e modernizações ao longo do século XX. O parecer chama atenção para outros elementos, como a chaminé, descrita como “um verdadeiro ícone na cidade”, que teve sua construção atribuída ao

construtor Paul Keller. Em relação à presença da fábrica na paisagem, nota-se sua importância como:

referência de orientação da malha urbana, ligada ao passado, constituindo-se em sinalização espacial, com características marcantes pela diversidade arquitetônica, confrontada com as construções vizinhas (ALVES, 2005, p. 2 *contido em* FCJ, 2005b, p. 52).

Em algumas abordagens referentes à chaminé da Wetzel pela imprensa, as citações têm em comum destacá-la como marco referencial na paisagem. Uma reportagem de 2014 menciona que “um dos orgulhos dos proprietários” era a chaminé da empresa, que com seus “56 metros de altura pode ser avistada de diversos pontos da cidade” (NOTÍCIAS DO DIA, 10 fev. 2014). Em outra matéria jornalística, a chaminé foi estimada como “outro marco da paisagem da área central da cidade [...], planejada para garantir que a fumaça saída da fábrica passasse bem longe dos joinvilenses e seus telhados” (NOTÍCIAS SANTA CATARINA, 27 fev. 2015). Em 1998, o Jornal *A Notícia* (5 jul. 1998, p. 13) chamava atenção para a chaminé da Wetzel, que “erguida em 1920 é referencial na cidade” podendo “ser avistada de longe”.

Figura 14: Imagem da década de 1930, com destaque para a fachada da empresa, voltada para atual rua Senador Felipe Schmidt, e a posição central da chaminé.



Fonte: <https://www.radioclubejoinville.com.br/catolica-de-santa-catarina-promove-exposicao-que-conta-a-historia-da-wetzel/>

Além da chaminé e seu efeito sobre a paisagem, outro valor cultural pontuado pelo parecer foi o fato do complexo ser “o último conjunto fabril em completo funcionamento, na área central da cidade” (ALVES, 2005, p. 3 *contido em* FCJ, 2005b, p. 53).

Com essa afirmação, o ímpeto de preservação entende a fábrica como um museu vivo. E é, relativamente, o que uma reportagem de 2015, sobre a instalação de um Centro Universitário naquela área, iria declarar: “uma ilha histórica perdida em meio ao desenvolvimento do Centro de Joinville” (NOTÍCIAS DO DIA, 30 mar. 2013). A aparente ambiguidade da frase jornalística merece breves observações, pois deixa clara a percepção da fábrica como uma estrutura que reporta a um tempo que não existe mais. Nesse sentido, se a mecanização, a produção industrial, a chaminé, foram em um determinado momento marcas do progresso e dos avanços tecnológicos, atualmente essas mesmas estruturas fabris no tecido da cidade tornaram-se obsoletas e quase sempre destinadas à substituição.

Como construções que se formaram dentro dos primeiros núcleos urbanos em momentos de industrialização, essas antigas fábricas, agora ultrapassadas, estão sujeitas às mudanças e alterações que convulsionam a estrutura da cidade. Novas construções, demolições, abertura de novas vias e a criação de novos empreendimentos podem condená-las à demolição e ao apagamento. Porém, o conflito entre o passado e o presente vai além dos simples ícones representados por antigas edificações na paisagem, para assumir um jogo de interesse pelo uso do espaço territorial da cidade; em alguns casos, as consequências deste conflito forçam as políticas de preservação a serem mais flexíveis na delimitação de níveis de preservação e na aprovação de projetos para novos usos. Mesmo assim, os pedidos de impugnação dos proprietários, contra o tombamento dos seus bens, mantêm a pressão sobre as políticas de preservação.

No caso da Wetzel, a Notificação de abertura de tombamento (COMPHAAN, 14 fev. 2006 *contido em* FCJ 2005b, p. 32), enviada ao proprietário em fevereiro de 2006, seguiu os argumentos do parecer de 2005, em que não estabelecia claramente os níveis de preservação de cada edificação. O documento enfatizava, como justificativa, fatores já identificados anteriormente: a relação da fábrica com o passado industrial, o desenvolvimento econômico da cidade, o trabalho familiar e sua importância na paisagem urbana. Contudo, não estando de acordo integralmente com o processo de tombamento, o presidente da empresa na época, Norberto Cubas da Silva, representado por seu advogado, impugnou a abertura de processo.

O documento de impugnação frisou que a “propriedade não está vinculada a nenhum fato histórico notável. Se o está, isto não foi mencionado no parecer da comissão notificante” (SILVA, 24 fev. 2006, p. 2 *contido em* FCJ, 2005b, p. 84). E para sustentar seus argumentos,

o advogado que representava o proprietário recorreu ao artigo 1º da Lei Municipal nº. 1.773, de 1º de dezembro de 1980, de preservação do patrimônio cultural, segundo o qual:

constituem o patrimônio histórico e artístico do município de Joinville os bens imóveis existentes em seu território, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos históricos notáveis, quer por seu valor cultural a qualquer título (JOINVILLE, 1980 *apud* SILVA, 24 fev. 2006, p. 2).

A impugnação criticava o valor concedido às características arquitetônicas emitidas pelo parecer; e em consequência da falta de referências aos *fatos históricos notáveis*; alegava ser “forçoso concluir que as características arquitetônicas se apresentam como fato preponderante às conclusões relacionadas no seu parecer” (SILVA, 24 fev. 2006, p. 3 *contido em* FCJ, 2005b, p. 85). O documento ressaltava que o impugnante concordava com o valor arquitetônico do complexo, mas “apenas em parte”, restringindo o tombamento somente às quatro edificações já mencionadas (fachada da fábrica e casa em estilo germânico na rua Senador Felipe Schmidt; a chaminé; e casa enxaimel na rua Visconde de Taunay nº. 365); afinal, ele já havia registrado interesse pela preservação dessas edificações em 1997 (SILVA, 24 fev. 2004, p. 3 *contido em* FCJ, 2005b, p. 85). O principal problema na proposta de tombamento para o requerente era a grande perda de potencial construtivo e isso ficaria evidente em nova correspondência endereçada à FCJ.

Os advogados da Wetzel enviaram outra correspondência em março de 2006, uma carta com acréscimos e uma crítica à COMPHAAN por não desenvolver “maiores estudos relativos ao tombamento [...], reservando-se apenas a seguir as recomendações a título de diretrizes elaboradas pelo IPPUJ em 1997”⁴⁸. A carta fez questão de enfatizar que as diretrizes do projeto do IPPUJ buscavam “a harmonia da preservação, integradas a uma perspectiva de viabilidade comercial de aproveitamento global da área” (SILVA, 06 mar. 2006, p. 2 *contido em* FCJ, 2005b, p. 58). O projeto mencionado, "Diretrizes para reciclagem das instalações fabris da metalúrgica Wetzel", foi realizado pelo IPPUJ em 1997.

Assim, as intenções de preservação de edificações mais significativas, superficialmente acordadas com o Executivo em 1997, estariam aptas a compor novos usos, incorporando:

⁴⁸ Durante a pesquisa para esta dissertação tentou-se acessar o Projeto realizado pelo IPPUJ, mas houve a informação de que, em virtude da alteração da nomenclatura do órgão para SEDUP, todo o arquivo do antigo IPPUJ foi destinado ao Arquivo Municipal de Joinville, e que este órgão ainda não disponibilizou o acervo para consulta, uma vez que o material passará por um processo de limpeza, inventariação e acondicionamento.

Modernos conceitos urbanos como: praça aberta no entorno da chaminé; conservação da alameda de ligação das duas testadas (Felipe Schmidt e Visconde de Taunay); viabilização de equipamentos culturais para a cidade (teatro, centro de convenções e eventos, entre outros) (SILVA, 06 mar. 2006, p. 2 contido em FCJ, 2005, p. 58).

Conforme o que apresentaram os advogados do proprietário, de acordo com a proposta de reciclagem elaborada pelo IPPUJ, um memorial denominado “Wetzel Platz” seria “inserido no empreendimento [...], em respeito à importância econômica e histórica da família e seus empreendimentos naquele local” (SILVA, 6 mar. 2006, p. 3 *contido em* FCJ, 2005b, p. 59). A passagem mostra uma incongruência, pois, se no primeiro pedido de impugnação, contra o tombamento do complexo, eles argumentaram a ausência de fatos históricos notáveis, na segunda (um complemento ao pedido de impugnação inicial), remeteram um projeto idealizado em 1997 fomentando a memória da família Wetzel. Outra coisa que chama atenção é a disposição dos empreendedores em criar na área, “conforme preconiza[va] o caderno [projeto de 1997] do IPPUJ”, um “ponto de encontro e de revitalização da área central de Joinville, com espaços públicos e privados integrados entre si, e a ligação de duas vias, que hoje não possuem interligação” (SILVA, 6 mar. 2006, p. 3 *contido em* FCJ, 2005b, p. 59). Uma vez que exploraria a permeabilidade do fluxo de pedestres, a criação de uma alameda entre as duas ruas e aberta ao acesso e uso público nunca foi concretizada, mesmo sendo considerada um dos destaques do projeto de reuso do complexo Wetzel, tanto nas idealizações do IPPUJ em 1997, quanto nos projetos de 2012 para a instalação da PUC/SC no complexo⁴⁹.

Essa segunda impugnação pedia ainda, um “maior aprofundamento da proposta de tombamento”, uma vez que pretendia harmonizar empreendimentos comerciais, revitalização urbana e preservação. Mas o projeto só poderia assumir as formas idealizadas até então por meio de “diplomas legais” que impedissem a perda de potencial construtivo do complexo; entretanto, na visão do recorrente, o tombamento, da maneira como foi proposto pela COMPHAAN apresentava justamente isso: “uma grande transferência de potencial construtivo⁵⁰ que não será aproveitada”. O pensamento, comum, de que a preservação através

⁴⁹ Em 2013, um ano após a instalação da PUC em algumas áreas da fábrica, a responsável pela intervenção no complexo, arquiteta Simone A. Mattedi, explicou que a nova etapa de revitalização da área tiraria “partido do eixo principal de ligação entre as ruas Senador Felipe Schmidt e Visconde de Taunay, criando uma alameda de ligação entre as ruas, e voltando para os mesmos espaços de uso comum como o teatro, biblioteca, cantina, livraria, capela e museu” (NOTÍCIAS DO DIA, 30 mar. 2013).

⁵⁰ O termo utilizado pode gerar uma dúvida, uma vez que *transferência de potencial construtivo* representa um mecanismo que passou a ser utilizado na Europa e nos EUA, em fins da década de 1970, visando a preservação do patrimônio histórico edificado. Consiste na “transferência” do direito de construção que, em tese, pertence ao lote onde está o imóvel histórico; mas, diante da sua preservação esse potencial pode ser “transferido” para outras áreas da cidade, como uma compensação (CIPRIANO, NOBRE, 2019, p. 5). Como em Joinville essa lei

do tombamento dificulta a utilização do imóvel, também é exposto no documento quando defende a busca por um consenso entre as partes como forma de se evitar “mais um imóvel fechado na área central” (SILVA, 06 mar. 2006, p. 3, 4 *contido em* FCJ, 2005b, p. 59, 60).

O documento apresenta a discordância quanto à necessidade de qualquer salvamento arqueológico, e afirma que “uma instalação fabril do final do século XIX não se caracteriza como sítio arqueológico, pois um possível salvamento em nada irá acrescentar aos registros históricos já profundamente conhecidos desse período” (SILVA, 06 mar. 2006, p. 4 *contido em* FCJ, 2005, p. 60). Provavelmente, o recorrente levanta esse argumento pelo fato do Parecer de 2005 (ALVES, 2005, *contido em* FCJ, 2005b, p. 51-53) citar o complexo como “sítio arqueológico histórico”⁵¹.

A impugnação seria indeferida (OFÍCIO nº. 1024, 8 nov. 2006 *contido em* FCJ, 2005, p. 168), enquanto uma nova comissão de peritagem já havia sido nomeada para elaborar outro parecer para o tombamento⁵². Dessa vez, os argumentos históricos estiveram em destaque e o conceito de patrimônio industrial e memória operária também foram acionados. Em uma pequena explicação sobre o advento da arqueologia industrial e o patrimônio industrial, o parecer relata o “contexto de ampliação daquilo que é considerado bem cultural” e as ações de preservação que, na década de 1960, levaram alguns países europeus a realizarem “inventários sistemáticos de sua herança no processo de industrialização”; alertava, assim, para o valor assumido por estruturas fabris e industriais como patrimônio cultural e a importância da “sua transmissão para as próximas gerações” como “fidedignos suportes para memória coletiva” ([2º] PARECER, 16 nov. 2006, *contido em* FCJ, 2005b, p. 36, 37).

Em outro trecho, o parecer comenta sobre a “espécie patrimonial atípica, incomum no âmbito do acervo memorativo da cidade e município de Joinville”, que o complexo industrial representava. O interesse pela memória industrial da cidade assumiu, neste momento, ponto relevante nos debates patrimoniais; não por acaso, nessa primeira década do

ainda não foi regulamentada, o termo usado, possivelmente, tem o sentido de perda do *coeficiente de aproveitamento* do lote; ou seja, o tombamento de várias edificações dentro do complexo representaria uma perda de potencial construtivo. A *transferência*, nesse caso, seria a possibilidade de criar dentro do mesmo lote outros empreendimentos, que seria limitada pelo tombamento.

⁵¹ A ação proposta pelo primeiro Parecer não se aproxima da concepção de arqueologia industrial, e inclusive, o conceito de patrimônio industrial não foi abordado no documento. Da mesma forma, a pesquisa *Prospecção arqueológica histórica na área de ampliação da PUC/SC em Joinville*, apresentada em 2013 pelos proprietários, não se ateve ao estudo das áreas manufatureiras da fábrica; ou seja, o objetivo não era o entendimento de áreas produtivas ou sistemas de produção ligados aos trabalhos industriais e sim a ação de salvamento e monitoramento nas áreas que seriam escavadas e receberiam tubulações subterrâneas (FARIAS, 11 dez. 2013, p. 39 *contido em* FCJ, 2005b, p. 429).

⁵² A Portaria n. 28 de 11 de agosto de 2006 (FCJ, 2005b, p. 135), nomeou Raul Walter da Luz (arquiteto), Alfonso Imhof (historiador) e Cesar Augusto da Silveira (engenheiro), para realizarem novo parecer.

século XXI ocorre se não o tombamento, ao menos a abertura dos processos referentes a elementos fabris ligados ao passado industrial da cidade.

Ao mesmo tempo, a preservação deste patrimônio permitiria uma “inclusão memorial” de atores até então invisibilizados não só nas narrativas históricas de Joinville, como também nas construções patrimoniais, até então concebidas; possibilitava assim “a visibilização dos trabalhadores fabris como integrantes ou realizadores do progresso industrial da cidade”. Na visão dos agentes de preservação local, a ideia de um bem patrimonial que remetesse a uma “história feita por todos”, e neste caso específico, propusesse uma “‘memória orgulho’, para os trabalhadores locais” aparecia como uma grande colaboração do patrimônio industrial ([2º]PARECER, 16 nov. 2006, *contido em* FCJ, 2005b, p. 144, 145). Essa é uma argumentação inédita nos discursos patrimoniais presentes até então na cidade, e demonstra novas perspectivas trazidas pelo conceito do patrimônio industrial. Cabe, entretanto, questionar a capacidade que a salvaguarda arquitetônica de elementos fabris pode dispor no sentido de conseguir representar uma memória operária dos “trabalhadores locais” através, simplesmente, de sua presença na malha urbana.

Outra dimensão patrimonial também foi considerada – a possibilidade de uso comercial do patrimônio – quando se afirma que “o quarteirão em que está inserida a fábrica apresenta enorme potencial cultural e turístico, com crescimento do setor de serviços gastronômicos e entretenimento” ([2º] PARECER, 16 nov. 2006, *contido em* FCJ, 2005b, p. 36). E assim como foi proposto no processo de tombamento da Cervejaria Antarctica, o parecer de tombamento da Wetzel também procurou alinhar a preservação do patrimônio cultural com a reabilitação de usos do complexo, com possibilidades de se criar “novos empreendimentos, implementando ocupação contemporânea, conciliando o passado e o futuro”. E a definição do nível de preservação, sobre a maioria das edificações, foi enquadrada como “preservação volumétrica”, o que estabelece “a conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel”, e permite maior dinâmica para reuso nas partes internas do imóvel. Salvo por um pequeno detalhe (destacado no texto), o parecer utiliza a mesma explicação sobre a importância do bem para a comunidade que foi descrita no tombamento da Cervejaria Antarctica:

o imóvel representa para a comunidade de Joinville notável referencial urbano, *com imagem consolidada da sua capacidade de trabalho, de técnica e empreendedorismo*. Acreditamos ser prioritário, assegurar e conservar este equipamento para as futuras gerações, preservando suas representações cognitivas e seu valor como patrimônio cultural promovendo a memória e a autoestima da

comunidade de Joinville ([2º] PARECER, 16 nov. 2006, *contido em* FCJ, 2005b, p. 38, grifo nosso).

A interferência da fábrica na paisagem central da cidade é enfatizada pela existência de duas edificações mais antigas, de técnica enxaimel, resquícios de um momento inicial da ocupação na Colônia Dona Francisca. Uma tinha sido residência de Friedrich Luiz Wetzel e Emma Wetzel e a outra, fábrica de velas e sabão; apesar das duas edificações possuírem preservação integral, esta última é mencionada portando “extremo valor, registrando único exemplar em enxaimel urbano utilizado como pequena indústria por seu artífice Luiz Wetzel” ([2º] PARECER, 16 nov. 2006, *contido em* FCJ, 2005b, p. 37). Essas duas edificações e a chaminé são os três elementos do complexo que possuem nível de preservação integral. Esta última, segundo o parecer, “consolida importantíssimo marco referencial de Joinville, e relevante ícone dessa época de apogeu industrial, consagra momento e técnica na conquista industrial do município” ([2º] PARECER, 16 nov. 2006, *contido em* FCJ, 2005b, p. 37).

Este segundo parecer, que fundamentou o tombamento da Wetzel, mais do que outros pareceres anteriores fomentou a construção de uma memória ligada ao passado industrial da cidade e seu processo de industrialização e urbanização, que marcaria o desenvolvimento econômico de Joinville durante o século XX; referenciou também o início da colonização, a “capacidade de trabalho, de técnica e empreendedorismo” ([2º] PARECER, 16 nov. 2006, *contido em* FCJ, 2005b, p. 37). Os discursos da patrimonialização de elementos industriais se aliavam, assim, às narrativas empreendedoras que estiveram, como já vimos, presentes em Joinville desde os tempos de sua Colônia.

Na primeira década dos anos 2000, as práticas preservacionistas do órgão municipal de preservação, a CPC, assumiram o reconhecimento do elemento industrial, enquanto patrimônio cultural e tentaram estabelecer, pelo menos em uma área central da cidade, um acervo protegido que remetesse a esse passado. E a Chaminé da antiga fábrica Lumière foi mais um desses itens.

Conforme o levantamento histórico realizado pela CPC a fábrica de lingerie e malhas fechada durante a década de 1990 iniciou suas atividades em 1924 (sob o nome de Guilherme Krause & Cia), e em 1938 com a sociedade Casimiro Silveira & Cia Ltda, assume o nome fantasia Lumière, quando ainda era localizada na Rua Itajaí. Em 1957, a fábrica foi transferida para a atual rua Campos Salles, no bairro Glória (CPC, 2010 *contido em* FCJ, 2010, 13, 14).

No auge da produção, entre as décadas de 1960 e 70, a empresa contava com mais de 2 mil funcionários. Depois de mais de uma década fechada, a edificação foi adaptada para a

instalação da Universidade Anhanguera, em 2009. Sem maquinário e com galpões vazios e precários, o processo de patrimonialização se voltou apenas para a chaminé; sua alusão ao industrial aparece como principal motivo, “referenciando diversos aspectos da construção e transformação histórica de Joinville” (ATA nº. 146, 8 dez. 2010 *contido em* FCJ, 2010, p. 22).

Figura 15: Fábrica Lumière, 1966.



Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/73117>

Esse processo de tombamento não só trouxe informações históricas sobre a fábrica, como também promoveu a elaboração pela CPC, do: *Levantamento do Patrimônio Industrial – Chaminé Lumière*, sobre a presença industrial na cidade, com referências ao entendimento do conceito de patrimônio industrial apresentado pela Carta de Nizhny Tagil. O estudo justifica e indica outros elementos industriais já patrimonializados pela COMPHAAN, elaborando uma narrativa do conjunto industrial a ser preservado; uma iniciativa que ainda não havia sido realizada, pelo menos nos processos de tombamento analisados. Dessa maneira, cita tanto a importância da preservação dos complexos da Wetzell, da Cervejaria Antarctica e da Chaminé da fábrica Arp, quanto a manutenção de suas respectivas chaminés, nos projetos de reuso dos espaços, elemento que, diga-se de passagem, recebeu nível integral de preservação (CPC, 2010, p. 5 *contido em* FCJ, 2010, p. 8).

Deve-se considerar que o processo de tombamento do Moinho Joinville (discutido adiante), datado de 2009, apresentou postura parecida, embora tenha restringido o estudo à região circundante ao Moinho inserindo o bem industrial em uma narrativa de preservação,

buscando a consolidação de um conjunto de bens preservados ligados ao passado industrial da cidade.

A importância do passado industrial, que deu a Joinville o título de “Manchester Catarinense”, é insinuada pela “grande quantidade de chaminés presentes na paisagem da cidade e, conseqüentemente, de fábricas”; e, mais do que o impacto sobre a paisagem, o estudo demonstra que o acentuado processo de industrialização, após a década de 1940, criou, através de “discursos oficiais”, uma “exaltação das chaminés como símbolo de desenvolvimento econômico” – que, para além da relação com a cidade inglesa de Manchester, era “amplamente utilizada como elemento constitutivo de uma postura ideológica voltada à legitimação do discurso da ordem e do trabalho” (CPC, 2010, p. 3 *contido em* FCJ, 2010, p. 6). O simbolismo do progresso e do empreendimento através das chaminés e do desenvolvimento industrial alimentou, e ainda alimenta, as narrativas de uma terra de oportunidades e trabalho.

O uso das chaminés em anúncios publicitários também foi alvo do levantamento, que reuniu diferentes rótulos e imagens veiculadas em jornais da cidade. Os técnicos da CPC (o historiador Bruno da Silva e o arquiteto Raul Walter da Luz) consideraram, no estudo, a possibilidade de perceber as chaminés como monumentos “cuja importância não se configura apenas por seu aspecto exterior, mas pelas mensagens e significações que transmitem ao presente”. A relação desse elemento com a cidade poderia ultrapassar, assim, suas referências estritamente industriais – ligadas às transformações técnicas da produção artesanal aos processos industriais com o uso da energia a vapor – para incidir sobre outros contextos que modelaram a história da cidade nos últimos 40 anos, como o alto fluxo migratório, o crescimento descontrolado da malha urbana, o surgimento de bairros sem infraestrutura adequada, o aumento significativo da população e a formação de uma massa operária, que atingiu seu auge na década de 1980⁵³ (CPC, 2010, p. 9, 10 *contido em* FCJ, 2010, p. 12, 13).

O sentido de preservação do bem transcende, assim, o próprio valor arquitetônico, permitindo outras possibilidades de relação com a sociedade, incluindo valores, sociais, culturais e de afetividade. Como um estrato de um tempo passado, a estrutura da chaminé seria testemunha das transformações pelas quais a cidade passou durante o último século;

⁵³ Durante a década de 1990 o setor metal-mecânico e têxtil reduziu de 15% em 1990, para 9% em 1999 sua participação na estrutura industrial do município (CRISTOFOLINI, 2013, p. 147). Segundo dados de 2016, a indústria joinvilense empregou aproximadamente 90 mil pessoas; enquanto o setor de serviços empregou aproximadamente 110 mil pessoas. (SEBRAE/SC, 2019, p. 39).

uma testemunha das mudanças da paisagem urbana e dos desdobramentos sociais e culturais da sociedade industrial.

A Universidade Anhanguera, proprietária desde 2010 da antiga fábrica Lumière, recebeu a notificação de tombamento da chaminé em dezembro de 2010 e anexo estava o *Levantamento do patrimônio industrial* desenvolvido pela CPC. Mas os mecanismos de preservação iriam se deparar com uma situação peculiar, durante a sequência do processo.

Após pedido de inspeção pelo proprietário, a Defesa Civil emitiu dois pareceres sobre a condição da chaminé, um em 30 de maio de 2011, em que recomendou “realizar urgentemente a demolição da parte danificada, evitando assim riscos maiores [...]”. E o segundo parecer, em 18 de agosto de 2011, manteve o pedido para subtração de 10 metros da parte superior da chaminé (PMJ, 5 set. 2011, p. 2 *contido em* FCJ, 2010, p. 43). O requerimento de licença para demolição foi aberto pelo proprietário em 21 de outubro de 2011, dias depois, o próprio proprietário entrou em contato com a CPC.

O parecer da Defesa Civil para a demolição foi realizado após a abertura do processo de tombamento da Chaminé e desencadeou uma dúvida jurídica sobre o caso que foi pauta da COMPHAAN, conforme a Ata nº. 166/11 de 23 de novembro de 2011. Ficou decidida uma reunião entre Defesa Civil, CPC e Procuradoria Geral do Município (PGM) “para esclarecimentos de dúvidas” (Ata nº. 166, 23 nov. 2011 *contido em* FCJ, 2010, p. 51). Pelo Ofício nº. 1335/2011, a FCJ solicitou à PGM “orientações jurídicas para ajustamento e conciliação dos processos administrativos”, uma vez instalado o “conflito nas deliberações administrativas das duas instituições públicas” (FCJ, 13 dez. 2011 *contido em* FCJ, 2010, p. 66). No processo há indícios de outros casos além do episódio da chaminé, pois da maneira como é mencionada no Ofício, a Defesa Civil, ao verificar “algum risco eminente à comunidade”, determinava “prazos para a demolição (total ou parcial) de bens em processo de tombamento ou já tombados” (FCJ, 13 dez. 2011 *contido em* FCJ, 2010, p. 66). Por fim, o Ofício também buscava orientações em relação ao entendimento legal, sobre qual ação prevaleceria nesse tipo de situação.

Vale a pena observar alguns pontos da resposta da PGM sobre a questão. O Ofício n. 1224/2012 chegaria um ano depois da carta enviada pela FCJ e alegava: “não há uma resposta objetiva na lei determinando o que deve prevalecer”, uma vez que a Constituição brasileira, em seu art. 5º, estabelece que “tanto a preservação do patrimônio histórico e cultural como a preservação da incolumidade física dos cidadãos são direitos fundamentais” (PGM, 19 dez. 2012 *contido em* FCJ, 2010, p. 93). O documento faz uma ressalva sobre o fato das edificações tombadas ou em processo de tombamento serem, geralmente, antigas, por esse

motivo elas “podem se encontrar em situação de risco”, configurando-se assim um perigo à “incolumidade física dos transeuntes”. Entretanto, indicou que:

Determinar a demolição de bem tombado que apresente risco, pode gerar o entendimento aos proprietários descontentes com o tombamento de que basta abandonar o bem e aguardar que o prédio entre em estado de ruína para que a Defesa Civil determine a sua demolição, o que, por vias inversas, seria maneira de retirar as restrições que o tombamento impõe ao imóvel” (PGM, 19 dez. 2012 contido em FCJ, 2010, p. 94).

Abro aqui um pequeno “parêntese” para avaliar melhor esse argumento, que realmente é importante, ainda mais pelo fato de que recentemente em Joinville, o Projeto de Lei nº. 27/2020 do Executivo Municipal pretendeu revogar a Lei n. 1.773, de 01 de dezembro de 1980, levantando um debate sobre a flexibilização do destombamento.

Já havia na Lei nº. 1.773/1980, que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural municipal, um item conflitivo em seu artigo 19, segundo o qual o “proprietário que, comprovadamente, não dispuser de recursos para a conservação e reparo da coisa tombada”, poderá, de acordo com *caput 1º*, “executá-la à conta do município”; ou, de acordo com o *caput 2º*, “na falta de quaisquer das providências [...] poderá o proprietário requerer o cancelamento do Tombo ao sr. prefeito municipal” (JOINVILLE, 1980). Entretanto, um dos itens inovadores do Projeto de Lei nº 27/2020 é seu Capítulo 4, *Do cancelamento do tombamento*, que, além de propor diferentes situações para o destombamento, reforça o poder do Executivo Municipal no ato de revogação do tombamento, nos seguintes casos, de acordo com o Art. 24:

- I - Quando se provar o perecimento do bem tombado, ocasionado por fatores naturais ou similares, não se admitindo, entretanto, o cancelamento do tomo decorrente de qualquer ação dolosa com intuito de causar dano irreversível ao patrimônio cultural;
- II - Quando se provar desaparecimento do valor atribuído ao bem, levando-se em consideração que o valor se altera no tempo e no espaço, podendo, em casos excepcionais, ser retirado por meio de critérios técnico-científicos em processo administrativo próprio;
- III - Em atendimento de interesse público superveniente.

Por mais que o item I ateste que a ação dolosa contra o patrimônio não seja admitida, parece difícil traçar um limite claro entre ação dolosa e fatores naturais, por exemplo, incêndios ou falência de estruturas. Já o item II demonstra o dilema dos valores e a possibilidade de sua inversão ou desaparecimento, situação semelhante ao caso da ponte coberta, abordado anteriormente. No Artigo 25 constava que o pedido de destombamento poderia ser realizado por qualquer pessoa física ou jurídica. Uma vez que o pedido de destombamento fosse endereçado à SECULT, a secretaria realizaria “consulta pública com

participação popular”. O pedido seria enviado a COMPHAAN, para deliberação e, caso a deliberação fosse contrária ao destombamento, o interessado ainda poderia recorrer ao prefeito, dando assim amplo poder de deliberação ao chefe do Executivo municipal (JOINVILLE, 2020).

Esse Projeto de Lei acabou sofrendo duras críticas, por meio de ação popular que contou com várias entidades ligadas aos círculos artísticos, culturais e políticos da cidade. Segundo a petição *online* contra a votação do projeto pela Câmara de Vereadores, a proposta do Executivo desconsiderou o Plano Municipal de Política Cultural e não foi analisada pelo Conselho Municipal de Cultura. A pressão das manifestações, que contou com uma carta aberta à Câmara de Vereadores e Ministério Público, conseguiu engavetar o Projeto. Por trás dessas situações é possível observar todo o jogo de interesses e pressões que estão em conflito permanente no campo preservacionista.

Voltando ao processo da Chaminé: após a resposta da PGM, verifica-se um hiato de aproximadamente dois anos no processo de tombamento. Mas uma inspeção para criação de proposta de intervenção na chaminé gerou novo conflito preservacionista, em 2014.

Considerando que a parte superior da chaminé apresentava pontos de deterioração, a *Proposta de intervenção* sugerida pelos proprietários, de acordo com serviços contratados, propunha a “demolição parcial da estrutura”, com a redução de sua altura, de 31,6 metros para 22 metros (ARANTES, 12 Ago. 2014 *contido em* FCJ, 2010, p. 102). Em relação à solicitação de redução da altura da Chaminé, a CPC, em sua *Recomendação* para deliberação da COMPHAAN, considerou a “proposta viável, sendo favorável ao pedido” (COMPHAAN, 10 dez. 2014 *contido em* FCJ, 2010, p. 144). Entretanto, se colocando contra a *Recomendação* da CPC, a COMPHAAN “deliberou pelo indeferimento da proposta de intervenção” e exigiu, no prazo de 60 dias, “projeto de restauro para ser analisado” (COMPHAAN, 10 dez. 2014 *contido em* FCJ, 2010, p. 144).

Antes de relatar os argumentos contra o pedido de demolição parcial durante a reunião, destaco a fala do engenheiro Francisco Maurício, um dos conselheiros e representante da SINDUSCON, segundo o qual “a restauração do bem era tecnicamente possível”, entretanto “complexa e onerosa”. Além disso, “no seu entender existem outras chaminés na cidade que possuem maior valor cultural” (ATA nº. 230, 10 dez. 2014 *contido em* FCJ, 2010, p. 152). Mas, na visão de outros membros, como a historiadora e professora universitária Sandra Guedes (UNIVILLE), a proposta de diminuição da chaminé era “incoerente do ponto de vista da preservação” do bem; enquanto o conselheiro Paulo Mira (IPPUJ), na mesma direção, “sublinhou que a altura da chaminé constitui justamente um

elemento de sua valorização, tendo em vista sua função como referência na paisagem urbana” (ATA nº. 230, 10 dez. 2014 *contido em* FCJ, 2010, p. 152).

Mesmo com a perda de sua abrangência visual, a chaminé, enquanto semióforo, não perderia seu simbolismo, o significado que dela era esperado – a memória do passado industrial; afinal, ela não deixaria de ser uma chaminé industrial, mesmo que fosse apenas uma ruína de chaminé.

Com a proposta de intervenção indeferida pela COMPHAAN, nova intervenção foi sugerida em 2015. O novo projeto, que não apresentava demolições, apenas reforço da estrutura, foi aprovado pela COMPHAAN (ATA nº. 246, 14 out. 2015 *contido em* FCJ, 2010, p. 262).

2.5. MOINHO JOINVILLE

Fechando a patrimonialização de elementos fabris na cidade está o tombamento do Moinho Joinville, aberto em 2009. De todos os processos de tombamento analisados na pesquisa, este é o que apresenta uma maior preocupação em referenciar não só aspectos históricos, como também um amplo levantamento urbano onde se insere o bem. O entorno é apresentado de maneira detalhada e outros bens presentes em ruas adjacentes são incluídos, produzindo uma noção de conjunto preservado. Entre as motivações para o tombamento estava a sua “grande importância na consolidação da ocupação da área próxima ao antigo porto”, sendo visto como “um dos marcos da industrialização da área” e “relevante testemunho da história da cidade” (COMPHAAN, 11 mar. 2009, *contido em* FCJ, 2009, p. 34).

O levantamento histórico e urbano que precedeu o pedido de tombamento demonstra como a região entre o Cais do Conde d’Eu e o Porto do Bucarein, sendo a principal via de acesso à cidade, tornou-se um grande centro comercial. Desde fins do século XIX, diversos “estabelecimentos voltados para a prestação de serviço”, secos e molhados, madeireiras, engenhos de beneficiamento de erva mate e comércio de bebidas se instalaram e fomentaram a concentração de habitantes na região⁵⁴. Já a construção do Moinho Joinville, iniciada em 1910 e inaugurada em 1913, se inseriu em um processo de urbanização implementado durante a gestão do Prefeito Procópio Gomes (1903-1906), processo que se dirigiu da região do porto

⁵⁴ Alguns secos e molhados da região pertenciam a Jorge Mayerle; Alfredo e Emma Krisch Marquardt; Edgar Klein; Leopoldo Elling e Lúcia Moura. Existiam também a Fábrica de bebidas Mayerle Boonekamp (fundada em 1882), a Fábrica de fósforo Mayerle e Cia; e a Fábrica de carretéis Santa Terezinha (de Ademar Garcia).

(COMPHAAN, 11 mar. 2009, *contido em* FCJ, 2009, p. 34). Menciona também a restrição que as atividades industriais vinham sofrendo nas áreas centrais da cidade e o paulatino deslocamento de empresas para o distrito industrial. Vislumbra-se, nesse sentido, uma preocupação com a probabilidade de “grande densificação urbana” da região, que permite construções com até 12 andares, na medida em que essas indústrias centrais começavam a se deslocar. Nesse caso, o tombamento, mais do que preservação da edificação em si, também se articulava como ação urbanística, como proposta de readequação dos usos da fábrica e requalificação⁵⁵ de um conjunto central da cidade, abrangendo “áreas do mercado público de Joinville e margens do rio Cachoeira”, para um momento futuro (COMPHAAN, 11 mar. 2009, *contido em* FCJ, 2009, p. 34).

Três notificações sobre a abertura de tombamento foram enviadas aos proprietários do Moinho, a primeira em março de 2009 e a última, a qual acusou recebimento, datava de outubro de 2011. O último documento (Notificação nº. 7/2011) destacou, como critérios de valoração:

- I - valor urbanístico: características de um bem material imóvel que definem, referenciam historicamente ou qualificam a malha urbana e o espaço público;
- II - valor arquitetônico: características de um bem material imóvel que expressam qualidades significativas, períodos históricos, composição, materiais, coerência tipológica, bens integrados e outras particularidades relevantes;
- III - valor histórico cultural: característica [plural] de um bem material móvel ou imóvel que identificam e preservam elementos testemunhais de uma organização social, manifestação cultural, ou forma de vida que configure a memória histórica coletiva;
- IV - valor singular: características peculiares [...] de qualidade, quanto aos aspectos técnicos, históricos, artísticos, construtivos ou de desenho (COMPHAAN, 14 out. 2010, *contido em* FCJ, 2009, p. 53).

Em 01 de novembro de 2011, a Bunge Alimentos respondeu a notificação (2011, *contido em* FCJ, 2009, p. 57) pedindo algumas informações relativas à proposta de tombamento, deixando claro que impugnava o tombamento “tendo em vista a necessidade de maior tempo para análise e discussão interna”. O documento mostrou dúvidas relativas ao tombamento: se seria parcial ou total e, no caso de ser parcial, quais edificações estariam sujeitas ao tombamento. Pediam esclarecimentos sobre a contrapartida fiscal (isenção de IPTU e taxas da marinha) e sobre possíveis restrições construtivas “impostas aos edifícios em termos de demolição, aumento de construção, adaptações, reformas, etc.”; “em relação à mudança de atividades a serem desenvolvidas no local e/ou futura comercialização do imóvel”. Por fim, perguntavam quais foram “as características do imóvel consideradas para

⁵⁵ A questão da requalificação urbana e os usos do patrimônio industrial nesses projetos são investigados e discutidos no capítulo 4.

tê-lo como qualificativo [n]a malha urbana e [no] espaço público” (BUNGE, 2011, *contido em FCJ*, 2009, p. 57).

Os esclarecimentos da CPC, enviados à Bunge através do *Ofício nº. 1276/2011*, destacavam que a abertura do processo de tombamento já institui proteção legal ao bem; assim, qualquer descaracterização realizada no bem acarretaria em multas e sanções. Quanto ao estabelecimento dos níveis de preservação e os estudos sobre a “relevância cultural do imóvel”, seriam realizados mediante Laudo Pericial emitido por uma Comissão de peritagem, após o acesso às dependências da fábrica. Informava, por fim, sobre as iniciativas do governo municipal em criar leis concedendo benefícios aos proprietários de imóveis tombados em Joinville (FCJ, 30 nov. 2011, *contido em FCJ*, 2009, p. 70).

O Laudo Pericial⁵⁶, emitido em 4 de novembro 2013, traz alguns dados diferentes dos expostos no levantamento histórico e urbano realizado para a abertura do tombamento e implementa um artifício novo na estrutura dos laudos, no que diz respeito às informações gerais sobre um determinado setor urbano; nesse caso, o setor do *Antigo Porto de Joinville*, que abrange parte do bairro Bucarein e imediações centrais da cidade. Assim, qualquer outro imóvel situado neste setor já é enquadrado dentro de um levantamento da área, simplificando o procedimento de contextualização histórico-urbana para abertura de tombamento. Se antes houve ênfase em estabelecimentos comerciais ao longo do setor, nesse Laudo Pericial a região do porto apareceu em destaque.

A partir de registros históricos, o Laudo também destacou o uso voltado para o lazer que o espaço do porto desempenhou na comunidade durante o século XX, e considerou testemunhos memoriais do jornalista Crispim Mira sobre o local na década de 1920:

[...] o porto centralizava o ajuntamento de todos os rapazelhos das adjacências, garotos nadadores, pandorgueiros, pescadores de siri, filhos de senhores de mistura, com moleques de ex-escravos. [...] As suas barrancas, semeadas de cascas de banana e borrifadas de farinha, serviam de arenas de luta, de corpo a corpo [...] (CPC, 2013, *contido em FCJ*, 2009, p. 98).

E também uma memória do político Plácido Gomes, sobre festejos e uso coletivo daquela área: “nas ruas do porto se repetiam anualmente cenas festivas de comemoração popular; o Canto dos Reis [...]; [...] Bumba meu boi [...], o entusiasmo infrene do Entrudo [...]. [...] As fogueiras de São João [...]” (CPC, 2013, *contido em FCJ*, 2009, p. 99).

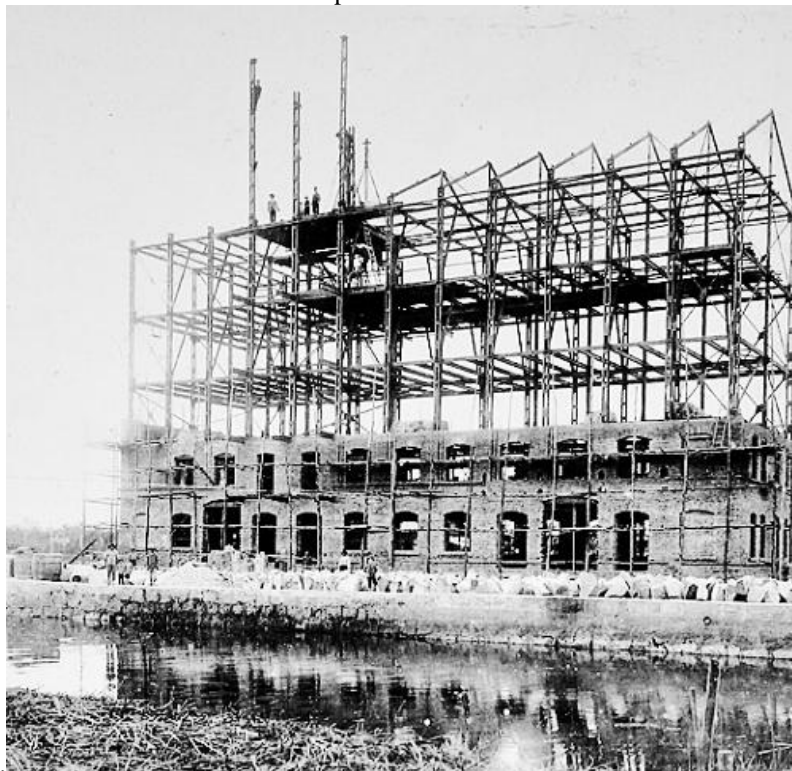
Dessa maneira, os agentes da CPC, buscaram responder os questionamentos dos proprietários e demonstrar o papel da região como espaço de sociabilidade em diferentes

⁵⁶ De acordo com a Portaria n. 12/2013, foram nomeados para realizar o Laudo: os historiadores Bruno da Silva, Dilney Cunha e Valeria Esteves; e os arquitetos Marcus Vinicius Ramos Filho e Dinorah Rocha Bruske.

momentos do século XX. O papel econômico do porto de Joinville, com a instalação na área de diferentes engenhos para beneficiamento da erva mate, desde fins do século XIX, e toda uma corrente de produção, com serrarias, funilarias, estaleiros, ferrarias, oficinas de carroções também se instalou nas imediações (CPC, 2013, *contido em* FCJ, 2009, p. 101).

O fato de ser uma das primeiras edificações mais altas da cidade fez o Moinho entrar para “o rol dos símbolos referenciais do espaço urbano”, tendo sua imagem registrada em cartões postais de diferentes épocas da cidade (CPC, 2013, *contido em* FCJ, 2009, p. 113). Sua presença na paisagem também foi motivo de investigação e o Laudo traz imagens e informações sobre a construção e ampliações realizadas no Moinho. Destaca-se o fato de sua estrutura ser construída totalmente em ferro, preenchida com tijolos, uma técnica usada na Europa desde meados do século XIX, mas que em Joinville foi inovadora, e o Moinho representava um dos primeiros exemplares com tal técnica construtiva. A estrutura de metal era mais resistente contra incêndios e “possibilitava a criação de espaços mais amplos, com menor número de apoio [colunas] e, conseqüentemente, com maiores vãos” (CPC, 2013, *contido em* FCJ, 2009, p. 121).

Figura 17: Construção do Moinho, entre 1909 e 1913; na foto, a estrutura de metal já permite identificar seus 5 pavimentos.

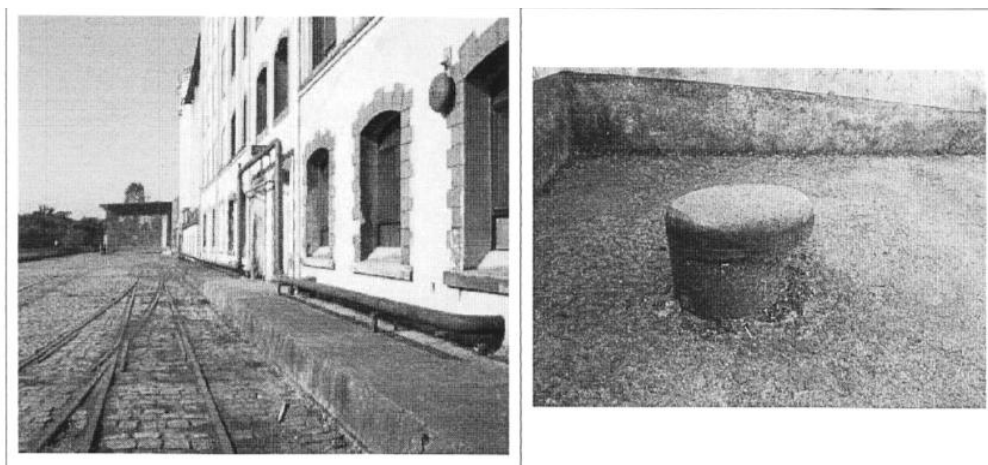


Fonte: <<https://ndmais.com.br/economia/apos-fim-das-operacoes-da-bunge-em-joinville-futuro-uso-do-moinho-e-discutido/>>

Diversos elementos arquitetônicos são identificados como singulares, na edificação, mesclando decorações ecléticas e características industriais: o uso de iluminação natural através do grande número de janelas por toda a fachada; elementos decorativos nas janelas como molduras em relevo e a “falsa cantaria”; a marcação de vãos cegos na fachada, compostos por desenhos de esquadrias de janelas que não existem, mas seguem esteticamente as linhas de marcação das janelas existentes; e a simetria na composição da fachada do prédio (CPC, 2013, *contido em* FCJ, 2009, p. 123, 125, 128).

Além das modernas técnicas de construção, destaca-se na edificação uma evidência do processo de industrialização da cidade e um fator de transformação de toda aquela região, que passou a contar, inclusive, com um ramal de trem da estação ferroviária até o pátio da fábrica. No pátio da fábrica, calçado de paralelepípedos, ainda se encontram a linha férrea e os atracadouros instalados em um pequeno cais, na frente do Moinho (CPC, 2013, *contido em* FCJ, 2009 p. 115, 119).

Figura 18: Detalhe do pátio da fábrica com trilhos e pontos de atracadouro de embarcações.



Fonte: (FCJ, 2009, p. 119)

O extenso levantamento da CPC contou com referências à Carta de Atenas (1933) demonstrando a importância de se garantir, às gerações futuras, os *testemunhos preciosos do passado*; e em relação à Carta de Veneza (1964), destacou-se sua concepção mais abrangente de monumento histórico, aberta às *obras mais modestas*. Esta última, explorada no primeiro capítulo da dissertação, é uma concepção que vem sendo constantemente mencionada nos debates sobre os valores do patrimônio industrial.

O processo de tombamento do Moinho se estendeu até 2019. Problemas relacionados a um laudo arqueológico, exigido por um dos conselheiros da COMPHAAN em 2015 (laudo

que seria contestado pela Bunge, na época), e a posterior transferência da propriedade, do grupo Bunge para a Fiesc, fomentaram a demora na conclusão do processo. Em 2018, a CPC estabeleceu novos níveis de preservação; sendo deliberada pela COMPHAAN o documento *Definição do nível de preservação do Moinho Joinville* que estipulou uma proteção volumétrica do prédio, com a manutenção da fachada, esquadrias externas e tipologia construtiva dos telhados. Fez ressalvas para futuras intervenções, não impedindo o uso de novos materiais ou aberturas e fechamentos de vãos, mas determinou que qualquer intervenção deve passar por um criterioso projeto arquitetônico, além do crivo da COMPHAAN. Definiu-se a preservação do sistema construtivo da edificação, entretanto, alterações na altura de paredes podem ser realizadas, mediante autorização da COMPHAAN. Incluem-se também os pisos de madeira, que devem ser parcialmente preservados, ou seja, parte do piso pode sofrer futura intervenção, desde que partes originais sejam preservadas (CPC, 25 abr. 2018, p. 2, 3). Percebe-se um esforço no sentido teórico da conservação crítica, em que a preservação dialoga com intervenções conscientes do espaço, reunindo novos usos e elementos de maneira harmoniosa e respeitosa com a antiga edificação.

Além de questões arquitetônicas, o documento prevê a conservação de componentes que remetem às instalações industriais, como o ramal ferroviário, suportes de atracadouros, pátio de paralelepípedos e a manutenção das tubulações do sistema preventivo de incêndio, válvulas de fabricação inglesa (que podem ser colocadas em outra área do prédio, de acordo com uma futura proposta expográfica).

A análise dos processos de tombamento de elementos industriais, em Joinville, demonstra que a consolidação do campo do patrimônio industrial, em nível nacional e internacional, como área de preservação e de estudo, se refletiu sobre as práticas das instâncias de preservação em âmbito municipal. Percebe-se, a partir da composição dos processos de tombamento, a presença paulatina de conceitos ligados ao patrimônio industrial, desenvolvendo um repertório cada vez maior de argumentos voltados para a salvaguarda deste tipo de elemento e, sobretudo, fundamentando-se em documentos, como a Carta Nizhny Tagil, e autores específicos, como Beatriz Kühl, Leonardo Mello e Silva, Angela Rosch Rodrigues citados no Laudo Pericial do Moinho (2013), e também Beatriz Thiesen e Eloiza Dezen-Kempter no Levantamento sobre a Chaminé da Lumière. Os debates teóricos começam a aparecer a partir de 2005 com o tombamento da fábrica Wetzel, e aos poucos vão se aprimorando e ganhando maior consistência, como nos processos da Lumière (2010) e do Moinho Joinville (2009).

As atribuições de valor, tanto arquitetônico quanto histórico, passam a articular outras noções como a importância de propor a salvaguarda: da prática do saber fazer; dos sistemas de produção; da documentação da empresa; e do maquinário (quando existente). Assim, o registro de informações sobre a função dos espaços na linha de produção, através de entrevistas com ex-funcionários e análise de documentos administrativos, são exemplos de novas medidas tomadas pelo CPC e deliberadas pela COMPHAAN (recentemente, no processo que envolve o Moinho).

A ação de salvaguarda de vetores da memória industrial na prática do órgão municipal de preservação assumiu outro patamar, com a elaboração do documento *Definição do nível de preservação do Moinho Joinville* (2018). Totalmente de acordo com o que estabelecem os principais documentos de salvaguarda do patrimônio industrial, a CPC estipulou o registro técnico dos processos industriais no Moinho, com descrições das etapas de produção e identificação em planta dos diferentes setores da fábrica, com suas respectivas funções. Previu, também, para que fosse realizado um inventário do maquinário, com registros fotográficos e informações sobre suas funções, como um guia educacional das práticas ali desenvolvidas. Entrevistas com ex-funcionários, registros audiovisuais e um “projeto de salvaguarda, contemplando a manutenção de exemplares dos equipamentos e maquinários da edificação que permitam o pleno entendimento do processo industrial” estiveram presentes no documento (CPC, 2018, p. 3, 4).

A ausência desse tipo de procedimento na proposta de preservação da Cervejaria Antarctica com a abertura do seu tombamento em 2006, configurou-se em uma das problemáticas que será abordada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: PATRIMONIALIZAÇÃO E REUSO: O CASO DA ANTIGA CERVEJARIA ANTARCTICA

A ideia de realizar uma análise específica da Cervejaria Antartica se deu por algumas singularidades que este bem representa. Por exemplo, entre os bens culturais estritamente fabris, tanto a fábrica Wetzel como o Moinho Joinville (ambos ainda em funcionamento quando tiveram os processos de tombamento aberto) desde fins da década de 1990 passaram a deslocar parte da produção para outras unidades, consequentemente, já apresentavam áreas ociosas em suas sedes. Isso não aconteceu com a cervejaria, que esteve em funcionamento integral, com seu maquinário em perfeita operação até 1998.

Além disso, o complexo da cervejaria foi comprado pelo poder público e se inseriu dentro de diferentes projetos de reuso, como uma alternativa cultural para a cidade. Essas situações se mostraram singulares e a maneira como foram conduzidas, tanto as propostas de reuso quanto sua preservação, podem fornecer informações sobre as dificuldades em realizar esses tipos de projetos, que unem salvaguarda e reuso de espaços industriais. Visto que ao longo dos anos muitos projetos foram idealizados, a cervejaria oferece um farto material de intenções de reusos e seu estudo oferece experiências positivas e negativas neste sentido, mesmo que as experiências negativas tenham suplantado as positivas.

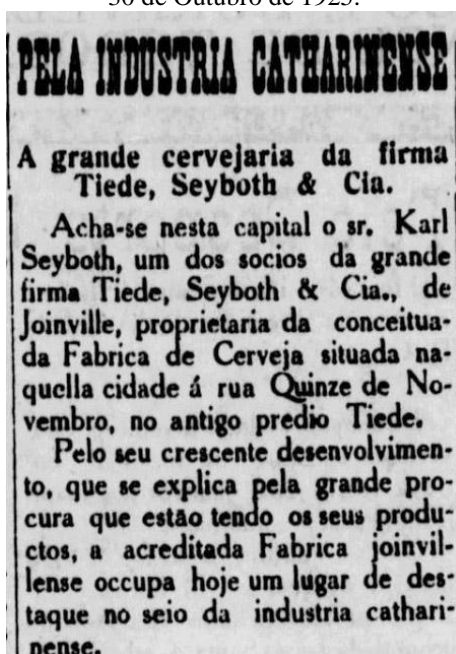
As análises consideram, também, o tombamento da cervejaria como patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico da cidade, sendo seu processo um guia para reflexões que envolvem: a conservação física do bem e o papel da gestão pública na manutenção do patrimônio cultural, enquanto bem público; e, sobretudo, a maneira como processos sociais de atribuição de valor ao bem foram articulados, não apenas nas propostas de reuso, mas nas propostas de musealização do espaço.

A Cervejaria Antartica, comprada pela PMJ sob o governo do peemedebista Luiz Henrique da Silveira, em 2001, estava incluída em uma série de ações promovidas pelo poder público em decorrência dos 150 anos de Joinville, que com grande apelo histórico contou com inaugurações de monumentos, exposições e a criação dos Museus da Bicicleta e o da Indústria, nos espaços da Estação Ferroviária, prédio também adquirido pela prefeitura em 2000 (GUEDES, 2001, p. 82).

Ainda na década de 1930, Joinville recebeu a alcunha de “Manchester Catarinense”, e as comemorações dos 150 anos demonstraram um apelo à esse passado industrial. É, possivelmente, neste sentido que a aquisição da cervejaria pela prefeitura tenha demonstrado, uma intenção em preservar um exemplar da gênese industrial que marcou o desenvolvimento

econômico da cidade nas primeiras décadas do século XX. Afinal, a Cervejaria esteve inserida em um movimento de industrialização e urbanização da cidade e assumiu, depois da década de 1920, uma posição de destaque entre as indústrias catarinenses. Já com o nome de *Cervejaria Catharinense de Tiede, Seyboth & Cia* em 1925⁵⁷, a fábrica, com 30 operários, produzia 20 mil garrafas semanais e tinha seus produtos distribuídos nas principais cidades do estado (O ESTADO, 30 out. 1925, p. 1).

Figura 19: Detalhe da reportagem sobre novos investimentos da cervejaria no Jornal O Estado de Florianópolis, 30 de Outubro de 1925.



Fonte: http://memoria.bn.br/docreader/098027_02/16853

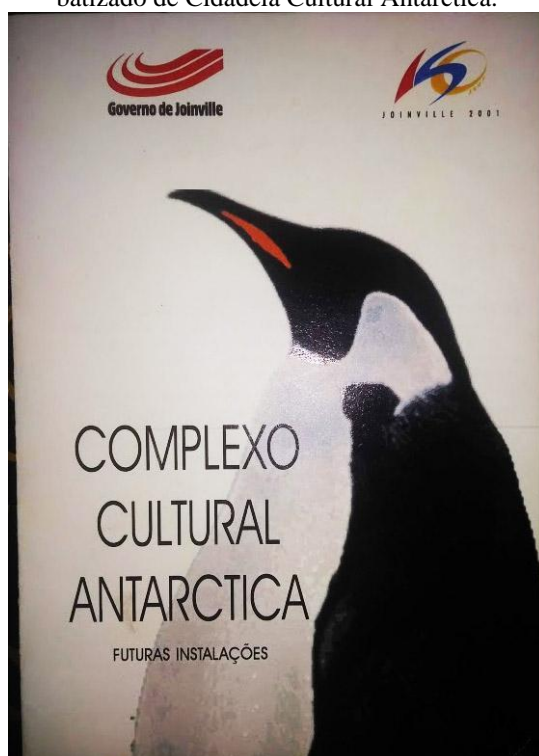
O apelo industrial presente nas comemorações dos 150 anos da cidade pode ser percebido também nos ícones representados na obra escultórica de César Dobner, *A Barca*. Esse monumento, encomendado para o aniversário de Joinville, estava repleto de temas e símbolos referentes aos costumes e ao passado da cidade, como chaminés industriais, antigos carroções, bicicletas, orquídeas, casa enxaimel, rua das Palmeiras. Conforme expresso no *folder* comemorativo de 2001, Dobner buscou representar a chegada dos imigrantes, recorria às “raízes da minha cidade”, gravando na obra “os traços mais significativos de um povo obstinado, disciplinado, pluriétnico, trabalhador, criativo e sensível, valores presentes em todas as grandes civilizações e culturas” (INSTITUTO JOINVILLE, 2001, p.1). Apesar da historiografia e da imprensa serem os principais difusores de discursos sobre a consagração

⁵⁷ Utilizo como referência para data de criação da Cervejaria Catharinense essa reportagem de 1925, em contraposição à outras publicações que remetem à criação da Cervejaria ao ano de 1928, como no livro de Apolinário Ternes “História Econômica de Joinville”, que serviu de referência para outros trabalhos.

do trabalho e do empreendedorismo na cidade, esse tipo de narrativa aparece em diferentes suportes; neste caso, como monumento.

O nome da Cervejaria Catarinense permaneceu até mesmo depois da sua compra pela Companhia Antarctica, em 1948. Somente em 1973 o nome foi alterado para Companhia Sulina de Bebidas Antarctica. Sua desativação, em 1998, abriu espaço para as negociações com o poder público. Antes mesmo de se efetivar a compra da Cervejaria, em 2001, iniciaram-se as propostas de uso do local, com a instalação da Associação dos Artistas Plásticos de Joinville (AAPLAJ) e da Associação Joinvilense de Teatro (AJOTE) em 2 galpões do complexo da fábrica (CMPC, 2015, p. 3). Em 2002, o Decreto nº. 10.430, de 7 de janeiro (*contido em FCJ*, 2006, p. 54), deixou evidentes as intenções de usos culturais e artísticos do local, batizando o complexo de Cidadela Cultural Antarctica.

Figura 20: *Folder* produzido no final de 2000, com apresentação do idealizado Complexo Cultural, depois batizado de Cidadela Cultural Antarctica.



Fonte: Arquivo MAJ. Pasta XXXI Coletiva de Artistas.

O mesmo Decreto, delegou a administração da Cidadela à Companhia de Desenvolvimento Urbano de Joinville (antiga CONURB, atual Departamento de Trânsito de Joinville – DETRANS) e não com a Fundação Cultural de Joinville, atitude incompreensível, considerando que a intenção era o uso cultural do espaço. Apesar deste assunto vir à tona em

outro momento do capítulo 3, pode-se adiantar que o fato da CONURB possuir verbas próprias adquiridas com multas de trânsito, por exemplo, foi uma das justificativas.

Não só a atribuição do gerenciamento do espaço a um órgão de trânsito, mas a ênfase no pinguim e não na imagem da fábrica, por exemplo, no folder com as planos iniciais de ocupação, já denunciavam uma atuação controvertida do poder público em relação às intenções de preservação do prédio.

Esses novos usos, ocorridos antes de se cogitar o tombamento, de certa forma condicionaram as possibilidades de preservação do complexo pelo menos até 2006, momento em que a CPC iniciou medidas legais de preservação. E são essas medidas, em torno da patrimonialização da fábrica – principalmente entre 2006 e 2010, período em que se estende o processo de tombamento – que auxiliaram o percurso da pesquisa que resultou nesta dissertação.

Em virtude da contínua alimentação de registros relacionados à Fábrica, documentos e informações posteriores ao ano de 2010 também são anexados ao processo de tombamento, e por isso também foram consultados.

Neste capítulo, como forma de melhor apresentar as reflexões, propôs-se abordar em um primeiro momento a patrimonialização da cervejaria em duas etapas: primeiro, as análises sobre a proposta e o processo de tombamento, interessando-se pelas atribuições de valor construídas pelo órgão de preservação municipal em torno do bem, com suas problemáticas e divergências; e por fim, aborda-se os inconvenientes concernentes à documentação da cervejaria, que apesar de ter motivado o pedido de tombamento do complexo, não esteve incluída em medidas legais de salvaguarda. Nos outros dois subcapítulos foram investigadas as propostas de reuso (nos moldes de condomínio cultural e usos alternativos) e as diferentes perspectivas de musealização do espaço.

3.1. O TOMBAMENTO DA ANTIGA CERVEJARIA ANTARCTICA

Por meio do Decreto nº. 10.632 de 2002, a Prefeitura Municipal de Joinville criou o Museu de Arte Contemporânea Luiz Henrique Schwanke (MAC) e para sua implantação foi nomeada uma Comissão, através do Decreto nº. 10.804 de 2002 (CMPC, 2015, p. 3). Mas a “Permissão de Uso” para sua instalação na Cidadela, na ala principal da fábrica, só seria efetivada através da Lei nº. 5.476 de 5 de maio de 2006 (*contido em FCJ*, 2006, p. 63). Na ala principal da fábrica a cerveja era produzida, por isso, se encontrava neste local a maior parte do acervo fabril: maquinário, ferramentas, mobílias e documentos. E, diante da não ocupação

do espaço concedido ao ILHS (Instituto Luiz Henrique Schwanke) para a criação do pretendido MAC, esta é uma das áreas do complexo que se encontra em situação mais precária; por essa razão, é alvo da maior parte das reflexões propostas nesse momento.

A análise parte do documento que dá início à ação de tombamento da antiga fábrica, o parecer técnico que embasou, posteriormente, toda a proposta de tombamento da Cervejaria. Elaborado em 4 de outubro de 2006, pela CPC, o documento contém informações básicas de procedimentos para a salvaguarda, como: níveis de preservação, comentários sobre o valor do bem, dados históricos e arquitetônicos. As análises se estendem, em seguida, ao restante do processo de tombamento que, aberto em 2006, registrou e colheu diversas informações relativas à fábrica. Esses registros são abordados aqui com o intuito de investigar o papel do órgão de preservação municipal na política de salvaguarda que abarcou o patrimônio industrial em Joinville. Com isso, busca-se identificar e problematizar as justificativas e os critérios de valor envolvidos no ato de seleção do bem, articulando as reflexões que orientaram a pesquisa aos debates específicos do campo do patrimônio industrial. E, quando necessárias e oportunas, são realizadas comparações entre os diferentes processos de tombamento operados pelo órgão municipal.

É importante destacar que processos como o da fábrica Wetzel (2005) e o da chaminé das Malharias Arp (2004) já estavam em curso durante a abertura do tombamento da cervejaria. No caso da cervejaria, enquanto bem público, nota-se posturas menos rígidas daquelas exercidas sobre os proprietários de bens privados, que em diferentes momentos foram notificados para que restaurassem seus bens em processo de tombamento; mas nas deliberações da COMPHAAN relativas à cervejaria, em nenhum momento existe qualquer exigência desse tipo em relação à PMJ, mesmo após 2008, ano em que parte do complexo foi interditado devido a queda de parte da encosta do morro aos fundos da ala principal da fábrica.

Inicialmente, foi a preocupação com materiais específicos do acervo documental da antiga Cervejaria Antarctica que motivou os primeiros debates registrados na CPC e em reunião da COMPHAAN, para ações de preservação daquele bem. Expressava a intenção de: rever as ocupações da Cidadela Cultural Antarctica; recolher “documentos da antiga cervejaria [...] em condições precárias”; e apontar “áreas passíveis de tombamento” (ATA nº. 65, 23 Ago. 2006 *contido em* FCJ, 2006, p. 68, 69).

Já a Ata nº. 66 (20 Set. 2006) de reunião da COMPHAAN apresentou um levantamento fotográfico, realizado por funcionários da CPC, das diversas edificações que serviram de base para a proposta de tombamento, com o objetivo de promover “maior

controle de ocupação e uso e preservação do patrimônio cultural”. Registros nesta Ata permitem supor que havia receio quanto ao uso do espaço principal da fábrica pelo ILHS: “com relação a possível descaracterização, foi informado que o projeto arquitetônico do Instituto Schwanke, que possui cessão de uso, considera as estruturas remanescentes da antiga cervejaria” (ATA nº. 66 de 20 Set. 2006 *contido em* FCJ, 2006, p. 94). Talvez não por acaso a proposta de tombamento tenha sido concebida poucos meses após a concessão de uso do espaço ao ILHS.

O parecer técnico nº. 30/2006 foi elaborado em outubro de 2006 pela arquiteta Clara Dietlinde. Esse estudo preliminar para o tombamento da Cidadela Cultural Antarctica (criado cinco anos após as primeiras ocupações do espaço do prédio), registrou em três páginas informações sobre o imóvel, como o seu valor em relação à comunidade, à sua história e ao seu caráter arquitetônico. Uma imagem da planta do complexo propôs diferentes níveis de preservação para suas diferentes edificações; alguns níveis seriam alterados ao longo do processo.

Sobre o reuso de edificações industriais, a Carta de Nizhny Tagil, de 2003, além de criar definições e valores em relação ao Patrimônio Industrial, estabelece métodos e diretrizes sobre a sua salvaguarda e destaca, em seu artigo 5º (*manutenção e conservação*), a “adaptação de um sítio industrial a uma nova utilização como forma de se assegurar a sua conservação”, desde que se respeite “o material específico e os esquemas originais de circulação e de produção” (TICCIH, 2003, p. 11). Apesar de a carta recomendar, no mesmo artigo, que as novas adaptações em edifícios industriais recordem sua atividade original, esse tipo de cuidado nem sempre é considerado. E uma das intenções do parecer técnico era estipular níveis de preservação das edificações da CCA, contribuindo justamente para normatizar reusos do espaço.

O Parecer Técnico destacou três pontos de análise: o *histórico* do bem, a *comunidade* vinculada a ele e sua *arquitetura*. É no item ligado à “comunidade” que se observa a menção de vínculo entre edificação e os habitantes da cidade, e de acordo com a proposta, “o imóvel representa para a comunidade joinvilense um importante referencial urbano”, em razão da sua localização no “corredor de acesso principal à cidade” (PARECER TÉCNICO n. 30, 4 Out. 2006 *contido em* FCJ, 2006, p. 98, 99). A rua onde a antiga fábrica está localizada é uma via de grande circulação de pedestres, automóveis e coletivos; é uma das mais antigas e corta a cidade no sentido Leste-Oeste; servindo também de entrada e saída, liga o centro da cidade à rodovia BR 101.

Figura 20: Rótulo com a imagem da cervejaria entre final da década de 1920 e início de 1930.



Fonte: Acervo AHJ – Livro de rótulos, Typografia Otto Boehm

Considerando que a primeira edificação da Cervejaria aparece em meados da década de 1910, em um espaço de aproximadamente 100 anos, diferentes gerações se depararam com aquela fábrica. As alterações de volumetria, com ampliações e substituições de espaços produtivos que ocorreram em diferentes momentos desde a década de 1920 podem ser identificadas nos rótulos da cerveja e também em propagandas com imagens da fábrica em momentos distintos.

Em uma visão que diz respeito à paisagem urbana e à “leitura” da morfologia da cidade como documento, pode-se dizer que a edificação e seu entorno vão além de artefatos memoriais, isso porque guardam consigo as variações de diferentes épocas. E a percepção da cidade e de seus aspectos urbanos como rastros de uma trajetória que é confeccionada pela ação humana em diferentes momentos históricos alarga as perspectivas de compreensão de sua formação, transformação e conflitos.

Não só o prédio da Cervejaria, que em variados momentos sofreu ampliações e alterações, mas também por todo o percurso do *caminho do meio* (antiga *Mittelweg*, batizada desde a década de 40 de rua XV de Novembro) inúmeras outras mudanças, em edificações e nos contornos naturais de morros e matas, ao longo do tempo, testemunharam transições na paisagem da região. Essas marcas do tempo em uma cidade são reconhecidas por Ricoeur (2007, p. 159) como a possibilidade de “olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais”.

Figura 21: Propaganda da cervejaria no Jornal *A Manhã* do Rio de Janeiro em 1942, mostrava a fábrica após ampliações em 1940, com a nova ala central para fermentação.



Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/17571>

Figura 22: Rótulo de fins da década de 1950, mostrando a fábrica com novas ampliações ocorridas durante aquela década.



Fonte: Acervo AHJ – Livro de Rótulos, Typographia Otto Boehm.

Apesar do parecer não abordar mais profundamente a perspectiva da edificação no tecido urbano, suponho que o sentido de *referencial urbano*, utilizado no parecer, se associe com a fala de Ulpiano Meneses sobre a “relação de pertencimento”. Essa noção de pertencer a determinado lugar aparece como um mecanismo capaz de nos situar “no espaço, assim como a memória nos situa no tempo” (MENESES, 2012, p. 27).

É na Notificação de abertura do tombamento (COMPHAAN, 31 mai. 2007 *contido em* FCJ, 2006, p. 136) que, entre outras coisas, o documento revela a importância da Cervejaria como um “Patrimônio Cultural do Município [...] consagrado como referência de orientação

na malha urbana de Joinville”. Em outro momento, a Cervejaria seria citada como uma referência para a cidade. Durante reunião da COMPHAAN (registrada na Ata nº. 133 de 23 de junho de 2010), sobre alterações no prédio em função do MAC, o membro Francisco Ricardo Klein (arquiteto, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil/SC) frisou “o importante papel que a Cervejaria Antártica desempenhou para o fomento econômico da cidade e na divulgação de Joinville em território nacional e em outros países”. Propagandas e matérias ligadas à antiga Cervejaria em diferentes jornais do estado e no Rio de Janeiro, ainda nas primeiras décadas do século XX, reforçam a fala de Klein. Mas outros conselheiros também se posicionaram; e a importância da Cervejaria para a história e para a memória da cidade foi considerada:

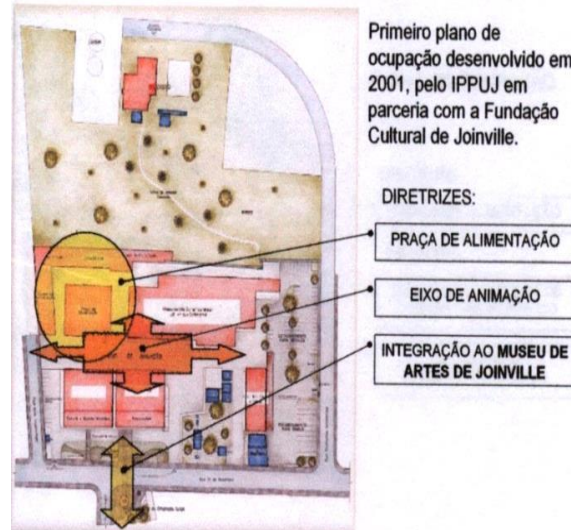
Sr^a Dione e Sr^a. Sandra⁵⁸ destacaram que este conjunto edificado foi tombado tendo em vista a relevância histórica que a Cervejaria Antártica teve para a cidade. [...] Com o objetivo primário de preservar a memória original deste espaço e não descaracterizar sua formação como conjunto (ATA nº. 133, 23 Jun. 2010 *contido em* FCJ, 2006, p. 259, 260).

Um documento emitido pela AAPLAJ em 20 de maio 2012, e enviado à CPC, falando sobre problemas nas estruturas do galpão utilizado por essa associação desde 2001, apresentou uma informação interessante no que diz respeito à referência espacial da Cervejaria, mencionando que, “pela sua localização próxima ao centro da cidade e frontal ao Museu de Arte de Joinville, sempre inspirou a sua utilização para um grande centro polarizador de cultura e arte” (AAPLAJ, 2012 *contido em* FCJ, 2006, p. 502).

A proximidade da fábrica com o Museu de Arte de Joinville reforçou seu apelo cultural, que não só remeteu à própria nomeação do complexo fabril, mas também buscou “fortalecer a Cidadela Cultural Antártica como uma fábrica irradiadora de ações artísticas, de lazer e de debate constante” e preservá-la como patrimônio cultural; aspirações expressas em 2005 no documento base para a 1ª Conferência Municipal de Cultura de Joinville (FCJ, 2005, p. 4). Imagens da *proposta de ocupação* da antiga cervejaria e da criação de um *circuito cultural* (figura) em 2001 já revelavam o seu papel “geograficamente” estratégico; ambos os projetos apresentados pelo IPPUJ, em 2001, faziam uso da posição da cidadela em relação às outras unidades culturais, como o Cemitério dos Imigrantes e o MAJ.

⁵⁸ Dione Rocha Bandeira (representante do MASJ/FCJ) e Sandra Camargo Guedes (representante da UNIVILLE).

Figura 23: Plano de ocupação elaborado pelo IPPUJ, 2001.



Fonte: Processo de tombamento nº. FCJ-CPC-2006-001, Joinville. 2006, p. 127.

Ainda no item *Comunidade* do parecer técnico de 2006, uma das preocupações em preservar a edificação aspirava “assegurar e conservar este equipamento para as futuras gerações, preservando suas representações cognitivas e seu valor como patrimônio cultural” (PARECER TÉCNICO nº. 30/2006 *contido em* FCJ, 2006, p. 99). E, mesmo que esse objetivo esteja cada dia mais longe de ser alcançado (visto o estado deterioração da fábrica, em 2020), fato curioso é a afirmação do tombamento como forma de engrandecer “a memória e a autoestima da comunidade de Joinville” (PARECER TÉCNICO nº. 30/2006 *contido em* FCJ, 2006, p. 99). Nesse trecho, o parecer deixa dúvidas quando relaciona diretamente a preservação da antiga Cervejaria com a autoestima da população de maneira generalizada, uma vez que não fornece maiores informações sobre quais camadas da comunidade estaria se referindo, à rigor. As dúvidas – como em qualquer outro caso de generalização envolvendo patrimonializações – seriam: será que toda a comunidade joinvilense estava à favor do tombamento daquele bem? Será que toda a comunidade possuía (ou possui) algum elo afetivo com o bem? E essa autoestima, seria pelo fato do produto local ser reconhecido nacionalmente ou estaria ligado às memórias de ex-trabalhadores e seus familiares? Algo semelhante é registrado no 2º Parecer emitido para o tombamento da Wetzel em fins de 2006, com uma alusão a uma “memória orgulho” dos operários e a visibilidade que o tombamento daquela indústria poderia exercer sobre o papel desses trabalhadores. Mas essa distinção não ocorre no Parecer de Dietlinde sobre a Cervejaria.

O Parecer nº. 30/06 indica uma consideração aos “valores afetivos”, quando se afirma a importância do local para a memória da comunidade. Tomo como base para esse conceito o entendimento de Ulpiano Meneses, que enquadra os *valores afetivos* como aqueles que:

não são propriamente históricos, já que se trata de formulação de autoimagem e reforço de identidade. São afetivos, pois constam de *vinculações subjetivas* [...].[...] Não ignoro que memória e história partilham de vários atributos comuns, inclusive de caráter subjetivo e cognitivo [...]. [...] Nada impede, contudo, que eles possam ser alvo de valores cognitivos, se tratados como documentos. (MENESES, 2012, p. 36)

Como será exposto mais adiante, o Parecer Técnico nº. 30/2006 também iria chamar a atenção para o “valor histórico” do bem, mostrando, de fato, a confluência mencionada por Meneses entre valores cognitivos e afetivos.

O papel do “espaço habitado” como “suporte material” para a memória é problematizado por Ricoeur quando formula uma analogia entre a *Estética Transcendental* de Kant e a passagem da memória à historiografia. Para o autor, o “espaço vivido”, tem a capacidade de interferir tanto na construção de uma “memória íntima” como de uma “memória compartilhada”, que posteriormente pode tornar-se “memória coletiva”. Das lembranças individuais às lembranças compartilhadas, o “lugar” reflete “um sistema de sítios para as interações mais importantes da vida” (RICOEUR, 2007, p. 156-159). Por isso, incluir no aspecto do valor cultural a forma como as pessoas se relacionam com objetos e lugares seria uma tentativa de abrir espaço para interpretação de outros significados e sentidos. Dentro desta possibilidade, Lia Motta (2000, p. 259) reconhece que valores locais sobre bens culturais podem ser afirmados “independentemente do julgamento de suas características arquitetônicas, visuais, estéticas ou estilísticas”.

Se, por um lado, os argumentos utilizados para justificar o tombamento do bem em relação à *comunidade* enfatizam o sentido memorial da edificação como patrimônio da cidade, é no item que se refere ao *histórico* do bem na passagem “a história da indústria cervejeira em Joinville [...] consagrou-se nacionalmente pela qualidade de seu produto [...]” (PARECER TÉCNICO nº. 30/2006 *contido em* FCJ, 2006, p. 99), que uma menção ao passado industrial pode ser identificada.

Em outro estudo elaborado em 2009 pela CPC, esse passado de tradição cervejeira é apresentado através de um levantamento que identificou as cinco primeiras cervejarias em Joinville criadas ainda durante o século XIX e início do século XX: a do imigrante suíço Gabriel Schmalz, com cerveja fabricada à base de milho (1852); a Cervejaria Kühne (1858), na rua Jaguaruna (*Bierstrasse*); a Cervejaria Berner, na rua Nove de Março (*Hafenstrasse*); a cervejaria de Alfred Tiede (1889); e a Cervejaria Czernay, rua Lages (CPC, 2009 *contido em* FCJ, 2006, p. 286). Entre outros documentos mencionados no processo de tombamento está uma reportagem de 1975 sobre a criação da “Cervejaria Catharinense S/A”, em 1928, e sua almejada continuidade de qualidade, mesmo com a mudança do nome da Cervejaria para *Cia.*

Sulina de Bebidas Antarctica S/A, que aconteceu em 1973. Mas a reportagem também tratava de outras continuidades, mencionando que “a história da indústria cervejeira joinvilense” era:

[...] flagrantemente ligada aos hábitos dos colonizadores de Joinville, mantidos pelos seus descendentes e hoje repartidos com os habitantes. [...] Por razões de etnia e costumes, os primeiros que habitaram Joinville tinham formação de sociedades esportivas, culturais e artísticas [...]. E estas, sempre, regadas a cerveja, gosto trazido de suas terras natais, saudável hábito que o joinvilense assimilou perfeitamente e do qual hoje é grande adepto. (A NOTÍCIA, 25 mai. 75, p. 12 contido em FCJ, 2006, p. 67)

O texto do jornal evoca aquele discurso da germanidade como civilidade, apresentado e discutido no capítulo anterior. Mas o mais interessante é a permanência deste discurso e nos mais variados suportes, como na cerveja *Merecida* (da cervejaria Opa de Joinville, criada em 2006), que traz no rótulo um texto com referência à herança alemã ligada ao trabalho e à produção da cerveja: “nossa descendência alemã nos inspirou a valorizar o trabalho. Da Alemanha também aprendemos os mais altos padrões de fabricação de cerveja. Por isso, Joinville dá exemplo de muito trabalho e da melhor recompensa. Cerveja *MERECIDA* Puro Malte, a recompensa que você merece!”

Figura 24: Rótulo da Cerveja Merecida, com apologia ao trabalho em Joinville.



Fonte: Acervo do autor.

Uma imagem da fábrica, veiculada na reportagem anteriormente mencionada, com os dizeres “a Antarctica S/A é braço ativo no parque fabril joinvilense há 47 anos”, foi utilizada, inclusive, na capa do Parecer Técnico nº. 30/2006.

No item sobre o *Histórico* do bem, a CPC apontava que a cerveja produzida pela Cervejaria Antarctica de Joinville foi “considerada por muitos anos a melhor cerveja do país devido, principalmente, à excelência de sua água, proveniente de fonte própria localizada no Bairro América” (PARECER TÉCNICO nº. 30, 4 Out. 2006 contido em FCJ, 2006, p. 98). Uma vez que a água representa “aproximadamente 92% a 95% do peso da cerveja”, a

qualidade da água é fator determinante para o sabor. Dessa forma, o excesso de sais minerais, materiais orgânicos, gasosos e a composição microbiológica da água pode alterar a qualidade, coloração e sabor da cerveja (VENTURINI FILHO, 2010, p. 59, 60).

Cabe ressaltar que categorias imateriais representadas por diferentes manifestações podem ser articuladas pelo patrimônio industrial, como o conhecimento de técnicas e práticas da operação fabril, as associações entre os trabalhadores, as relações de poder nos espaços fabris, as transformações tecnológicas em determinadas épocas; e até mesmo aquilo que o historiador português José Amado Mendes (1991, p. 119) chamou de “valor intrínseco”⁵⁹, que remete entre outras coisas à “qualidade do produto ou do serviço” de uma determinada fábrica e que acaba por influenciar seu “significado histórico-cultural”.

No caso da Cerveja Antarctica, seu ex-funcionário, o cervejeiro Curt Zastrow, explicou em entrevista concedida em 2009 ao jornal *A Notícia* que, devido aos equipamentos da fábrica terem sido produzidos entre as décadas de 1920 e 1940, a cerveja produzida ali se diferenciava da de outras filiais. E entre os maiores desafios estava o de lidar com o maquinário antigo, herdado da Cervejaria Catharinense.

Segundo o mestre-cervejeiro, eram equipamentos de 1948 e alguns do começo do século 20, como o de braçagem, de 1908. ‘Talvez por isso nós conseguíssemos esse resultado diferenciado na cerveja. Por mais que tentássemos aproximar a cor e o sabor das outras filiais da marca, não havia como. O maquinário era diferente’, diz. ‘A Antarctica joinvilense era mais escura, mais encorpada e tinha características de um processo quase artesanal de produção’, ressalta. A parte de engarrafamento e colocação de rótulo tinha equipamentos de última geração (A NOTÍCIA, 1 mar. 2009).

Apesar de Curt dizer que a água possuía uma boa composição química, indo direto para a fábrica, sem passar por nenhum tratamento, ele destaca outros fatores para a qualidade da cerveja.

‘[...] A fama a gente não conquistou só por causa da água, foi com muito trabalho’. A partir dos anos 70, a fama de ‘melhor do Brasil’ foi reforçada. ‘Foi preciso muito estudo e dedicação dos mestres-cervejeiros para se fazer uma cerveja de qualidade’. (A NOTÍCIA, 1 mar. 2009).

O depoimento de Zastrow demonstra bem a profundidade de categorias intangíveis que modelam e compõem o patrimônio industrial; no caso da Cervejaria, os conhecimentos

⁵⁹ O sentido difere daquele “valor intrínseco” indicado na Carta de Nizhny Tagil. Na passagem de Mendes, o termo diz respeito à uma especialidade do produto, uma peculiaridade da sua marca, sabor, durabilidade, etc. Enquanto a ideia apresentada na Carta corresponde à relação entre valores científicos, tecnológicos, maquinários, estruturas fabris, a paisagem constituída por um determinado sítio industrial, e sobretudo, às memórias e tradições que formam um conjunto de valor intrínseco ao Patrimônio Industrial.

ligados à produção da cerveja, o *saber-fazer*, seria um exemplo desse patrimônio intangível. Pelo que expõe um site especializado em cerveja na internet, esse *saber-fazer* persistiu em Joinville e mesmo que a antiga Cervejaria Antartica já tenha encerrado sua produção na cidade ela “foi considerada a melhor cervejaria do Brasil e ajudou a consolidar a fama de Santa Catarina como estado produtor de cervejas de qualidade”, dessa forma, “deixou o caminho aberto para que outras iniciativas locais conseguissem se projetar no cenário nacional” (O CANECO, 2017). Após os anos 2000 pelo menos 4 grandes cervejarias foram criadas na cidade: Opa Bier (2006); Zeit Bier (2015); Haenschbier (2016); Gutbrau (2018).

No âmbito de preservação global, a UNESCO, quando inscreveu a *Cultura da Cerveja na Bélgica* como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, destacou outras categorias intangíveis, considerando a produção da cerveja belga:

Como um marcador de identidade para suas comunidades [...], a cultura da cerveja na Bélgica combina o conhecimento sobre a natureza, práticas sociais e habilidades artesanais que constituem parte integrante da vida cotidiana e festiva [...] Sua inscrição contribui para visibilidade e diversidade do patrimônio cultural intangível, destacando a natureza específica de um elemento que combina artesanato e caminhos alimentares [...] (UNESCO, 2016).

No caso do tombamento da Cidadela Cultural Antartica (antiga Cervejaria Antartica), pelo menos diretamente não houve nenhuma menção a esse tipo de patrimônio intangível, “como expressões, conhecimentos, práticas e técnicas” (PELEGRINI; FUNARI, 2012, p. 35). Assim, o entendimento de que a fábrica possui relevância histórica por ter contribuído para o desenvolvimento econômico da cidade foi um dos principais argumentos para abertura do processo de tombamento, e esteve presente na Notificação de abertura de tombamento (COMPHAAN, 31 mai. 2007 *contido em* FCJ, 2006, p. 136).

A ideia de associar a Cervejaria à história da cidade, além de constar na proposta de tombamento, é mencionada durante uma reunião, em novembro de 2006, entre gestores públicos “para deliberações quanto ao uso dos espaços” da Cidadela e da Estação Ferroviária.

A *Ata 001* (16 nov. 2006, p. 1, *contido em* FCJ, 2010, p. 116) informa sobre essa reunião que abordou a “necessidade de estabelecer um uso cultural para a Cidadela Cultural Antartica, conforme solicitação do prefeito Marco Antônio Tebaldi”. Estiveram presentes o presidente da FCJ, Rodrigo Bornholdt; Raul da Luz, Ramiro Gregório e Margit Olsen (representantes da FCJ); Paulo Medeiros (da Sec. da Integração e Desenvolvimento Econômico); Theobaldo Manique Junior (CONURB); Vilmar de Souza (da PROMOTUR); Aurélio Flenik (SEINFRA); Vânio Lester Kunte (IPPUJ) e Isa D’nardo (representante da

CCA) e Charles Narloch, então diretor executivo da FCJ. Essa reunião foi uma tentativa de retomar projetos de ocupação idealizados em 2001, e entre esses projetos estava a ideia da mini cervejaria. Narloch “falou da incompatibilidade da mini cervejaria ocupar o espaço existente ao lado do Museu de Arte Contemporânea” e “apresentou outras opções da localização da mesma na Cidadela”. A Ata, entretanto, não informa porque havia a incompatibilidade espacial entre a coexistência do MAC e minicervejaria, e nem sobre as *outras opções da localização* (mas, diante do projeto arquitetônico proposto em 2007 para a criação do MAC, o desejo de exclusividade na ocupação da edificação principal é uma das hipóteses). De qualquer forma, demonstra que houve uma sugestão para esse tipo de atividade, ligada à produção de cerveja, entre os projetos de ocupação e que ele foi preterido em prol do MAC. Afinal, o espaço mais adequado para a criação da “minicervejaria” era a área principal da fábrica, onde se encontrava todo o maquinário da antiga Cervejaria; naquela época, com menos de 10 anos em desuso.

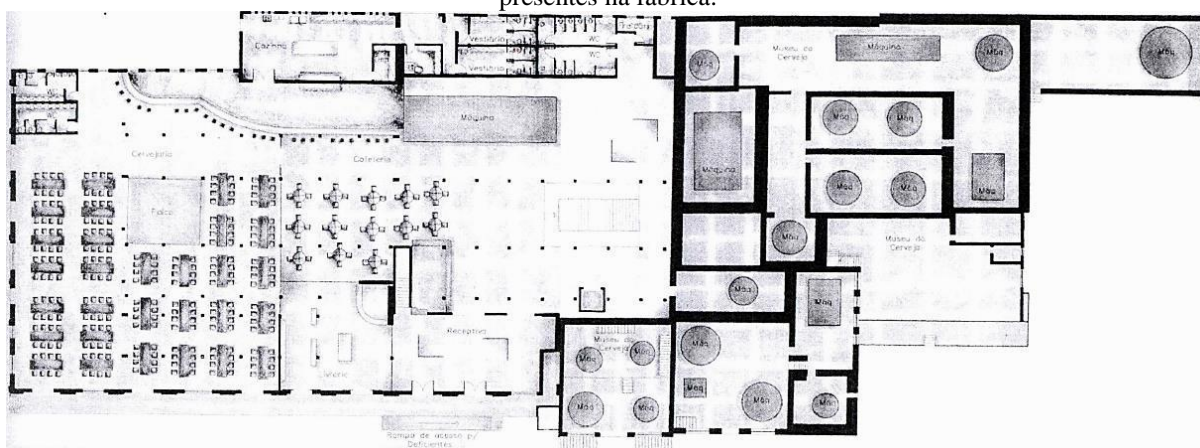
Entre outras coisas, revelou-se a vontade de se instalar na Cidadela “um memorial da cidade, apresentando a evolução histórica de Joinville” (ATA 001, 16 nov. 2006, p. 1, *contido em FCJ*, 2006, p. 116). Não se sabe o teor do memorial, visto que ele não chegou a ser criado; mas, considerando o *memorial da cidade* instalado na Estação da Memória (Estação Ferroviária), em 2008, um painel cronologicamente estruturado expõe a ocupação da região (imigração e migração) e organiza as atividades econômicas dentro de cada “ciclo”. Entretanto, o memorial da Estação não abrangeu assuntos relativos ao trabalho ferroviário; não abordou os elementos tecnológicos, industriais ou culturais ligados ao patrimônio industrial ferroviário na exposição. Salienta-se, a ausência do termo patrimônio industrial e de alguns conceitos que lhe são caros, tanto no processo de tombamento da Cervejaria quanto no processo de tombamento da Estação. Mas, como vimos no capítulo 2, o conceito já havia sido usado em outros processos de tombamento, como o da fábrica Wetzel (aberto em 2005) e, de certa forma, no parecer para o tombamento da Chaminé da Arp, em 2005.

Em outros momentos o conceito foi melhor articulado como nos pareceres para o tombamento do Moinho Joinville, em 2009 e da Chaminé da Lumière em 2010. Destaca-se também o documento elaborado em 2018 para definição de preservação do Moinho Joinville, que deu atenção especial aos bens móveis componentes do patrimônio industrial, estipulando pontualmente a manutenção (ou possibilidade de alteração) de elementos, como pisos originais, estruturas, máquinas, além de requisitar um inventário do acervo e formas de produção. Se esse tipo de medida tivesse sido realizada em 2006 na antiga Cervejaria Antarctica teria-se, atualmente, ao menos um inventário do acervo; seria possível saber o que

se perdeu nos últimos anos. É nesse sentido que, a ausência de alguns conceitos nas perspectivas de preservação do patrimônio industrial podem ter prejudicado a salvaguarda do acervo da antiga Cervejaria.

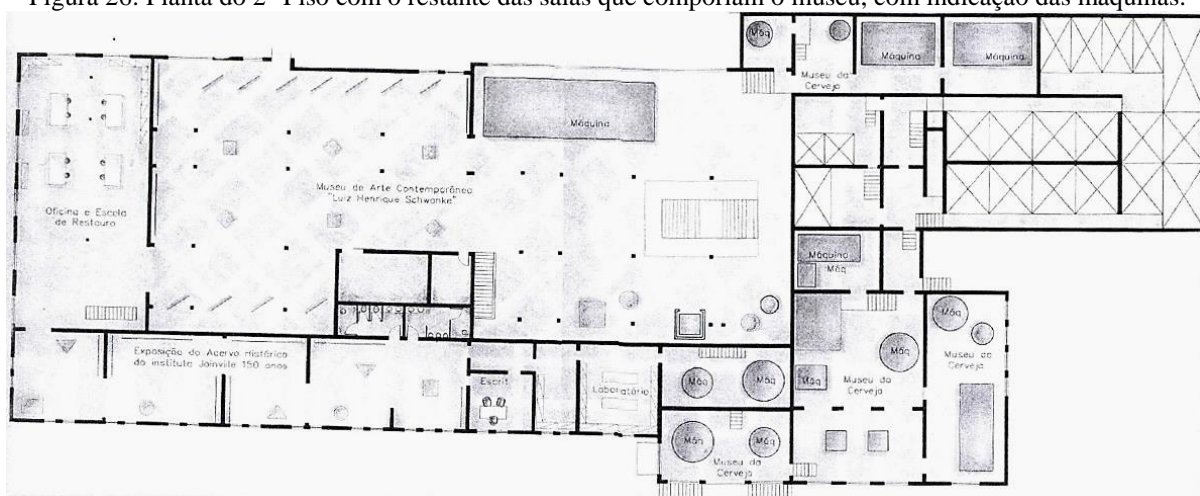
Diferente do que aconteceu posteriormente em que a estrutura foi vista como mera casca para outros empreendimentos, imagens do projeto inicial de ocupação do IPPUJ de 2001 demonstram as disposições para o uso da fábrica, também, como museu da cerveja, indicando a presença do maquinário em seus espaços originais e compondo, dessa maneira, o roteiro de visita pela fábrica e pelos antigos espaços de produção.

Figura 25: Planta do piso térreo da fábrica, mostrando as salas expositivas do futuro museu da cerveja, no projeto de ocupação de 2001, do IPPUJ. Os círculos nas salas indicam as máquinas, naquele momento ainda presentes na fábrica.



Fonte: Processo de tombamento n. FCJ-CPC-2006-001, Joinville. 2006, Anexos.

Figura 26: Planta do 2º Piso com o restante das salas que comporiam o museu, com indicação das máquinas.



Fonte: Processo de tombamento n. FCJ-CPC-2006-001, Joinville. 2006, Anexos.

Se, por um lado, a *Ata 001* informou, de acordo com a fala de Narloch, que o tombamento seria “parcial”, com “diferentes níveis de preservação”, e que isso “não impediria alterações necessárias” desde que se mantivessem “as características originais” da

edificação (ATA 001, p. 1, 16 Nov. 2006 *contido em* FCJ, 2006, p.116); por outro lado, a presença da mini cervejaria dentro do espaço da fábrica envolveria a memória e a prática de produção de cerveja. Além de muito mais ligada ao passado da fábrica, essa opção alcançaria práticas ligadas ao saber fazer, à profissão de cervejeiro e ao conhecimento das etapas de produção, que poderiam ser desdobradas num percurso dentro da própria fábrica, acompanhando cada setor e seu maquinário, lá existente. Provavelmente essa opção tornaria mais praticável a manutenção de mobiliário e ferramentas do que a presença do MAC, que em seu projeto pretendia fazer alterações significativas na arquitetura da edificação “para otimização dos espaços”, como a “remoção de laje interna e de pilares” (ATA nº. 79, 30 Mai. 2007 *contido em* FCJ, 2006, p. 131, 132).

O prédio principal da fábrica, com acervo próprio, com suas áreas de produção e utensílios ainda presentes, apresentava grande potencial museológico *in situ*; assim como demonstrado nas propostas de ocupação do IPPUJ para o *museu da cerveja*.

Como museu industrial poderia remeter, entre outras coisas, ao importante momento histórico da cidade de desenvolvimento industrial a partir das primeiras décadas do século XX – aliás, a proposta do IPPUJ pretendia, na área de estacionamento coberto, a criação do *Museu dos transportes*. Estaria, assim, em consonância com o que diz a notificação de abertura do processo de tombamento em 31 de maio de 2007, sobre a “grande relevância histórica e arquitetônica” da fábrica e sua relação com “o desenvolvimento econômico da cidade” (COMPHAAN, 31 Mai. 2007 *contido em* FCJ, 2006, p. 136). Mas, as tensões entre as propostas de criação de um memorial ligado à antiga Cervejaria e os projetos do MAC para a edificação principal da fábrica, serão mais bem investigadas adiante, cabendo agora apenas situar o início desses debates e a maneira como a abertura do processo de tombamento iria interferir e criar limitações no projeto de criação do MAC.

Charles Narloch já havia demonstrado preocupação com as dificuldades que o tombamento poderia trazer para futuros usos, justamente pela possibilidade de “engessar futuras intervenções no prédio, pois esta será uma das condições que permitirá seu uso e consequente manutenção” (ATA nº. 67, 4 Out. 2006 *contido em* FCJ, 2006 p. 103).

A preocupação de Narloch parecia pertinente, mas é importante levar em conta que a proposta de tombamento, com a instituição de diferentes níveis de preservação, deixava clara a intenção de favorecer o reuso do espaço, aliando conservação e reutilização da edificação. No item *Arquitetura* da proposta de tombamento feita em 2006 é nítido seu direcionamento para “a possibilidade de intervenções contemporâneas que atuem reabilitando e animando os espaços para usos atuais da Cidadela” (PARECER TÉCNICO nº. 30/2006 *contido em* FCJ,

2006, p. 99). Ressaltava-se, assim, uma intenção em colaborar com projetos de reutilização da área, em consonância com a ideia inicial (presente no próprio nome da Cidadela) de se criar um polo cultural no espaço da fábrica, para o fomento artístico na cidade. O documento apresentou a preocupação com a manutenção da “harmonia volumétrica” do complexo edificado da antiga Cervejaria (uma vez que os níveis se diferenciam de uma edificação para outra) e sua “integração com o entorno”, delimitando assim áreas com três diferentes níveis de preservação:

Preservação Integral: intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas do imóvel em questão.

Preservação Estrutural: intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel em questão.

Preservação cautelar: intervenção destinada à proteção e integração do entorno, composta por: reconstituição, adequação e renovação. (PARECER TÉCNICO nº. 30/2006 *contido em* FCJ, 2006, p. 100).

O cuidado para a manutenção da volumetria da edificação principal antiga Cervejaria (preservação estrutural e cautelar) e o tombamento integral (preservação integral) da chaminé e de uma ala central da fábrica, expõem a tentativa de conciliar a reabilitação do espaço com a manutenção de características peculiares do patrimônio industrial. Embora no momento de sua construção, em meados da década de 1910, a arquitetura priorizasse apenas “respostas técnicas à implantação industrial”, o parecer destacou a existência de “valor estético em vários setores do conjunto arquitetônico” (PARECER TÉCNICO nº. 30/2006 *contido em* FCJ, 2006, p. 99).

Em relação aos valores estéticos e artísticos das edificações industriais, a pesquisadora e conselheira do Instituto de Patrimônio Cultural da Espanha, Inmaculada Civera, defende que devem ser pensados no contexto das sociedades contemporâneas, influenciadas pelo processo industrial durante os séculos XIX e XX, e por essa razão os “movimentos artísticos de épocas anteriores (gótico, renascentista, barroco)” não devem servir de parâmetros (CIVERA, 2007, p. 77). Miguel Areces, um dos membros do TICCIH espanhol, defende uma reabilitação de edifícios industriais que considere a conservação de componentes entendidos como “valores essenciais” do patrimônio industrial, como: “elementos estruturais e singulares”; “materiais e sistemas construtivos”, “manutenção do espaço industrial” e a “imagem global da construção” (ARECES, 2008, p. 12). Esses itens que ele chama de “valores essenciais” nada mais são do que os vários atributos já destacados na Carta de Nizhny Tagil, ligados aos vestígios materiais dos processos industriais. Sobre o cuidado com características arquitetônicas peculiares em projetos de reuso, a Carta de Veneza

(1964, p. 2) já declarava, no Artigo 5º., que a “conservação dos monumentos é sempre facilitada pela sua utilização para fins sociais úteis. Esta utilização, embora desejável, não deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios [...]”.

As qualidades da arquitetura industrial geralmente estão relacionadas com sua funcionalidade e racionalidade, como uma edificação que se moldou para uma determinada necessidade de produção. Essas são as principais características da arquitetura industrial, construída em um determinado momento histórico, em que a emergência de novos materiais interferiu na própria tipologia construtiva. Essas edificações estiveram ligadas a outras atividades próprias das cidades industriais, principalmente a partir de meados do século XIX, como transportes para distribuição de produtos, demandas de fabricação, de prestação de serviços técnicos ou obras públicas (SOTO; GANGES, 2009, p. 12, 13).

E é aparentemente o que demonstra a leitura do Parecer nº. 30, quando situa o imóvel temporalmente e reconhece que o “conjunto arquitetônico que abrigava originalmente a indústria cervejeira” e suas edificações “representam o momento histórico desta atividade em Joinville”. Visto que o conjunto fabril da Cervejaria não abrange vilas operárias ou outros elementos como ramais ferroviários, o valor arquitetônico foi norteado pelos aspectos construtivos dos galpões que constituem a fábrica. As principais características, destacadas no parecer do CPC, eram as “coberturas de tesouras de madeira”, aplicadas em “coberturas tipo shed” e “de água simples” (ou *meia água*), com “paredes autoportantes” e presença de “pilares de madeira” e “vigas de concreto armado” em áreas abertas com coberturas (PARECER TÉCNICO nº. 30/2006 *contido em* FCJ, 2006, p. 99).

As coberturas tipo “shed” são adaptações arquitetônicas desenvolvidas para incorporar a “iluminação natural [...] obtida através de janelas”, que seguem como paredes na parte superior dos galpões, sustentando ao mesmo tempo os telhados em meia água. Elas fizeram parte de um movimento arquitetônico estético e funcional, no início do século XX, que respondeu às novas exigências para edificações industriais: a “organização do espaço interno” e a busca por “menores custos” na produção (DEOLINDA, 2009, p. 65, 274).

Apesar de a chaminé ter sido um dos poucos itens tombados integralmente, não há maiores detalhes sobre esse elemento na proposta de tombamento. As chaminés em tijolo são símbolos de uma geração de indústrias que ainda utilizavam as máquinas a vapor para a produção de energia, posteriormente substituídas pelo uso da energia elétrica. Elas possuíam, como função, “distribuir, a una conveniente altura del suelo, los productos volátiles de la combustión interna.” (HERNÁNDEZ; LÓPEZ, 2005, p. 381). Considerada uma das principais características da Revolução Industrial, é reconhecida por sua grande potência

visual; seu impacto vertical sobre a paisagem é um marco, uma arquitetura simbólica que remete a um período histórico específico (URIARTE, 2005, p. 54 *contido em* NAVARETTE, 2011, p. 56).

Kevin Lynch, pesquisando a interferência de elementos físicos sobre a paisagem da cidade, reconhece, entre outros quatro elementos, os “marcos” como referências externas ao observador. Além de suas “singularidades”, a importância para escolha de um determinado “marco” na paisagem envolve a facilidade de sua identificação. Dessa maneira, a “forma clara” das chaminés (dependendo, é claro, de sua altura e sua localização no espaço fabril) se identifica com o conceito de “marco” de Lynch (1997, p. 53, 88); visto a facilidade de observá-la a partir de diferentes pontos dentro de um perímetro, a chaminé da Cervejaria também pode ser entendida como um marco na paisagem urbana. Ela se encaixa também em outro atributo de “marco”, manifestado pelo contraste entre sua estrutura e o “plano de fundo” da vegetação.

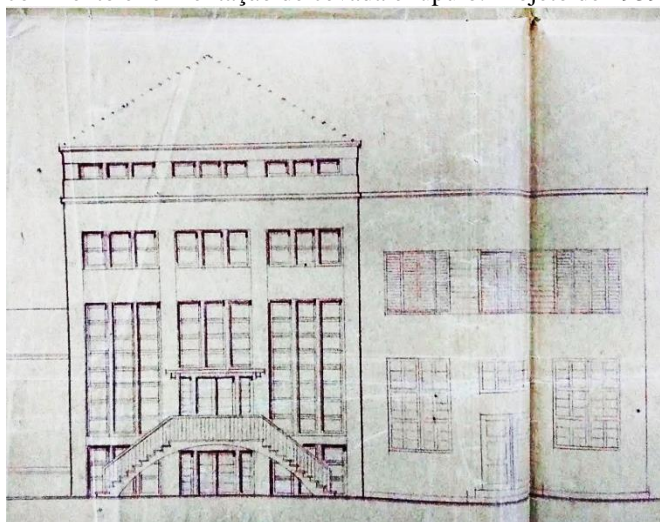
A influência de todo o complexo da Cervejaria sobre a paisagem urbana da qual ela faz parte fez com que seu tombamento incluísse sua dimensão paisagística (DECRETO nº. 17.016, 1 Set. 2010). Como já apontado, o complexo da Cervejaria não só possui influência sobre o tecido da cidade (considerada “importante referencial urbano”), como também representa um símbolo de um momento histórico da industrialização e produção de cerveja na cidade.

O valor do complexo fabril para a paisagem urbana confirma a capacidade peculiar da arquitetura em guardar vestígios de mudanças, relativas aos estilos arquitetônicos, de épocas diferentes; processos históricos e transformações socioculturais, inseridas nas construções. Por isso, é possível aproximar a paisagem urbana da teoria temporal de Koselleck (2014, p. 9), quando o autor, através de metáfora espacial, explica os múltiplos “estratos do tempo” como uma composição geológica formada pela sobreposição de “diversos planos, com durações diferentes e origens distintas”. Assim, também, poderia ser vista a cidade: como uma sobreposição de estratos temporais “que permanecem vinculados a uma condição espacial”.

Como testemunho de tempos passados, o complexo da Cervejaria passou, em diferentes momentos, por variadas intervenções. Foi ampliado entre as décadas de 1920 e 1940, adquirindo novas máquinas e criando novas alas para produção, depósito das garrafas, matérias primas, engradados. O aumento da fábrica acompanhou a expansão do seu mercado consumidor. As plantas das construções da fábrica atestam edificações voltadas para “responder premissas funcionais” de produção, evidenciando uma característica primordial da

arquitetura industrial entre os séculos XIX e XX, onde se associa num mesmo “sistema produtivo [...] a lógica da mecanização e a sua articulação com a fonte de energia, com os trabalhadores e com o edifício” (DEOLINDA, 2009, p. 29). Assim, a arquitetura industrial seria representada pelo binômio forma-função, atributo absorvido pela arquitetura moderna (ZEVI, 1970).

Figura 27: Detalhe da fachada da nova ala principal da fábrica, que abrigaria quatro novas tinas para lavagem, cozimento e fermentação de cevada e lúpulo. Projeto de 1939.



Fonte: Acervo AHJ – Pasta Projetos Arquitetônicos.

A Cervejaria acompanhou o processo de industrialização em Joinville (ampliado após a década de 1930) e seu impacto sobre a organização da vida urbana, através da criação de mecanismos de preservação da ordem e enaltecimento do trabalho, com intuito de formar um ambiente disciplinado para o desenvolvimento industrial (COSTA, 1996, p. 209). Em uma perspectiva estadual, no início da década de 1940 havia em Santa Catarina⁶⁰ “mais de 4 mil fábricas” e, dessas indústrias, 243 localizavam-se em Joinville (BOLETIM COMMERCIAL, 8 dez. 1941, p. 2).

⁶⁰ Segundo o Boletim Commercial, junto com Joinville, Nova Trento, Blumenau, Brusque e Rio do Sul possuíam mais de 200. A importância das indústrias extrativistas de carvão em Criciúma e Urussanga também foram destacadas.

Figura 28: Matéria veiculada no Jornal A Notícia de 23 de Outubro de 1940, sobre as ampliações da cervejaria.



Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/843709/4404>

O reconhecimento da “paisagem”, dos “lugares industriais”, representa uma maturidade nas formas de valorização do patrimônio industrial. O grande desafio para as políticas preservacionistas continua sendo a conciliação entre as propostas de salvaguarda com necessidades atuais, mas o conceito de paisagem cultural pode favorecer interesses de reutilização de edificações fabris, conciliando preservação e “benefícios sociais e ambientais” (COSSONS, 2011, p. 3, 6). O arquiteto alemão Fritz Schupp, citado por Cossons afirmava que preservar a paisagem industrial significa “reconhecer que a indústria com seus edifícios enormes não é mais uma conexão perturbadora em nossa paisagem e nossa paisagem urbana, mas um símbolo do trabalho, um monumento da cidade [...]” (SCHUPP, 1929 *apud* COSSONS, 2011, p. 9). Talvez essa concepção de paisagem seja a que tangencie o tombamento paisagístico da cervejaria; sua estrutura típica fabril, com sua chaminé sobreposta ao fundo de vegetação, invoca, como um retrato, o passado industrial de Joinville. Essas paisagens e outras similares são capazes de influenciar o chamado “imaginário urbano”, ou seja, o fenômeno de criação mental de imagens em conexão com a realidade vivida nas cidades e que passam a interferir na forma como “pensamos, experimentamos, avaliamos e decidimos atuar nos lugares, espaços e comunidades em que vivemos” (SOJA, 2008, p. 452).

Quando nos lembramos da obra *A Barca* (inaugurada em 2001), citada no início do capítulo, com seus ícones de um passado glorioso, e entre eles as chaminés; ou das quatro chaminés tombadas pela CPC (sendo duas tombadas com as suas fábricas e outras duas isoladamente), podemos pensar até que ponto essa paisagem passada, patrimonializada e formada por chaminés, ainda é capaz de gerar uma identidade social, uma imagem urbana.

Pode-se questionar também, no caso da Cervejaria: até que ponto sua patrimonialização foi capaz de possibilitar sua salvaguarda?

Da data de encerramento das atividades da fábrica, em 1998, até 2020, a edificação principal da fábrica ficou praticamente sem utilidade, com exceções dos anos entre 2001 e 2002, em que o espaço abrigou a 31ª. e 32ª. Coletiva de Artistas promovida pelo MAJ, e entre fins de 2008 e início de 2009, em que foram organizadas exposições pelo ILHS. Com a expectativa de ocupação do MAC, sem conservação do espaço e fiscalização da PMJ, esta parte da Cidadela Cultural Antartica sofreu diversos tipos de problemas, degradações, depredações e furtos de materiais. Em 2008, a “casa de forças” foi destruída pela encosta do morro, que desbarrancou sobre a edificação; trata-se de local que abriga os motores elétricos (FCJ, 2006, p. 168). E, segundo a reunião da COMPHAAN (ATA nº. 99 de 18 Jun. 2008 *contido em* FCJ, 2006, p. 209), o “Sr. Raul explana que seria necessário interditar quase a Cidadela Antartica inteira e aguardar os laudos, pois a situação é precária”. O Laudo Técnico emitido em 15 de Dezembro de 2010, por empresa de engenharia, veio informar que “a edificação principal apresenta[va] [...] avançado estado de deterioração, o que foi possibilitado pelas deficiências de manutenção e conservação da edificação [...]”. Entre os principais riscos estavam: “queda de telha”; “desmoronamento de pisos”; e “desabamento de alvenarias”. O Laudo advertia para a necessidade de “interrupção imediata do uso da edificação” e o “isolamento de área adjacente”, além de sugerir a realização de intervenções “tão logo sejam possíveis” para mitigar os “riscos existentes” (FCJ, 2006, p. 417, 419).

Quanto aos objetos e materiais referentes à fábrica, seu patrimônio móvel, representado por maquinário, documentação, mobílias e ferramentas, esteve à mercê de furtos e degradação por todo esse tempo. Quando questionado sobre o patrimônio móvel da antiga Cervejaria durante reunião da COMPHAAN (ATA nº. 200, 7 Jun. 2013 *contido em*, 2006, p. 681), o diretor executivo da FCJ, Joel Gehlen, lembrou que:

nunca foi realizado um inventário do patrimônio móvel, por isso a dificuldade de ter conhecimento do que foi perdido, principalmente com relação aos equipamentos de produção da antiga fábrica. Ao longo dos anos houve uma ação de furto desse material (ATA n. 200, 7 jun. 2013 *contido em*, 2006, p. 681).

Reforçando a fala de Gehlen, Nadja Lamas, representante do MAC, registrou durante a reunião da COMPHAAN (ATA nº. 203 de 10 Jul. 2013 *contido em* FCJ, 2006, p. 730) que, “quando o espaço foi cedido ao Instituto Schwanke, havia poucos mobiliários e maquinários no local, tendo sido a maioria já retirada”. As complexidades na conservação do bem ficam aparentes nestes registros, da mesma forma que problemas nas ações do órgão municipal de

preservação podem ser percebidos; entre eles, a falta de um inventário referente ao patrimônio móvel do bem, após a abertura do tombamento.

O entusiasmo pela patrimonialização da Cervejaria apresentou uma postura comum de imprimir à categoria arquitetônica um peso maior no reconhecimento do patrimônio industrial, deixando ausentes outras propriedades. A Carta de Nizhny Tagil (2003) estipulou algumas propriedades industriais que vão além da edificação, como a “maquinaria”, a “paisagem industrial” e a “documentação”, sendo encarados como valores “constitutivos” do patrimônio industrial. Com exceção da paisagem, componente já mencionado, os outros elementos, incluindo documentos, ferramentas e parte dos mobiliários, alguns ainda presentes no interior da Cervejaria Antarctica, não suscitaram as medidas necessárias para sua salvaguarda. Não foram incorporados nos discursos de preservação da proposta de tombamento, uma vez que nem um inventário referente ao acervo da fábrica foi elaborado. Mesmo que em outros documentos (citados adiante) haja referência sobre a importância desses elementos, atualmente eles sofrem com a mesma indiferença destinada à preservação da edificação; como exposto em matéria jornalística de 2014: “a realidade do complexo é muito distante daquela planejada após a compra da Cervejaria Antarctica pela Prefeitura, em 2001 [...]. Basta uma volta pela degradada estrutura da Cidadela [...] para certificar-se disso” (A NOTÍCIA, 18 mar. 2014).

A preocupação em relação à documentação arquivística da cervejaria e a necessidade de que fosse retirada da fábrica é mencionada na primeira reunião da COMPHAAN com o tema da Cervejaria; e, como já mencionado, foi a preocupação com a documentação da fábrica que estimulou as discussões iniciais para a abertura do processo de tombamento (ATA nº. 65 de 23 ago. 2006 *contido em* FCJ, 2006, p. 68). O assunto voltaria à tona em 2008, e de acordo com as informações na Ata nº. 96 (de 7 mai. 2008 *contido em* FCJ, 2006, p. 161), essa questão já havia sido tratada “em reunião na Comissão e o Arquivo Histórico ficou responsável pelo acervo”; Amarílis Laurenti (vice-presidente da FCJ) ainda comentou que “a Fundação Cultural é a responsável pelo acervo e está tomando todas as providências para sua conservação”. A Ata nº. 99 (de 18 Jun. 2008 *contido em* FCJ, 2006, p. 208, 209) revelou uma tensão sobre o estado de conservação da fábrica e apontou uma urgente necessidade de interdição de algumas áreas que estavam sob o “uso” do MAC. Sobre a documentação, ficou decidido que uma equipe do AHJ seria enviada para limpeza e organização.

Evidencia-se assim que houve uma atenção para com a documentação, que se desdobrou em ações realizadas por funcionários do AHJ. Memorando Interno do AHJ,

assinado pelo então Coordenador da instituição, Afonso Imhof, expôs uma visita ao interior do espaço cedido ao ILHS:

[...] devido ao péssimo estado de conservação da documentação e à insalubridade do local, não foi possível fazer uma avaliação minuciosa da documentação. Todavia, verificou-se que o acervo é composto de diversos documentos (relatórios, notas fiscais, registros de funcionários, álbuns de fotografias, livros e revistas, livros de registros de caixa, livros técnicos, cadernetas diversas, disquetes, controles gráficos para máquinas, plantas, livros de Atas, processos administrativos, entre outros) que encontram-se no chão espalhados pelo local [...]. Há também cerca de 4000 caixas de arquivo com documentos que estão armazenados em prateleiras de madeira em duas salas do local [...]. (MI nº. 35 de 30 out. 2007 *contido em* FCJ, 2006, p. 625).

O documento ainda relata o “grande valor histórico” do acervo documental, que “pode permitir diferentes leituras sobre a cidade”, por isso a necessidade do município se responsabilizar pela “guarda e conservação desse acervo”. Em novembro de 2008, ocorreu o “mutirão emergencial” para limpeza, “que minimizou parcialmente os problemas de acondicionamento da documentação” (RELATÓRIO AHJ, 2008 *contido em* FCJ, 2006, p. 652); contudo, não houve a retirada dos documentos da fábrica. E a permanência do acervo, até o momento, no ambiente sem uso e com as coberturas da fábrica danificadas, vem expondo o material à degradação por ação climática (água de chuva), biológica (fungos e insetos xilófagos) e humana (vandalismos e falta de ações concretas de conservação por parte dos responsáveis, PMJ e SECULT). Dessa maneira, as ações de cunho emergencial não receberam continuidade, permanecendo a falta de conservação e a não ocupação da ala principal da cervejaria, pelo Instituto que ganhou a cessão de uso do espaço. Outra matéria de jornal veiculada em 2013 já denunciava a situação:

[...] o prédio principal da antiga fábrica é o que mais sofre com o abandono [...]. Enquanto os planos ficam no papel, a estrutura vai caindo aos pedaços, literalmente. Grande parte da cobertura que abrigava as esteiras da cervejaria, no segundo andar, já cedeu. Nas salas de laboratório, há lixo, garrafas, equipamentos e documentos espalhados (NOTÍCIAS DO DIA, 13 out. 2013).

A inércia do poder público, representado por comissionados e animadores culturais em posições de gerência, também possui sua parcela de culpa quando, em vez de cobrar e fiscalizar o uso e a conservação do espaço por seus responsáveis – como estipulava o “Termo de permissão de uso”⁶¹ – se dava ao luxo, em resposta à situação, de fomentar uma gestão de indiferenças e dúvidas; “todos os planos passam por esse projeto do Instituto. Por enquanto,

⁶¹ O termo de Permissão de Uso, como parte da Lei n. 5.476 de 5 de maio de 2006, que autorizava o uso do espaço da fábrica pelo ILHS, em sua CLÁUSULA SEXTA alertava que cabia ao “MUNICÍPIO o direito de vistoriar o imóvel e a conservação do mesmo, exigindo limpeza, o cuidado e a boa aparência do local”. In: (FCJ, 2006. p. 65).

a Cidadela é um grande ponto de interrogação’, disse o diretor executivo da Fundação Cultural, Joel Gehlen, sobre o futuro incerto das instalações abandonadas da antiga fábrica” (NOTÍCIAS DO DIA, 13 out. 2013).

Em 2020, outra reportagem relatou os mesmos problemas: “20 anos já se passaram sem que o plano inicial fosse concretizado [...]. Enquanto isso o prédio sofre com a deterioração, tendo até parte da estrutura interditada, e com cada vez menos espaços para as atividades culturais”. E mais um representante do poder público, desta vez o Diretor executivo da Secretaria de Cultura e Turismo, Evandro Censi, quando questionado pela reportagem sobre a gestão da Cidadela Cultural, respondeu: “[...] a gente entende que parece que está em situação de abandono porque não estão os órgãos e as pessoas circulando, mas não está [...]” (NSC, 04 fev. 2020).

Essas situações de descaso configuram-se como crimes de responsabilidade da própria gestão pública municipal contra, não apenas, um patrimônio público, mas também um bem cultural, tombado como patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico de Joinville. Esses problemas não são particulares do patrimônio industrial, havendo entre os chamados patrimônios difíceis (hospitais, presídios), uma deficiência na salvaguarda de seus diferentes tipos de acervos. No caso do patrimônio industrial, sua preservação pressupõe o cuidado com uma variedade de elementos (ferramentas, documentos, máquinas, técnicas, etc.) e por isso se mostra mais complexa do que a habitual preservação concedida a outros imóveis, que geralmente convergem atenções apenas à perspectiva arquitetônica.

Vistos como fragmentos de um momento histórico, os vestígios industriais permitem entender o processo de industrialização na cidade, as transformações urbanas e as relação entre cidade e cotidiano fabril. Mais do que um testemunho histórico, pesquisas relativas ao patrimônio industrial viabilizam a compreensão de valores simbólicos e afetivos, atingindo assim categorias imateriais (KÜHL, 2009, p. 22). O conhecimento de técnicas e práticas da operação fabril, as associações entre os trabalhadores e suas lutas trabalhistas, as relações de poder nos espaços fabris, as transformações tecnológicas em épocas diferentes demonstram o potencial profundo de temas que podem ser alcançados a partir do patrimônio industrial, como apresentado na entrevista do cervejeiro Curt Zastrow.

Quanto à possibilidade do bem cultural industrial ser encarado como fonte de conhecimento – assim como idealizou, em 1936, Mário de Andrade (2002, p. 278), com o sentido pedagógico de um museu de artes aplicadas e técnicas industriais –, pode-se dizer que a proposta de tombamento da Cervejaria, elaborada em 2006, previu a fruição intelectual do bem, seu valor como documento, quando expôs, no item *Comunidade*, o interesse em

preservar “suas representações cognitivas e seu valor cultural [...] para as futuras gerações” (PARECER TÉCNICO nº. 30/2006 *contido em* FCJ, 2006, p. 99). Mas o documento não esclareceu de que maneira ferramentas, documentos e maquinário se enquadrariam nos planos de preservação e mais ainda, em projetos educativos e pedagógicos.

Configuram-se, no âmbito da preservação industrial, duas problemáticas fundamentais: a valorização econômica das áreas urbanas (geralmente áreas industriais abrangem grandes dimensões), que promove a pressão imobiliária; e, no caso de bens tornados públicos, como o conjunto edificado da antiga Cervejaria Antarctica, a dificuldade da administração pública em conciliar interesses conflitivos e desenvolver ações de preservação efetiva de patrimônios industriais em Joinville, como mostrado aqui, na análise do processo de tombamento. É problemática, também, a fiscalização do uso e da conservação desses espaços pela iniciativa privada, outro problema evidente que, no caso da Cervejaria, não contou com a atenção do órgão público de preservação, mesmo havendo cláusulas legais para essa atuação, como já exposto.

É importante salientar que a PMJ responde, no Ministério Público, desde 2016, a um processo por descaso pelo patrimônio público e cultural, relativo à conservação e uso da Cidadela Cultural Antarctica; embora nenhuma medida contundente tenha sido realizada até agora. Em um Relatório Técnico (nº. 12/2018) realizado pela CPC em 2018, o problema da documentação voltou a ser pauta de questionamentos, quando se descobriu, no interior da cervejaria, além dos documentos pertencentes à Cia. Antarctica, vários outros documentos da FCJ, CONURB e ITTRAN, (CPC, 2018b, p. 4 *contido em* FCJ, 2006, Anexos); certamente esses documentos foram descartados dentro do espaço, lembrando que em diferentes momentos, tanto a CONURB quanto o ITTRAN utilizaram espaços da ala principal da antiga Cervejaria como depósito de material. Outro Relatório Técnico (nº. 13/2018) apresentou informações sobre a Portaria SEI – FCJ.GAB/FCJ.UIC nº. 004/2016, que destinou o valor de 856.800 mil reais para serem investidos no restauro da Cidadela. A CPC, entretanto, deixa claro que “não possui informações acerca da aplicação dos valores dos recursos mencionados na Portaria” (CPC, 2018b, p. 12 *contido em* FCJ, 2006, Anexos).

Como declarado por Beatriz Kuhl (2018, p. 195, 196), em entrevista à Telma Bessa, “o tombamento não resolve todos os problemas” e a preservação deve conjugar diferentes ações, envolvendo “estudos, documentação, registros, identificação”, além da “manutenção ao longo do tempo”. Percebemos a necessidade dos registros para a compreensão do patrimônio industrial, na forma de inventário, com descrições de bens móveis, representados por maquinário, ferramentas ou documentos arquivísticos. Um preceito já assinalado na Carta

de Atenas (1931, art. 7, p. 5): “a Conferência faz votos para que: 1º- Cada Estado, ou as instituições criadas ou reconhecidas competentes para esse fim, publiquem um inventário dos monumentos históricos nacionais acompanhados de fotografias e descrições”. E reforçado pela Carta de Nizhny Tagil (2003, Art. 3, p. 14, 15): “o inventário constitui uma componente fundamental do estudo do patrimônio industrial. [...] Muitas informações podem ser obtidas se o inventário for efectuado antes do abandono da utilização de um determinado processo industrial [...]”.

O descuido com princípios das políticas de preservação não deveria comprometer práticas de salvaguarda com perdas de bens significativos, não só para a história da industrialização, mas também para a história econômica, tecnológica, arquitetônica e social, ambas representadas no campo do patrimônio industrial. As pesquisas interdisciplinares na área do patrimônio industrial podem contribuir indo além dos estudos de casos, inserindo-se também no âmbito da fiscalização, mobilização e cobrança de que a legislação de preservação seja cumprida, visando estabelecer uma rede para fomentar, cada vez mais, instrumentos de proteção; seja pela denúncia, pelo incentivo à captação de recursos, pela criação de inventários fotográficos e documentais ou pela troca de experiências.

Longe de querer apenas imprimir um ar de militância em defesa da preservação do patrimônio cultural ou dos diferentes aspectos da patrimonialização, a dissertação se posiciona também como denúncia, visto que a Cidadela é um patrimônio público, comprado com o dinheiro público para um determinado fim, e que se mostrou, ao longo de duas décadas, um projeto frustrado. Então, essa trajetória de desilusão, que teve momentos reais de sucesso, momentos em que o espaço assumiu seu papel de irradiador da cultura e da arte na cidade, também deve ser inquirida, conhecida. Por isso, a intenção de identificar agentes (públicos e privados); expor as possíveis causas para o fracasso do projeto inicial; reconhecer os possíveis erros administrativos que serviram de brecha para a degradação do espaço, e dessa maneira, trouxeram não só um prejuízo econômico para o contribuinte, como um prejuízo cultural e estético para os moradores da cidade. Essa trajetória, do que podemos chamar de “projeto Cidadela” é o tema principal do restante do capítulo, que tenta abordar as práticas de uso e gerenciamento da antiga cervejaria.

3.2 PERSPECTIVAS DE REUSO: A ANTIGA CERVEJARIA ANTARCTICA

“O objetivo do Governo Municipal é transformar esse conjunto numa grande ‘fábrica’ de cultura, turismo e lazer”
(Luiz Henrique da Silveira, 2001)

Após a aquisição das instalações da antiga Cervejaria em 2001, a Prefeitura Municipal tentou estabelecer, no local, um espaço de atividades culturais e realizações artísticas, batizando o complexo com o nome de Cidadela Cultural Antarctica, em 2002. As ações do poder público municipal voltadas para valorização histórica, artística e cultural da cidade coincidiram com as comemorações dos 150 anos da cidade, completados em 2001. Como já exposto neste capítulo, naquele momento houve um apelo ao potencial turístico e cultural da cidade e, a partir da iniciativa pública, foram idealizados museus, a restauração dos túmulos do Cemitério dos Imigrantes e da casa sede do MNIC, além de novos investimentos culturais, como o convênio com o Balé Bolshoi, o projeto do Parque Caieira e o Teatro Juarez Machado.

Houve, nesse período, um apelo ao patrimônio histórico da cidade, à memória do imigrante, ao potencial cultural dos joinvilenses. É nessa esfera, com diferentes intenções, que geralmente se confundem as propostas de intervenção sobre patrimônios e reabilitações de equipamentos urbanos. E, no caso das propostas de reuso da Cervejaria, iniciadas em 2001, apesar do apelo patrimonial não ter ganhado, inicialmente, maiores atenções, a relevância histórica da edificação, sua relação com a cidade e seus significados para a comunidade circundante podem ser notados nas falas dos agentes públicos envolvidos no processo e em matérias de jornais que abordavam o assunto.

Reconhecida “oficialmente” como Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Joinville, a antiga Cervejaria teve seu tombamento concluído em 2010, um momento em que a edificação principal já apresentava muitos problemas em seu estado de conservação. E, uma vez que as propostas de reuso ocorreram anteriormente ao seu tombamento, é interessante analisar de que maneira o processo de ocupação do espaço foi pensado, refletindo sobre a possibilidade de consonância entre reuso e a preservação da edificação. E se, por um lado, a cidadela foi pensada como um complexo com variadas perspectivas de usos culturais, houve um “projeto-chave” que girou em torno da criação do MAC Schwanke; mas até que ponto os problemas relativos à falta de preservação do bem podem estar ligados com a não concretização do projeto MAC?

Antes mesmo da efetivação de sua compra, o idealizado Complexo Cultural Antarctica teve sua primeira solenidade durante a assinatura do convênio para construção do

Teatro Juarez Machado⁶², no pátio da antiga cervejaria. O então prefeito Luiz Henrique da Silveira aproveitou o momento para apresentar os planos de reuso do espaço, demonstrando a intenção de que o local se transformasse em uma “fábrica de cultura”. Como opção de cultura e lazer, entre as expectativas iniciais apareciam as de “abrigar os museus da bicicleta, dos transportes, da indústria, da fotografia, das miniaturas e da Mulher. [...] A instalação de galerias, atelier de arte, parque de diversão, praça de alimentação, hotéis, lojas e boates” (A NOTÍCIA, 30 set. 2000, p. 6).

Houve uma preocupação em romper com uma política unilateral sobre os projetos de ocupação e o próprio prefeito disse em matéria do jornal *A Notícia* (30 set. 2000, p. 6): “a comunidade é que vai decidir”. Intenção que foi reforçada no *folder* criado pela Prefeitura, em fins do ano 2000, chamando a participação popular: “se você tiver alguma sugestão interessante de utilização do espaço, envie até dia 10 de janeiro de 2001” (INSTITUTO JOINVILLE 150 ANOS, 2000). O espaço oferecia possibilidades para se tornar uma super obra pública e o *folder* propagandístico sobre o complexo demonstrava planos megalomaníacos. Só no item *instalações culturais* havia a proposta de se criar nove museus no complexo (Nacional da Cerveja, da Bicicleta, da Indústria, das Miniaturas, de Filatelia, dos Transportes, da Dança, da Fotografia, e uma extensão do Museu de Arte); com o museu da Mulher, citado anteriormente, o número total chegava a dez. Chama a atenção a variedade temática dos museus, e mesmo que haja uma referência ao museu da indústria, é possível que sua expografia mantivesse a invisibilidade do operariado, em prol da memória empreendedora das famílias de industriais.

Como área de *lazer*, aparecia a instalação de “parque de diversões (do tipo 'playcenter'); local permanente para instalação: de circos, Festas (Vinvêneto, Solidariedade, etc.) e Feiras (das antiguidades, das pulgas, do artesanato rural, do livro, do vídeo, de animais, do automóvel)”. O pátio da fábrica chegou mesmo a ser usado em algumas edições da Festa da Solidariedade. A área da Associação Recreativa da Cervejaria Antártica (ARCA), que fica em uma rua atrás da fábrica assumiria papel relevante nos projetos oficiais de ocupação, com “boate, restaurante panorâmico e boliche”. De posto de gasolina com churrascaria à exploração comercial da fonte de água mineral que abastecia a antiga cervejaria, eram expectativas projetadas para as futuras instalações do Complexo Cultural Antártica (INSTITUTO JOINVILLE 150 ANOS, 2000).

⁶² O Teatro Juarez Machado foi construído no Centreventos Cau Hansen, é o único espaço público para espetáculos em Joinville e está situado a 3 km da Cidadela.

Como campo de conhecimento no Brasil, os sítios industriais ainda não alcançaram maiores atenções nas políticas de preservação, e mesmo que hajam algumas iniciativas como as pesquisas relacionadas ao patrimônio ferroviário desenvolvido pelo IPHAN em Santa Catarina, persiste uma dificuldade em reconhecer os valores e complexidades desses elementos. Mas, no que diz respeito aos reusos de espaços industriais, geralmente se encontram entre diferentes interesses.

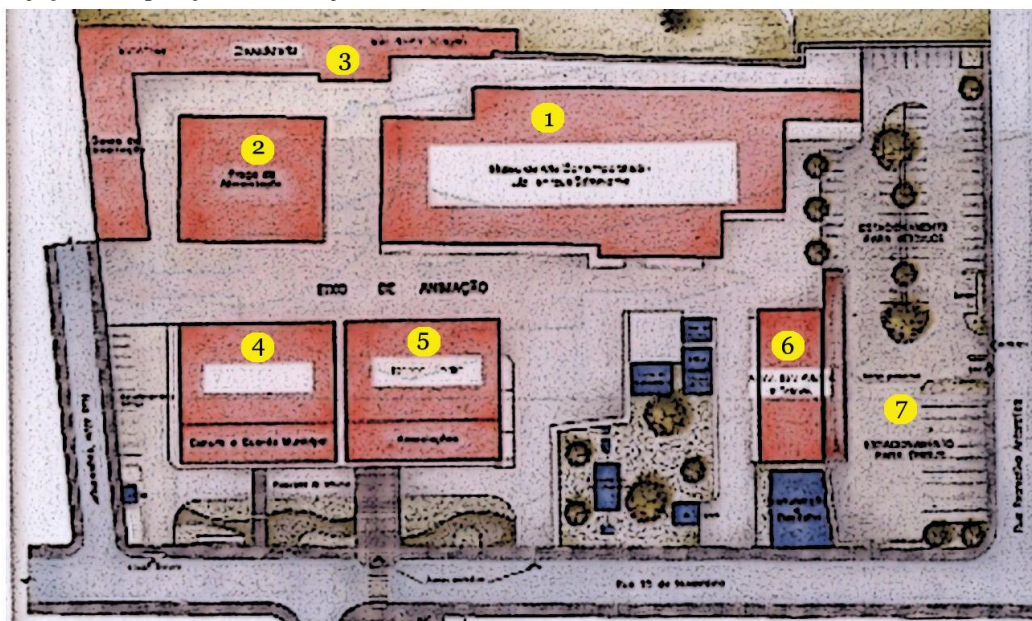
Antigas indústrias geralmente abrangem grandes dimensões em áreas valorizadas da cidade, sendo atrativas ao mercado imobiliário, tanto pelo potencial econômico quanto fundiário. Rufinoni (2009, p. 2, 11) dá exemplos de áreas industriais “por vezes degradadas e abandonadas”, utilizadas pelo poder público nas “chamadas operações urbanas”. Previstas em lei, no Estatuto das Cidades, as *operações urbanas* representam uma ferramenta para “transformações urbanas estruturais” a partir de ações conjuntas coordenadas pelo poder público e podem envolver “moradores”, “usuários”, “proprietários” e “investidores privados” (BRASIL, 2001). Mas, na prática, a maioria dos casos em que essas intervenções abrangem edificações industriais mostra que as edificações são preteridas em função do terreno que habitam.

Rufinoni observa, nos estudos sobre a *Operação Urbana Diagonal Sul* em São Paulo, a problemática em se criar critérios para preservação de patrimônios industriais. Em alguns casos, a configuração de paisagens urbanas formadas por “edifícios fabris, armazéns, galpões, pátios ferroviários, vilas operárias [...]” sofre mudanças com a descaracterização ou demolição dos antigos bairros industriais, fomentados pelo mercado imobiliário (RUFINONI, 2009, p. 254, 255).

No caso da antiga cervejaria, é interessante perceber que em nenhum momento o *folder* de 2000, da Prefeitura de Joinville, faz menção aos prédios da fábrica e o item *histórico* menciona apenas a “desativação da velha fábrica de cerveja”. O detalhe arquitetônico do espaço não aparece nem mesmo como imagem no *folder*, que deu espaço a um pinguim, uma grande escultura, símbolo da cervejaria e que ainda permanece no seu interior. E, apesar de não explorar o histórico da fábrica, nem sua importância econômica para a cidade, o *folder* ao menos demonstra a intenção de se criar o museu ligado à produção cervejeira. Isso quer dizer que, assim como aparece em um debate posterior (após 2006), em atas da COMPHAAN, o desejo de se criar um museu ligado à cervejaria foi inicialmente cogitado. Na verdade, o *Museu da Cerveja*, a *Cervejaria* e o *Atelier Juarez Machado* surgem como as três âncoras do complexo (JORNAL DO MUNICÍPIO, 12 Jan. 2001, p. 8); mas em algum momento o plano

de um museu de arte contemporânea ligado à obra de Luiz henrique Schwanke iria desbancar as propostas cervejeiras.

Figura 29: Planta da Cidadela Cultural Antarctica no projeto de ocupação de 2001, do IPPUJ. Contemplava: Edificação 1) 1º piso – cervejaria, café bar, loja de conveniência, recepção, museu da cerveja e no 2º piso – MAC (Luiz Henrique Schwanke), Museu da Cerveja e exposições; Edificação 2) praça de alimentação; Edificação 3) restaurantes e boxes de alimentação; Edificação 4) 1º piso – CONURB e Guarda Municipal e no 2º piso – museu do transporte e área de apoio; Edificação 5) 1º piso – espaço para as associações e no 2º piso – teatro, projeções e exposições; Edificação 6); Atelier Juarez Machado; Área 7) estacionamento.



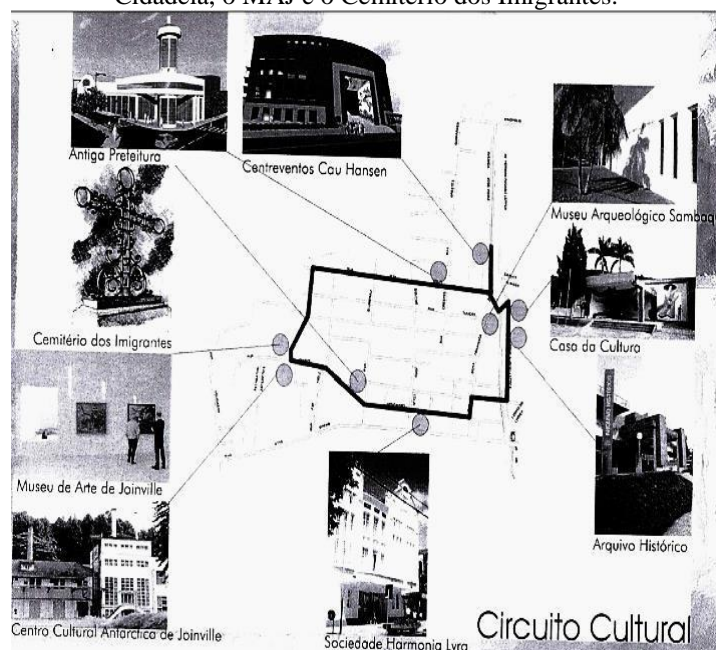
Fonte: Processo de tombamento nº. FCJ-CPC-2006-001, Joinville. 2006, Anexos.

Sobre o apelo patrimonial, é possível percebê-lo na fala do arquiteto do IPPUJ Marcel Virmond, que defendeu o investimento no complexo como um “novo conceito de polo” e, uma vez situado estrategicamente, em termos turísticos, entre o Centreventos e a Expoville, estava no “eixo patrimonial” da cidade (JORNAL DO MUNICÍPIO, 12 jan. 2001, p. 8). Aparentemente, o apelo patrimonial estava alinhado com um tipo de reconversão urbana ou reabilitação de centros históricos, que têm como carro chefe o cunho turístico e econômico. “Livraria, café, loja de souvenirs”, “gastronomia”, “cervejaria”, “pizzaria”, “fast-food e culinária germânica” eram as grandes atrações que guiavam os anseios iniciais do projeto (JORNAL DO MUNICÍPIO, 12 jan. 2001, p. 8).

É evidente o intuito de mercantilização do patrimônio nos planos comerciais para a área; como elemento “da indústria do lazer”, o patrimônio é mais um produto a ser consumido. E a junção entre *fast-food* e *culinária típica germânica* é o auge dessa constatação; tal qual às cidades genéricas descritas pelo arquiteto Rem Koolhaas (2011 *apud* HARTOG, 2013, p. 15), que resgatam sua história associando “o mais novo e o mais antigo”.

Quanto aos debates sobre a musealização do seu espaço principal, já estavam presentes nas primeiras propostas de reuso da fábrica. Idealizado como um “dos maiores do gênero no país”, segundo Edson Machado (presidente da FCJ na época) o Complexo Cultural Antarctica (posteriormente denominado Cidadela Cultural Antarctica) poderia servir como abrigo para “o primeiro Museu da Cerveja de Joinville”, com o aproveitamento dos próprios equipamentos existentes na fábrica para produção de cerveja, “a maioria em perfeito estado de uso”. Em referência à importância da cervejaria para a cidade, Machado alegou que “a Antarctica simboliza um dos momentos mais férteis da história industrial da cidade” (A NOTÍCIA, 12 jan. 2001, p. 3). A proximidade com o MAJ e o Cemitério dos Imigrantes também foi mencionada como um elemento estratégico para a criação do Complexo Cultural, que segundo reportagem, contaria com a assessoria do arquiteto Oscar Niemeyer nas obras para sua revitalização (A NOTÍCIA, 10 nov. 2000, p. 4). Um circuito com diferentes pontos turísticos e culturais foi criado em 2001, incluindo a Cidadela Cultural Antarctica.

Figura 30: Reprodução de encarte do projeto *Circuito Cultural* do IPPUJ de 2001, onde estão inseridos a Cidadela, o MAJ e o Cemitério dos Imigrantes.



Fonte: Processo de tombamento nº. FCJ-CPC-2006-001, Joinville. 2006, Anexos.

Em Joinville, as decisões sobre como implementar a ocupação da antiga área fabril prosseguiu pelo ano de 2001 e, em agosto daquele ano, formou-se uma Comissão com essa finalidade. De acordo com Edson Machado, presidente da Comissão, o complexo assumiria “a característica de um condomínio misto, abrigando eventos culturais, de negócios, lazer e comercialização de produtos”. Machado declarou o importante papel que o complexo

desempenharia para preservar “um ícone da industrialização do município” (A NOTÍCIA, 10 ago. 2001, p. 7).

O investimento em turismo cultural, implementado naquele momento em Joinville, acabou sendo comparado com o da cidade de Bilbao, que além de ter aberto uma filial do Museu Guggenheim transformou uma antiga fábrica de vinho em centro cultural⁶³. Assim, da mesma maneira, em Joinville, segundo o Prefeito Luiz Henrique: “[...] nós temos uma filial do Balé Bolshoi, [...] nós temos o Complexo Antarctica” (A NOTÍCIA, 10 ago. 2001, p. 7).

Mas, passado o furor inicial pela criação dos nove museus no complexo, a mesma reportagem já indicava um conflito entre dois projetos museais: o “Museu da Cerveja e outro de Arte Contemporânea, que levaria o nome de Luiz Henrique Schwanke” (A NOTÍCIA, 10 Ago. 2001, p. 7). Essa informação demonstra que, apesar da permissão de uso ter sido concedida ao MAC em 2006, através de Lei Municipal, a intenção da ocupação já era pensada em 2001. E até que ponto o projeto de criação do MAC inviabilizou outros planos de ocupação da área?

Devemos considerar que a parte cedida ao Instituto Luiz Henrique Schwanke (ILHS) para a instalação do MAC corresponde ao setor principal da fábrica, local onde permaneceu o acervo industrial da produção cervejeira (maquinário, ferramentas, documentos). Era justamente nessa parte onde, inicialmente, foi pensada a implantação do museu da cerveja; e embora os planos de construção do MAC/ILHS não tenham saído do papel, a concessão do espaço se manteve sob a tutela do ILHS até 2016, momento em que foi devolvido à PMJ em situação precária.

Em junho de 2002, com apoio de parte da classe artística de Joinville, foi assinado o Decreto nº. 10632/2002 criando o Museu de Arte Contemporânea Luiz Henrique Schwanke (CMPC, 2015, p. 3). Uma matéria veiculada no dia da assinatura do tal Decreto mostrou que houve uma intenção da FCJ em renomear o Museu de Arte de Joinville, que passaria a se chamar Museu de Arte Contemporânea Luiz Henrique Schwanke; entretanto, a proposta foi combatida pela classe artística, que defendeu “a criação de espaço, orçamento, estrutura própria para o acervo de Schwanke e para nova produção local”, de maneira independente do MAJ (A NOTÍCIA, 13 jun. 2002, p. 6).

⁶³ Desenhado pelo arquiteto basco Ricardo Bastida, o edifício da Alhóndiga foi inaugurado em 1909. Até 600 trabalhadores chegaram a trabalhar na antiga adega, que fechou suas portas em 1977. Na década de 1990 foi cogitada a instalação do museu basco de arte contemporânea, projeto que não se concretizou. Classificada como bem cultural na categoria de monumento, em 1998, a edificação passou por um projeto de conversão que manteve sua fachada industrial em estilo modernista, e assumiu importante função como espaço cultural de Bilbao desde 2010 (REUTERS, 20 mai. 2010).

A reportagem não deixa claro se os artistas se manifestaram mais para evitar que o MAJ tivesse seu nome alterado do que para apoiar a própria criação de um Museu de Arte Contemporânea independente. Em reunião com a presença do prefeito na época, Marco Tebaldi, o presidente da FCJ, Edson Machado, e representantes da classe artística de Jle, que antecedeu a assinatura do decreto e formalizou seu conteúdo, o município não só “se comprometeu em criar um espaço novo, definitivamente voltado para arte contemporânea”, como também ofereceu “dotação orçamentária a partir do próximo ano” ao projeto (A NOTÍCIA, 12 jun. 2002, p. 3). Mas o município entraria com uma contrapartida somente se houvesse captação de recursos privados e públicos por meio de editais; enquanto a FCJ forneceria “instrumentos para a operacionalização e implantação do ambiente, que contará ainda com comissão própria [...]. Sua função [da FCJ] será fiscalizar, sugerir e dar suporte às ações voltadas ao novo museu que, a princípio, tem espaço reservado na Cidadela Cultural Antarctica” (A NOTÍCIA, 12 jun. 2002, p. 3).

No jornal *Diário Catarinense* (13 jun. 2002, p. 8), a matéria sobre a criação do Museu de Arte Contemporânea Luiz Henrique Schwanke, apesar de enaltecer seus objetivos dizendo que estaria apto a “acolher exposições itinerantes nacionais e internacionais”, também fez questão de frisar a dúvida: é “pelo menos no papel” que Joinville ganha mais um Museu (DIÁRIO CATARINENSE, 13 jun. 2002, p. 8).

Presume-se que imputar à FCJ toda a responsabilidade para a criação de uma estrutura museal de acondicionamento e manutenção do acervo de Schwanke, ao invés de tentar fazer uso do espaço cedido de uma maneira alternativa, foi um dos motivos para o insucesso da concretização da proposta.

Com a formação da comissão de implantação do museu, em outubro de 2002, a criação do ILHS foi efetivada em julho de 2003, em assembleia que aconteceu na sala de cinema da Cidadela Cultural Antarctica. Em reportagem do jornal *A Notícia* constava: “o museu deve ocupar o prédio principal da antiga cervejaria Antarctica [...]” (A NOTÍCIA, 9 jul. 2003, p. 6). Há aí um movimento no mínimo curioso: primeiro se pensou em um museu ligado ao artista Schwanke e posteriormente em sua “entidade mantenedora”. Com esse intuito, a comissão se articulou com outras instituições, no sentido de receber uma “consultoria” no que diz respeito aos trâmites burocráticos para abertura de um instituto. Este foi o intuito da visita à Fundação Hassis (criada em 2001, com apoio de familiares do artista e

grupos privados), em Florianópolis, pelo corpo técnico do MAC⁶⁴, em março de 2003 (A NOTÍCIA, 21 mar. 2003, p. 3). Além da importância de incentivos fiscais e editais públicos para manutenção do MAC, Regina Schwanke demonstrou preocupação com a necessidade de se “pensar na infraestrutura como um todo: de salas técnicas às salas de exposição ‘Florianópolis conta com o Museu de Arte de Santa Catarina, nós não temos um espaço assim’” (A NOTÍCIA, 21 mar. 2003, p. 3).

Talvez a dificuldade para a implantação do MAC tenha esbarrado nas intenções grandiosas dos seus organizadores. Em 2011, o novo projeto arquitetônico para instalação do MAC na Cidadela foi orçado em torno de 30 milhões de reais, volume que seria angariado através de editais de fomento cultural (A NOTÍCIA, 21 out. 2013). Para algo que dependeria de investimentos públicos e privados, o projeto monumental do MAC demonstrava que era o tipo de empreendimento que ambiciona padrões internacionais, serviços especializados e o fomento do “consumo cultural”; empreendimentos que além dos “animadores culturais”, contam com “representantes do capital, das forças do mercado, financistas, agentes do setor imobiliário e investidores privados” (MAGNANI, 2002, p. 15). Com “galerias de porte internacional” e a “exemplo de instituições como a Tate Modern (Londres) e o Gasômetro (Porto Alegre), o prédio” *estaria* apto para “realizar grandes exposições de arte nacionais e internacionais” (ILHS, 2011); o texto, retirado da página do ILHS, corrobora com a reflexão de Magnani.

Mas o evento que marcou a abertura da Cidadela Cultural Antártica, em março de 2001, foi a 8ª. Festa da Solidariedade, quando a CONURB (Companhia de Desenvolvimento Urbano de Joinville), órgão responsável pela administração do complexo, já funcionava no local (DIÁRIO CATARINENSE, 14 fev. 2001, p. 2). Junto com a Festa da Solidariedade, três exposições inauguraram o reuso dos espaços fabris, em âmbito artístico: *Panorama das artes plásticas joinvilenses* (desenvolvida pelo MAJ), *Joinville Musa*, de Juarez Machado, e *Totens de Luiz Henrique Schwanke* (curadoria de Nadja Lamas). Segundo matéria jornalística publicada naquele momento, “a exposição [de Schwanke] realizada no Complexo Cultural Antártica, também marca o início dos trabalhos de implantação do Museu de Arte Contemporânea, em Joinville” (A NOTÍCIA, 7 mar. 2001, p. 1). Mais uma vez, vemos a proposta do MAC sendo colocada claramente, mesmo que outra reportagem sobre a Cidadela,

⁶⁴ O corpo técnico do MAC (ILHS) naquele momento era formado por: Maria Regina Schwanke, irmã e detentora das obras do artista; Carlos Adauto Virmond Vieira, na época presidente da FCJ e gerente de implantação do MAC; seu assessor, o engenheiro Jefferson Peres; João Arno Delitsch, procurador do Município; Charles Narloch, diretor de incentivo e difusão cultural do MAC; e Nadja Lamas, crítica de arte e uma das idealizadoras do MAC.

em 2002, já expressasse certa dúvida sobre o assunto: “não há nenhuma certeza sobre a criação de um museu de arte contemporânea para abrigar o acervo de obras de Luiz Henrique Schwanke”, disse Edson Machado, na época presidente da comissão de gerência da Cidadela (A NOTÍCIA, 3 mar. 2002, p. 8).

Não se sabe até que ponto a proposta do Museu da Cerveja na área principal da fábrica pode ter desagradado, naquele momento inicial, os planos do ILHS, em relação à ocupação integral dos espaços da ala principal pelo MAC. Veremos, mais à frente, que os dois museus foram pensados para ocupar o mesmo espaço, na primeira proposta de ocupação da edificação principal da fábrica, ainda em 2001.

Fato é que, apesar dos trabalhos da comissão visarem a uma “definição” e “demarcação” para instalação de grupos na Cidadela, Jair Mendes (então diretor de ação cultural da FCJ), procurou incentivar os usos dos espaços, que na prática ocorria “dentro de uma política do movimento sem terra – ocupando de forma provisória um espaço que pode se tornar permanente”. A intenção de Mendes era a apropriação do espaço e a busca por alternativas de reparos e melhorias do local concomitantemente ao seu uso; era uma estratégia diferente de ter que aguardar a captação de verbas volumosas, para então investir no local e posteriormente ocupá-lo, como desde o início foi o plano do MAC. Como exemplo dessas estratégias de ocupação, Jair Mendes descreveu o caso da área destinada ao atelier Juarez Machado, que cedeu lugar, posteriormente, ao atelier livre (A NOTÍCIA, 3 mar. 2002, p. 8).

Através do Decreto nº. 10.430 de 7 de janeiro de 2002, o Complexo passa a ser chamado de Cidadela Cultural Antártica (CCA), e sua administração ficou sob a responsabilidade da CONURB. Entre as suas competências estava a “manutenção” das instalações, a “cessão de espaços” e a “fixação de horários” para as atividades culturais (JOINVILLE, 7 jan. 2002, p. 1, 2). A CONURB já possuía a administração de diversos espaços públicos da cidade, mas a entrega da administração da Cidadela ao órgão foi um dos pontos obscuros nos planos culturais daquele espaço⁶⁵. Deve-se considerar que o órgão já ocupava um prédio administrativo na Cidadela e que desde 1997, com a Lei Complementar nº. 41/97, de 17 de julho de 1997, 5% do Fundo de Desenvolvimento e Urbanização de

⁶⁵ A CONURB assumiu desde fins da década de 1990 um importante papel de gerenciador de áreas públicas e algumas leis ao longo dos anos demonstram isso. Em 1999 a Lei Ordinária nº. 3921/1999 atribuiu à CONURB a competência para gerir o trânsito municipal; a Lei Ordinária nº. 4061/1999 autorizou o executivo municipal a transferir para a CONURB a administração do Centreventos Cau Hansen; a Lei Ordinária nº. 4142/2000 atribuiu à CONURB a competência para organizar o funcionamento e administrar a Fundação Municipal de Vigilância; a Lei Ordinária nº. 6256/2008 transferiu a administração do Mercado Municipal à CONURB.

Joinville, era destinado ao órgão, além das receitas arrecadadas com infrações de trânsito, subconcessões e aluguéis de imóveis de propriedade do Município. Supõe-se que a experiência administrativa, o fato do órgão estar instalado no local e o erário acessível tenham influenciado a decisão.

Entretanto, em 2003, novo Decreto (nº. 11.328 de 4 Setembro de 2003), em razão não só da necessidade de “infraestrutura apropriada para o local”, mas também seu “uso de caráter cultural e turístico”, foi criada uma comissão para a gerência do espaço, compartilhada entre membros da CONURB, Fundação Cultural de Joinville e Fundação Turística. O “uso racional dos espaços”, e a “urgência” nas propostas “de uso e administração das áreas” parecem ter forçado a criação da gerência compartilhada (JOINVILLE, 2003, p. 1).

Mas o ano de 2002 foi marcado por algumas dificuldades na concretização dos reusos do espaço e, uma vez que os recursos para manutenção dos espaços eram públicos, a visão de ocupação de Jair Mendes se mostrou a maneira mais viável, na prática, para se efetivar a instalação de grupos nos espaços da fábrica. Marcel Virmond, arquiteto do IPPUJ e responsável pelo projeto conceitual da Cidadela, disse que “antes de reformar o prédio da antiga Cervejaria, é preciso saber se as instituições que pretendem se instalar no local têm condições de se sustentar no ambiente”. Marcel ainda descreveu a instalação da AJOTE como um exemplo positivo, por ter exposto suas necessidades e a “forma como poderiam contribuir com o movimento cultural no município” (A NOTÍCIA, 21 abr. 2002, p. 6). E tanto a AJOTE quanto a AAPLAJ seriam as duas únicas associações da sociedade civil a entrar na Cidadela em 2001, permanecendo até 2020.

Enquanto os idealizadores do MAC sonhavam com um espaço dentro dos padrões internacionais, a realidade era que os administradores da Cidadela defendiam formas de ocupação dentro de parcerias, com responsabilidades compartilhadas entre FCJ e os grupos que se instalavam. Mesmo com algumas deficiências, havia a oportunidade de ocupar os espaços de toda a Cidadela (ala principal, galpões, garagens) e era o que Jair Mendes defendia; para ele, ocupar “[...] garante o espaço. É mais fácil melhorar as instalações de algo que já existe do que ficar esperando que as obras caiam do céu. Também é mais difícil tirar o lugar de um grupo que já está mostrando serviço” (A NOTÍCIA, 21 abr. 2002, p. 6).

No que diz respeito à preservação da fábrica enquanto patrimônio industrial, as preocupações foram nulas. Trataram apenas de fazer o reuso do espaço, sem o mínimo de cuidado com o inventário das ferramentas, mobílias ou maquinário que permaneceram dentro da fábrica. Um inventário dessas peças durante o início do loteamento dos espaços teria grande importância, não apenas no âmbito da preservação como para o estudo das práticas

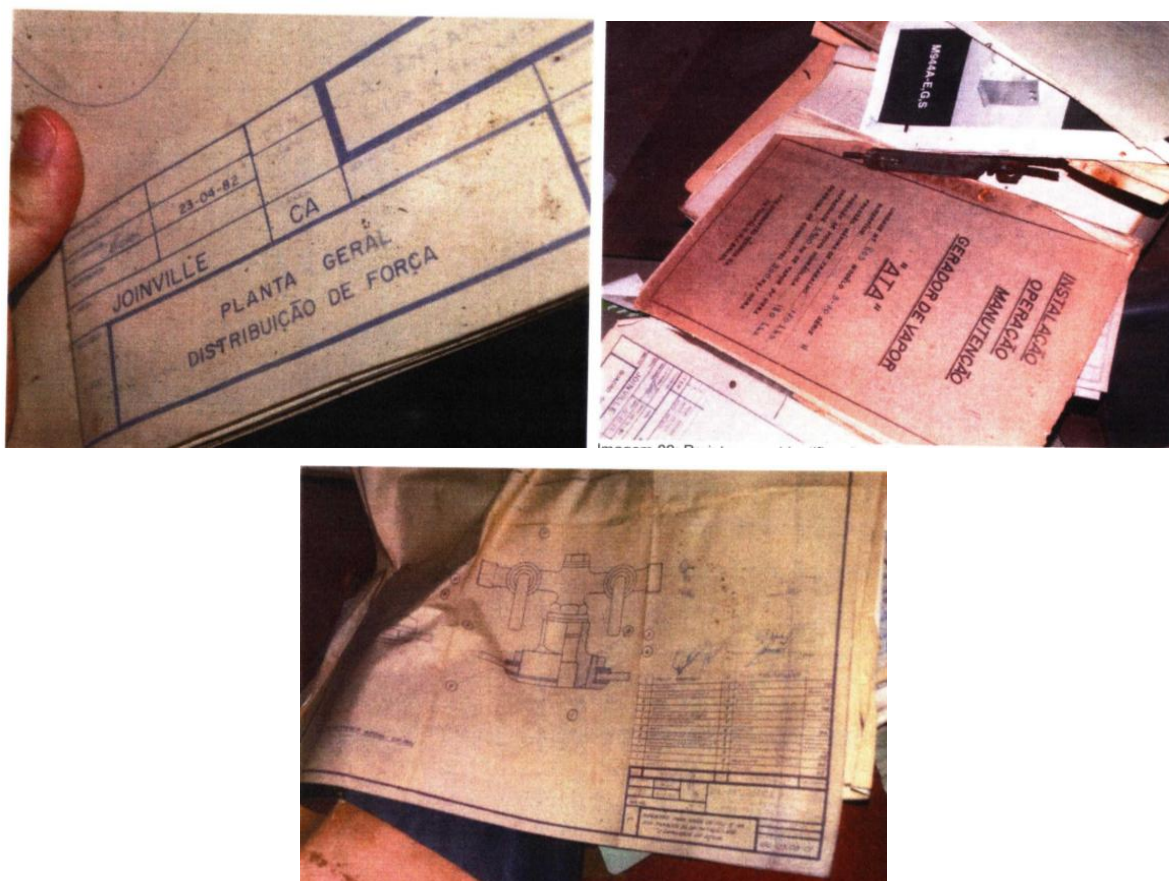
empregadas na produção da cerveja, com maior compreensão do percurso de sua fabricação. Se houve a iniciativa para a criação de um museu da cerveja, que poderia até mesmo produzir cerveja a partir do maquinário ali existente, partimos da premissa de que esses elementos, constituintes do patrimônio industrial da cidade, teriam tido outro destino caso a ideia do museu da cerveja tivesse sido implementada; algo próximo do que aconteceu com a *Cerveceria Zaragozana* poderia até ter sido realizado, fomentando a tradição cervejeira local, com apelo ao turismo, ao consumo de um novo produto e à preservação do patrimônio industrial do início do século XX. Em Saragoça, na Espanha, a *Cervejaria Zaragozana*, criada em 1900, é um exemplo bem sucedido de fomento econômico e turístico aliado à preservação do patrimônio industrial. Ainda em funcionamento com suas instalações originais, a cervejaria desativou algumas alas em 1989, abrindo-as para visita em 1995. O projeto também relançou uma antiga cerveja, a *Ambar*, investindo nos valores locais e na tradição da cervejaria. Com cerca de 20 mil visitantes por ano, o museu vivo aborda no passeio o patrimônio arquitetônico, a engenharia industrial do início do século XX e a história da cervejaria (FUMANAL, 2007, p. 183, 184).

Dessa forma, existe uma dívida incontestável da FCJ para com a preservação da antiga cervejaria, seja pelo descaso com a preservação e manutenção do conjunto edificado; pelo descarte do plano museológico voltado para a história da cervejaria, (apresentado na proposta de ocupação do IPPUJ em 2001); ou pela negligência com todo o acervo fabril desprezado de qualquer política de preservação.

No âmbito da preservação do patrimônio industrial, independente das propostas de reuso, tanto a FCJ quanto a CONURB poderiam ter tido o cuidado de elaborar um registro dos espaços e do material que se encontrava no seu interior. Em vez disso, todo o acervo da antiga fábrica deixado ao léu, sofreu degradação e até furtos⁶⁶. Uma pasta com desenhos arquitetônicos elaborados na década de 1950 (momento de ampliação da fábrica) com os detalhes de todos os espaços fabris, com as designações de cada sala, dos maquinários e suas funções, foi encontrada no interior da fábrica e entregue à coordenação do MAJ, anos atrás. Esse material poderia servir como um guia virtuoso para o reconhecimento das áreas internas de produção caso a ideia do museu da cerveja tivesse se realizado. Assim como essa pasta, muitas outras permanecem no interior da antiga Cervejaria, como exposto nas imagens.

⁶⁶ Além de furtos de ferramentas, mobílias, painéis de sinalização de áreas, nem mesmo artefatos de maior dimensão, como partes das tinas de fermentação, saíram ilesas. Ladrões com maçaricos retiraram partes das tinas de cobre usadas para fermentação da cerveja. A reportagem ainda comenta que Maria Schwanke lavrou Boletim de Ocorrência, demonstrando sua responsabilidade para com o local (A NOTÍCIA, 3 abr. 2014, p. 8).

Figura 31: Diversos documentos da fábrica espalhados por áreas internas da ala principal da antiga Cervejaria Antarctica.



Fonte: CPC. Relatório Técnico nº. 12/2018, p. 9, 10.

Uma matéria jornalística de 2004 demonstra que incertezas sobre o reuso dos espaços fabris permaneciam, junto com críticas à administração da CONURB sobre a Cidadela. Um dos problemas apresentados diz respeito à “informação de que parte do espaço destinado ao Museu de Arte Contemporânea Schwanke pode(ria) vir a sediar uma cervejaria”. Segundo Nadja Lamas (membro do ILHS), existia “um compromisso público do governador Luíz Henrique da Silveira e do prefeito Marco Tebaldi, de que aquele espaço é para o museu [MAC]”. Naquele momento, Sérgio Silva (administrador da CONURB) foi quem apresentou a proposta de sediar nova cervejaria na área principal da antiga fábrica, junto com a comercialização de produtos artesanais, queijos e embutidos (A NOTÍCIA, 3 jun. 2004, p. 3).

O fato dos gastos com a manutenção da Cidadela serem competência da CONURB parece ter dificultado os trâmites de reuso do espaço e criado conflitos entre visões distintas em relação às formas de se fomentar o turismo, o lazer e políticas culturais. E a gerência compartilhada, ao que tudo indica, não conseguiu estabelecer um diálogo entre demandas artísticas pelo espaço e sua efetiva utilização. Segundo Ilaine Mello, membro da AJOTE, em

2004: “falta diálogo e clareza. Mais ação e menos política”. A atriz também demonstrou surpresa sobre a presença da CONURB na administração da Cidadela, dizendo que “também não dá pra entender um espaço destinado à cultura, administrado por um departamento de obras e trânsito” (A NOTÍCIA, 3 jun. 2004, p. 3).

Com um plano de ocupação (naquele momento) ainda em desenvolvimento, a falta de comunicação visual que facilitasse a sinalização dos espaços e uma infraestrutura básica de energia elétrica e iluminação eram os principais problemas apontados tanto pelas entidades já instaladas no local (AJOTE, AAPLAJ e MAJ⁶⁷) quanto por aqueles que ainda pleiteavam espaço na Cidadela.

Sobre o jogo político por trás das decisões, alertado por Ilaine, é interessante pensar na posição de alguns agentes, que extrapolavam suas funções públicas. É a mesma reportagem do jornal *A Notícia*, de 3 de junho de 2004, que dá um bom exemplo sobre essa situação, quando diz que Carlos Adaudo Virmond Vieira, além de presidente da FCJ, era membro da Comissão de Gerenciamento da Cidadela Cultural Antarctica e, ainda, consultor jurídico para implantação do MAC. Percebemos assim, diferentes intenções entrepostas sobre personagens que exerciam tanto sua função pública, quanto sua função em entidade privada; uma fusão entre interesses públicos e privados.

Gleber Silva, em sua dissertação sobre a função da independência na crítica de arte e no jornalismo cultural, desenvolve algumas análises sobre críticos de arte e colunistas do jornal *A Notícia*. O autor comenta sobre as relações entre interesses públicos e privados no âmbito da arte em Joinville. Entre outros colunistas, ele destaca Charles Narloch, que na época (entre 2003 e 2008), além de diretor de patrimônio, ensino e arte da FCJ, era diretor cultural do ILHS (SILVA, 2005, p. 81). A afirmação de Gleber Silva, é um exemplo de como diferentes papéis assumidos por agentes públicos podem sobrepujar interesses coletivos por interesses individuais. No caso de Narloch, sendo crítico, jurado, curador e agente público da cultura, seus escritos não assumiam reflexões desinteressadas; pelo contrário, muitas vezes o comprometimento com grupos e artistas fazia com que “os contornos de seus conflitos” não fossem expostos em seus artigos, por isso “deixá-los na obscuridade torna[va]-se a atitude mais conveniente” (SILVA, 2005, p. 106, 107). Talvez nesses *conflitos* possam ser incluídas outras omissões.

A falta de zelo pelos recursos públicos também pode ter sido um dos grandes problemas que inviabilizaram as expectativas para a musealização e instalação de outros

⁶⁷ O MAJ assumiu os dois anexos da Cidadela em 2004, mas antes disso, organizou a 31ª Coletiva de Artistas na ala principal da cervejaria, e outras exposições em 2002, na mesma área.

projetos na Cidadela. O ex-presidente da FCJ, Edson Machado (absolvido em 2009), respondia desde 2005 por ter contratado em 1998 uma exposição, sem licitação, do irmão Juarez Machado, no valor de 56 mil reais (DIÁRIO CATARINENSE, 05 jun. 2012). Em outro processo criminal, Edson Machado foi condenado a pagar 31.325,00 reais de multa por ter realizado repasses irregulares de verbas federais destinadas à Cultura “para a Associação Joinvilense de Obras Sociais (Ajos), entre 2000 e 2001, quando Luiz Henrique da Silveira (PMDB) era prefeito da cidade” (DIÁRIO CATARINENSE, 7 jan. 2010). Além disso, o mesmo Edson Machado (que também foi presidente do Instituto de Dança de Joinville entre os anos 2000 e 2001), respondeu outro inquérito por ter gastado a soma de 312.750,00 reais em despesas com a festa de inauguração da Escola do Teatro Bolshoi em 17/03/2000 (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, 2014).

Percebemos assim que, por trás dos problemas da gestão política dos espaços, há também a má gestão financeira, que possui grande parcela de culpa pelo arruinamento do projeto Cidadela, ao longo dessas duas décadas.

Em 2002, a criação da CCA foi colocada como a razão para a falta de recursos da FCJ, uma vez que tanto a CCA quanto o Teatro Juarez Machado ainda não haviam entrado no orçamento da instituição, em 2001. Por esse motivo, a verba destinada aos outros 4 museus municipais (MASJ, Museu Fritz Alt, MAJ e MNIC) deveria ser dividida para atender as duas novas unidades da FCJ (A NOTÍCIA, 5 set. 2002, p. 3).

Desde 2001 funcionavam, na área da Cidadela, órgãos públicos (CONURB, Defesa Civil, Junta administrativa de recursos – JARI); e, no âmbito cultural, distribuídos em galpões estava o Museu de Arte de Joinville (municipal), a AJOTE e a AAPLAJ. O antigo refeitório era usado pelo projeto Ciclos de Cinema, e em outras instalações da fábrica funcionavam a Escola de Panificação Suíça, a Associação Filatélica e a Associação dos Engenheiros Civis. As despesas da Cidadela com água e energia eram em torno de 10 a 30 mil reais e ficavam a cargo da CONURB, órgão que possuía receita própria (das infrações de trânsito, do aluguel do Centreventos e da rodoviária, além de repasses da Prefeitura Municipal).

Coordenador do órgão, Sérgio Silva⁶⁸ alegava que o investimento no prédio era “em manutenção e não em recuperação” e que a Cidadela Cultural não possuía nenhum alvará

⁶⁸ Sérgio Silva foi um dos administradores da CONURB multados pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, que considerou que a extinta CONURB (Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Joinville), entre 2001 e 2006, não aplicou as receitas decorrentes das multas de trânsito conforme obriga o Código de Trânsito Brasileiro. Do total da receita líquida de R\$ 13.979.010,83, o valor de R\$ 8.784.803,23 foi aplicado em outras finalidades, como “serviços de consultoria, acompanhamento e fiscalização de obras públicas, aquisição de coletes balísticos e locação de espaço e de serviços de instalação e execução de som para formatura dos alunos do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd)” (NOTÍCIAS DO DIA, 14 abr. 2014).

de licença dos bombeiros, funcionando, dessa maneira, ilegalmente (A NOTÍCIA, 2 jun. 2004, p. 1). O fato de a CONURB possuir receita própria provavelmente é a razão pela qual a Cidadela ficou sob sua administração. Assim, a CONURB poderia ter garantido investimentos mínimos para a manutenção da infraestrutura do espaço, coisa que não aconteceu, e os próprios documentos elaborados pela CPC, e investigados mais à frente, comprovam essa falta de manutenção com o espaço. O próprio Sérgio Silva afirmou, em entrevista, que o custo para criação do projeto de prevenção de incêndios era de 250 mil reais, e por esse motivo a Cidadela ainda não possuía o plano (A NOTÍCIA, 2 jun. 2004, p. 1).

Quanto ao plano diretor do município de 2004, para a Cidadela constava a revitalização do térreo da ala principal da fábrica, com a criação de uma cervejaria no local, espaço pleiteado desde 2002 pelo MAC, que ficaria, de acordo com esse plano apenas com o 2º. andar e o mezanino (A NOTÍCIA, 2 jun. 2004, p. 1).

Como já abordado neste capítulo, em uma reunião entre membros da FCJ, da Secretaria da Integração e Desenvolvimento Econômico (SEPUD), da CONURB, da PROMOTUR, da SEINFRA e do IPPUJ, em 16 de novembro de 2006, foram debatidos os novos rumos para o reuso dos espaços na Cidadela. Essa reunião, registrada na *Ata 001 Cidadela Cultural Antarctica*, foi uma das primeiras exposições sobre a proposta do MAC no Processo de tombamento da fábrica. Esse é um ponto importante, pois o objetivo da reunião era determinar (mais uma vez) os usos do espaço. A ideia de uma mini cervejaria no local foi rechaçada, durante a reunião, deliberando-se que o espaço seria completamente utilizado pelo ILHS (ATA 001, 16 nov. 2006, p. 1 *contido em* FCJ, 2006, p. 116).

A Ata da COMPHAAN nº. 79 (30 mai. 2007) traz informações sobre a apresentação do que seria o primeiro projeto arquitetônico do MAC, na área principal da fábrica:

Algumas áreas serão aproveitadas integralmente, enquanto outras necessitam alterações para otimização dos espaços. Nesse sentido, haverá necessidade de remoção da laje interna e dos pilares que a sustentam para criar um ambiente com pé direito alto, necessário para colocação de obras de grande porte. Para ampliação da área de exposição haverá acréscimo no segundo andar, devendo apresentar arquitetura contemporânea. No piso da torre onde existe a saída dos tonéis estava previsto a instalação de uma cafeteria (ATA nº. 79, 30 mai. 2007 *contido em* FCJ, 2010, p. 131, 132).

O projeto foi indeferido e em outra reunião da COMPHAAN (Ata nº. 85 de 17 out. 2007) registrou-se o interesse “da AMBEV em patrocinar o museu [MAC], como um todo, e há interesse em se constituir um memorial da própria fábrica que poderá ser utilizado institucionalmente, não apenas da AMBEV, mas da cerveja” (ATA nº. 85 de 17 out. 2007 *contido em* FCJ, 2006, p. 139). Durante a reunião, a conselheira Amarilis Laurenti (vice

presidente da FCJ) fez uma fala questionando “a constituição jurídica do MAC, que se trata de uma instituição pública com gestão através do Instituto Schwanke e que ocupa uma área de propriedade da prefeitura” (ATA nº. 85 de 17 out. 2007 *contido em* FCJ, 2006, p. 139). Charles Narloch, que além de ocupar um cargo na FCJ era membro do ILHS, pacificou o questionamento e “procurou justificar e defender a situação do Instituto a partir de vários exemplos práticos e da perspectiva da participação e parceria do poder público com essa instituição”. Outros conselheiros sugeriram que a administração dos espaços ocupados na Cidadela fosse realizada por conselhos formados por “diferentes segmentos do poder público e da sociedade civil” (ATA nº. 85 de 17 out. 2007 *contido em* FCJ, 2006, p. 140).

Vemos aí que não havia unanimidade nem mesmo entre os conselheiros da COMPHAAN sobre a legalidade da ocupação do espaço, mesmo que o ILHS tivesse em mãos dois Decretos municipais: o da criação do MAC e o de permissão de uso do espaço na Cidadela. Depois dessa reunião, assuntos relacionados sobre a CCA só apareceriam na Ata nº. 96 de maio de 2008 e sem nenhuma menção à posição da AMBEV ou sobre o memorial cogitado anteriormente. Veremos, mais à frente, que em 12 de maio de 2010 um documento do ILHS, apresentando o novo projeto arquitetônico do MAC e enviado à CPC, propôs um memorial da cerveja na área da torre principal da edificação, local com tombamento integral e onde se encontram as duas tinhas de cobre para fermentação, inauguradas em 1940 (ILHS, 12 mai. 2010 *contido em* FCJ, 2006, p. 235-238).

Se o Decreto nº. 10.632 de 7 de janeiro de 2002 criou *no papel* o Museu de Arte Contemporânea Luiz Henrique Schwanke, localizado na Cidadela, foi a Lei nº. 5.476 de 5 de maio de 2006 que outorgou a permissão de uso da ala principal da antiga cervejaria ao ILHS. E a *Cláusula 4ª*. (do Termo de Permissão de Uso) desta Lei chama a atenção, pois estipula que “a permissão é outorgada por prazo indeterminado, podendo ser cancelada, de pleno direito, independente de interpelação judicial, nos seguintes casos: [...] b) dissolução, extinção ou inatividade do permissionário [...]” (JOINVILLE, 2006, p. 2 *contido em* FCJ, 2006, p. 4).

A área da Cidadela, referente à edificação principal da antiga Cervejaria destinada à instalação do MAC, ficou claramente inativa entre 2006 e 2016, ano em que o ILHS devolveu o espaço. Sabemos que o projeto de criação do MAC dependia, para sua constituição, de uma grande soma de investimentos e, também, após a abertura do processo de tombamento da edificação, dependia de um projeto que aliasse a preservação arquitetônica do prédio (de acordo com os níveis de preservação estipulados no tombamento) e os espaços do MAC; e que parte do edifício foi interditado em 2008. Mas, infelizmente, a morosidade para solucionar um dos problemas – a criação do MAC, o cancelamento da permissão de uso pelo

ILHS da área, ou ações para regularizar e reverter a interdição do prédio –, inutilizou toda a edificação principal da cervejaria por mais de 10 anos.

Por isso, é questionável a inércia da própria CPC, da FCJ e da PMJ – uma vez que o edifício teve seu processo de tombamento aberto justamente com o objetivo de preservá-lo – em tomar uma posição que estava clara na *Cláusula 4ª*.

A *Cláusula 6ª* da Lei nº. 5.476/ 2006 também traz importante informação em relação às responsabilidades do permissionário com os gastos relativos ao uso do espaço (“telefone, energia elétrica, água, esgoto ou quaisquer tributos”) e, sobretudo, “a conservação do mesmo”, mantendo a “limpeza, o cuidado e a boa aparência do local”. Outra obrigação constava na *Cláusula 9ª*, que solicitava ao permissionário “apresentar anualmente o relatório das atividades prestadas à coletividade, bem como o plano para o ano seguinte [...]” (JOINVILLE, 2006, p. 3, 4 *contido em* FCJ, 2006, p. 65, 66). Ora, se não constavam atividades no local, deduz-se que a PMJ também não cumpriu seu papel de fiscalizadora.

A possível ausência de fiscalização foi uma problemática relativa a uma responsabilidade do outorgante (PMJ), que inclusive constava na *Cláusula 3ª* da Lei nº. 5.476/2006: “o permissionário submeter-se-á à fiscalização e às exigências dos órgãos competentes no que concerne às suas atividades”. Até hoje o Museu de Arte Contemporânea Luiz Henrique Schwanke consta na lista do IBRAM como instalado na Cidadela Cultural Antarctica⁶⁹. Essa informação demonstra que, provavelmente, em nenhum momento a PMJ tomou qualquer atitude no sentido de impedir o desuso do espaço; e, paradoxalmente, nem mesmo a abertura do processo de tombamento pôde salvar a edificação da dupla apatia – pública e privada – que vem lhe custando um lento processo de arruinamento e degradação.

Um documento elaborado pela CPC em 2018 (Relatório Técnico nº. 13/2018), assinado pelo arquiteto Marco Vinícius Ramos Filho, evidencia a falta de informações do órgão de preservação municipal sobre os usos e desusos do espaço da Cidadela pelo ILHS. O Relatório Técnico nº. 13/2018 cita o Ofício nº. 38/2016/FCJ/GPEA, enviado em 8 de janeiro de 2016 ao ILHS “para informar o desabamento de parte da cobertura da edificação da Cidadela Cultural Antarctica”, lembrando ao Instituto a *Clausula 6ª*, sobre a responsabilidade de manutenção do espaço pelo permissionário. Além disso, o Relatório afirma que não consta “na CPC uma resposta do ILHS a este Ofício [...]. Não consta também no processo algum documento acerca do término oficial da permissão de uso”. Por fim, o documento recomenda “solicitar parecer da procuradoria Geral do Município acerca da

⁶⁹ <http://museus.cultura.gov.br/espaco/9209/>

responsabilização do ILHS sobre o estado de conservação das edificações do complexo conforme o Termo de Permissão de Uso” (CPC, 5 mar. 2018c, p. 12, 13, 21 *contido em* FCJ, 2006, anexos). Esse documento reforça a ausência de diálogo e informações sobre os compromissos do ILHS com o espaço público que lhe foi cedido, pelo menos em relação ao órgão municipal de preservação. E, caso o Instituto tenha trocado informações com outros órgãos e instâncias da Prefeitura Municipal é, no mínimo, atípico que essas informações, documentos ou ofícios, não tenham chegado em nenhum momento à Coordenação do Patrimônio Cultural.

Como já abordado, foi justamente a preocupação com o estado de deterioração da antiga cervejaria que motivou, em 2006, a abertura do processo de tombamento, mas a ausência de ações de restauro ou de conservação preventiva em algumas edificações do complexo demonstrava o desinteresse pela manutenção do espaço. E em 2008, após 10 anos do encerramento dos trabalhos na fábrica, toda a estrutura do telhado da casa das máquinas desabou; o local era usado desde 2001 pela AAPLAJ (A NOTÍCIA, 13 mai. 2008, p. 2).

A edificação era anterior às ampliações de 1938, aparecendo em imagens impressas em rótulos da década de 1920; isso permite dizer que era uma das estruturas mais antigas da fábrica. Desde 2008 os antigos geradores de energia a diesel continuam no mesmo local, enquanto as paredes, após a queda do telhado, foram demolidas. Já a matéria do jornal que noticiou o desabamento diria que o “desabamento do espaço mostrou a verdadeira ‘crise de identidade’ acerca da manutenção da Cidadela” (A NOTÍCIA, 13 mai. 2008, p. 2). Isso porque o presidente da CONURB, no momento, Júlio Fialkoski, compeliu a responsabilidade da Cidadela à FCJ, que negou tal incumbência se pautando no Decreto nº. 10.430/2002. Uma reunião entre membros da CPC e da CONURB, em 15 de maio de 2008, tentou definir estratégias para solucionar o problema. Além da limpeza e descarte dos escombros, ficou decidido à guarda de elementos que poderiam vir a ser utilizados durante futura restauração daquela área, ou serviriam de referência para nova construção, como esquadrias de madeira, tubos de escapamento dos geradores e peças dos pontaletes do telhado (FCJ, 2006, p. 168).

Na edificação principal da antiga Cervejaria, espaço cedido ao MAC, entre fins de 2008 e início de 2009, houve algumas exposições organizadas pelo ILHS e que serviram de base para a criação de um vídeo documentário “Arte Contemporânea – Intervenções e encontros” (ILHS, 2011b).

Essas seriam as últimas investidas artísticas naquele espaço. Como já mencionado neste capítulo, um desmoronamento do morro nos fundos da ala principal da fábrica interditou parte do espaço, e um laudo, emitido apenas em 2010, ampliou a interdição a todo

o prédio que corresponde à ala principal da fábrica. São os seis anos que separam 2010 (data de interdição do prédio) e 2016 (devolução do espaço pelo ILHS), que envolvem os percalços da concretização do MAC, marcada pela falta de ações efetivas e de diálogo entre órgãos públicos e entidade privada na busca de alternativas para a solução do problema.

Uma matéria jornalística sobre a finalização do tombamento da fábrica em 2010 traz a entrevista com o então gerente de ensino e artes da FCJ, Sílvio Arlindo Borges, que argumentou sobre os desusos do espaço em razão do deslizamento do morro, ocorrido em 2008. À espera de um laudo sobre o espaço, Borges ainda acreditava na construção do Museu Schwanke e na revitalização de outros galpões da fábrica (A NOTÍCIA, 15 set. 2010 p. 2, 3).

Denúncia sobre os desusos do espaço em 2010 aparece em outra matéria de jornal, e mais uma vez as impressões sobre o lugar eram descritas de maneira negativa: “a impressão de quem passa pelo local é de abandono, prédios com vidros quebrados, pintura desgastada e vegetação avançando sobre algumas construções” (NOTÍCIAS DO DIA, 21 out. 2010, p. 2). Vários representantes de entidades que faziam o uso do local foram entrevistados e cada um relatou seus problemas. Membros da Associação Filatélica se encontravam em uma sala sem iluminação elétrica desde 2004; a sala utilizada pelo Ciclo de cinema, durante 2010 passou por reformas e o grupo migrou para o MASJ já em 2009 e nunca mais retornou à Cidadela; a escola de panificação suíça desde 2008 foi retirada do espaço, após o desabamento do morro; o ILHS alegou que, com a área interditada pela prefeitura, não havia possibilidades de ocupar o prédio destinado ao MAC (NOTÍCIAS DO DIA, 21 out. 2010, p. 2).

Em 12 de maio de 2010 o ILHS enviou um documento à CPC, pedindo uma reanálise do seu projeto arquitetônico e esclarecendo que o MAC era “uma instituição privada sem fins lucrativos cujo mantenedor é o ILHS”; e, além disso, o Instituto detinha “a qualificação de utilidade pública municipal pela Lei nº. 5.195/2005 e utilidade pública estadual pela Lei nº. 13.610/2005”. O documento destacava a importância do MAC como “um projeto arquitetônico impactante pela proposta plástica, bem como por reconhecer e respeitar as características da antiga fábrica da Cervejaria Antarctica, valorizando a edificação histórica”. O respeito às características da antiga fábrica era no mínimo relativo, uma vez que o mesmo documento sugeriu que algumas edificações componentes do complexo passassem por “intervenções [...] com o objetivo de favorecer áreas para o estacionamento” e para dar maior “visibilidade” “ao prédio” e às “empresas patrocinadoras” (ILHS, 12 mai. 2010, p. 2 *contido em* FCJ, 2006, p. 236). A palavra *intervenções*, utilizada ali, aparece no último parágrafo da carta como *supressão*; um pedido especial ao CPC “sobre a possibilidade de supressão das áreas propostas”, de acordo com o projeto, encaminhado com a carta.

A correspondência do ILHS ao CPC parece ter surtido efeito: se, por um lado, a reunião da COMPHAAN (Ata nº. 133 de 23 jun. 2010 *contido em* FCJ, 2006, p. 259, 260) começava com o registro da fala do então presidente da FCJ, Silvestre Ferreira, sobre a política de ocupação do espaço, destacando seu conceito de “condomínio cultural” e legitimando sua utilização por “entidades públicas e civis ligadas aos fazeres culturais”, por outro lado, membros da CPC apresentaram a possibilidade de “demolição de algumas edificações definidas anteriormente como objetos de preservação para o conjunto”. Diante da crítica de alguns conselheiros (situação citada na discussão sobre o tombamento da antiga Cervejaria, no início deste capítulo), deliberou-se por uma visita ao local e o levantamento histórico das edificações em questão, que aconteceu em 14 de julho de 2010. E, após reunião da COMPHAAN, ocorrida no mesmo dia, houve reavaliação dos níveis de preservação de algumas edificações na Cidadela. Em 6 de dezembro de 2010, a FCJ enviou um Ofício (nº. 1424, 6 dez. 2010) ao ILHS, informando que, das 16 edificações que a proposta do ILHS havia pedido *supressão*, 10 edificações foram liberadas para demolição (FCJ, 2010 *contido em* FCJ, 2006, p. 324-328). As edificações liberadas, extrapolavam a área inicialmente cedida ao MAC, envolvia-se dessa forma toda a Cidadela em prol do projeto do Museu de Arte Contemporânea.

Em maio de 2011, o novo projeto do MAC, contando, dessa vez, com maquete digital, foi apresentado junto com o lançamento do livro *Schwanke: Rastros*, na ACIJ (Associação de Comerciantes e Industriais de Joinville). A intenção era convencer os empresários a auxiliarem na captação de recursos, que viriam por meio da Lei Rouanet, através de abatimento tributário aos empresários. Orçado em 30 milhões, entre os destaques do projeto estava a “restauração da torre central da fábrica”, que serviria de entrada principal para o museu, amplas áreas expositivas, “reserva técnica; sala para exposições internacionais; área educativa para cursos, workshops, residência artística, biblioteca de arte contemporânea; auditório; loja de produtos de cafeteria” (NOTÍCIAS DO DIA, 12 mai. 2011, p. 2). Chama a atenção o número de vezes em que os membros do ILHS utilizam em seus projetos os termos “padrão internacional” ou “exposições internacionais”.

Várias reportagens seriam veiculadas em comemoração aos 10 anos de criação do ILHS, durante o ano de 2013. Em maio, o então presidente do ILHS seria entrevistado e, entre as dificuldades do Instituto, Neri Pedroso (jornalista e antigo amigo de Schwanke), disse que o fato de viver “num país onde a cultura é sempre o último assunto da pauta” era um dos grandes problemas. Sobre o uso do espaço da edificação principal da cervejaria esclarece que

o plano era restaurar uma parte (“tombada”) da fábrica, e também construir nova edificação ao lado (A NOTÍCIA, 27 mai. 2013, p. 8).

Em fase de precificação desde 2010, a última etapa para consolidação do projeto contaria com a aprovação do projeto pelo IBRAM, e posteriormente com o apoio público e privado para os investimentos. Neri mostrou esperança em ver “o MAC Schwanke e a Cidadela funcionando plenamente” e contava com o apoio de Udo Dohler (prefeito municipal de Joinville entre 2012 e 2020) para com o projeto, personalidade “que já esteve no conselho consultivo” do Instituto (A NOTÍCIA, 27 mai. 2013, p. 8).

Pode-se dizer que as articulações políticas foram armas utilizadas pelo ILHS, mas os resultados do “projeto MAC” demonstram que essa foi uma estratégia infeliz. Diversas vezes, como veremos a seguir, o apelo às entidades públicas e até privadas não gerou as alianças necessárias para a consolidação do projeto.

O presidente da FCJ, Rodrigo Coelho, concedeu, em fins de 2013, uma entrevista em que tratava sobre o panorama cultural da cidade e entre os problemas elencados citou a necessidade da saída do ITTRAN⁷⁰ (Instituto de Trânsito e Transporte de Joinville) de um dos prédios da Cidadela. Segundo Coelho, “a Cidadela será um espaço unicamente cultural, uma promessa nossa e que está no Plano Municipal de Cultura”. O projeto do MAC também foi assunto e Coelho mostrou engajamento, afirmando estar “tentando intensificar junto com o Instituto Schwanke a finalização do projeto, para o início da captação de recurso para começar construir lá o MAC, que é o maior espaço da Cidadela, aquela parte principal”. Questionado sobre o prazo para essas ações, disse que a Cidadela, em 5 meses, teria um destino totalmente cultural, já que “o espaço está bem conservado e não precisa de muitas adequações”. O vice-prefeito e presidente da extinta FCJ ainda diria que o Plano Municipal de Cultura era seu livro de cabeceira (A NOTÍCIA, 28 dez. 2013, p. 1-3)⁷¹.

Provavelmente, o presidente da FCJ ainda não havia chegado na parte do Plano Municipal de Cultura que inseria a Cidadela Cultural no item *Garantir recursos orçamentários e financeiros para a cultura*, prevendo investimentos regulares para “manutenção dos espaços públicos de cultura mantidos pela FCJ” (CMPC, 2012, p. 38). Ou, em outro momento do próprio Plano, que – diferente da fala de Coelho sobre o estado de conservação da cidadela – se referia a uma ocupação da Cidadela “de maneira precária e provisória” (CMPC, 2012, p. 43). Entre as ações de “curto prazo”, o Plano ainda enfatizava

⁷⁰ Órgão que substituiu a CONURB em 2014.

⁷¹ O Plano Municipal de Cultura foi um documento criado em 2012, através da Lei Ordinária n°. 7258/2012, de 06 de julho de 2012. Com 10 anos de validade, serviria como um plano estratégico para área cultural da cidade.

“promover a ocupação e a adequação da Cidadela Cultural exclusivamente para as manifestações culturais” (CMPC, 2012, p. 100). E ainda, na *Meta 21* do Plano (CMPC, 2012, p. 152) estaria o incentivo municipal para a “construção, adequação, equipagem e operacionalização de 7 novos equipamentos culturais no território da cidade”, e entre eles estava o MAC. Nem mesmo a força legal do Plano fez com que ações reais em prol da salvaguarda da Cidadela e da ala principal da fábrica fossem realizadas.

No dia 21 de outubro de 2013, tanto o jornal *A Notícia* quanto o *Diário Catarinense* (reportagens com os títulos “Museu de Arte Contemporânea espera construção da sede oficial em Joinville” e “Um Museu para Schwanke”, respectivamente) divulgaram imagens e reportagens sobre o projeto arquitetônico do MAC e o papel do ILHS na sua construção. As reportagens, trouxeram informações sobre a produção artística de Schwanke e elencaram os principais problemas para a criação do museu, como: o fato do prédio ter mais de 80 anos de construção, apresentando “alguns ambientes [...] comprometidos pela ação do tempo”; as chuvas de 2008 e os danos provocados pelo desmoronamento do morro nos fundos da fábrica (DIÁRIO CATARINENSE, 21 out. 2013, p. 2). Mas, com impasses sobre a manutenção e o uso dos espaços da ala principal da Cervejaria, o tempo se mostrou um grande inimigo do projeto MAC e também da edificação da antiga cervejaria, cada vez mais degradada. Nova reportagem, em 2014, iria descrever um pouco da situação:

Na “passarela central”, se de um lado os galpões do Museu de Arte (MAJ) e da Associação Joinvilense de Teatro (Ajote) são plenamente ativos, do outro, o prédio da antiga cervejaria desgasta-se a olhos vistos. Interditado, ele virou depósito de pó e entulho. Nisso incluem-se, talvez, os equipamentos de fabricação de cerveja que lá continuam, sem uso e sem cuidados especiais. O plano original era instalar ali o Instituto LHS, depois substituído pelo Museu de Arte Contemporânea Luiz Henrique Schwanke. (A NOTÍCIA, 19 mar. 2014)

Mais uma vez, o presidente da FCJ à época, Rodrigo Coelho, falou sobre “o dinheiro em caixa da Fundação que será empregado em reformas emergenciais” (A NOTÍCIA, 19 mar. 2014).

Mas ações de salvaguarda não eram totalmente inexistentes. Pressionado pela CPC, o ILHS providenciou “tapumes para restringir o acesso ao antigo prédio da cervejaria” e “evitar invasões de vândalos”. Com o aumento dos riscos de desabamento da estrutura do telhado, toda a fachada do prédio começava a receber a cerca de isolamento (ainda viriam mais duas cercas até a última, instalada no final de 2019). Para diminuir o prejuízo visual, Ricardo Kolb, então presidente do ILHS, fomentou o uso artístico dos tapumes; a patética

intervenção nunca aconteceu. O financiamento para o projeto arquitetônico do MAC se arrastava desde 2011 e “a captação de recursos para obra” vinha sendo constantemente prorrogada. As proporções do debate sobre a Cidadela e o MAC inclui até o prefeito da cidade, que demonstrou o desejo de “vistoriar pessoalmente o velho prédio da Antarctica” (A NOTÍCIA, 31 mai. 2014, p. 10).

Desde 2013, as reuniões da COMPHANN vinham questionando a situação da Cidadela Cultural e, sobretudo, a ala principal da antiga fábrica destinada ao MAC. As dúvidas levantadas acabaram gerando um documento enviado ao gerente de patrimônio da FCJ e registrado na Ata nº. 199 (22 mai 2013):

Qual Secretaria ou Fundação do poder público municipal é responsável pela gestão deste imóvel? A quem cabe a manutenção e preservação do imóvel? Quais instituições ocupam as dependências deste complexo? Que Secretaria ou Fundação pertencente ao poder público municipal autorizou a demolição da estrutura referente ao galpão de eventos? Onde foi guardado o material referente ao desmonte desta estrutura? Qual Secretaria ou Fundação do poder público municipal é responsável pela guarda do patrimônio móvel existentes no complexo da Cidadela cultural Antarctica (equipamentos da antiga fábrica)? Quais os procedimentos tomados pelo poder público municipal para salvaguardar o acervo documental da antiga fábrica Antarctica? (ATA nº. 199, 22 mai. 2013 *contido em* FCJ, 2006, p. 610, 611)

Essas questões demonstram a complexidade do próprio ato de administrar o espaço. Não havia uma definição sobre o órgão responsável, uma vez que ITTRAN e FCJ não chegavam a um consenso sobre o assunto. A situação do patrimônio móvel (o acervo fabril) vinha à tona novamente, justamente em um momento em que havia denúncias sobre a “retirada do acervo móvel” da fábrica. A conselheira Sandra Guedes não só questionou o projeto MAC e a “grande carência” em seu projeto museográfico de um “espaço destinado à memória da antiga cervejaria Antarctica”, como também o abandono do acervo documental da fábrica (ATA nº. 199, 22 mai. 2013 *contido em* FCJ, 2006, p. 611).

Walter Guerreiro (gerente do Patrimônio Cultural da FCJ, na época), através do Memorando nº. 447/2013 (7 jun. 2013) pretendeu responder às questões; e sobre a gestão do imóvel esclareceu que:

a gestão da Cidadela Cultural Antarctica é compartilhada entre as seguintes instituições que ocupam este espaço: Fundação Cultural de Joinville, Instituto de Trânsito (ITTRAN), Instituto Luiz Henrique Schwanke, Associação de Artistas Plásticos de Joinville (AAPLAJ), Associação Joinvilense de Teatro (AJOTE), Museu de Arte de Joinville (MAJ) [...] (FCJ, 7 jun. 2013 *contido em* FCJ, 2006, p. 675).

Quanto à manutenção e preservação dos espaços, informava: “cada instituição é responsável pela manutenção da área que ocupa”. De acordo com essa informação, o ILHS, detentor da ala principal da fábrica, seria o responsável pela sua preservação; informação que já constava no Decreto nº. 5.476, de concessão de uso do espaço, emitido em 5 de maio de 2006. Sobre o patrimônio móvel (“equipamentos da antiga fábrica Antartica”), tanto o ITTRAN quanto a FCJ são mencionados como os responsáveis por sua preservação (FCJ, 7 jun. 2013 *contido em* FCJ, 2006, p. 675, 676).

Durante a reunião da COMPHAAN registrada na Ata nº. 200 (7 jun. 2013) o projeto MAC seria questionado pelos conselheiros da COMPHAAN. Na reunião foi cogitada a necessidade de “aperfeiçoamento e adequação do projeto do MAC” e até “a criação deste museu em outro espaço”. Foi ressaltado, pela conselheira Taiza Moraes, que se não existia “a previsão para a realização do museu da cerveja, o maquinário da antiga cervejaria” não seria “contemplado e preservado” (ATA nº. 200, 7 jun. 2013 *contido em* FCJ, 2006, p. 681, 682). O impasse entre a manutenção do maquinário e a instalação do MAC no mesmo prédio gerou desdobramentos, como veremos a seguir, na reunião da COMPHAAN com membros do ILHS.

A reunião ocorreu em 10 de julho de 2013 e foi registrada na Ata nº. 203 da COMPHAAN. Como de costume, na apresentação do projeto MAC, Nadja Lamas (vice-presidente do ILHS) falou sobre a importância do projeto e a intenção de, com ele, colocar “Joinville no roteiro das grandes exposições nacionais e internacionais”. Segundo ela, o vácuo estadual nesses roteiros artísticos – *nacionais e internacionais* – poderia ser preenchido pelo MAC Schwanke. Os membros do ILHS falaram sobre o espaço destinado ao memorial da cerveja na torre de fermentação da fábrica e demonstraram detalhes das alterações que seriam realizadas no prédio (alterações bastante nítidas na maquete digital). Entre as alterações estavam: modificação e retirada das esquadrias das janelas; retirada de reboco das paredes externas; o rebaixamento do piso térreo, para que o pé direito da edificação alcançasse 5 metros; remoção de “diversas colunas internas [...] para que seja possível viabilizar novo uso à edificação” (ATA nº. 203, 10 jul. 2013 *contido em* FCJ, 2006, p. 729, 730). Sobre o maquinário, Lamas disse ter pouca coisa na área interna, enquanto Raul Walter da Luz (Coordenador da CPC) sugeriu colocá-los em exposição na área externa. A Ata reconheceu que “a questão do destino do maquinário”, até aquele momento, não havia sido “abordada de forma mais aprofundada”. E os integrantes do ILHS se mostraram insensíveis quando perguntados sobre a possibilidade de se manter, na área interna da fábrica, seu maquinário;

pois devido à dimensão desses equipamentos, seria difícil acomodá-los nos novos espaços do MAC (ATA nº. 203 de 10 jul. 2013 *contido em* FCJ, 2006, p. 730).

Junto com a questão do maquinário, outro conflito entre o projeto arquitetônico e a postura de preservação da edificação enquanto patrimônio industrial teve relação com a necessidade de se derrubar algumas paredes e lajes internas da fábrica.

O “projeto MAC” de intervenção na área fabril demonstrou uma característica comum, destacada por Manoela Rufinoni, de que a manutenção dos elementos que compõem o patrimônio industrial geralmente está em segundo plano nos projetos de reuso desses espaços. A alteração de grande parte das estruturas industriais visa geralmente a valorização do novo empreendimento, enquanto o apelo à preservação de estruturas isoladas (“chaminés ou um equipamento ‘curioso’”) pode acabar se apresentando de maneira deslocada, descontextualizada, secundária (RUFINONI, 2009, p. 212, 213).

Um problema também abordado na reunião de 10 Julho, dizia respeito ao papel da história da fábrica na intervenção da área. Alguns conselheiros julgaram superficial o memorial da cervejaria apresentado pelo projeto: seja pelo “segundo plano” destinado à “memória da antiga fábrica”; seja pela resistência do ILHS em aceitar a instalação de uma mini cervejaria na ala principal da fábrica, empreendimento visto como uma referência à história da fábrica. A historiadora Sandra Guedes relatou essa necessidade para os novos usos pretendidos para o espaço, uma vez que o que motivou o tombamento da edificação foi justamente seu passado industrial. Entre os argumentos contra a cervejaria no local foi citada a presença de “público estudantil” no MAC e a conservação do acervo do museu.

Outra fala que chama a atenção foi de Lamas, declarando que “para o ILHS o mérito cultural do imóvel estaria relacionado aos aspectos arquitetônicos do conjunto edificado e não à antiga fábrica ou à atividade ali desenvolvida” (ATA nº. 203, 10 jul. 2013 *contido em* FCJ, 2006, p. 732-734). Nadja Lamas simplesmente menosprezou os mais de 100 anos de história daquela fábrica, além de cair numa contradição quando afirmou o valor arquitetônico do prédio e negou, ao mesmo tempo, qualquer valor histórico ligado à sua função inicial. Havia evidentemente um conflito entre o “projeto MAC” e o “projeto MAC com a memória da fábrica”. Mas, os conselheiros da COMPHAAN se posicionaram justamente a favor de uma visibilidade maior ao passado da fábrica. Aparentemente, tentaram evitar que o edifício fosse usado como mera casca, em concordância com a visão preservacionista de que é o projeto de reuso que deve se adequar ao edifício.

O modo de compreender aquele espaço – seu valor como patrimônio industrial e de todo seu acervo – estava totalmente ausente nos planos do ILHS. E não é à toa que durante os

10 anos em que deteve a cessão de uso do espaço nenhuma ação de salvaguarda foi realizada por parte do ILHS para garantir a manutenção ou preservação do acervo industrial da fábrica.

É compreensível que o perfil do Museu de Arte Contemporânea se afaste de qualquer relação com a história da Cervejaria, e isso demonstra um paradoxo inicial no projeto Cidadela Cultural Antarctica; pois como vimos no primeiro plano de ocupação em 2001 proposto pelo IPPUJ, essa parte chave do conjunto abrigaria, concomitantemente, o MAC e o Museu da Cerveja. Entretanto, existem exemplos de reusos de espaços industriais em que o potencial expositivo está, exatamente, no diálogo entre obras de arte e acervo industrial⁷².

Questionada sobre as ações de conservação para com o espaço, uma vez que o ILHS detinha a concessão de uso, Lamas relatou que o Instituto “realizou limpezas e o utilizava para realização de exposições” até o desabamento do morro e a interdição do local pela Defesa Civil em 2008. Também disseram que “o ILHS nunca recebeu as chaves do local” (ATA n.º 203 de 10 jul. 2013 *contido em* FCJ, 2006, p. 731); a afirmação chama atenção, afinal o ILHS possuía não só o direito de uso do espaço, como também realizou naquela área, entre 2008 e 2009, algumas exposições.

Conselheiros da COMPHAAN alertaram os membros do ILHS que “conforme previsto no contrato de cessão do espaço, o Instituto Schwanke também possui responsabilidades pela manutenção do espaço concedido à instituição” (ATA n.º. 203, 10 jul. 2013 *contido em* FCJ, 2006, p. 732). Os argumentos para o desuso da ala principal e a precária manutenção daquele espaço se pautaram na interdição da edificação, dessa maneira, o ILHS “ficou no aguardo de alguma ação da Prefeitura Municipal de Joinville, tendo em vista que qualquer investimento naquele local correria o risco de ser desperdiçado” (ATA n.º. 203, 10 jul. 2013 *contido em* FCJ, 2006, p. 732). Importante salientar que essa reunião aconteceu aproximadamente 5 anos após os desabamentos que interditaram o prédio principal da antiga Cervejaria.

Além de alertar o ILHS sobre suas obrigações para com o espaço, a reunião também buscou criar maneiras de minimizar os danos ao patrimônio cultural, e o diretor executivo da FCJ, Joel Gehlen, mencionou que a Prefeitura Municipal de Joinville iria “realizar obras emergenciais para conservação do imóvel”, e criar um grupo para realizar o levantamento do patrimônio móvel ainda presente no interior da fábrica. A reunião se encerraria com a

⁷² O Museu Centrale Montemartini em Roma, é um caso emblemático desta situação, expondo peças arqueológicas da Antiguidade dentro de uma central termoeletrica desativada, mas que possui ainda suas válvulas, turbinas e compressores.

apresentação de um “vídeo promocional do MAC Schwanke” (ATA nº. 203, 10 jul. 2013 *contido em* FCJ, 2006, p. 734). Sobre o *levantamento do patrimônio móvel* e sobre as *obras emergenciais* não existe nenhum registro dessas ações no processo de tombamento; quanto ao aspecto da ala principal da antiga Cervejaria, podemos dizer que nenhuma obra emergencial ocorreu no espaço até o momento.

Percebe-se que, tratando-se de um patrimônio público cedido a uma instituição privada, nem o ILHS, nem a PMJ tomaram atitudes concretas para evitar a degradação da antiga fábrica. Apesar de nenhuma ação ter ocorrido na área onde houve o desabamento até novembro de 2020, a Ata nº. 203 (10 jul. 2013 *contido em* FCJ, 2006, p. 731, 732) registrou uma fala de Raul Walter da Luz (coordenador da CPC) sobre a existência, na época, de recursos disponíveis na SEINFRA para “intervenção no muro de contenção localizado nos fundos do conjunto edificado da Cidadela Cultural Antarctica”.

O ano de 2014 veria algumas ações pontuais, como a criação de um grupo de trabalho do Conselho Municipal de Políticas Culturais para identificar espaços disponíveis e elaborar propostas dos usos da Cidadela. A FCJ também organizou em setembro uma consulta pública que obteve quase 300 participações sobre a destinação do uso do espaço. Em dezembro houve um movimento de ocupação do espaço por grupos de artistas, com o intuito de chamar a atenção para o problema do descaso com o “projeto Cidadela”, que vinha se agravando cada vez mais. E novas denúncias sobre o descaso com o prédio principal da fábrica apareceram em 2015:

A estrutura que seria usada para o MAC Schwanke hoje está murada por tapumes para proteger o público das paredes e dos telhados comprometidos pelo tempo e pela falta de manutenção. No entorno, o complexo onde funcionava a cervejaria, a situação é menos desalentadora, mas nem por isso representa boas notícias. (A NOTÍCIA, 3 set. 2015)

Entrevistado, o presidente do Conselho Municipal de Cultura (Conselho formado por comunidade civil e membros da gestão pública), Maycon Santos relatou que o grande problema “é que não se estabelece contato de fato com a Prefeitura, já que um diálogo é uma via de mão dupla e, neste caso, parece que estamos falando sozinhos”. Santos também destacou o fato da Cidadela fazer parte do programa de metas do *Plano Municipal de Cultura* (2012); compreendida como uma meta de curto prazo (2 anos), “a manutenção da Cidadela

Cultural é lei, está no plano, que é uma conquista da sociedade civil para que projetos como este não tenham a fragilidade da descontinuidade das gestões”⁷³ (A NOTÍCIA, 3 set. 2015).

Títulos de matérias jornalísticas durante o ano de 2015 e 2016 demonstravam o avanço dos desusos e a incapacidade de ocupação dos espaços ociosos e precários da ala principal da antiga fábrica: “Cidadela Urgente” (A NOTÍCIA, 14 dez. 2015, p. 2); “Sonho da Cidadela continua no papel” (A NOTÍCIA, 3 set. 2015, p. 1); “Nada de obras na Cidadela, por enquanto” (A NOTÍCIA, 14 jan. 2016, p. 2).

Era só uma questão de tempo para o ILHS, desistir do espaço e devolvê-lo à PMJ; situação que acabou acontecendo em junho de 2016. Uma reportagem dizia que, “de forma um tanto deprimente, o Instituto Schwanke devolveu ao poder público o espaço que ganhou há dez anos”. A matéria remete o adjetivo *deprimente* ao fato do projeto não ter se consolidado ao longo de uma década; mas bem que poderia ser em referência ao estado do prédio devolvido. Entrevistado, Guilherme Gassenferth, então presidente da FCJ, disse que “o prédio, mais problemático, volta a ser de nossa responsabilidade”. Dessa maneira, o – naquele momento – agente público expôs o fato de que estava recebendo de volta um espaço público mais deteriorado do que quando foi cedido. E até mesmo neste momento, de fracasso declarado das intenções públicas e privadas sobre os usos da Cidadela, a ardileza política esteve visível, quando Gassenferth afirmou: “a gente acredita no museu e a Fundação será parceira” (A NOTÍCIA, 5 jul. 2016).

Entre 2016 e 2020, o projeto Cidadela Cultural viu ruir parte das suas iniciativas de reuso. Em 2017, restavam, no local, o prédio administrativo ocupado pela Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública (SEPROT) e quatro galpões ocupados pela Associação Joinvilense de Teatro (AJOTE), Associação dos Artistas Plásticos de Joinville (AAPLAJ) e pelo Museu de Arte de Joinville (MAJ). E se em 2017 a presidente da AAPLAJ já se mostrava receosa com a possibilidade de esvaziamento total da Cidadela – “deixar sem nada vai ser um caos e não quero pensar que as pessoas queiram isso” (A NOTÍCIA, 6 mai. 2017) –, foi em fins de 2019 que a situação de desocupação tomou maiores proporções. Com a saída da SEPROT, do MAJ (que transferiu todo seu acervo da reserva técnica localizada na Cidadela para a casa sede) e da AJOTE, apenas a AAPLAJ permaneceu no local.

⁷³ Apesar do Conselho Municipal de Políticas Culturais e o Sistema Municipal de Cultura terem sido instituídos através da Lei nº. 6705, de 11 de junho de 2010, durante a gestão do petista Carlito em 2011, a Cidadela Cultural Antarctica foi um projeto encabeçado pelo governador na época, Luiz Henrique da Silveira, do mesmo partido do atual prefeito municipal Udo Dohler (MDB).

O esvaziamento quase total do complexo, que em alguns momentos pôde sentir a capacidade produtiva cultural que dele foi esperada, selou 20 anos de projetos e expectativas. Demonstrou muito mais do que as dificuldades da gestão pública sobre os espaços públicos, mas também um fracasso das políticas culturais. Uma análise sobre os últimos 20 anos demonstra um declínio nas políticas públicas voltadas para a área cultural na cidade.

No limiar dos anos 2000 Luiz Henrique da Silveira proferiu: “o século XXI, será marcado pela liderança dos que forem mais ágeis e eficientes na organização do lazer” (INSTITUTO JOINVILLE 150 ANOS, 2000); e em anos posteriores outros avanços nas políticas culturais ocorreram. Convém citar: a criação do texto primário para Política Cultural de Joinville (2005); a realização da 1ª Conferência Municipal de Cultura de Joinville (2007); a criação do Sistema Municipal de Cultura (através da Lei nº. 6.705, de 11 de junho de 2010), do Conselho Municipal de Políticas Culturais (2010) e do Plano Municipal de Cultura (2012). Aparentemente, o fértil debate em torno da promoção da cultura – que passou pelo incentivo ao investimento público e privado em equipamentos culturais, estímulo às artes e à preservação do patrimônio cultural – sucumbiu junto com a Cidadela Cultural Antártica.

Com parte do complexo em desuso por duas décadas e sem conservação neste período, apesar de infiltrações, o prédio principal da antiga cervejaria prova de certa forma a qualidade de sua estrutura, que permanece ainda de pé, mesmo que seus pisos de madeira estejam arruinados e parte do telhado de sua antiga adega e da casa de máquinas tenha ruído com a falta de manutenção. Segundo reportagem:

O grande empecilho para revitalizar e reformar os prédios da antiga cervejaria joinvilense é o conjunto ser tombado como patrimônio histórico pelo município desde 2010, levando a um investimento ainda mais alto nas obras. Isso porque seria necessário um projeto de restauro do complexo com a substituição dos materiais pelos mesmos modelos usados na construção [...] (A NOTÍCIA, 26 ago. 2019).

Aparentemente, a matéria omitiu as duas décadas em que a manutenção do prédio esteve ausente. Podemos dizer que *o grande empecilho para revitalizar e reformar os prédios da antiga cervejaria joinvilense* foi, na verdade, a negligência de elementos básicos de conservação: limpeza, pintura, manutenção de estruturas; aliados à falta de interesse tanto da gestão municipal, quanto da ILHS, que deteve por 10 anos a responsabilidade sobre o espaço da ala principal da fábrica.

Foi contestando a possibilidade de uma “conservação eterna” de um monumento que Riegel (2014, p. 56, 57, 66) desenvolveu a ideia do “ciclo de criação e desagregação”. Assim,

se por um lado, um determinado monumento sofre as intempéries naturais do tempo, por outro, através da intervenção humana é possível minimizar essas ações e ampliar a vida útil e o “valor de uso” desse monumento. Mas o eterno *ciclo de criação e desagregação* também pode ser lido como metáfora dentro de um plano temporal, quando a *criação* acontece em forma de expectativas de um empreendimento que não alcança os resultados esperados sofrendo, na realidade, sua *desagregação*. E as expectativas de uso da Cidadela Cultural Antarctica demonstraram essa desagregação, como podemos perceber ao longo das matérias jornalísticas, dos registros em ata das reuniões da COMPHAAN e em relatórios e pareceres produzidos pela CPC.

Se inicialmente as áreas da antiga cervejaria apresentavam bom estado de conservação, foram aos poucos sofrendo pequenas degradações. É bom frisar que as partes ocupadas da Cidadela, outros galpões e prédios administrativos, receberam, manutenções periódicas. O galpão da AJOTE chegou a ser restaurado, e o local recebeu climatização. O galpão da AAPLAJ recebe limpeza e pequenos reparos. Os galpões que estavam sob o uso do MAJ (anexos 1 e 2) não estavam em perfeitas condições de conservação, apresentavam problemas nos telhados e calhas com infiltrações, mas não chegaram a ruir, como aconteceu na área em desuso da ala principal da fábrica.

A espera por ações urgentes, o aparente desinteresse político na revitalização do local e as ingerências na aplicação de investimentos para obras e manutenção (afinal, em pelo menos, dois momentos fomos informados por documentos emitidos por órgãos oficiais, que haviam verbas disponíveis para serem investidas em áreas da Cidadela Cultural), surgem como os principais causadores da degradação do prédio principal da antiga fábrica e a desmontagem do projeto Cidadela Cultural.

Uma parcela dessas expectativas pôde se concretizar em alguns momentos, e concedeu não só à antiga edificação, mas à Cidadela, uma demonstração de suas capacidades produtivas ligadas à arte, à cultura e ao lazer, de acordo com seus planos iniciais. Pensando o papel do patrimônio edificado como equipamento para políticas públicas culturais será realizada no próximo item uma abordagem mais sistemática dos reusos que aconteceram segundo as expectativas iniciais do “projeto Cidadela”.

3.3 PARADIGMAS DE UMA OCUPAÇÃO

Entre 2001 e 2019, enquanto a área central da fábrica se encontrava fechada, outros galpões foram utilizados tanto por órgão públicos quanto por entidades privadas e alguns

desses espaços ocupados na Cidadela conseguiram se firmar como plural. Duas parcerias se mostraram eficientes: foi o caso da Associação dos Artistas Plásticos de Joinville – AAPLAJ (instalada na Cidadela Cultural Antártica no ano 2000) e da Associação Joinvilense de Teatro – AJOTE (instalada em 2001). Essas duas associações conseguiram ocupar e manter seus galpões dentro da Cidadela por duas décadas, com atendimento ao público, exposições e apresentações. Com auxílio de editais de projetos culturais conquistaram verbas para manutenção das estruturas e subsídios de entradas, no caso de peças teatrais.

Criada em 1980, a AAPLAJ foi o primeiro grupo a garantir seu espaço na cervejaria, em fins do ano 2000. Ali, com sede própria e ampla área, a AAPLAJ pôde instalar uma galeria e iniciar atividades voltadas para exposições e oficinas artísticas, fomentando a formação profissional de artistas e ceramistas (DEVEGILI, 2010, p. 57). Em princípio, o galpão ocupado era ao lado da *casa das máquinas*, mas com a queda do telhado dessa edificação a associação se mudou para outro galpão, que abrigava antes o *depósito de materiais, oficina e oficina chopeira*. Neste local, nos planos iniciais de ocupação elaborados em 2001 pelo IPPUJ, constava o *atelier do Juarez Machado*.

Não foi encontrado nenhum registro sobre a existência de materiais, ferramentas e objetos ligados à cervejaria no galpão, já que a instalação da AAPLAJ nessa área só ocorreu em 2008. Com esse espaço fechado até 2008, não se sabe em que momento foram removidos os objetos que compunham as oficinas. Como aconteceu com muitos outros bens móveis da antiga cervejaria, o mobiliário e ferramentas desta seção podem ter sido furtadas, ou absorvidas por órgãos públicos que funcionavam em outras dependências da Cidadela. A AAPLAJ, no momento (novembro de 2020) é a única entidade instalada na Cidadela.

A AJOTE, em dezembro de 2001, promoveu a primeira mostra de teatro de Joinville, no galpão da Cidadela, em um espaço na época provisório e sem as condições geralmente requisitadas para salas de teatro. Ilaine Melo, primeira presidente da associação, em entrevista concedida ao jornal *A Notícia* descreveu um pouco dos percalços iniciais:

Impossível colocar em palavras toda a dificuldade que encontramos. Não havia nem mesmo banheiro no espaço, nem água. Tínhamos que carregar água em baldes, de torneiras que ficavam longe do galpão. Sem qualquer infraestrutura. Fazíamos mutirão e levávamos produtos de limpeza de casa. Num dos dias da limpeza estávamos em mais ou menos 12 teatreiros de balde e escovão nas mãos (A NOTÍCIA, 19 ago. 2013).

Além de apresentações e mostras teatrais (incluindo dança e música) e com variada programação, a AJOTE fomentou a formação e aperfeiçoamento de público e artistas, com a organização de *workshops* e oficinas. O cenário teatral na época mostrava-se exitoso, e até mesmo a criação de um curso de licenciatura plena em Artes Cênicas na UNIVILLE foi cogitado, em 2003.

Com apresentações e atividades durante todo o ano, a AJOTE foi uma das responsáveis pela circulação de milhares de pessoas no interior da Cidadela e do seu uso como equipamento cultural da cidade. A *Mostra de Teatro*, o *Verão Teatral* e o *Cena Aberta* são exemplos de projetos anuais e bienais desenvolvidos pelo grupo. Mas, após a desativação total da Cidadela, com o esvaziamento dos órgãos públicos do prédio administrativo e a desocupação dos 2 galpões do MAJ (conhecidos como anexos 1 e 2 do Museu de Arte de Joinville), o cenário de indefinição e insegurança quanto ao complexo fez com que a AJOTE desistisse de se manter no local, iniciando suas atividades em fevereiro de 2020 em um novo espaço na Escola Técnica Tupy.

É importante ressaltar que tanto a AAPLAJ quanto a AJOTE recorreram ao Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (SIMDEC) para o recebimento de verbas voltadas para manutenção dos seus galpões. Climatização, palco, cadeiras, iluminação foram melhorias possibilitadas não só pelo SIMDEC, mas também, quando não gratuitos, pela cobrança de entrada em espetáculos e oficinas organizadas por ambas as associações.

Na ocupação da Cidadela, o audiovisual foi contemplado com o projeto *Ciclos de cinema*, que teve início em meados de 2001 na sala do antigo refeitório da cervejaria. Apesar de haver, desde 2001, planos para criação de uma Cinemateca no local com apoio do Ministério da Cultura (A NOTÍCIA, 14 nov. 2001, p. 6), o projeto não se concretizou e em 2010 as exhibições passaram a acontecer na sala de projeção do MASJ. Entre 2011 e 2015 a sala sediou o MAJ, enquanto a casa sede do museu passava por restauração no outro lado da rua.

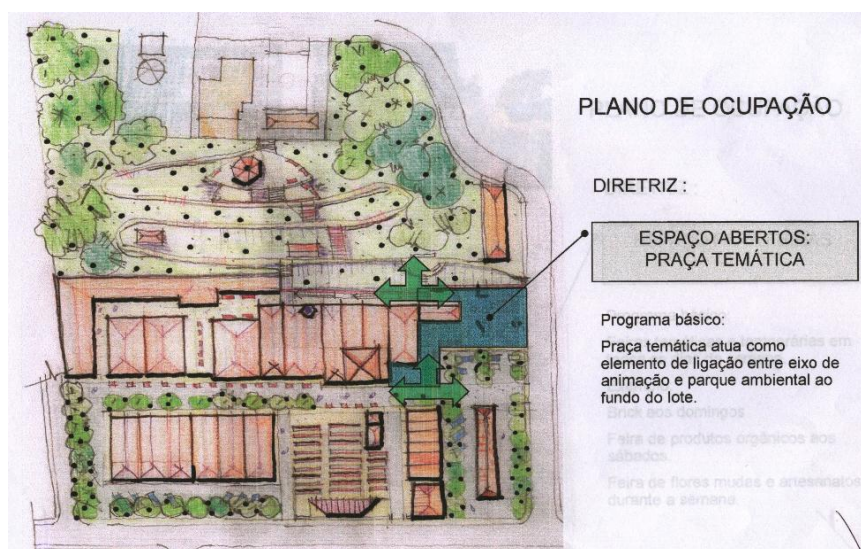
Um empreendimento interessante que obteve apoio da embaixada suíça foi a instalação da primeira *Escola de Panificação Suíça do Brasil* nas antigas salas de pintura, marcenaria e depósito da Cervejaria. Ligada à Fundação Municipal Albano Schmidt (FUNDAMAS), a escola oferecia curso de profissionalização e especialização na produção de pães e doces. A solenidade de instalação contou com a presença do embaixador suíço Jurg Leutert, mas a parceria também representou um estreitamento dos laços entre o estado de Santa Catarina e Suíça (A NOTÍCIA, 5 out. 2002, p. 5). No que diz respeito à imigração suíça em Joinville, aparentemente apagada nas narrativas museais e patrimoniais da cidade, a

memória desses imigrantes ganhou em 2001 um memorial na *Praça dos Suíços*; localizada – talvez, não por acaso – em frente à Cidadela Cultural Antarctica. O memorial traz os nomes impressos em placas de metal dos imigrantes suíços chegados à Colônia Dona Francisca entre 1851 e 1890. A Escola foi desativada em 2008, após os deslizamentos de terra ocorridos nos fundos da fábrica, que atingiram diretamente as salas utilizadas.

Alguns órgão municipais também ocuparam parte da Cidadela Cultural entre 2001 e 2019, como, por exemplo, a extinta CONURB, o Instituto de Trânsito e Transporte de Joinville (ITTRAN), depois substituído pelo Departamento de Trânsito de Joinville (DETRANS), a Defesa Civil e recentemente a SEPROT (Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública). Foi justamente esse tipo de reuso, de órgão sem nenhuma relação com as práticas culturais, que por diversas vezes gerou críticas por parte da classe artística da cidade.

Houve propostas que inicialmente buscaram requalificar os equipamentos urbanos da área, envolvendo: a criação de um polo gastronômico; a integração entre MAJ e o MAC; a instalação da sede da FCJ com salas de teatro, cinemateca e anfiteatro; a disponibilização de espaços para as associações culturais; criação de praça temática e até parque ambiental na área verde nos fundos da fábrica.

Figura 32: Planos de ocupação realizados em 2006, pela CPC e IPPUJ⁷⁴.



Fonte: Processo de tombamento n°. FCJ-CPC-2006-001, Joinville. 2006, p. 129

Em muitos casos, os planos de requalificação urbana podem estar travestidos de melhorias sociais e reabilitação do espaço público, enquanto interesses privados delineiam o processo. E a palavra *gentrification* passou a ser usada justamente para nomear o processo de

⁷⁴ No Apêndice E outras áreas do Plano de Ocupação são apresentadas.

enobrecimento de uma determinada área, principalmente quando o interesse econômico voltado à exploração mercantil e lucrativa para determinados grupos suplanta outras iniciativas. O estudo de Rogério Leite sobre o bairro *Recife Antigo* mostra o apelo à preservação do patrimônio histórico, formado pelo antigo traçado urbano do povoado com suas “ruas estreitas e curvas”, inserido na “ideia de intervenção urbana” como empreendimento que promove a espetacularização do espaço público e “faz do patrimônio um segmento do mercado” (LEITE, 2002, p. 117, 118). Mas o autor mostra também um movimento contrário; o chamado contra-uso, que fez da *Rua da Moeda* um polo da cultura *underground*, justamente por aquele espaço não ter passado pela revitalização, mantendo assim “edificações deterioradas, iluminação precária, fachadas sem pinturas novas” (LEITE, 2002, p. 123).

Os argumentos expõem a complexa rede de sentidos e sentimentos que podem ser acionados em movimentos de ressignificação de espaços públicos. O condicionamento dos usos e de práticas sociais é elemento central nas propostas de revitalização urbana. Se, por um lado, o conteúdo simbólico é incorporado nos processos de gentrificação para subverter usos tradicionais e definir novas fronteiras espaciais entre áreas, ele é responsável, também, pela permanência de lugares que resistem ao enobrecimento.

Entre as formas de subversão de uso do espaço público está a prática coletiva de sua apropriação, através dos movimentos conhecidos como *Ocupe*. Esse fenômeno, que se tornou global e sinônimo de determinados movimentos sociais, pode ter motivações diferentes de uma ocupação para outra, mas sempre representam uma relação entre os lugares e os elementos culturais, históricos e psicológicos que compõem o modo de vida de um determinado lugar. Em 2016, o *Ocupa Diversidade* levou uma tarde de atividades e militância LGBT ao pátio da Cidadela Cultural Antartica, com variadas apresentações de música, teatro e poesia. A intenção não era apenas promover a ocupação sob a bandeira da diversidade, “nos mais diversos espaços da sociedade” (NOTÍCIAS DO DIA, 11 nov. 2016); possuía também um apelo simbólico de apropriação cultural e artística do espaço que permanecia refém de políticas culturais irrealizáveis.

Dois anos antes, ocorreu o 1º. movimento *Ocupa Cidadela*, e de acordo com a reportagem além de proporcionar momentos de lazer e “expressão artística” com uma programação com mais de 24 horas, o movimento era “uma forma de chamar a atenção da população e da administração municipal para o futuro do espaço da Cidadela Cultural Antartica”. Foi uma tentativa de colocar em pauta a questão dos reusos da cidadela – enquanto espaço público –, reunindo diferentes movimentos sociais (como o LGBT) e

artísticos da cidade (grupos de dança, música, teatro, circo). O *Ocupa Cidadela* também foi um desdobramento das atividades do grupo de trabalho “Cidadela em Pauta”⁷⁵, sobre a requalificação da Cidadela, que contou com: denúncias sobre o estado precário da edificação; a pesquisa popular sobre seus reusos; e a defesa do cumprimento do Plano Municipal de Cultura, que destinava à Cidadela um uso totalmente cultural. Segundo um dos organizadores, Eduardo Baumann (integrante do grupo que luta pelo cumprimento do Plano Municipal de Cultura), a idealização de um movimento “horizontal” e “coletivo” nas tomadas de decisão, estava dentro dos objetivos de fomentar o debate sobre o papel de ferramenta cultural da Cidadela e incentivar a participação popular na consulta pública (que esteve disponível na internet entre os dias 3 e 20 de outubro no site da FCJ) sobre usos do espaço da Cidadela (NOTÍCIAS DO DIA, 18 out. 2014).

Em outra reportagem, veiculada no mesmo dia, Eduardo Baumann, declarou a intenção de “trazer o olhar da cidade para dentro dessa questão, e também grupos que se apresentaram lá. Estamos levando Joinville a conhecer a Cidadela” (A NOTÍCIA, 18 out. 2014).

Figura 33: Cortejo que foi do centro da cidade à Cidadela, no *Ocupa Cidade*, 2014.



Fonte: <https://ndmais.com.br/noticias/fim-de-semana-de-ocupacao-da-cidadela-cultural-em-joinville/>

Essa reivindicação do espaço da cidadela pela cena cultural e artística da cidade alcançou mais de 24 horas de programação, com apresentações musicais, circenses e teatrais, exposições e intervenções, e deixou seus organizadores satisfeitos; acreditavam, naquele momento, ser possível alterar os rumos de negligência para com a conservação do patrimônio e do espaço público da cidade (NOTÍCIAS DO DIA, 20 out. 2014, p. 3)

⁷⁵ Apresentado como um grupo autônomo formado por artistas, estudantes e agentes culturais. Entre os principais objetivos estava defender as orientações que constam no Plano Municipal de Cultura sobre a regulamentação e o uso cultural dos espaços da Cidadela. Outra atividade estava sendo realizada em conjunto com o Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC), que criou um grupo de trabalho para tratar exclusivamente dessa questão.

No livro *O direito à cidade*, escrito em 1968, sob o impacto dos movimentos de contestação do período, Henri Lefebvre enfatizou a necessidade de se romper as “estratégias urbanas” ligadas às ideologias dominantes. O autor sugeriu novas abordagens sobre o papel do urbanismo como ferramenta de transformação e interferência problemática da vida urbana. Assim, os conflitos na cidade deveriam atravessar as “classes” e “grupos” susceptíveis às “iniciativas revolucionárias”. E não apenas a “ciência da cidade”, mas também a arte seria capaz de trazer “para a realização da sociedade urbana sua longa meditação sobre a vida como drama e fruição”; manifestações artísticas e seus questionamentos poderiam, portanto, ser uma ferramenta para “a ação realizadora” (LEFEBVRE, 2008, p. 113, 116).

Pode-se considerar que o cunho artístico e cultural dos movimentos de ocupação ocorridos na Cidadela é face de um fenômeno iniciado ainda no limiar da segunda década do século XXI, como resistência popular no Egito, posteriormente em Wall Street e em muitos outros lugares. Sobre as táticas do *Occupy Wall Street*, David Harvey diria:

consistem em ocupar um espaço público central, como um parque ou uma praça, perto dos quais se concentram muitas das alavancas do poder e, ao colocar corpos humanos nesse lugar, transformar o espaço público em [espaços] comuns políticos - um lugar para debates e discussões abertas sobre o que esse poder está fazendo e qual seria a melhor maneira de se opor a ele [...] (HARVEY, 2014, p. 280, 281).

Diferente do movimento nova iorquino, que possuía diretamente a intenção de questionar o poder de decisão dos grandes conglomerados financeiros, o *Ocupa Cidadela* demonstrou a vontade de trazer o *lugar* para o debate; e pleitear o espaço cultural da Cidadela era remeter ao seu plano inicial de reuso. Mas a ferramenta para mobilização é a mesma, e se dá através do “poder coletivo dos corpos no espaço público” (HARVEY, 2014, p. 281). De certa forma, os *Ocupas* se associam às exigências do “direito à cidade” de Lefebvre (2008, p. 117, 139), que por meio da apropriação de “locais de encontro e de trocas” acabaram propondo “a realização da vida urbana como reino de uso”; ao mesmo tempo em que evidenciam novas estratégias para reclamar demandas, afirmam a reivindicação do espaço público, da vida urbana, do “coração da cidade”.

Apesar de sua prática remontar à década de 1970, na Itália, com o desenvolvimento do conceito de *conservação integrada*, esses movimentos que buscam a participação de diferentes grupos da sociedade na idealização de ocupações e realizações de projetos de reuso sobre áreas degradadas ou abandonadas (como casos de edificações industriais) estão cada vez mais ligados a questionamentos sobre os usos dos espaços urbanos e seus problemas. A conservação integrada tentou alterar o papel do habitante, ampliando sua participação nos

planos urbanísticos e intervenções no território da cidade, inserindo a dimensão social do patrimônio urbano (MENESES, 2017, p. 40)

Garantir a luta por espaços públicos e fazer ouvir as demandas populares para essas áreas aparecem como desafios cívicos nas cidades, cada vez mais dominadas pelos interesses individuais. E de que maneira os usos sociais da Cidadela Cultural Antártica, enquanto patrimônio industrial e urbano, se inserem neste cenário?

A interação entre o bem cultural, nesse caso a Cidadela, com os sujeitos, os habitantes ou visitantes, demonstra uma importante perspectiva do patrimônio cultural, que diz respeito à maneira como o bem é experimentado. Não só as pressões atuais sobre o governo municipal, mas os *Ocupas* e também a consulta de opinião pública, em 2014, utilizada para conhecer os anseios da população em relação ao espaço da antiga cervejaria (um vez que os projetos idealizados uma década antes não se realizaram), demonstraram a aplicação de práticas coletivas para uso democrático do espaço urbano e reapropriação do patrimônio cultural envolvido no processo.

Avaliando a dimensão social do patrimônio, Ulpiano Meneses destaca vários pontos de observação; e pelo menos dois deles – *movimentos sociais* e *valor público* – oferecem diretamente uma relação com a trajetória do projeto Cidadela. Como suporte para intervenções e práticas artísticas, a Cidadela também assumiu uma função social e chegou a influenciar a tomada de decisão de órgãos políticos. Se os *movimentos sociais* compreendem a ação política dos indivíduos na esfera pública, como a luta de segmentos artísticos ou dos grupos LGBTs pelo espaço da Cidadela, o *valor público* do patrimônio é entendido como intersecção entre políticas de preservação e as demandas populares, situação que pode acontecer através de:

debates obrigatórios, audiências públicas, consultas [...], canais diretos de participação e comunicação, compromissos de transparência absoluta nos procedimentos administrativos, disseminação de informação, vários canais de inserção do habitante nas avaliações contínuas, preocupações educacionais (MENESES, 2017, p. 44)

Percebemos, no estudo do projeto Cidadela, que essas vias alternativas de diálogo estiveram presentes no processo. Em diferentes momentos, houve reuniões, criação de leis e de comissões para regulamentar e possibilitar os usos do espaço. Uma reportagem de 2016 chega a dizer que “o destino da Cidadela é uma pauta recorrente nas discussões entre o poder público e os agentes culturais de Joinville” (NOTÍCIAS DO DIA, 15 ago. 2016, p. 3).

Se, por um lado, as preocupações com a preservação do patrimônio industrial estiveram em segundo plano (como vimos nas aspirações para criação do MAC, no que diz respeito ao tipo de tratamento destinado ao acervo fabril na ala principal da antiga cervejaria); por outro, a antiga fábrica, enquanto patrimônio, serviu também como suporte para manifestações artísticas. Destaco aqui uma situação ocorrida em 2001 e que se mostrou – como uma das primeiras intervenções na área – um marco nas expectativas de ocupação da Cidadela. Esta foi a experiência de ocupação da Cidadela com a 31^a. *Coletiva de Artistas de Joinville*, sob a curadoria de Jailton Marengo Moreira, promovida pelo MAJ, com apoio da FCJ.

“‘Maravilhoso’. ‘Fantástico’. ‘Impressionante’”, foram as impressões de Moreira sobre a Cidadela, que se “surpreendeu com a grandiosidade e possibilidades do local” (A NOTÍCIA, 7 ago. 2001, p. 3). O curador imprimiu um desafio aos artistas e trouxe como conceito da 31^a. *Coletiva* a apropriação dos espaços da fábrica; assim, a produção de cada artista deveria dialogar com as particularidades do espaço fabril, servindo como uma provocação. O diálogo entre a confecção da obra e o espaço fabril exigiu que os artistas explorassem seus ambientes.

No Catálogo da exposição, o curador relatou as dificuldades que esse tipo de processo pode oferecer aos artistas e suas criações, já que se tratava de “um espaço ímpar carregado de particularidades arquitetônicas e densa memória para a cidade. Não é um espaço neutro, pois mostra-se repleto de contaminações visuais e semânticas a cada porta que abrimos” (MOREIRA, 2001, p. 3). A fala do curador mostra o quanto diferentes estratos do tempo marcariam as intenções das instalações, embaralhando o passado e o presente, enquanto a memória da cidade e da fábrica eram acessadas e submetidas através de novos sentimentos; criados ali a partir da fusão entre concepção artística e reapropriação do espaço urbano e industrial.

Essa interação, entre criação artística e espaço da fábrica, segundo Moreira, passaria por duas vias: “uma, como a obra se relaciona com o espaço, e a outra como o espaço pode sugerir uma obra” (A NOTÍCIA, 7 ago. 2001, p. 3). Por isso, a montagem das obras experimentava os sentimentos e sensibilidades da antiga cervejaria.

Michèle Jolé, em suas reflexões sobre a prática de andar pela cidade, compreende que o deslocamento sobre o espaço urbano é também um “deslocamento psíquico e mental”; é dessa maneira que o corpo, em trânsito pelo espaço físico, permite produzir “impressões, emoções, falas”. Tanto o senso de referência quanto “uma reconstrução de sentidos do lugar” é possível como consequência do olhar em movimento (JOLÉ, 2005, p. 424). Mas o olhar em

movimento pode variar de escala e a proposta da 31ª. *Coletiva*, de instigar a percepção dos artistas sobre os ambientes da antiga fábrica foi de encontro ao que Jolé (2005, p. 425) escreve a respeito de “alguns artistas andantes”.

Em vez de um deslocamento na cidade para inspiração artística, a matéria de “expressão criadora” para a 31ª. *Coletiva* foi a circulação na antiga cervejaria. E a instalação do artista Carlos Alberto Franzoi, chamada *Permanência do espaço/tempo*, se apropriou de antigos livros administrativos da Cervejaria, em uma montagem que parecia demonstrar a “vontade de preservar dados, a precariedade e a insignificância do que realmente permanece” (MOREIRA, 2001, p. 5). Visto que a ideia de apropriação artística da fábrica dialogava com as intenções de preservação patrimonial do bem, a instalação de Franzoi, provocou um incômodo. quando perfurou com pregos os livros administrativos da cervejaria sobre as paredes, chão e mobília em duas salas, na antiga ferramentaria da fábrica. Talvez a intenção do artista de contrapor os livros abandonados com a ideia de preservação da memória se aproxime da conclusão de Jolé (2005, p. 425), de que o “deslocamento” não possui apenas “um valor estético”, mas também um “valor de denúncia dos espaços percorridos”.

A fusão entre a arte e a vida que caracteriza as instalações permitiu ao artista Franzoi, em um momento ainda inicial da concepção da Cidadela Cultural, questionar uma história abandonada, representada pelo acervo de livros administrativos da antiga cervejaria (encontrados na sala de arquivo, no segundo andar da fábrica). Inicialmente o artista havia pensado em utilizar a própria sala do arquivo, da maneira como ela se encontrava, colocando como título da intervenção “isso não é um arquivo, isso não é um patrimônio” (FRANZOI, 2015 *apud* AGE, 2015, p. 140). Segundo Mônica Age, Franzoi tentou dar novo significado às salas, convertendo um tempo passado ao presente e, seguindo o título *Permanências do espaço/tempo*, sua intenção era “evidenciar o patrimônio da cidade que estava abandonado” (AGE, 2015, p. 141). Na instalação, as pessoas eram convidadas a andarem pela sala e pisarem nos livros, assim a historicidade do acervo administrativo serviria de passagem para o público – se não através da pesquisa, da preservação e produção de conhecimento a partir dos conteúdos dos livros, ao menos como forma de sentimento estético. O fato dos livros permanecerem ali, mesmo depois do fechamento da fábrica, foi o estopim para a ideia:

Quando eu fui ao segundo andar de uma sala fechada, já faziam [sic] dois anos sem ninguém no lugar. Já tinha acontecido muitas coisas lá. O Arquivo Histórico, a Fundação Cultural, já tinham visitado o espaço e falaram que nada do que estava lá dentro os interessava (nada do que estava lá dentro depois da compra da fábrica pela prefeitura). Isso me incomodava muito, as pessoas estarem fazendo outros usos e o lugar ser um patrimônio municipal. Por isso a ideia dos artistas se apropriarem, para a gente discutir isso [...].

[...] Eu fui ver as caixas de arquivo morto e pensei: meu deus, eles não levaram nada disso! [...] livros de contabilidade, de 1900, que não é [sic] da Antártica, é da Companhia Cervejaria Catarinense. [...] Como que isso não é patrimônio? Como que o arquivo histórico não considera isso patrimônio? (FRANZOI, 2015 *Apud* AGE, 2015, p. 181, 182).

Enquanto a instalação ocorreu em 2001, a fala de Franzoi, citada acima, foi registrada em 2015 e traz um dado relevante, quando expõe uma ação consciente tanto do Arquivo Municipal quanto da FCJ, para com o acervo da fábrica, percebido por esses órgãos como desimportante. Em todo o processo de tombamento da Cidadela Cultural Antartica não existem registros sobre a posição dos órgão municipais em relação à documentação da fábrica antes de 2006.

Pesquisas nos projetos de ocupação da ala principal da fábrica idealizados pelo IPPUJ em 2001, não revelam informações sobre o destino ou usos do acervo documental da fábrica; entretanto nas plantas projetadas, a área que corresponde ao arquivo da antiga cervejaria abrigaria a Exposição do Acervo Histórico do Instituto Joinville 150 anos⁷⁶. E análises para a dissertação de diferentes matérias jornalísticas produzidas entre fins de 2000 e 2006, em que foi abordado o “projeto Cidadela”, não traz subsídios a respeito do assunto.

Um relato apareceu no jornal *A Notícia* de 20 de novembro de 2001, em uma reportagem sobre os desdobramentos da instalação de Franzoi. Segundo a matéria, o coordenador técnico do Complexo Cultural Antartica, Paulo Renato Vecchietti “solicitou verbalmente ao coordenador do Arquivo Histórico de Joinville que o material fosse retirado, mas, por falta de espaço naquele órgão, os documentos permaneceram no local” (*A NOTÍCIA*, 20 nov. 2001, p. 3). Vecchietti, ainda de acordo com a reportagem, teria dito que representantes da AMBEV levaram alguns equipamentos que seriam reaproveitados em outras fábricas, mas não tiveram interesse em levar os documentos; “disseram que [os documentos] faziam parte do acervo da cidade” (VECCHIETTI, 2001 *apud* *A NOTÍCIA*, 20 nov. 2001, p. 3).

⁷⁶ Se desconhece o conteúdo dessa exposição, qual acervo histórico está sendo referido, bem como se a documentação da fábrica seria inserida nessa proposta. No AHJ existe uma coleção específica com fotografias e reportagens envolvendo a atuação desse Instituto, entre fins da década de 1990 e início dos anos 2000.

Figura 34: Sala da instalação (antiga ferramentaria), vista por fora (2001).



Fonte: (AGE, 2015, p. 140)

Figura 35: Interior da sala revestida com os livros administrativos da antiga cervejaria, 2001.



Fonte: (AGE, 2015, p. 141)

Como não foi encontrado registros oficiais sobre essa solicitação, ou sobre qualquer posicionamento da FCJ ou AHJ naquele período, é válido ressaltar que a preocupação com o estado de conservação dos documentos foi uma das razões que fomentaram a abertura de tombamento da antiga fábrica, e que em 2008 houve um mutirão de limpeza e organização

desse material, que continuou no interior da fábrica. E diferente do que foi afirmado por Franzoi em 2001, pelo menos o relatório do AHJ, criado em 2007, destacou a importância histórica do material (MI n. 35 de 30 out. 2007 *contido em* FCJ, 2006, p. 625), mesmo que sua salvaguarda não tenha sido realizada até o momento.

De acordo com Franzoi, uma vez desprezados pelos órgãos públicos, em sua instalação os livros seriam fraturados por pregos. Ressignificados, deixaram de ser livros e documentos para tornarem-se “objeto de arte”; “ele é pele e a pele tem cicatrizes, e isso que o município está fazendo uma cicatriz, é uma ferida no patrimônio e na cultura de Joinville (FRANZOI, 2015 *Apud* AGE, 2015, p. 184, 185).

Diante dos preceitos de cuidado com o patrimônio industrial, fica uma dúvida sobre o que seria mais danoso: o abandono da documentação no local ou sua depredação? E, segundo matéria de jornal, a “obra” buscou “denunciar o descaso com a história [...] velando e revelando momentos esquecidos pela sociedade e que começam a apagar com a ação do tempo” (A NOTÍCIA, 20 nov. 2001, p. 3). De fato, a 31ª. *Coletiva* tinha como preceito a ocupação, a intervenção, incluindo seus objetos.

Por mais que tenha havido intenções de salvaguarda do acervo da fábrica, com a proposta do museu da cerveja, não houve uma ação na prática; e a questão dos documentos vai nesse mesmo sentido demonstrando ausência de atuação no que diz respeito à preservação dos bens móveis que compunham o complexo. Porque, nem o plano de musealização da área principal da cervejaria fomentou, naquele momento (2001), a elaboração de um inventário do acervo fabril; assim como os projetos de usos culturais dos espaços suplantaram, posteriormente, o museu da cerveja. O projeto Cidadela Cultural se afastava de uma concepção museológica ligada ao passado fabril, inicialmente presente.

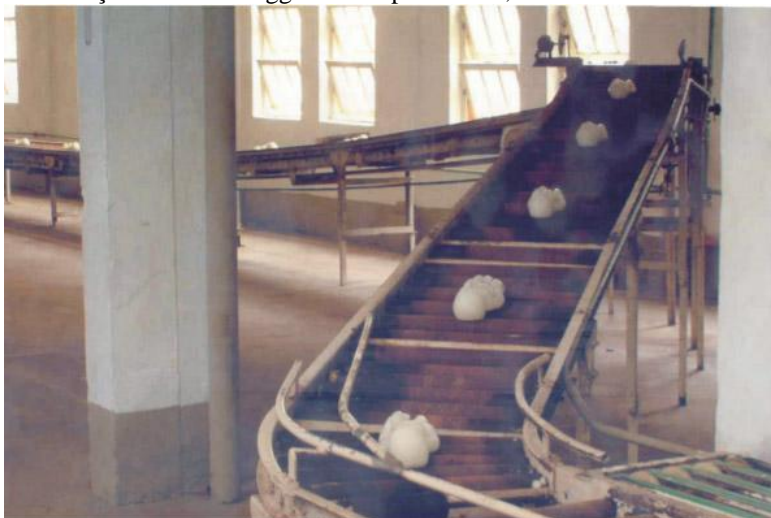
Após sofrer críticas pelo teor da instalação, o próprio Franzoi questionou, em entrevista: “por que é que os responsáveis pelo patrimônio histórico não providenciaram a retirada dos documentos, antes?” (FRANZOI, 2001 *apud* A NOTÍCIA, 20 nov. 2001, p. 3).

As palavras de Franzoi soariam por duas décadas, sendo um questionamento que permanece até hoje e demonstra uma grave falha nas políticas de preservação, incapazes de compreender as diversas partes que formam um bem cultural. Outra passagem da mesma reportagem de 2001 demonstra uma dúvida em relação à guarda dos documentos, quando o coordenador de patrimônio histórico, Reginaldo Jorge dos Santos, diz que qualquer movimentação com esse acervo deveria ter autorização da Antarctica (A NOTÍCIA, 20 nov. 2001, p. 3). Pode-se supor que a empresa, também mostrou negligência, já que o arquivo

possui prontuários de funcionários, documentos financeiros e administrativos de valor probatório.

Várias outras intervenções que fizeram parte da 31ª. Coletiva não só usaram o espaço e o acervo arquivístico fabril como suporte, como também propuseram interferências sobre os objetos. Cito algumas dessas interferências: Marli Swarowsy criou a *Pirâmide* com os engradados da Antarctica, unindo de maneira paradoxal o piso ao teto do espaço expositivo; Jane Bruggmann utilizou a esteira de engarrafamento para dispor várias esculturas de crianças feitas de parafina, enunciando uma produção em série de bebês; Luciano da Costa Pereira, com *Desenho da ausência*, criou frotagens em tecidos a partir de objetos e ferramentas da fábrica; Marli Mira propôs *Um olhar espiando o tempo*, no piso superior da fábrica, com a colocação de um banco na frente de uma porta, com vista para o telhado (MAJ, 2001).

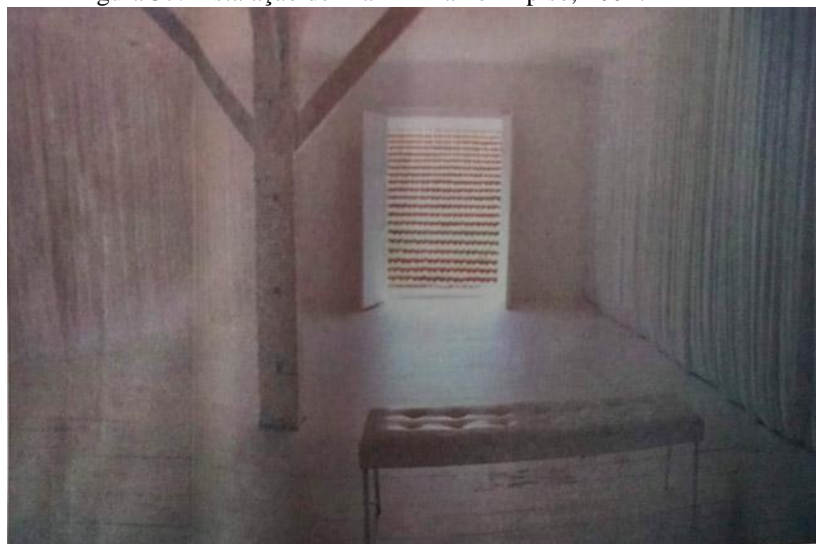
Figura 36: Instalação de Jane Bruggmann no piso térreo, utilizando a esteira de engarrafamento fábrica, 2001.



Fonte: Arquivo MAJ. Pasta XXXI Coletiva de Artistas.

As imagens captadas durante a 31ª. Coletiva demonstram que o interior da fábrica ainda possuía muitas ferramentas e mobília e seus espaços se encontravam limpos; por outro lado, denunciam a ausência total de mecanismos iniciais de preservação desse patrimônio industrial. Dessa maneira, os reusos culturais propostos inicialmente para o espaço também podem ser vistos como incompatíveis com a salvaguarda do acervo fabril não edificado, o que expressa uma certa dificuldade em reconhecer os valores patrimoniais desses componentes.

Figura 37: Instalação de Marli Mira no 1º piso, 2001.



Fonte: Arquivo MAJ. Pasta XXXI Coletiva de Artistas.

Figura 38: Frotagens de Luciano da Costa Pereira, “engradados”, 2001.



Fonte: Arquivo MAJ. Pasta XXXI Coletiva de Artistas.

Figura 39: Frotagens de Luciano da Costa Pereira, “Manivela”, 2001.



Fonte: Arquivo MAJ. Pasta XXXI Coletiva de Artistas.

No tratamento dado à antiga cervejaria, desde 2001, podem ser identificados pelo menos dois pontos problemáticos, destacados na Carta Manifesto de 2003, escrita pelo Comitê Provisório pela Preservação do Patrimônio Industrial no Brasil. Primeiramente, diz respeito à atuação dos próprios órgãos preservacionistas, que “frequentemente subestimam o patrimônio industrial, considerando-o pouco relevante no conjunto do patrimônio a ser preservado” (TICCIH BRASIL, 2003). E não só a liberdade de atuação dada aos artistas na 31ª. *Coletiva* em relação ao uso do acervo da fábrica como, também, a falta de um registro dos mesmos demonstram uma falha do órgão de preservação do patrimônio cultural na época, sobre a importância de salvaguarda desses elementos. Outro ponto diz respeito “aos próprios proprietários”, que “encaram esses antigos espaços fabris apenas como fonte de recursos” e, no caso da antiga cervejaria, os antigos proprietários renunciaram a qualquer interesse em dar um cuidado especial ao acervo documental da fábrica, como demonstrado na fala de Paulo Renato Vecchietti, anteriormente, sobre o desinteresse de membros da AMBEV pela documentação.

Muito distante das expectativas iniciais dos seus reusos e atualmente com apenas o galpão da AAPLAJ em uso, os desusos da Cidadela devem com o tempo agravar a situação da conservação estrutural dos prédios. Além da degradação natural, leva-se em conta também um possível aumento da depredação do acervo fabril, visto que muitos objetos de metal são constantemente retirados dos maquinários, provavelmente para serem comercializados como ferro velho. O espaço em desuso se mostra também uma alternativa para pessoas em situação de rua, havendo assim uma confluência das degradações, humana e material. A segurança no local é precária, visto que existe uma guarita com apenas um vigilante e a área da edificação

principal da fábrica é cercada, isso impede seu acesso por dentro da Cidadela, mas não por sua lateral que faz divisa com uma praça externamente.

Percebemos que os limites do ato administrativo representado pelo tombamento como ferramenta para a salvaguarda do bem cultural, os percalços para a consolidação de uma política de preservação eficaz e, no caso do patrimônio público, a ausência de garantia de investimentos para manutenção do bem cultural, são os principais obstáculos para a salvaguarda desses elementos. Longe de ser uma situação isolada, outros casos semelhantes ao da Cidadela Cultural Antártica podem contribuir, como estudo comparativo, para demonstrar as diferentes possibilidades de intervenção em edifícios fabris, como reconversão e musealização. Convém analisar, no próximo capítulo, as complexidades que envolvem reconversões e reusos de outros exemplares do patrimônio industrial, uma vez que essas ações devem dialogar tanto com a arquitetura industrial quanto com a memória histórica do local. Dessa maneira, da mesma forma em que demandas atuais são importantes para as propostas de reconversão, os espaços de trabalho, os métodos de produção, as evoluções técnicas, as tipologias arquitetônicas, a composição das paisagens também são referências que não devem ser apagadas nesse processo.

CAPÍTULO 4: PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA: ANTIGAS CERVEJARIAS

O caso da cervejaria Antartica de Joinville é icônico no que diz respeito à preservação de elementos industriais na cidade. Isso porque, como vimos, o ato administrativo representado pelo tombamento não garantiu a conservação do seu prédio, nem a conservação do seu acervo fabril composto por maquinário, ferramentas e documentação arquivística. Em contrapartida, três das quatro fábricas (Metalúrgica Wetzel, da Malharia Arp, Malharia Lumière e Moinho Joinville) que tiveram elementos e/ou edificações tombadas em Joinville (abordadas no Capítulo 2), vêm conseguindo, ao menos, manter conservado aquilo que o órgão municipal de preservação determinou. Com exceção do Moinho, que se encontra em desuso, as outras passaram por reconversões, assumindo novos usos. Por isso, a questão que se levanta agora é: até que ponto a musealização e a reconversão se mostram como propostas viáveis de salvaguarda, quando tratamos do patrimônio industrial?

Longe de ser um caso isolado, outras antigas cervejarias no país vêm passando por situação semelhante, em que o reconhecimento de patrimônio cultural através do tombamento não atinge suas intenções de promover salvaguarda e fruição. O complexo da Companhia Antartica Paulista na Mooca, no município de São Paulo, é um exemplo dos limites do tombamento enquanto mecanismo de preservação. Em desuso desde 1995, a abertura de processo de tombamento do complexo em 2007, foi fomentada principalmente em função da relevância urbana que o conjunto representava, servindo de referência fundamental na paisagem do bairro, com suas instalações industriais que remontam ao final do século XIX e marcaram a ocupação e urbanização da área. Seu valor como patrimônio industrial remete às diferentes etapas do desenvolvimento industrial na cidade de São Paulo, abrangendo assim “valores históricos, sociais, tecnológicos e arquitetônicos” (CONPRESP, 2016, p. 1).

Vendido pela AMBEV em 2010, os novos donos possuíam a intenção de instalar no local um hotel, mas o tombamento do complexo, efetivado em 2016, não conseguiu nem garantir seu uso nem sua conservação.

O site *Portal da Mooca* (2020) mencionou que “a população mooquense luta pela preservação arquitetônica” daquela área industrial “obsoleta e ociosa”, aspirando sua “transformação em um espaço público destinado a cultura e lazer”. Imagens do local demonstram a degradação de várias edificações do complexo e, assim como a Cidadela Cultural Antartica, a não consolidação de planos de reconversão representa outro problema, como exposto em matéria da revista *Veja/SP* (22 Fev. 2019): “a construção está abandonada e

os projetos para a área nunca foram para frente”. A reportagem referia-se aos planos de requalificação urbana de toda a área da orla do rio Tamanduateí, ainda na gestão de Haddad, em 2016.

Instrumento capaz de criar nova dinâmica no território da cidade, a requalificação urbana propõe uma reorganização e melhorias do espaço público através do incentivo a novos empreendimentos, com apoio e, em partes, para benefício da iniciativa privada, uma vez que por trás de interesses públicos, (como construção de novas vias, embelezamento de áreas, arborização, construção de praças, etc.) existem nessas ações, objetivos de valorização monetária das áreas. O crescimento desordenado da malha urbana gera novos centros comerciais e ao mesmo tempo marginaliza outras áreas. Em alguns casos, as áreas marginalizadas representam prédios de antigas indústrias desativadas, que tiveram sua instalação em regiões centrais das cidades entre fins do século XIX e início do XX, mas que em sua maioria sofreu um deslocamento para outros distritos e regiões, visando melhor custo benefício – proximidade com rodovias, vias de acesso, menores custos fundiários.

As requalificações também almejam “resgatar” elementos simbólicos da arquitetura ou centros históricos, como afirmação de uma identidade da cidade; e apesar do apelo social e de promoção do espaço público, nem sempre as comunidades são consultadas para idealização desses projetos (PEIXOTO, 2009, p. 42, 45).

Desde 2002, São Paulo conta com o *Plano Diretor Estratégico da Cidade* (que entrou em vigor em 2004). E como um dos instrumentos do *Plano Diretor* aparece a *Operação urbana consorciada* que, além de propor investimentos em infraestrutura (vias de transporte, habitações), “otimização” e “reciclagem de áreas”, propôs também a “garantia de preservação dos imóveis e espaços urbanos de especial valor histórico, cultural, arquitetônico, paisagístico e ambiental, protegidos por tombamento ou lei” (SMDU, 2010, p. 9, 10). É justamente na *operação urbana consorciada Mooca-Vila Carioca*, idealizada em 2010, que o complexo da Companhia Paulista Cervejaria Antarctica – tida como um “ícone” do patrimônio arquitetônico e industrial da região e da cidade – ocupou papel relevante. O reuso das edificações do complexo combinaria “preservação e revalorização destes edifícios com as novas características e usos” (SMDU, 2010, p. 28)⁷⁷.

⁷⁷ Rufinoni identifica alguns problemas nos planos da *operação urbana consorciada Mooca-Vila Carioca* no que diz respeito à representatividade do “patrimônio histórico e a memória industrial”. Mesmo que esses bens culturais sejam vistos como um potencial a ser utilizado no plano de requalificação urbana, segundo a autora isso acontece de maneira restrita, uma vez que a salvaguarda e a valorização desses elementos limitaram-se aos bens já tutelados pelos órgãos de preservação. Dessa forma, a *operação urbana* em questão deixava de considerar um diversificado acervo de edificações não inventariadas (RUFINONI, 2012, p. 13).

Sobre as propostas de requalificação da área da cervejaria, em 2013, é interessante perceber que as perspectivas de uso demonstravam similaridades com as da Cidadela Cultural Antarctica. E segundo o arquiteto responsável pelo projeto Glauco Delogu Benavente, além do hotel, a reconversão do complexo contaria com a instalação dos “museus da cerveja, ferroviário e da indústria”, de um “complexo comercial com lojas de serviços essenciais” e de um “complexo cultural, com cinema, teatro e oficinas de arte, restaurantes e até uma livraria” (BENAVENTE, 2013 *apud* FOLHA, 5 Abr. 2013).

É comum as reconversões dos espaços industriais explorarem as possibilidades de usos culturais dos espaços e algumas experiências na Europa confirmam essa ideia. Por outro lado, como já advertido por Meneguello (em entrevista concedida em 2013), no Brasil as requalificações ainda *engatinham*. Geralmente se mostram problemáticas, produzindo “demolições impensadas” e descaracterizações, havendo grande dificuldade na manutenção dos espaços industriais. Na cidade de São Paulo, a autora até sugeriu a “rota das ruínas”, em vez de “rota das indústrias”, visto a situação problemática enfrentada por esse tipo de patrimônio naquela cidade. Segundo Meneguello (*apud* SILVA; RODRIGUES, 2013, p. 251-253), o apagamento de memórias operárias nos projetos de reusos desses espaços ou a pasteurização dos elementos e práticas fabris em projetos museais fazem com que os novos usos desses espaços sejam no mínimo “discutíveis”.

Motivo de polêmica, os métodos e procedimentos de intervenção nem sempre estão de acordo com as teorias propostas pela restauração; e, em alguns casos, os próprios fundamentos teóricos são interpretados de maneira divergente. Mas a sua importância instrumental está justamente na prática eficiente de conservação, que valoriza os elementos preexistentes “sem congelar, sem embalsamar, sem apartar, e sobretudo, sem deturpar” (KÜHL, 2009, p. 145). As complexidades das intervenções atravessam principalmente três questões: O que conservar? O que demolir? O que e como transformar?

4.1. EXEMPLOS EUROPEUS

No caso de complexos industriais, a resposta para essas questões exige uma compreensão do processo de industrialização da área onde estão inseridos e a relação deles com a memória das comunidades de que fazem parte. É nesse sentido que a corrente crítico-

conservativa⁷⁸ da teoria da restauração propõe a conservação-transformação, que, longe de *embalsamar* o bem edificado, projeta de maneira responsável alterações e a inserção de novos elementos (KÜHL, 2009, p. 147).

Alguns exemplos desse tipo de intervenção podem ser encontrados em antigas cervejarias na Europa, como no caso da *Cervejaria Lamot*, com uma história que remonta ao século XVII. Situada em Mechelen, cidade entre o porto de Antuérpia e Bruxelas, a cervejaria teve seu espaço reconvertido no *Centro de Convenções Lamot/Mechelen*, inaugurado em 2005. O novo projeto arquitetônico manteve a volumetria da antiga construção, mas interferiu nos espaços internos e criou nova edificação contemporânea anexa ao prédio. A reconversão inseriu salas de reuniões, auditórios, restaurante e cafeteria nos espaços na antiga cervejaria; com algumas áreas internas preservadas, fazem parte da programação do Centro passeios guiados pelo interior da cervejaria, que ainda guarda estruturas fabris (como as tinas de fermentação) e um centro de documentação, pesquisa e preservação do patrimônio local (LAMOT CONGRES, 2020).

Figura 40: Cafeteria na antiga sala de fermentação (*Centro de Convenções Lamot/Mechelen*, 2015)



Fonte: <https://www.mechelenblogt.be/2015/12/lamot-nodigt-elke-maneblusser-uit-achter-schermen>

⁷⁸ Corrente da restauração que trabalha a partir de uma metodologia que considera a intervenção inovadora e a conservação. A atuação é baseada em informações historiográficas e na coerência estética da intervenção sobre o bem (KÜHL, 2010, p. 295).

Figura 41: Fachada do prédio com novo anexo (*Centro de Convenções Lamot/Mechelen, 2005*).



Fonte: <<https://www.architektenkooperatief.be/projecten/lamot-site-brouwgebouw/>>

A fábrica encerrou suas atividades em 1994 e fotografias do interior da cervejaria no ano 2000 (momento em que se iniciam os estudos para restauração) demonstram muitas áreas degradadas. As imagens do prédio antes de sua restauração podem servir de incentivo para futuras intervenções na ala principal da cervejaria em Joinville, constatando-se que ainda há possibilidades de recuperação, reconversão e reuso daquele espaço.

Figura 42: Interior vazio da edificação (*Cervejaria Lamot desativada, 2000*).



Fonte: <<https://www.regionalebeeldbank.be/beeldbank/1389975>>

Figura 43: Escada do Laboratório (*Cervejaria Lamot desativada*, 2000).



Fonte:<<https://www.regionalebeeldbank.be/beeldbank/1389934>>

Figura 44: Área de maturação (*Cervejaria Lamot desativada*, 2000)



Fonte:<<https://www.regionalebeeldbank.be/beeldbank/1389961>>

Sobre a degradação estrutural das edificações industriais, como dito pelo arquiteto Benavente (2013 *apud* FOLHA, 5 abr. 2013) em seus estudos para o projeto de reconversão

da Companhia Antarctica na Mooca, “a construção centenária destes imóveis é fantástica e muito resistente, com paredes grossas e fortes. O que tem que ser reparado são janelas, telhados e outras coisas que com a chuva e o vento acabam sendo prejudicadas”. Deolinda Folgado destaca que as edificações industriais adaptavam-se às transformações tecnológicas e produtivas ocorridas em fins do século XIX, por exemplo a inserção da energia elétrica e da produção em série; assim, o sistema construtivo dessas edificações seguia as alterações, sendo cada vez mais reforçado, visando evitar “incêndios e cataclismos” (FOLGADO, 2009, p. 33).

O escritório de arquitetura que realizou a intervenção na *Cervejaria Lamot* ressaltou que essa prática contínua de adaptação às novas tecnologias criou um ciclo de expansão e demolição nos conjuntos industriais, com consequentes substituições de peças e edificações, e que isso serviu de inspiração para a reconversão, bem como, a filosofia de preservar “a parte mais importante do patrimônio industrial e histórico da antiga cervejaria” (ARCHITEKTENKOÖPERATIEF, s/d).

Bruxelas oferece outro exemplo de intervenção em cervejaria que, nesse caso, se converteu em espaço expositivo e reconhecido como patrimônio nacional a partir de 1993. A antiga *Cervejaria Wielemans-Ceuppens*, fundada em 1875, teve seu terceiro prédio inaugurado em 1931, criado pelo arquiteto Adrien Blomme (1878-1940). Após o fechamento da fábrica, em 1989, parte do acervo fabril permaneceu no prédio, parte foi perdida e outra parte foi recolhida pela *Présence et Action Culturelle (PAC)*⁷⁹. Em 2005, iniciou-se o projeto de restauro do prédio, sendo inaugurado o *Centro de Arte Contemporânea Wiels*, em 2007. Sem acervo próprio, o Centro investe em exposições temporárias, residências artísticas, educação e mediação (FOREST INFO VORST, 2008). Este caso é bem semelhante às intenções de se adaptar o antigo prédio da Cervejaria Antarctica de Joinville ao Museu de Arte Contemporânea.

Também chamam a atenção imagens do edifício antes de passar por intervenções. Diferente do *Centro de Convenções Lamot*, que é fruto de investimentos totalmente privados, o *Centro Wiels* possui parceria entre o governo federal belga e grupos privados. Sua reconversão também esteve vinculada com ações de requalificação daquela área em Bruxelas, como importante ponto turístico e histórico da cidade (STEVEN ALICE ARCHITECTS, s/d).

⁷⁹ Grupo educacional ligado às correntes socialistas e trabalhistas do início do século XX. Entre os apoiadores financeiros do grupo estão: a Federação Valônia-Bruxelas, WBI, União Europeia (PAC, s/d).

Figura 45: Prédio da *Cervejaria Wielemans-Ceuppens* desativado, fotografia anterior ao ano de 2005.



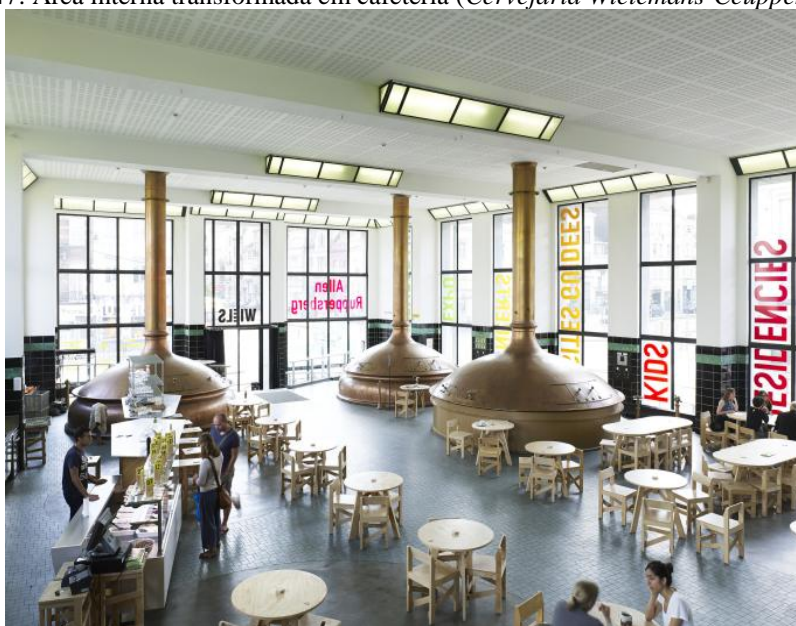
Fonte:<<https://aacarchitecture.be/fr/projects/wiels/>>

Figura 46: Prédio da *Cervejaria Wielemans-Ceuppens* após intervenção, inaugurado em 2007.



Fonte:<<https://www.brusselsarchitecture.be/nl/building/wiels>>

Figura 47: Área interna transformada em cafeteria (*Cervejaria Wielemans-Ceuppens*, 2020)



Fonte:<<https://www.brusselmuseums.be/en/museums/wiels-centre-for-contemporary-art>>

A Casa de Máquinas, situada em outro prédio (construído em 1903), mas no mesmo complexo da *Cervejaria Wielemans-Ceuppens*, teve seu maquinário restaurado e preservado pelo ETWIE (*Expertisecentrum voor technisch, wetenschappelijk en industrieel erfgoed* – Centro especial de patrimônio técnico, científico e industrial). A intervenção foi premiada em 2013, pelo órgão *Europa Nostra Awards*⁸⁰, que considerou as restaurações realizadas no prédio e no maquinário da cervejaria como exemplares. Os trabalhos contaram ainda com uma pesquisa sobre o modo de produção da cerveja no passado. Além de visitas guiadas, funciona no prédio o *Brass*, um centro cultural e social (ETWIE, 2015).

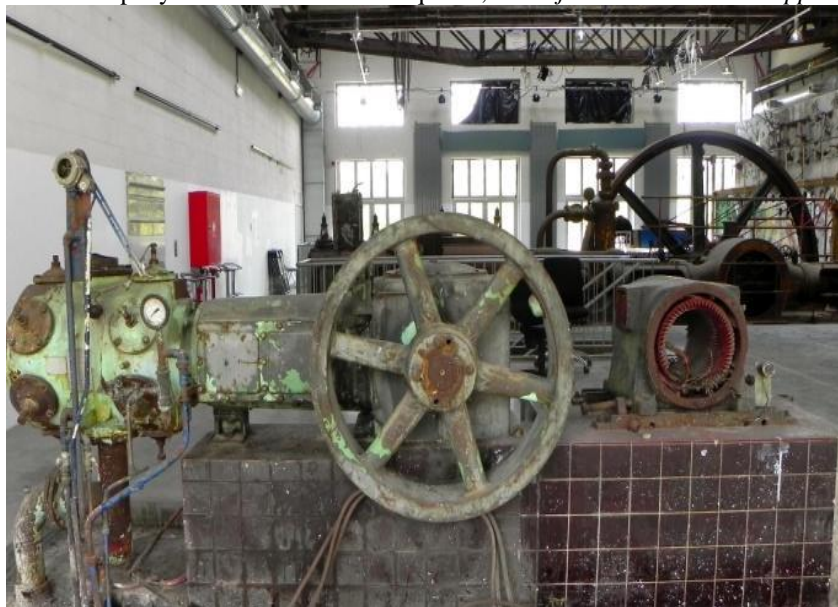
Figura 48: Central de controles de energia, transformador e indicador graduado de tensões e potências. Casa de Máquinas, *Cervejaria Wielemans-Ceuppens*, 2013.



Fonte:<<https://www.flickr.com/photos/europanostra/8535492501/in/photostream/>>

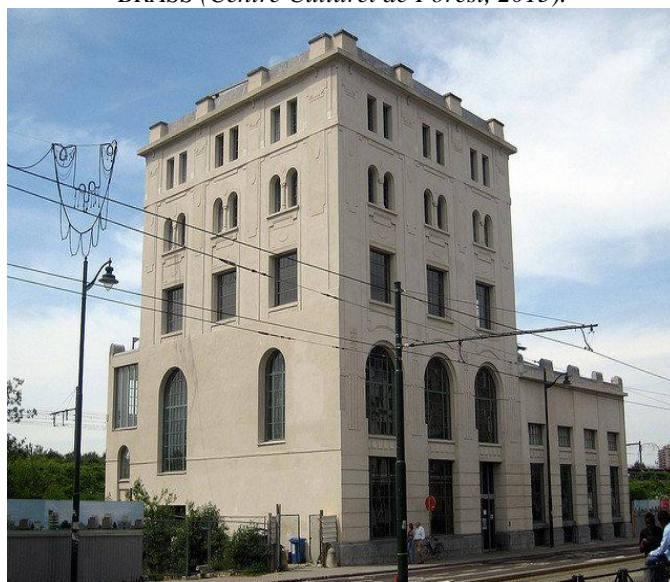
⁸⁰ A instituição foi fundada a 29 de novembro de 1963, em Paris, e tem como objetivo desenvolver e patrocinar projetos de conservação e preservação do patrimônio cultural europeu (EUROPA NOSTRA, s/d).

Figura 49: O compressor criado pela *Ingersoll-Rand* após fusão das empresas *Ingersoll-Sergeant Drill Company* e *Rand Drill Company* em 1905. Casa de Máquinas, *Cervejaria Wielemans-Ceuppens*, 2013.



Fonte: <<https://www.flickr.com/photos/europanostra/8535493597/in/photostream/>>

Figura 50: Prédio da Casa de Máquinas da *Cervejaria Wielemans-Ceuppens*, local que abriga desde 2006 o *BRASS* (*Centre Culturel de Forest*, 2015).



Fonte: <<https://www.etwie.be/nieuws/restauratie-van-machinezaal-wielemans-van-start>>

Visto que a fabricação de cerveja é tida como um patrimônio cultural belga, não é à toa que existam exemplos significativos de reconversões que mantenham as estruturas de antigas cervejarias (além de outros exemplares de patrimônio industrial). É interessante destacar que, dos três exemplos de intervenções belgas (Casa de Máquinas e antiga fábrica da *Cervejaria Wielemans-Ceuppens*; e a fábrica da *Cervejaria Lamot*), pelo menos dois propuseram intervenções profundas na estrutura arquitetônica original dos prédios, embora o interesse pela manutenção da fachada, volumetria e algumas áreas internas fabris e outros

vestígios da prática fabril demonstre o cuidado com a preservação do passado da fábrica. São projetos que aliam a reconversão (dando novo uso ao prédio), a requalificação urbana (restaurando edificações em desuso e degradadas e propondo rentabilidade social da área) e a preservação do patrimônio e da memória histórica e urbana.

Quando analisamos as imagens do projeto do MAC Schwanke na Cidadela, apesar de tentar incorporar elementos atuais e assim deixar claro o princípio de distinguibilidade entre construção antiga e contemporânea, o projeto acaba por não só interferir demasiadamente na fachada e volumetria como também apaga componentes importantes da estética industrial, como a chaminé e os telhados tipo shed. Isso sem mencionar as alterações internas, mas que se mostraram de acordo com os níveis de preservação propostos pela CPC.

Figura 51: Maquete digital do projeto arquitetônico do MAC Schwanke, idealizado pelo arquiteto Reinhard Conrads, 2013.



Fonte:<<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/10/acoes-do-instituto-schwanke-que-marcaram-joinville-4310680.html>>

Figura 52: Detalhe da cobertura na Maquete digital do projeto arquitetônico do MAC Schwanke, 2013.



Fonte:<<http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/itapemafmsc/19,0,4305399,Museu-de-Arte-Contemporanea-espera-construcao-da-sede-oficial-em-Joinville.html>>

Figura 53: Prédio principal da Cervejaria Antarctica de Joinville (2019), detalhe dos telhados e chaminé.



Fonte:<<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/saavedra/secretaria-de-cultura-e-turismo-de-joinville-assume-administracao-da-cidadela>>

O tipo de intervenção proposto na Cidadela se distingue do ocorrido no prédio da Casa de Máquinas da *Cervejaria Wielemans-Ceuppens*, pois, se naquele caso foi utilizado o princípio de mínima intervenção mantendo a originalidade integral da edificação, na Cidadela o projeto arquitetônico do MAC traria em sua reconversão algumas compatibilidades com a antiga edificação, mas também interferências na originalidade e fisionomia da fábrica, como se pode observar através das imagens. As imagens na maquete digital do MAC apresentam um revestimento verde, algo como uma parede, que seria usado para obstruir grande parte da cobertura da antiga construção, interferindo visualmente e alterando a volumetria do prédio, além de ser esteticamente contestável. Quatro antigas edificações (que abrigavam a adega, casa das máquinas, casa dos compressores, tanques de pressão, câmara frigorífica, caixas d'água), que remetem às primeiras edificações da fábrica⁸¹ seriam eliminadas com as novas estruturas estendidas, tanto do andar superior quanto do térreo, idealizados no projeto arquitetônico.

Além dessa questão, que envolve o nível de interferência dos novos projetos arquitetônicos sobre o edifício histórico (que vai da intervenção mínima à “reconversão absoluta”, que nem sempre considera a autenticidade das estruturas – IBANEZ, 2016, p. 114, 116), outras problemáticas de reusos dos complexos fabris dizem respeito à amplitude dos seus terrenos, que fomenta a construção de novas edificações em projetos de reuso, e à dificuldade em compreender as especificidades desses conjuntos. Esses fatores imprimem geralmente perdas de edificações (consideradas menos relevantes), trazendo com isso

⁸¹ Na Figura 20 é possível perceber as diferentes coberturas das edificações na imagem do rótulo da década de 1920 com o desenho da cervejaria, apresentado no início do capítulo 3.

apagamentos sobre o passado desses elementos e suas relações com a memória das comunidades e das áreas que ocupam (RUFINONI, 2009, p. 5, 6).

Mas uma intervenção na cervejaria espanhola *El Águila* demonstrou que essa problemática, geralmente encontrada em reconversões industriais ligada às suas grandes dimensões, pode se transformar em um atributo singular. O antigo edifício industrial, que abriga desde 2002 a *Biblioteca Regional Joaquín Leguina*, tornou-se um refúgio para a conservação do “patrimônio bibliográfico e documental de Madrid”. A reabilitação do prédio (construído entre 1912 e 1914) aconteceu mediante concurso empreendido pela *Direção Geral do Patrimônio Cultural da Comunidade de Madrid* em 1994. Sua reconversão manteve algumas estruturas: assim, a antiga *maltaria* foi transformada em sala de leitura; a *câmara frigorífica* guarda informação sobre a antiga fábrica; e os silos metálicos e galpões se converteram em biblioteca, com a guarda do acervo. Com seus oito pavimentos, a reconversão conseguiu conservar a estética, a fisionomia arquitetônica do espaço e alguns dos antigos maquinários (COMUNIDAD DE MADRID, 2018).

Figura 54: Prédio da Cervejaria *El Águila* no início do século XX.



Fonte: <<https://proyectos4etsa.files.wordpress.com/2014/06/2.jpg>>

Figura 55: Sala de Leitura em área interna da cervejaria transformada em biblioteca, s/d.



Fonte:<<https://www.comunidad.madrid/centros/biblioteca-regional-madrid-joaquin-leguina-arganzuela>>

4.2. TOMBAMENTOS E REUSOS DE CERVEJARIAS NO BRASIL

Um exemplo das dificuldades de reuso dos espaços fabris pode ser analisado a partir de um caso brasileiro, na fábrica da Cia. Antarctica em Ribeirão Preto, empresa que englobou, na década de 1970, a antiga cervejaria Níger, controlando dois complexos industriais no município. Pesquisa nos processos de tombamento dos complexos demonstra uma trajetória de patrimonialização parecida com a da Cervejaria Antarctica em Joinville, no que diz respeito à sua desativação, às ações de salvaguarda e às expectativas frustradas de uso da área.

Inaugurada em 1914, próxima à Estação da Estrada de Ferro Mogiana, a Cervejaria Antarctica de Ribeirão Preto teve importância no desenvolvimento social, urbano e industrial da cidade, adquirindo e construindo, na década de 1930, importantes edifícios na área central da cidade, como o Teatro D. Pedro II e o Bar Pinguim, que trouxe fama ao chopp da Antarctica e se tornou local de reunião dos barões do café (CONDEPHAAT, 2000, p. 162).

Apesar de próximos, os dois complexos situam-se em bairros diferentes. O complexo da antiga Cervejaria Níger (absorvido pela Cia Antarctica em 1973), após o encerramento das atividades da fábrica, em fins da década de 1990, teve grande parte do seu maquinário retirado antes mesmo da abertura do processo de tombamento estadual, ocorrido em 2000. Entre os argumentos para a preservação constava a importância do conjunto “tanto pelo ponto de vista histórico e cultural, quanto pelo destaque de sua arquitetura na paisagem urbana”, sendo considerada também a carga simbólica do empreendimento, visto sua representatividade como unidade industrial exemplar em nível estadual (CONDEPHAAT, 2000, p. 132, 137).

Entre os documentos presentes no processo de tombamento há uma correspondência do grupo AMBEV ao CONDEPHAAT, com pedido de cancelamento do processo de

tombamento, alegando que houve uma mudança na posição do órgão em relação ao valor cultural do complexo expresso durante a década de 1990. O documento informava: “não é a primeira vez que os velhos edifícios desta fábrica são examinados por esse CONDEPHAAT, que considerou, no ano de 1992, somente de valor arquitetônico e histórico o conhecido **Quartirão Paulista formado por prédios**, [...] e o Teatro Pedro II [...]” (AMBEV, 3 ago. 2000 *contido em* CONDEPHAAT, 2000, p. 48, grifo do autor). A carta ainda afirmou que o próprio órgão federal de preservação, durante a década de 1990, “não reconheceu nas velhas fábricas da Antarctica nenhum valor apreciável de natureza arquitetônica, histórica ou arqueológica” (AMBEV, 2000 *contido em* CONDEPHAAT, 2000, p. 48, 49).

O CONDEPHAAT (2000, p. 189) respondeu a questão afirmando que, além do complexo demandar “estudo específico”, o interesse pela sua preservação atendia “à postura atual do órgão, de ampliar e selecionar bens que representam fases do processo da evolução urbana local bem como da urbanização do Estado”. Ou seja, a cervejaria, enquanto patrimônio industrial, estava sendo patrimonializada naquele momento por uma mudança na visão das políticas de preservação. Apesar de na década de 1980 e 1990 ter havido a abertura de tombamento de estações ferroviárias e algumas fábricas⁸², após os anos 2000 o passado industrial, ao que tudo indica, ganhou novo interesse⁸³. E, o mesmo pode-se dizer que aconteceu em Joinville, que teve vários exemplares fabris patrimonializados através de tombamento a partir de 2003.

Outra semelhança entre os pareceres para o tombamento envolvendo a Cervejaria Antarctica de Joinville e a de Ribeirão Preto está nos valores patrimoniais destacados, que incluem os valores histórico, arquitetônico e paisagístico. Entretanto, um diferencial foi o trabalho elaborado pelos historiadores e arquitetos do CONDEPHAAT, que numa atuação próxima da arqueologia industrial realizaram um registro dos espaços da fábrica, com suas

⁸² Como, por exemplo, o *Complexo Ferroviário de Paranapiacaba*, processo aberto em 1982 e tombado em 1988; o *Complexo Industrial Carioba*, processo aberto em 1984, tombado em 2013; o *Conjunto da Estação Ferroviária de Andradina*, processo aberto em 1992, tombado em 2012; o *Acervo da Estrada de Ferro Perus–Pirapora*, processo aberto em 1980, tombado em 1987; *Antiga Fábrica Santa Adélia*, processo aberto em 1994, tombado em 2008 (CONDEPHAAT, s/d).

⁸³ Complexos e conjuntos ferroviários somaram seis novos tombamentos após os anos 2000: *Complexo Ferroviário de Cruzeiro*, processo aberto em 2010, tombado em 2013; *Complexo da Estação Ferroviária de Botucatu*, processo aberto em 2009, tombado em 2012; *Complexo da Estação Ferroviária de Jundiá*, processo aberto em 2009, tombado em 2011; *Complexo da Estação Ferroviária de Louveira*, processo aberto em 2010, tombado em 2012; *Conjunto da Estação Ferroviária de Avaré*, processo aberto em 2011, tombado em 2016; *Conjunto da Estação Ferroviária de Chavantes*, processo aberto em 2011, tombado em 2016. Além de 3 antigas fábricas: *Fábrica de Tecidos Brasital*, processo aberto em 2008, tombada em 2014; *Fábrica de Tecidos Labor*, processo aberto em 2009, tombada em 2014; *Fábrica Swift-Armour*, processo aberto em 2000, tombada em 2008. Outros elementos como o antigo *Sistema Funicular de Paranapiacaba*, processo aberto em 2005, tombado em 2015 e o *complexo do Gasômetro*, processo aberto em 2003, tombado em 2010 (CONDEPHAAT, s/d).

imagens e possíveis funções na produção da cerveja. Compuseram assim um estudo sobre as *Fases do processo de fabricação da cerveja no espaço da fábrica*, reconstituindo em planta a cronologia das salas e edificações (CONDEPHAAT, 2000, p. 185).

Diferente da Cervejaria Antarctica de Joinville, que ainda possui parte de maquinário interno, o setor de fabricação da cervejaria em Ribeirão Preto “se perdeu, em função da alienação dos equipamentos de fabrico do produto e da deterioração dos próprios espaços” (CONDEPHAAT, 2000, p. 203). Mas um documento elaborado pelo Serviço Técnico de Conservação e Restauro (STCR) revelou que um acordo entre prefeitura municipal, os proprietários (na época o grupo Kaiser) e o CONDEPHAAT chegou a cogitar o retorno da produção de cerveja no local. Além disso, projetos de revitalização urbana foram planejados através de intervenções naquela “área degradada da cidade com instalações ociosas” e traziam como opção turística e econômica a retomada das “antigas instalações para o fabrico da cerveja, com vistas a estabelecer ali um espaço de visibilidade de sua produção, conferindo-lhe, inclusive, um tratamento museológico contemporâneo” (STCR, 5 set. 2003 *contido em* CONDEPHAAT, 2000, p. 212, 213). Apesar do reuso do prédio ter cunho cultural a partir de 2010, essa alternativa de musealização e produção da cerveja na fábrica nunca chegou a ser concretizada.

No parecer inicial, emitido em 2002, constava o tombamento de seis elementos: a *Chaminé*, vista como uma “referência balizadora de conjuntos industriais”, e por “sua marca na imagem da cidade, dotada de natural imponência, sobre a paisagem local”; o *Escritório* e as antigas *Garagens* (construções de 1925), que formam a fachada de um lado do quarteirão (Av. Jerônimo Gonçalves); o *Prédio Central* (construído em 1926) e sua *Vista Interna* (Pátio) formando o conjunto com as duas torres e pátio; e o *Oratório* (*cruz*), que entra como um elemento simbólico, local de devoção a partir da lenda de um bêbado morto ali, no início do século XX (STCR, 29 nov. 2002 *contido em* CONDEPHAAT, 2000, p. 191-197).

Mas a Resolução de Tombamento nº. 52/2007 abrangeu o *Prédio Central com duas torres*, o *Escritório*; *Garagem*; *Oratório*. Chama a atenção o fato da chaminé não ser mencionada como bem tombado (SECRETARIA DE CULTURA, 1 Out. 2007, *contido em* CONDEPHAAT, 2000, p. 291). A preservação desses elementos alcançava aproximadamente 30% da área do complexo; assim, todo o restante das edificações e espaços ficou disponível para novas intervenções, com possibilidade de alteração.

Figura 56: Cervejaria Cia Antarctica de Ribeirão Preto (2000). Em primeiro plano a fachada do escritório, com chaminé e a torre do prédio central atrás.



Fonte: <http://www.infopatrimonio.org/wp-content/uploads/2018/06/COND_039684_2000.pdf>

Figura 57: Fachada lateral da Cervejaria Cia Antarctica de Ribeirão Preto (2000), com detalhe do *Oratório*.



Fonte: <http://www.infopatrimonio.org/wp-content/uploads/2018/06/COND_039684_2000.pdf>

Sobre os poucos itens pleiteados para a preservação, não contemplando dessa maneira a preservação integral do complexo, os técnicos do CONDEPHAAT elaboraram uma explicação pautada no fato de que a maior parte do maquinário já havia sido retirada, e a maior parte das estruturas do prédio onde acontecia a fabricação da cerveja estava em estado precário, “cuja recuperação não se justifica[va]” (STCR, 29 nov. 2002 *contido em* CONDEPHAAT, 2000, p. 203).

Figura 58: Vista do quarteirão com o complexo da antiga Cervejaria Níger, incorporada a Cia Antarctica na década de 1970.



Fonte:<https://www.wikiwand.com/pt/Ribeir%C3%A3o_Preto>

Em 2010, uma proposta de uso para o espaço contou com investimentos privados e públicos, com o restauro do prédio administrativo e sua utilização pela *São Paulo Film Commission*. O espaço recebeu o nome de *Estúdios Kaiser de Cinema* e contou com apoio financeiro do governo estadual e municipal. Como forma de aliar o incentivo à produção audiovisual e à preservação arquitetônica, pretendeu-se criar, no local, “estúdios, camarins, salas de produção, pátio cenográfico, alojamento, vestiário e lavanderia, cozinha industrial e refeitório, depósito de movelaria, oficinas de cenografia e figurino e sala de exibição com 50 lugares” (REVIDE, 10 Fev. 2011).

O *Estúdio Kaiser de Cinema* funcionou no local até 2018 e em 2019 o local passou por nova revitalização, sediando atualmente o Instituto SEB (Sistema Educacional Brasileiro), que promove cursos e palestras, com programação cultural aberta ao público⁸⁴.

Já o segundo complexo, que representa a fábrica mais antiga da Antarctica, está situado em outro quarteirão e teve destino um pouco diferente. Foram tombadas em 2013,

⁸⁴ O Apêndice F contém imagens da intervenção na área.

pelo órgão municipal de preservação, o CONPPAC (Conselho de Preservação do Patrimônio Artístico e Cultural), algumas alas administrativas e fabris do complexo, incluindo “as fachadas e o piso de paralelepípedo [pátio da fábrica]” (JORNAL A CIDADE, 26 Fev. 2013).

O tombamento municipal referente ao segundo complexo contemplou a preservação da *caixa d'água*, do *prédio do escritório*, do *prédio central* e o do *depósito de cevada* (itens que compõem a fachada). Dessa maneira, qualquer intervenção e reusos do espaço deveriam considerar essas edificações. Este segundo complexo foi vendido em 2009 para um grupo de investidores e desde 2012 havia um projeto para a construção de um *shopping* no local. O novo empreendimento contaria com a demolição de 80% das instalações. (DESCALVADONEWS, 3 Dez. 2013).

Figura 59: Imagem do complexo antes de passar pelo processo de demolição, ocorrido entre 2015 e 2016.



Fonte: <<https://www.tribunaribeirao.com.br/site/rp-deve-perder-buriti-shopping/>>

O projeto arquitetônico do novo *shopping* na área demonstra a ocupação completa do espaço, com a assimilação de uma pequena construção da antiga estrutura. E, ao menos nas imagens encontradas, não foi possível identificar outros elementos, como a chaminé e a caixa d'água.

Figura 60: Maquete virtual do projeto arquitetônico do novo empreendimento no complexo da cervejaria.



Fonte: <<http://argis.com.br/projetos-argis/buriti-shopping-ribeirao-preto/>>

Figura 61: Maquete virtual do projeto arquitetônico do novo empreendimento no complexo da cervejaria.



Fonte: <<http://argis.com.br/projetos-argis/buriti-shopping-ribeirao-preto/>>

As imagens selecionadas abaixo demonstram diferentes áreas deste complexo sendo desmontadas e demolidas, numa ação que teve início em 2015, e segundo reportagem da emissora Globo (G1, 13 set. 2015), o projeto para implementação do Shopping foi aprovado pelo CONPPAC – uma vez que as edificações tombadas pelo município seriam mantidas. Mas é possível ver parte da fachada (elemento tombado) sendo demolida. Além disso, análises realizadas através da ferramenta *google maps* demonstram que grande parte do complexo foi suprimido, inclusive a chaminé, que não aparece nas imagens.

Todo o inconveniente representado pela demolição de várias edificações do complexo se mostrou em vão, uma vez que em 2019 o grupo empreendedor desistiu da construção do novo *shopping* e, de acordo com reportagem da Central Brasileira de Notícias, “a área onde seria construído o empreendimento tem 35 mil metros quadrados e o prédio onde funcionava a cervejaria, que era considerado patrimônio histórico do município, foi

destruído” (CBN, 18 Fev. 2019). Apesar das estruturas tombadas do complexo não terem sido demolidas (com exceção de parte da fachada da fábrica) a não efetivação da obra significou perdas consideráveis na fisionomia do espaço.

Figura 62: Imagens da demolição de parte das edificações do complexo em 2015.



Fonte: <<https://www.revive.com.br/noticias/economia/comecam-obras-do-shopping-buriti/>>

Figura 63: Imagens da demolição das edificações que formavam a fachada do complexo em 2015.



Fonte: <<https://www.revive.com.br/media/cache/06/e3/06e3029b98a3ecc180b2da4ebe099721.jpg>>

Figura 64: Desmontagem de galpão da fábrica (2015)



Fonte:<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/09/predio-de-antiga-cervejaria-comeca-ser-demolido-para-abrigar-shopping.html?fbclid=IwAR07zj-O5EbEKkIqm0vMEVpp64_R0sEsKN9_iKa0jPPLsmWTc2v1WMf6bR4>

Figura 65: Imagem do Google Maps da área do Complexa Antarctica (2019).



Fonte:<<https://www.google.com/maps/place/Instituto+SEB+-+A+F%C3%A1brica/@-21.1697094,-47.8139393,344m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x0:0x19e3773f8631d5f1!8m2!3d-21.170935!4d-47.81159>>

Esse caso extremo de “destruição”, planejada como “requalificação” parece um bom exemplo das práticas alertadas por Kühl (2009, p. 145, 146) como “projetos autodenominados requalificação [...] que, na verdade, desqualificam o espaço industrial”. Assim o “parque de diversões [representado por complexos industriais] para a especulação imobiliária” e a falta de estudos específicos para intervenções nesses locais se contrapõem às decisões preservacionistas, mesmo quando o tombamento exerce uma seleção cuidadosa, como no caso do tombamento estadual da cervejaria Antarctica de Ribeirão Preto, que abarcou apenas 30% dos elementos edificados. De qualquer forma, a pouca expressão concedida pelo tombamento ao legado industrial expressa uma postura preservacionista no mínimo controversa.

Em Porto Alegre, um projeto de construção de um *shopping center* na antiga *Cervejaria Bopp e Irmãos* começou a ser pensado em 2001, com a conclusão da obra em 2003. O *site* do *shopping* destaca a reconversão, que integrou passado e presente, evidenciando que:

o [shopping] TOTAL carrega a história e a memória do início da indústria cervejeira de Porto Alegre e da formação do bairro Floresta. Está integrado aos imponentes prédios de patrimônio histórico, projetados pelo arquiteto alemão Theodor Wiederspahn em 1911, que outrora abrigavam as cervejarias Bopp Irmãos, Continental e Brahma (SHOPPING TOTAL, 2019).

Figura 66: Fachada principal do prédio



Fonte: <<https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/geral/2019/01/667257-a-historia-de-porto-alegre-em-um-copo-de-cerveja.html>>

Esse tempo passado, do qual a edificação é testemunha, evoca figuras do incipiente desenvolvimento industrial da cidade e seu vínculo com a imigração germânica na região, sendo importante elo com esses acontecimentos.

E se, por um lado, no que diz respeito às memórias dos trabalhadores, Jeudy (2005, p. 27) fala sobre a *ação missionária* dos etnólogos europeus durante a década de 1970 e 1980 na legitimação das identidades operárias, através da novidade representada pelo patrimônio industrial, por outro lado, como destaca Beatriz Thiesen (2005, p. 16), a indústria foi “para as classes dominantes [...] símbolo de modernidade, de uma nova era de progresso e bem estar”.

As edificações fabris geralmente são tidas como ícones de riqueza e prestígio das famílias industriais mas, no caso da cervejaria Bopp, existe algo mais. As diferentes representações escultóricas que adornam suas fachadas formam vários conjuntos e além do fator publicitário remetem a “um discurso que uma burguesia então emergente fazia de si mesma” (THIESEN, 2005, p. 116). As figuras usavam o cômico, recorrendo assim a uma linguagem moderna para exaltar o processo mecânico, os personagens da mitologia (greco-romana, germânica e escandinava) e os elementos da natureza ligados à produção da cerveja (THIESEN, 2005, p. 101-109).

A transformação desse prédio repleto de símbolos de progresso, civilidade e opulência em um *shopping center* demonstra um paradoxo do objeto patrimonial, já exposto por Jeudy. Considerando que o princípio das reconversões transpassa por possibilidades econômicas, segundo Jeudy, ao mesmo tempo em que o valor simbólico do bem cultural não pode se converter em valor mercadológico (pois, nesse caso, o valor de mercado poderia anular o valor simbólico do bem cultural), “não existe desenvolvimento cultural sem comercialização” (JEUDY, 2005, p. 20). Assim, se os adornos da edificação – vistos por Beatriz Thiesen (2005, p. 116) como um “grande outdoor” publicitário da Cervejaria Bopp para o consumo do seu produto – se transmutam enquanto patrimônio histórico preservado, sua função publicitária é conservada. Entretanto, nesta conversão, como novo centro de compras, o prédio reúne valor simbólico e econômico.

Esses valores são utilizados como *marketing* pelo próprio *shopping*, que destaca a fábrica como um “cenário único que desperta curiosidade e memórias”, composta pelas “fachadas com grandiosas estatutárias de cunho mitológico, e figuras simbólicas ligadas à produção cervejeira” (SHOPPING TOTAL, s/d). Os “túneis”, as “caldeiras”, as “alamedas” e a “consagrada chaminé de 86m de altura” também são explorados nos textos sobre a história do *shopping* que, construído em 2003, parece recorrer convenientemente ao antigo prédio (e ao monumento histórico e as memórias coletivas ligadas a ele) como forma de absorver, e dessa forma se confundir com a história da capital gaúcha.

Figura 67: Detalhe da Chaminé de 86 metros.



Fonte: <<https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/2017/08/geral/581824-circuito-de-games-e-esports-e-atracao-no-shopping-total.html>>

Mas, na prática, a reconversão demoliu algumas das edificações não tombadas e manteve apenas as fachadas dos prédios tombados, alterando suas partes internas. A seleção de edificações para o tombamento deu valor apenas ao núcleo da fábrica esteticamente mais relevante, liberando para demolições várias outras edificações do complexo; uma ação preservacionista, próxima daquela executada em um dos complexos de Ribeirão Preto. Em relação à memória da fábrica, para as pesquisadoras de memória social e patrimônio cultural Jossana Coelho e Francisca Michelin (2019, p. 14), a ala informativa se restringiu a “um pequeno histórico do imóvel e descrição do processo de tombamento”. As autoras ainda criticam a ausência das memórias operárias, não só neste empreendimento, mas em outros planos de requalificação ocorridos em fábricas do Bairro Floresta, antigo bairro industrial de Porto Alegre.

No âmbito da intervenção, visto que a edificação já havia sido tombada em 1999 pelo COMPHAC, um importante trabalho de levantamento arqueológico precedeu e acompanhou as obras de reconversão em 2000. O parecer arqueológico realizou um levantamento cronológico da ocupação da área da cervejaria, que contou com pesquisa documental sobre as diferentes construções ao longo do tempo. Esse levantamento sobre o histórico da ocupação e da distribuição cronológica das edificações permitiu “avaliar e interpretar mais facilmente os vestígios arqueológicos, ainda que esses mesmos vestígios possam levar a reavaliar e redesenhar esse contexto histórico” (THIESEN, 2005, p. 51).

Não convém entrar em detalhes sobre os procedimentos de prospecção, que percorreu uma grande área da fábrica, limitando-se essa exposição a demonstrar o valor informativo de tal experiência para a compreensão das formas produtivas e as transformações dos espaços fabris, ainda mais naquela cervejaria, que teve durante o século XX a junção de outras fábricas do seu entorno. Além disso, a prospecção arqueológica exprime outro tipo de procedimento preservacionista e elucidativo do patrimônio industrial, que não foi adotado nem exigido pela PMJ em relação à Cervejaria Antarctica de Joinville. Por outro lado, o tombamento da Cervejaria Antarctica em Joinville demonstra uma preocupação em manter as características do conjunto, com o tombamento volumétrico de grande parte das edificações do complexo.

Os exemplos investigados até aqui expõem que, quando os complexos fabris não são demolidos, as reconversões (entre as práticas patrimonializantes) são normalmente as medidas que possibilitam a preservação das edificações industriais. Vimos também que entre essas reconversões é comum a supressão de edificações ou sua descaracterização e que existe uma dificuldade em propor projetos que dialoguem de maneira harmoniosa com salvaguarda

do patrimônio e novo uso do espaço. Outro problema é a ausência de referências a algumas memórias, uma vez que nem sempre o papel dessas fábricas na sociedade da qual faziam parte é destacado e nem sempre a presença dos diferentes atores é abordada ou ganha visibilidade nos planos de reuso.

4.3. CERVEJAS, CERVEJARIAS E PROJETOS DE MUSEALIZAÇÃO

Neste último momento, abordaremos a musealização como ferramenta de preservação, a partir de dois exemplos de cervejarias: a Cervejaria Bohemia, em Petrópolis, que além da ala museográfica ainda mantém sua produção na fábrica, e o museu da cerveja de Blumenau, em Santa Catarina, que apesar de não ocupar uma cervejaria, existem debates para que seja deslocado para uma antiga cervejaria da cidade.

No que diz respeito às áreas industriais, entre as medidas de patrimonialização, como a inventariação, restauração e tombamento, a musealização *in situ* aparece como um dos elementos de proteção mais bem sucedidos. Isso porque as condições materiais do museu *in situ* permitem operar a partir de três eixos, que envolvem: o *campo de salvaguarda* de componentes fabris, com o processo de inventariação, conservação e restauração desses itens, integrados ao museu como acervo; o *campo de estudo*, que propõe o desenvolvimento de pesquisas e conhecimentos com base nos vestígios industriais (acervo museal); e o *campo de divulgação*, que não só transmite a informação como promove debates e interações entre público escolar, pesquisadores e comunidade sobre a importância do bem (TINOCO, 2012, p. 29, 39, 40). Além disso, a musealização permite, como na fábrica da Bohemia, conciliar a produção fabril com o fomento ao conhecimento, turismo e rendimento econômico.

Figura 68: Fachada da *cervejaria Bohemia* após intervenção em 2010.



A cervejaria Bohemia, que foi adquirida pela Antarctica em 1961, faz parte do grupo AMBEV desde o ano 2000 e sua história remonta ao cervejeiro e imigrante alemão Henrique Leiden, que criou sua cervejaria em Petrópolis, em 1853. Dez anos depois, a cervejaria foi herdada por seu neto, que aos poucos expandiu sua produção e no final do século XIX a cervejaria recebeu o nome Bohemia. Atingindo um reconhecimento nacional durante a Exposição do Centenário da Independência no Rio de Janeiro, em 1922, a cervejaria manteve-se no mesmo local até 1998, momento em que a produção foi deslocada para outra unidade. Mas o ano de 2012 marcou a reabertura da fábrica em Petrópolis e o retorno da produção cervejeira foi acompanhado pela criação de um museu em parte da cervejaria. (BOHEMIA, 2020).

Conhecido como *Centro de Experiência Cervejeira da Bohemia* (CECB), em fins de 2013 o museu já havia recebido 50 mil visitantes e se transformado em uma das principais atrações turísticas de Petrópolis. O museu aborda a história da produção cervejeira, com destaque para diferentes estágios do processo, tipos de cervejas e história da fábrica. O final do percurso da visita oferece a possibilidade de degustação (G1, 28 set. 2013).

Segundo artigo de Renata Monteiro e Guaracira Gouvêa (2016), a expografia do museu Bohemia fornece possibilidades de conhecimento científico e técnico, podendo se enquadrar no âmbito dos Museus e Centros de Ciência e Tecnologia (MCCT). Apesar de em suas propostas museográficas o CECB não ser apresentado dessa maneira, as autoras demonstram que a partir de outras motivações, o Museu da Bohemia aborda conceitos científicos e processos tecnológicos.

Com análises fixadas em quatro salas do CECB, foi possível identificar abordagens tecnológicas sobre o início do processo industrial, como a introdução, na produção de cerveja, da máquina a vapor de James Watt no século XVIII; o processo de pasteurização, desenvolvido por Louis Pasteur no século XIX, com uma nova técnica de eliminação de microrganismos do líquido, obtendo o alargamento do prazo de validade de produtos (cerveja e leite, por exemplo). Outros temas da Ciência e Tecnologia (C&T) são encontrados em painéis, imagens e cenografia como a menção de alguns *inventores*: “James Harrison, relacionado à refrigeração, Gay Lussac, à fermentação e Emil Christian Hansen, ao isolamento das culturas de leveduras”. Processos de produção, linhas de montagens, os trabalhos operários no interior da fábrica, os diferentes processos (do artesanal ao industrial) de vedação de garrafas e o avanço dos processos “de refrigeração, filtração e pasteurização”

são apresentados no âmbito da “revolução fabril no início do século XX” (GOUVÊA; MONTEIRO, 2016, p. 314, 315).

Apresentando a pesquisa em relação com o debate museológico, as autoras destacam a maneira diferenciada como o museu consegue estimular o interesse do público por conteúdos científicos e tecnológicos. O CECB foge das abordagens que caracterizam os MCCT; que embora sejam marcadas pela interatividade, possuem o cunho científico como a principal curiosidade em suas exposições.

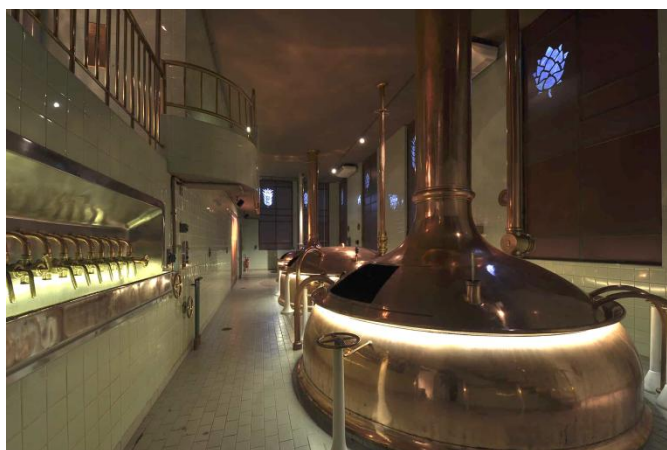
Os espaços do CECB apresentam um cuidado teatral com a cenografia das salas. Essa preocupação é aparente no posicionamento das luzes (como apresentado na página do designer de iluminação) para que as “estruturas, tubulações e equipamentos originais fossem iluminados de forma a criar uma impressão misteriosa e relembrar o visitante que ele caminha por uma fábrica antiga” (RAFAEL LEÃO, 2016).

Figura 69: Sala de envasamento com a linha de produção.



Fonte: <<http://rafaelleao.com/projeto/cevejaria-bohemia/>>

Figura 70: Antiga sala para o cozimento, fermentação e filtragem, inserida no roteiro museológico.



Fonte: <<http://rafaelleao.com/projeto/cevejaria-bohemia/>>

Se a *Sala Saga da cerveja: da Pré-história à Idade Contemporânea* possui referência aos cientistas, suas descobertas e aos processos industriais e tecnológicos, na *Sala dos ingredientes: os carboidratos e a malteação* há uma experiência sensorial, que permite um contato diferenciado com as matérias primas da produção (malte, lúpulo, água, levedura, cevada, trigo e aveia) a partir do visual, do tato, do odor e do gosto (cevada, trigo e aveia podem ser saboreados). Nesta ala apresentam-se a estrutura do grão e os processos químicos de malteação e fermentação. A *Sala da Alquimia* abrange antigos espaços de produção desativados da cervejaria e demonstra o processo de funcionamento das tinas de fermentação e de cozimento, percorrendo as cadeias “1. Tina de cereais não maltados; 2. Tina de mostura; 3. Tina de filtração; 4. Cozinhador do mosto” (GOUVÊA; MONTEIRO, 2016, p. 317, 318).

Pode-se dizer que as tinas de fermentação se transformaram em objeto fetiche das cervejarias e, pelo menos nos exemplos de reconversão levantados neste capítulo, elas tiveram espaço garantido nessas propostas, assumindo a esfera que Ulpiano Meneses (1994, p. 26) chamou de *mistificação* de objetos em exposições museológicas. Independente dos projetos arquitetônicos, em diferentes intenções de reconversão e reuso, no Brasil e em Bruxelas, as salas de fermentação receberam atenção especial, impondo-se como área em evidência e a ser preservada.

Representado, nesse caso, pela produção da cerveja, o estudo sobre o CECB permite dizer que a abordagem museológica do patrimônio industrial pode ser produtiva, unindo, como foi colocado anteriormente por Tinoco, a salvaguarda, o conhecimento e a divulgação desse conhecimento. É claro que o CECB, sendo de uma entidade privada, possui interesse no apelo comercial da marca e em sua memória corporativa, e se por um lado ele consegue trabalhar aspectos científicos e tecnológicos, os temas trabalhistas e do operariado são escassos no espaço.

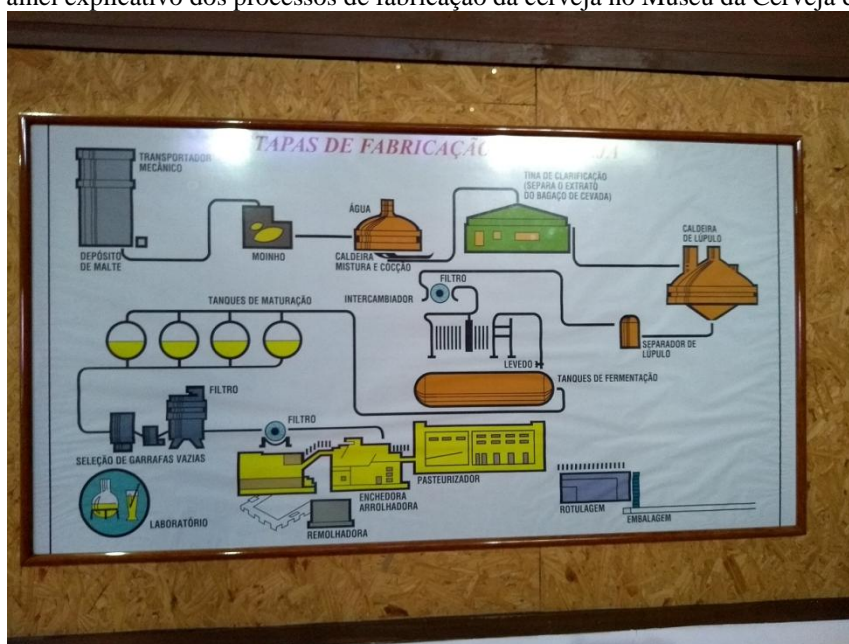
Sobre a possibilidade de “expor a História em museu?”, Meneses responde: “não, a história não pode ser visualizada”; assim, o estímulo sensorial de uma exposição museal não permite “restituir o passado”, embora forneça material (documentos, objetos) que favorece sua leitura. De outro modo, os museus assumem papel imprescindível para o conhecimento de dimensões das sociedades humanas “que a História não poderia desenvolver ou desenvolveria de forma precária” (MENESES, 1994, p. 38, 39).

É neste intervalo, entre um discurso museológico e a história que se pretende abordar de um determinado espaço industrial reconvertido, que podemos encaixar o receio de Meneguello (*apud* SILVA; RODRIGUES, 2011, p. 253) sobre os novos “usos entendidos como ‘nobres’, ou seja, museus e centros culturais”. Mas o ambiente artificial de um museu industrial também pode gerar uma falsa impressão sobre o verdadeiro contexto de uma

fábrica e, como alerta José Cordeiro, “o museu [industrial] deve tentar preservar as reais características da produção daquela fábrica quando estava em laboração” (CORDEIRO, 2018, p. 94).

Criado em 1996, o museu da cerveja em Blumenau está localizado na praça Hercílio Luz e não ocupa nenhuma fábrica de cerveja, embora possua algumas máquinas e objetos da antiga *Cervejaria Feldmann*. As imagens do museu demonstram um apelo expográfico bem menos cenográfico que o CECB, possuindo algumas máquinas, ferramentas, cartazes da Oktoberfest, imagens sobre o processo de produção, fotografias e amostras de grãos e cereais utilizados no processo de fabricação da cerveja.

Figura 71: Painel explicativo dos processos de fabricação da cerveja no Museu da Cerveja de Blumenau.



Fonte: <https://www.casadedoda.com/conheca-o-museu-da-cerveja-em-blumenau/>

Figura 72: Amostras de cereais.



Fonte: <https://www.casadedoda.com/conheca-o-museu-da-cerveja-em-blumenau/>

Figura 73: Área central do museu.



Fonte: <https://www.casadedoda.com/conheca-o-museu-da-cerveja-em-blumenau/>

Quanto ao prédio da antiga cervejaria Feldmann, desde 2004 abriga o Centro Cultural da Vila Itoupava Seca. A cervejaria foi fundada pelo imigrante Heinrich Feldmann, em 1898, e encerrou suas atividades em fins de 1970, sob a direção de Alfred Feldmann (neto de Heinrich). Parte do maquinário esteve no local até a década de 1990, quando foi enviado para o Museu da Cerveja de Blumenau, mas em abril de 2019 o material retornou para a antiga fábrica. Considera-se que foi a primeira cervejaria no Brasil a criar o tipo bock (O BLUMENAUENSE, 24 Abr. 2019).

A esposa de Alfred Feldman (falecido em 2009), Ella Feldmann, recebeu em março de 2020 a Comenda Municipal do Mérito Cervejeiro Heinrich Hosang⁸⁵, como reconhecimento dos:

Relevantes serviços prestados com dedicação na fabricação e divulgação e em razão da qualidade do processo de elaboração de cervejas, artesanais ou industrializadas, produzidas no Município, que contribuíram para a titulação de Blumenau como Capital Nacional da Cerveja (BLUMENAU, 10 Mar. 2020).

Se considerarmos que a produção na antiga Cervejaria Feldmann foi encerrada em 1978, a condecoração concedida a Ella Feldmann é um reconhecimento tardio. Esse reconhecimento, após quase 40 anos do fechamento da fábrica, evidencia os mecanismos de distinção que estão envolvidos no ato de conceder uma comenda; além disso, demonstra significados complexos do papel dos museus e dos memoriais na produção social de

⁸⁵ De acordo com o artigo 2º. do Decreto Legislativo Nº 962/2017, que institui a *Comenda Municipal do Mérito Cervejeiro Heinrich Hosang*, ela é “conferida, pela Câmara Municipal, ao mestre cervejeiro e às pessoas que se dedicam à fabricação e divulgação de cervejas, artesanais ou industrializadas, produzidas em Blumenau, pela qualidade do processo de elaboração, pelos relevantes serviços que transformaram Blumenau na Capital Nacional da Cerveja e que, por mérito excepcional em prol do Município, se tenham tornado merecedores dessa distinção” (BLUMENAU, 2017).

memórias. O retorno de máquinas e objetos do *Museu da Cerveja de Blumenau* para a antiga cervejaria, para a criação de um memorial ali, demonstra um movimento recente de reforço da importância dessa fábrica e desses personagens para a história da cidade. Talvez haja atualmente um olhar diferenciado sobre o reconhecimento da edificação enquanto patrimônio industrial, e a fala do secretário de Turismo e Lazer de Blumenau, Ricardo Stodieck, remete a uma nova valorização histórica do local: “hoje as peças da Feldmann voltam para o seu local de origem. São peças que carregam a história da cervejaria e por conta disso retornam para sua casa” (O BLUMENAUENSE, 24 Abr. 2019).

Figura 73: Garrafas com antigos rótulos da Cervejaria Feldmann em exposição.



Fonte: <https://www.gestour.com.br/blumenau/atrativos/detalhes/4816>

Como colocado por Jeudy (2005, p. 40), o enaltecimento de uma identidade étnica “funda-se em uma consagração patrimonial”; papel atribuído, também, ao museu enquanto ferramenta de preservação de identidades, principalmente quando estas estão em vias de desaparecer. E se neste momento vemos um movimento de restauração do prédio e criação de um memorial em uma das primeiras cervejarias de Blumenau, deve-se levar em conta que, além da tradicional festa da Oktoberfest, iniciada em 1984, a fabricação familiar da cerveja teve presença marcante na cidade até meados da década de 1950. E já em 1960 um relato na revista *Blumenau em Cadernos* demonstrava um saudosismo pelo passado da produção do “pão líquido”:

Desapareceram, assim, as cervejarias blumenauenses. Mas a sua lembrança, ligada aos bons tempos coloniais e aos primeiros anos do município, permanecerá como um dos fatores que mais concorreram para amenizar as agruras da vida dos primeiros blumenauenses, pondo-lhes um pouco de alegria, de cordialidade saudável e generosa, nos anos atormentado os começos da colonização (SILVA, 1960, p. 170).

A extensa jornada pela qual passamos indica que a cervejaria, enquanto unidade fabril, possui, em diferentes lugares do país e também em outros países, um grande apelo memorial. É um tipo de indústria que esteve ligada ao processo de urbanização, que no Brasil se intensifica na virada do século XIX para o XX, por isso é comum encontrá-las em cidades brasileiras que tiveram fomento industrial nesse período. Percebemos que, apesar de uma variedade de escalas e tipologia, seu tipo de construção permite diferentes possibilidades de usos e adaptações. Alguns exemplos, como o da cervejaria espanhola *El Aguila*, revelam que essas adaptações e intervenções podem ocorrer respeitando os elementos significativos do prédio, ressignificando ambientes e permitindo, contudo, que a memória passada do lugar não seja apagada. O cuidado com a manutenção da composição industrial (como na *cervejaria Lamot*), incluindo, assim, paisagens, edifícios, maquinário, ferramentas, documentos, manifesta perspectivas positivas para o reuso e preservação dos espaços industriais.

Em contrapartida, exemplos de desuso, degradações e demolições indiscriminadas alertam sobre os perigos do desaparecimento desse tipo de patrimônio. E os casos das cervejarias Antartica de São Paulo (no bairro da Mooca) e de Joinville se apresentam nesse cenário de ameaça, enquanto em um dos complexos da Antartica de Ribeirão Preto o patamar de ameaça já foi ultrapassado, chegando ao estágio de desaparecimento quase total. Situação distinta aconteceu com a Cervejaria Brahma, construída em 1988 no Rio de Janeiro: como uma das ações para ampliação da arquibancada do sambódromo, o prédio da cervejaria, tombado em 2001, passou pelo processo de destombamento para, então, ser implodido em 2011.

Esse tipo de desatenção que, às vezes, passa pela convivência dos próprios órgãos de preservação e demonstra a pressão sobre a atuação no campo da preservação, não é exclusividade do patrimônio industrial. Os diferentes interesses – políticos e econômicos, privados e públicos – envolvidos em programas de preservação de patrimônios urbanos, também fazem parte dos processos de intervenção que geralmente compreendem planos de requalificação, abrangendo as áreas industriais desativadas. E o descaso com o patrimônio pode ser visto, em alguns momentos, como um plano. O processo de arruinamento tende a tornar a intervenção cada vez mais cara, ao mesmo tempo que materializa um questionamento sobre o verdadeiro valor cultural de um bem. A marginalização do bem pode abrir caminho (como aconteceu em Joinville) para tentativas de flexibilização do destombamento, sendo o estado de conservação do bem uma maneira de mensurar essa possibilidade. Até mesmo em casos de reconversão o arruinamento pode facilitar a supressão de edificações, como exposto no caso de um dos complexos da Antartica em Ribeirão Preto, em que o próprio órgão de

preservação justificou o não tombamento de alguns prédios pelo estado de degradação em que se encontravam.

Por outro lado, o apelo memorial pode encontrar, na musealização *in situ*, uma alternativa de ganhos econômicos, com a promoção do conhecimento científico, tecnológico e histórico. Como, por exemplo, o Museu da Bohemia que pode tratar aspectos da produção científica, seu desenvolvimento, conceitos e os processos industriais. Mas, além desse tema, o mundo operário pode ser abordado a partir dos espaços fabris. E, no caso da Cervejaria Antarctica de Joinville, existe um enorme acervo documental administrativo ainda intocado e que pode fornecer farto material para novas pesquisas no âmbito trabalhista, social e econômico ligadas ao patrimônio industrial.

Marcada pela produção industrial, a cidade de Joinville não possui nenhum espaço expositivo que dê ênfase ao mundo do trabalho ou operário. E a musealização da antiga Cervejaria Antarctica poderia servir também como uma possibilidade de estimular esse tema, aparentemente deslocado dos discursos museais da cidade. Da tipografia presente nos rótulos das cervejas à engenharia; dos manuais de procedimentos fabris aos desenhos das plantas arquitetônicas da fábrica; são exemplos da diversidade de ofícios que podem ser incorporados em reflexões sobre a história do trabalho em Joinville e a relação entre a técnica e a arte.

Os museus de cunho industrial e técnico criados entre o final do século XIX e início do XX, na Europa,⁸⁶ possuíam interesse na salvaguarda de diferentes maquinismos industriais, como exemplo do notável avanço tecnológico e como consagração do grau de modernidade alcançado. Nos museus industriais da virada do século XX para o XXI, “a máquina como animal totêmico do homem” (MUMFORD, 1957, p. 18) tem sua aura modificada, representando um vestígio do passado a ser preservado diante de uma sociedade em profunda transformação. Se a era industrial iniciou o século XX como força propulsora voltada para o tempo futuro, o processo de desindustrialização nas últimas décadas daquele século foi um dos fenômenos que interferiu nos movimentos de expansão da memória, da patrimonialização e da musealização; movimentos responsáveis, em âmbito global, pela tentativa de uma recordação total de um passado já ultrapassado.

⁸⁶ São alguns desse período: Museu da Ciência (1857), Londres, Inglaterra; Museu da Arte e da Indústria (1889), Saint Etienne, França; Museu da Ciência e da Tecnologia (1903), Munich, Alemanha; Museu da Forja (1906), Eskilstuna, Suécia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Você julga que olha para o objeto e, afinal,
limita-se a olhar para seu pensamento"
(Fustel de Coulanges, 1871)

Escrever a história de maneira objetiva foi durante o século XIX e parte do século XX, o principal cânone da disciplina. Muitos historiadores dessa época defenderam uma total separação entre a prática historiográfica do historiador e seu próprio tempo. Apenas a distância temporal dos acontecimentos investigados poderia garantir uma suposta neutralidade. Fustel de Coulanges foi contemporâneo dessas ideias, e em diferentes momentos advertiu sobre uma escrita histórica que deveria ser não apenas fiel às fontes, mas se limitar à elas, em uma tentativa de ocultar as subjetividades inerentes às experiências de vida do historiador e as formas de perceber sua realidade.

Mas no início do século XX, Sigmund Freud inicia os estudos sobre a psicanálise e com a descoberta do subconsciente um olhar diferente em relação às distintas dimensões simbólicas que compõem a complexidade humana seria aberto; não haveria dessa forma uma fronteira delimitada entre consciência e subconsciência. Enquanto nas ciências sociais, a teoria da relatividade seria aplicada a partir de pesquisas antropológicas realizadas por Claude Lévi-Strauss, através do conceito de relativismo cultural em meados do século XX. Esses estudos ganharam fôlego em fins da década de 1960 (em virtude dos movimentos de contestação na Europa e da chamada virada linguística) e interferiram na forma como a história era escrita e como o passado era pensado, revelando a importância das dimensões simbólicas como expressão de uma determinada “realidade”. A ideia de cultura como uma expressão de sentidos criados e compartilhados por uma determinada sociedade, ampliou as perspectivas do campo histórico, que se aproximou da antropologia e passou a considerar novas fontes, questionamentos e temas.

Se o alerta de Fustel em relação a escrita da história em fins do século XIX condenava o posicionamento do historiador nos conflitos contemporâneos, após a segunda guerra mundial, os grandes julgamentos de crimes de guerra já haviam criado uma demanda pública para o trabalho historiográfico. Seguindo uma onda de críticas aos paradigmas das ciências humanas desde a década de 1970, o campo historiográfico se deparou, no início dos anos 1980, com o desabamento das “grandes narrativas” e colocou em dúvida uma construção do passado que não considerasse a realidade “mediada pela linguagem”, e nem o papel da subjetividade na prática historiográfica. Esse movimento não só permitiu uma

“reavaliação da narrativa”, como também abriu espaço para “a elaboração de uma história do acontecimento, da memória, das representações, da opinião” (ROUSSO, 2016, p. 227)

A chamada história do tempo presente possibilitou uma escrita em que o historiador pode ser também testemunha dos fatos que estuda, escreve-se assim a história do seu próprio tempo. E as análises sobre as políticas de preservação investigadas na presente dissertação tomam como base, não só a proximidade temporal com o tema do estudo, mas a proximidade espacial (e por que não, afetiva?) com alguns dos objetos (Cidadela Cultural Antarctica) e com agentes e órgão públicos (CPC, por exemplo) envolvidos neste estudo. Uma proximidade confortável no que diz respeito a facilidade de perceber situações que apenas uma observação cotidiana das características públicas de ação preservacionista pode realçar. Por outro lado, a proximidade é desconfortável, uma vez que a pesquisa historiográfica parte de questionamentos, problematizações e, também, críticas.

Mensurar o envolvimento emocional com determinados bens e com determinadas expectativas de uma política de salvaguarda coerente, principalmente no que diz respeito aos bens culturais públicos, se mostra tarefa difícil diante de frustrações e inércias. E todo o caminho percorrido até aqui, tentou oferecer essas sensações de satisfação e desânimo, tendo por base minha função como agente de preservação cultural no município de Joinville.

Investigar o patrimônio industrial da cidade revelou muito mais do que seus valores enquanto bens culturais, mas principalmente um árduo e imprescindível trabalho, muitas vezes invisibilizado do órgão de preservação municipal. Os conflitos entre as políticas de preservação e os interesses privados, pelo menos nos casos analisados em Joinville, terminaram em consenso. Duas chaminés em vias de demolição conseguiram ser preservadas. O complexo da Wetzel, por fim, teve mais edificações conservadas em sua volumetria, do que inicialmente havia sido pensado. A Usina de açúcar, infelizmente, no momento em que foi aberto o seu processo de tombamento já contava com poucas referências às antigas construções, exceto uma edificação. O Moinho e seu longo processo de tombamento, de uma década, foi um bom exemplo das transformações realizadas nas práticas do órgão municipal no que diz respeito à preservação de elementos industriais. O paulatino uso de referências teóricas ao patrimônio industrial demonstrou tanto no parecer de 2009 do Moinho, quanto no da chaminé da malharia Lumièr (2010) um amadurecimento do órgão municipal, que ficou mais evidente nos documentos de 2018, em relação à *definição de níveis de preservação do Moinho*, o qual abarcou profundos entendimentos sobre a salvaguarda de acervo industrial, práticas de produção, aspectos arquitetônicos e bens móveis.

Mas a Ponte Coberta e a Cidadela Cultural Antártica, e principalmente a sua edificação principal, apontam como os casos mais frustrantes das análises em Joinville. Ambos, enquanto patrimônios públicos, atestam as distâncias entre a teoria e a prática preservacionista. Atestam, também, os resultados da falta de interesse pela preservação cultural imposta pela gestão municipal nos últimos anos; mas não só nos últimos anos, considerando os problemas enfrentados pelo projeto Cidadela ainda nos primeiros anos dos anos 2000. E algumas abordagens realizadas na dissertação tentaram apontar para isso, quando reproduz falas de entrevistas de gestores públicos ou depoimentos registrados em atas, como as atas das reuniões da COMPHAAN.

Toda a jornada: por Ribeirão Preto com as análises dos dois complexos da Cervejaria Antártica; pelo caso da Cervejaria Antártica na Mooca em São Paulo; pela Cervejaria Irmãos Bopp em Porto Alegre; e por outros exemplos de requalificações e reconversões em Bruxelas e na Espanha; pretendeu traçar diálogos e servir de lições para ações que (poderiam, ou ainda) podem ser realizadas na Cidadela Cultural Antártica de Joinville. Musealização do prédio com o tema da produção cervejeira (como inicialmente pensado) ou a musealização de parte do prédio, com nova função para outras alas, biblioteca, centro de eventos, museu de arte ou centro (de produção e promoção) cultural, são exemplos alternativos de uso do espaço. E as propostas de requalificação de áreas urbanas e as políticas de uso do espaço público são demandas que vêm sofrendo forte pressão em um mundo governado pela lógica privatizante dos espaços públicos.

Perceber os fenômenos de preservação dentro das esferas de requalificação, e suas diferentes possibilidades também foi um dos intuitos deste trabalho. A fusão de interesses econômicos, o fomento ao turismo e a preservação patrimonial se mostrou uma prática recorrente nos planos de requalificação de áreas, embora demonstrem que quando o setor público não se faz presente, ou não faz questão de defender os interesses públicos, é a sociedade quem sai prejudicada, ainda mais quando o bem em questão é um patrimônio público, como a Cidadela.

Entre as possíveis contribuições desta dissertação pode estar, também, uma dado interessante sobre a maneira como a técnica e a tecnologia são pensadas como partes do patrimônio industrial. No caso brasileiro, as engenhocas que permitiram a produção de farinha de mandioca, açúcar e cachaça e com isso sustentaram por alguns séculos a economia do país e forneceram meios de subsistência para grande parte da população, tiveram seu valor, inicialmente, ligado ao passado de domínio português; como observado nos tombamentos realizados pelo Órgão Federal de Preservação entre 1938 e 1948. No entanto,

com novas abordagens sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, a “indústria” rudimentar nacional passou a ser entendida de outra forma, identificando nos engenhos e rodas d'água um exemplo importante de tecnologia.

Destaca-se nesse âmbito os trabalhos da CNRC e seus estudos sobre tecnologias e técnicas populares, apresentadas aqui nos inventários das fiadeiras no Triângulo Mineiro, nos registros da construção de engenhos em Orleans/SC e no inventário sobre a produção do vinho de caju em João Pessoa. Tanto esses três casos dos trabalhos da CNRC, quanto às concepções sobre o interesse tecnológico das produções rudimentares no Brasil, demonstram o uso de noções que permeiam a ideia de patrimônio industrial de uma maneira mais extensa, se aproximando, como já foi tratado, das concepções de alguns arqueólogos industriais.

Mumford (1957, 17) no livro *Técnica e Arte* escreveu: “a técnica começou quando o homem usou pela primeira vez seus dedos como pinças e uma pedra como projétil”. Essa concepção da técnica como uma prática humana utilizada como forma de aprimorar sua sobrevivência e sua produção, e a presença desta ideia em diferentes projetos desenvolvidos pelo CNRC se mostrou uma questão que merece ser ainda melhor investigada, uma vez que enriquece as perspectivas de entendimento do patrimônio industrial de maneira mais ampla; além de demonstrar um interessante viés preservacionista do órgão Federal ainda em fins da década de 1970.

As lutas democráticas pelo fim da ditadura e pela garantia de direitos sociais, durante a década de 1980, são outros elementos que impulsionaram um movimento historiográfico (iniciado em meados da década de 1970) voltado para a história dos trabalhadores, o processo de industrialização no Brasil e o papel das lutas operárias no cenário da redemocratização. Além do contexto nacional a atenção sobre bens industriais seguiu um movimento externo, e as estações e complexos ferroviários ganharam desde a década de 1970 especial atenção.

Quanto às políticas de preservação em Joinville pode-se dizer que o patrimônio industrial já é reconhecido, apesar de um pequeno acervo de indústrias protegidas através do tombamento. Mesmo assim, os debates sobre esse tipo de bem patrimonializável expressa diferentes dimensões temporais entre passado e presente a partir do fenômeno da industrialização e possibilita reconhecer a posição do patrimônio industrial dentro da memória da cidade de Joinville, quando confronta o papel da indústria nos discursos de progresso mencionados em jornais ao longo século XX e sua permanência nos dias atuais. De modo geral, a dissertação tenta revelar que esses elementos ainda se mostram capazes de reverberar muitas memórias, sentimentos e disputas que, simbólicas ou não, transpassam

complexas estruturas da sociedade, envolvem demandas e se consolidam tanto nos discursos de preservação quanto nos discursos anti preservacionistas.

REFERÊNCIAS

AACARCHITECTURE. **Project Centre d'Art Wiel**. s/d. Disponível em:

<https://aacarchitecture.be/fr/projects/wiels/>

Acesso em: 10 out. 2020.

A CIDADELA continua sangrando. **A Notícia**, Joinville, Anexo. 13 mai. 2008, p. 2.

AÇÕES do Instituto Schwanke que marcaram Joinville. **O sol diário**. 24 out. 2013.

Disponível em:

<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/10/acoes-do-instituto-schwanke-que-marcaram-joinville-4310680.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

A CULTURA caminha, mesmo que a passos lentos. **Notícias do Dia**, Joinville Caderno Plural, 28 Dez. 2013, p. 1-3.

AGE, Monica Pereira Juergens. **José Rufino: Arqueologia e Memória**. 2015. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Centro de Artes, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em:

<http://tede.udesc.br/bitstream/tede/799/1/124461.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2020.

A HISTÓRIA de Porto Alegre em um copo de cerveja. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre. 27 jan. 2019. Disponível em :

https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/geral/2019/01/667257-a-historia-de-porto-alegre-em-um-copo-de-cerveja.html

Acesso em: 01 set. 2020.

AINDA sem planos concretos, estrutura da Cidadela Cultural Antártica sofre com o abandono. **Jornal NOTÍCIA DO DIA**. 13 out. 2013. Disponível em:

<https://ndmais.com.br/noticias/ainda-sem-planos-concretos-estrutura-da-cidadela-cultural-antartica-sofre-com-o-abandono/> Acesso em: 20 abr. 2020.

ALFONSO, Louise Prado. **Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social**. 2013. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Programa de Pós-graduação em, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-16012013-141541/publico/Tese_LouisePAfonso_original.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

ALTHOFF, Fátima Regina. **Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: a gestão do patrimônio urbano em Joinville**. 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da cidade) – Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92023>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ALVAREZ-ARECES, Miguel Ángel. Patrimonio industrial: Un futuro para el pasado desde la visión europea. **Apuntes**. Bogotá., v. 21, n.1, p.6-25, Fev. 2008.

ALVES, Maria Cristina, et. al. Parecer Metalúrgica Wetzel S/A. In: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE (FCJ). **Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC.2005-009**: Rua Senador Felipe Schmidt, nº 228. Joinville, FCJ, 2005.

ANDRADE, Djanira Maria Martins de. **A influência da Ponte Hercílio Luz no desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina**. 1978. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1978. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/74839>. Acesso em: 01 ago. 2020.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para criação do SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 30, p. 271-287, 2002. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=10728>. Acesso em: 01 ago. 2020.

ANO da arqueologia industrial. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, 17 fev. 1979, n. 2726, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_11/63765. Acesso em: 01 ago. 2020.

ANTIGA cervejaria será 80% demolida em Ribeirão Preto. **Descalvadonews**, Ribeirão Preto, 3 Dez. 2013. Disponível em: <https://www.descalvadonews.com.br/noticias/2013/dezembro/03antarctica.htm>. Acesso em: 01 ago. 2020.

ANTIGA fábrica vai abrigar Centro Cultural. **A Notícia**, Joinville. 10 nov. 2000, p. 4.

ANTIGAS instalações da Wetzel dão lugar ao centro universitário de Joinville. **Notícias Santa Catarina**, Joinville, 27 fev. 2015. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/antigas-instalacoes-da-wetzel-dao-lugar-ao-centro-universitario-de-joinville>. Acesso em: 20 jul. 2020

ANUNCIADA há 15 anos como espaço das artes, Cidadela Antarctica permanece sem data para assumir seu papel. **A Notícia**, Joinville, 3 set. 2015. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/anunciada-ha-15-anos-como-espaco-das-artes-cidada-antarctica-permanece-sem-data-para>. Acesso em: 20 ago. 2020

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12633>. Acesso em: 20 ago. 2020

ARCHITEKTENKOÖPERATIEF. **Lamot 2000 - Brewhouse**. Disponível em: <https://www.architektenkooperatief.be/projecten/lamot-site-brouwgebouw/>. Acesso em: 10/10/2020.

ASSOCIAÇÕES culturais reclamam de abandono da Cidadela Antarctica em Joinville. **Notícias Santa Catarina**. Joinville, 4 Fev. 2020. Disponível em:

<https://www.nsctotal.com.br/noticias/associacoes-culturais-reclamam-de-abandono-da-cidadela-antarctica-em-joinville>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ARGIS. **Buriti Shopping Ribeirão Preto**. s/d. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:4F82JzpBERwJ:argis.com.br/projeto-s-argis/buriti-shopping-ribeirao-preto/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>
Acesso em: 20 ago. 2020

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE. Acervo AHJ – Livro de Rótulos, Typographia Otto Boehm. s/d.

_____. Acervo AHJ – Pasta Projetos Arquitetônicos. s/d.

_____. Acervo AHJ – Pasta Iconografia. Memória da Cidade.

ATAQUE à Cidadela. **A Notícia**, Joinville. Anexo, 3 abr. 2014. p. 8.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva. 2001.

BERÇO de grandes indústrias. **Notícias do Dia**, Joinville, 10 fev. 2014. Disponível em: <https://ndmais.com.br/blogs-e-colunas/memoria/berco-de-grandes-industrias/>.
Acesso em: 20 jul. 20.

BLAKE, William. **William Blake selected poetry**. London: Penguin Books, 1988. Disponível em: https://archive.org/details/williamblakesele00blak_0.
Acesso em: 03 ago. 2020.

BLUMENAU. **Decreto n. 1.153 de 10 de março de 2020**. Confere a comenda municipal do mérito cervejeiro heinrich hosang à senhora ella feldmann. Blumenau, SC: Prefeitura Municipal de Blumenau, 2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/decreto/2020/116/1153/decreto-n-1153-2020-confere-a-comenda-municipal-do-merito-cervejeiro-heinrich-hosang-a-senhora-ella-feldmann>. Acesso em: 20 jul. 20.

_____. Decreto n. 962 de 5 de dezembro de 2017. institui a comenda municipal do mérito cervejeiro heinrich hosang, no município de blumenau. 5 dez. 2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/b/blumenau/decreto-legislativo/2017/97/962/decreto-legislativo-n-962-2017-institui-a-comenda-municipal-do-merito-cervejeiro-heinrich-hosang-no-municipio-de-blumenau>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BOEHMIA. Nossa história. Petrópolis, 2020. Disponível em: <https://www.bohemia.com.br/historia>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL, Zenilda Ferreira. **De Estação de Muda a Museu: o surgimento do Museu Rodoviário de Paraibuna e a formação da coleção museológica**. 2015. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:

http://www.unirio.br/ppg-pmus/zenilda_ferreira_brasil.pdf. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.257/2001** que estabelece diretrizes gerais da política urbana (Estatuto da Cidade). Brasília. 2001.

_____. **Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília, DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13924.htm. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRUSSELS ARCHITECTURE. **Wiels**. 2007.
Disponível em: <https://www.brusselsarchitecture.be/nl/building/wiels>
Acesso em: 10 out. 2020.

BRUSSELS MUSEUM. **Wiels - Centre for Contemporary Art**. 2020.
Disponível em:
<https://www.brusselsmuseums.be/en/museums/wiels-centre-for-contemporary-art>
Acesso em: 10/10/2020.

BUCHANAN, Angus. "Industrial Archaeology". In: SEMPER, Edward; COGGIN, Philip. **Hidden factors in Technological Change**. Oxford: Pergamon Press, 1976. p. 91-95.

_____. **Industrial Archaeology in Britain**. Harmondsworth: Penguin, 1972.

CENTENÁRIO da Estrada União Indústria. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, n. 218, 23 jun. 1961, p. 5. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/364568_15/10396. Acesso em: 01 ago. 2020.

CENTRO cultural da vila itoupava - antiga cervejaria feldmann. **Gestour**. s/d.
Disponível em: <https://www.gestour.com.br/blumenau/atrativos/detalhes/4816>
Acesso em: 01 ago. 2020.

CERVEJARIA Antartica tem tombamento definitivo. **Jornal A Cidade**, Ribeirão Preto, 26 fev. 2013. Disponível em:
<https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/lazerecultura/NOT,0,0,708247,cervejaria+antarctica+tem+tombamento+definitivo.aspx>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CERVEJARIA Catarinense S.A. **Jornal A Manhã**. Rio de Janeiro. n. 376, 28 out. 1942, p. 4.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/17571>
Acesso em: 02 out. 2020.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012.
Disponível em:
https://www.academia.edu/14172825/Por_uma_hist%C3%B3ria_da_no%C3%A7%C3%A3o_de_patrim%C3%B4nio_cultural_no_Brasil. Acesso em: 20 abr. 2020.

CICLOS de cinema entram em recesso. **A Notícia**, Joinville, Anexo, 14 nov. 2001, p. 6.

CIDADELA Cultural Antarctica continua à espera de uma solução em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 6 mai. 2017. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/cidadela-cultural-antarctica-continua-a-espera-de-uma-solucao-em-joinville-0>. Acesso em: 10 set. 2020.

CIDADELA Cultural, em Joinville, espera há 14 anos pela execução do projeto original. Joinville. 18 mar. 2014. Disponível em: <webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:z2c0Jr2E6K4J:https://www.nsctotal.com.br/noticias/cidadela-cultural-em-joinville-espera-ha-14-anos-pela-execucao-do-projeto-original+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>). Acesso em: 10 set. 2020.

CIDADELA Cultural patrimônio público sem uso. **Notícias do dia**, Joinville. Caderno Plural. 21 out. 2010, p. 2.

CIDADELA Urgente. **A Notícia**, Joinville. 14 Dez. 2015, p. 2.

CIDADELA Tombada, e agora? **A Notícia**, Joinville. Anexo. 15 set. 2010, p. 2, 3.

CIPRIANO, Dulcilei de Souza; NOBRE, Eduardo Alberto Cusce. A transferência de potencial construtivo: incentivo aos bens protegidos na área central de São Paulo (?). **Anais eletrônicos [...]**. Natal: UFRN, 2019. p. 1-23.
Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=581>.
Acesso em: 02 fev. 2020.

CIVERA, Inmaculada Aguilar. Arquitectura industrial, testimonio de la era de la industrialización. **Bienes culturales**: revista del Instituto del Patrimonio Histórico Español, n. 7, p. 71-101, 2007. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/0000753353edaf669f1f9>
Acesso em: 02 fev. 2020.

CLASSE artística anseia por definições na Cidadela. **A Notícia**, Joinville, Anexo, 3 jun. 2004, p. 3.

COELHO, Jossana Peil; MICHELON, Francisca Ferreira. A cidade esquecida: patrimônio industrial e o ocultamento da memória do trabalho. **Revista Latino-Americana de História**, v. 8, n. 21, p. 111 – 129, jan./jul. 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/996>. Acesso em: 20 jul. 20.

COELHO, Mário C. **Moderna ponte velha**: imagem e memória da ponte Hercílio Luz. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77241>. Acesso em: 20 abr. 2020.

COMEÇAM as obras do Shopping Buriti. **Revide**. Ribeirão Preto. 6 nov. 2015. Disponível em: <https://www.revide.com.br/noticias/economia/comecam-obras-do-shopping-buriti/>
Acesso em: 20 abr. 2020.

COMPANHIA Antártica Paulista. **Portal da mooca**, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.portaldamooca.com.br/companhia-antarctica-paulista/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

COMISSÃO vai definir ocupação de centro cultural. **A Notícia**, Joinville, 10 ago. 2001, p. 7.

COMPLEXO Antarctica recebe sugestões. **Jornal do Município**, Joinville, 12 jan. 2001. p. 8.

COMPLEXO Antarctica impressiona curador. **A Notícia**, Joinville, Anexo, 7 ago. 2001, p. 3.

COMPLEXO Antarctica, Ribeirão Preto, 2019. **Google Maps**. 2019. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Instituto+SEB+-+A+F%C3%A1brica/@-21.1697094,-47.8139393,344m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x0:0x19e3773f8631d5f1!8m2!3d-21.170935!4d-47.81159>. Acesso em: 10/10/2020.

COMPLEXO cultural abre em março. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 14 fev. 2001, p. 2.

COMUNIDAD DE MADRID. **Biblioteca Regional de Madrid**. 2018. Disponível em: <http://www.madrid.org/cs/Satellite?blobcol=urldata&blobheader=application%2Fpdf&blobheadername1=Content-disposition&blobheadername2=cadena&blobheadervalue1=filename%3DFOLLETO+BIBLIOTECA+REGIONAL+2018+Versi%C3%B3n+Web.pdf&blobheadervalue2=language%3Des%26site%3DPortalLector&blobkey=id&blobtable=MungoBlobs&blobwhere=1353004352111&ssbinary=true>. Acesso em: 20 jul. 20.

_____. Biblioteca Regional de Madrid Joaquín Leguina (Arganzuela). s/d. Disponível em: <https://www.comunidad.madrid/centros/biblioteca-regional-madrid-joaquin-leguina-arganzuela>. Acesso em: 20 jul. 20.

CONHEÇA o Museu da Cerveja em Blumenau. **Casa de dodá**. 7 abr. 2018. Disponível em: <https://www.casadedoda.com/conheca-o-museu-da-cerveja-em-blumenau/>. Acesso em: 20 jul. 20.

CONSELHO DA EUROPA. **Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico**. Amsterdam, 1975. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaeuropeiapatrimonioarquitectonic1975.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2020.

_____. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Arquitetônico da Europa**. Granada, 1985. Disponível em: https://www.culturante.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/1985-convencao_para_a_salvaguarda_do_patrimonio_arquitetonico_da_europa_granada-conselho_da_europa-1.pdf?x69634. Acesso em: 02 fev. 2020.

_____. **Recomendação n. 872, 28 jun. 1979**. Sobre a Arqueologia Industrial. Strasbourg, 1979. Disponível em: <http://www.assembly.coe.int/nw/xml/XRef/Xref-XML2HTML-EN.asp?fileid=14906&lang=en>. Acesso em: 02 fev. 2020.

_____. **Recomendação n. 87 (24), 22 out. 1987**. Sobre as cidades industriais européias. Disponível em:

https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectId=09000016804cf440. Acesso em: 02 fev. 2020.

_____. **Recomendação n. (91) 13, 9 set. 1991.** Sobre a Proteção do Patrimônio Arquitetônico do Século XX. Estrasburgo, 1991. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/recomendacaosobrepatrimarqsecXX1991.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2020.

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO (CONDEPHAAT). **Bens Protegidos.** s/d. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/?unonce=6f316dbdbd&uformid=176&s=uwpsfsearchtrg&taxo%5B0%5D%5Bname%5D=cidades&taxo%5B0%5D%5Bopt%5D&taxo%5B0%5D%5Bterm%5D=uwpqsftaxoall&taxo%5B1%5D%5Bname%5D=classificacao&taxo%5B1%5D%5Bopt%5D&taxo%5B1%5D%5Bterm%5D=uwpqsftaxoall&taxo%5B2%5D%5Bname%5D=livrosto mbo&taxo%5B2%5D%5Bopt%5D&taxo%5B2%5D%5Bterm%5D=uwpqsftaxoall&skeywor d>
Acesso em: 02 fev. 2020.

_____. **Estudo de tombamento dos Edifícios que compõem o conjunto arquitetônico do Complexo Industrial da antiga Cervejaria Paulista.** Rua Mariana Junqueira - Ribeirão Preto. 2000.
Disponível em: http://www.infopatrimonio.org/wp-content/uploads/2018/06/COND_039684_2000.pdf
Acesso em: 02 fev. 2020.

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL (CMPC). **Plano Municipal de cultura.** Joinville, 2012. Disponível em: <http://snc.cultura.gov.br/media/3611/docs/planocultura/sc-pmc-joinville.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020

_____. **Relatório do Grupo de Trabalho Cidadela Cultural.** Joinville, 2015.
Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Anexo-Resolu%C3%A7%C3%A3o-CMPC-2014-06-30-n%C2%BA-09-Relat%C3%B3rio-GT-Cidadela-Cultural.pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.

CONPRESP (Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo). **Resolução n. 19 / Conpresp / 2016.** São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Re1916TombamentoedificacoesAntigaFabricaAntarcticaPDF_1473786946.pdf. Acesso em: 20 jul. 20.

COORDENAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL (CPC). **Definição do nível de preservação.** Nº 001.18, Rua Urussanga Nº 85 – Moinho. Processo SEI n. 14.0.004718-5/ Anexo 3987743. Joinville. 2018.

_____. **Relatório Técnico n. 12/2018.** Arquivos e documentos da Fundação Cultural de Joinville. Complexo Cultural Antarctica. Joinville. 2018b.

_____. **Relatório Técnico n. 13/2018.** Análise de estudo preliminar paisagístico. Complexo Cultural Antarctica. Joinville. 5 mar. 2018c.

CORDEIRO, José Manuel Morais Lopes. Entrevista concedida à Telma Bessa Sales. In: MATOS, Ana Cardoso; SALES, Telma Bessa (coord.). **Conversando sobre Patrimônio Industrial e outras histórias: palavras, espaços e imagens**. Sobral, CE: UVA, 2018. p. 71-106. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/24425>. Acesso em: 20 abr. 2020.

COSSONS, Neil. Perspectivas, percepções e o público. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 3 n. 1, p. 1-7. jan./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/issue/view/308>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. **The BP Book of Industrial Archaeology**. London: David and Charles, 1975.

FUSTEL DE COULAGENS. Essai historique sur la guerre et la Commune (1871). In: HARTOG, François. **Evidência da história: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica. 2011.

CRIAÇÃO de museu repercute em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 13 jun. 2002, p. 6.

CRISTOFOLINI, Nilton José. **Desenvolvimento Socioeconômico de Joinville/SC e a Ocupação dos Manguezais do Bairro Boa Vista**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107111/318129.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CULTURA da Canna. **Jornal Gazeta de Joinville**, Joinville, n. 8, 24 nov. 1880, p. 29, 30. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711608/655>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CULTURA e negócios na linha de produção. **A Notícia**, Joinville, 12 jan. 2001, p. 3.

CUNHA, Claudia dos Reis e. O patrimônio arquitetônico de Sorocaba visto através do acervo fotográfico do IPHAN. **Revista CPC**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 135-162, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/143939/147340>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CUNHA, Dilney. **História do trabalho em Joinville**, Gênese. Joinville: Toda letra. 2008.

_____. Primórdios de Pirabeiraba, aspectos obscuros da sua gênese histórica. In: **Pirabeiraba 150 anos**. Joinville. p. 4-6, abr. 2009.

_____. **Suíços em Joinville: o duplo desterro**. Joinville: Letrad'agua. 2003.

CUNHA, Idaulo José. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SILVA, Anaxsuell Fernando da; RODRIGUES, Wagner do Nascimento. As ruínas do futuro e o novo patrimônio Industrial. Entrevista Cristina Meneguello. **Revista Contexto**, Mossoró, v. 4, p. 249-255, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/37327384/As_Ru%C3%ADnas_do_Futuro_e_o_Novo_Patrim%C3%B4nio_Industrial_Entrevista_com_Cristina_Meneguello. Acesso em: 20 abr. 2020.

DAUMAS, Maurice. **L'archéologie industrielle en France**. Paris: Robert Laffont, 1980.

DEVEGILI, Sandra. **A Arte em Joinville**: uma investigação a partir da perspectiva de artistas, críticos e curadores. 2010. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2010. Disponível em:
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=185591. Acesso em: 20 abr. 2020.

DINHEIRO das multas da CONURB. **Notícias do Dia**. 14 abr. 2014.
Disponível: <https://ndmais.com.br/noticias/dinheiro-das-multas-da-conurb/>
Acesso em: 20 abr. 2020.

DOREL-FERRÉ, Gracia. Arqueología industrial, pasado y presente. Entrevista a Louis Bergeron, presidente del International Committee for Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH). **Revista de História Industrial**, Barcelona, n. 7, p. 169-195, 1995. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/HistoriaIndustrial/article/view/62966/84848>.
Acesso em: 20 abr. 2020.

DUTRA, Maria Vitória de Moraes. **Centro Nacional de Referência Cultural**: o desconhecido acervo consagrado. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dissertacao_Maria_Vitoria-Versao_Final%20\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dissertacao_Maria_Vitoria-Versao_Final%20(1).pdf). Acesso em: 20 abr. 2020.

ECOMUSEE CREUSOT MONTCEAU. **L'écomusée**. Disponível em:
<http://www.ecomusee-creusot-montceau.fr/spip.php?rubrique36>. Acesso em: 20 abr. 2020.

EDSON Machado, ex-presidente da Fundação Cultural de Joinville, é absolvido em processo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05 jun. 2012. Disponível em:
<https://www.nsctotal.com.br/noticias/edson-machado-ex-presidente-da-fundacao-cultural-de-joinville-e-absolvido-em-processo>. Acesso em: 10 set. 2020.

EM Mauá nasceu nossa primeira estrada de ferro. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro. n. 24116, 23 nov. 1971, p. 3. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/089842_08/26350. Acesso em: 01 ago. 2020

EM nome de Schwanke. **A Notícia**, Joinville, Anexo, 27 mai. 2013, p. 8.

EMPRESÁRIOS desistem de construir shopping em prédio que abrigava a Cervejaria Antarctica. **CBN**, Ribeirão Preto, 18 fev. 2019. Disponível em:
<https://www.cbnribeirao.com.br/noticias/cidades/NOT,0,0,1405560,empresarios+desistem+d e+construir+shopping+em+predio+que+abrigava+a+cervejaria+antarctica.aspx>.
Acesso em: 20 jul. 2020.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESTADO ganha novo espaço para mostras de obras contemporâneas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, Variedades, 13 jun. 2002, p. 8.

ETWIE. **Restauratie Van Machinezaal Wielemans Van Start**. Vlaanderen, 2015. Disponível em:

<https://www.etwie.be/nieuws/restauratie-van-machinezaal-wielemans-van-start>.

Acesso em: 20 jul. 2020.

EUROPA NOSTRA. **Our mission**. [s/d]. Disponível em:

<<https://www.europanostra.org/our-work/awards/110/>> Acesso em: 20 abr. 2020.

EXPOSIÇÃO na Vila Itoupava mostra peças da antiga cervejaria Feldmann fundada em 1898. **O Blumenauense**, Blumenau, 24 abr. 2019. Disponível em: <https://oblumenauense.com.br/exposicao-na-vila-itoupava-mostra-pecas-da-antiga-cervejaria-feldmann-fundada-em-1898/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FÁBRICA da Bohemia em Petrópolis oferece chopes exclusivos aos visitantes. **Terra**. 13 set. 2013. Disponível em:

<https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/culinaria/receitas/bebidas/fabrica-da-bohemia-em-petropolis-oferece-chopes-exclusivos-aos-visitantes,d03c12623bc01410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FALSER, Michael. **Is Industrial Heritage under-represented on the World Heritage List?** Global Strategy Studies. Industrial Heritage Analysis, World Heritage List and Tentative List. UNESCO World Heritage Centre, 2001. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/ind-study01.pdf>. Acesso em: 20 jul. 20.

FALTA de recursos inviabiliza exposições. **A Notícia**, Joinville, Anexo, 5 set. 2002, p. 3.

FÁVERO AREND, Sílvia Maria; MACEDO, Fábio. SOBRE A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: Entrevista com o historiador Henry RoussoABOUT THE HISTORY OF PRESENT TIME: Interview with Henry Rousso. **Revista Tempo e Argumento**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. p. 201-216, 2009. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/705>. Acesso em: 10/10/2020.

FEIRA no Shopping Total oferece mais de 700 vagas de emprego em Porto Alegre. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre. 18 out. 2018.

Disponível em:

https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2018/10/653126-feira-no-shopping-total-oferece-mais-de-700-vagas-de-emprego-em-porto-alegre.html

Acesso em: 20 abr. 2020.

FICKER, Carlos. O primeiro capítulo da História de Joinville. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo VII, n. 6, p. 101-127, 1965.

FLICKR. **Restoration of the Exceptional Machines of Wielemans-Ceuppens Brewery**. Brussels.

Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/europanostra/8535492501/in/photostream/>

Acesso em: 20 abr. 2020.

FOLGADO, Deolinda. **A nova ordem industrial: da fábrica ao território de Lisboa: 1933-1968**. 2010. Tese (Doutorado em História da Arte, Patrimônio e Restauro) - Departamento de História, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/2238>. Acesso em: 05/07/2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 153-164, 1996. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat24.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

_____. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: MINC-IPHAN, 1997.

FONTES, Paulo; MACEDO, Francisco. Piquetes como repertório: organização operária e redes sociais nas greves de 1957 e 1980. **Topoi**, Rio de Janeiro. v.18, n. 34, p. 24-47. jan./abr. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2017000100023. Acesso em: 10 set. 2020.

FORNER MUÑOZ, Salvador. Patrimonio Reciente y Patrimonio Industrial. **CANELOBRE: Revista del Instituto de Cultura “Juan Gil-Albert”**, Alicante, n. 16, p. 18-32, 1989. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc0929864>. Acesso em: 10 set. 2020.

FREITAG, Barbara. **Teorias da cidade**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2006.

FREITAS, Dunia Anjos de. **Histórico Malharia Arp, 1992**. Arquivo Histórico de Joinville – Clipagens Malharia Arp, Joinville, 1992.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Disponível em: https://www.academia.edu/26642229/FREUD_TOTEM_E_TABU.doc. Acesso em: 20 abr. 2020.

FUMANAL, Antonio. La Zaragozana como ejemplo de recuperación integral. Del edificio a la fabricación de la cerveza. **Jornadas Patrimonio Industrial y la Obra Pública**, Saragoça, p. 183-190, 2007. Disponível em: <http://www.patrimonioculturaldearagon.es/documents/10157/675f026a-1329-4dff-9542-ab001c451bef>. Acesso em: 10 set. 2020.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Tombamentos estaduais**. 2019. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/patrimoniocultural/patrimonio-material/listagem-de-bens-tombados>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE (FCJ). Desenvolvimento pela Cultura. Proposta de uma política cultural para Joinville [1ª versão]. Joinville, fev. 2005. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Documento-base-1%C2%AA-Confer%C3%AAncia-Municipal-de-Cultura.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. **Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC. 2003-001:** Estrada Caminho Curto, [Usina de açúcar]. Joinville, FCJ, 2003.

_____. **Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC. 2003-002:** Bairro Adhemar Garcia, Parque Caieira. Joinville, FCJ, 2003b.

_____. **Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC. 2004-016:** Condomínio Shopping Center Cidade das Flores, Rua Mário Lobo, n. 106, Centro, [Chaminé Malharia Arp]. Joinville, FCJ, 2004.

_____. **Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC. 2005-007:** Estrada Blumenau Ponte Coberta. Joinville, FCJ, 2005.

_____. **Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC.2005-009:** Rua Senador Felipe Schmidt, n. 228, Metalúrgica Wetzel. Joinville, FCJ, 2005b.

_____. **Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC. 2006-001:** Rua 15 de Novembro, n. 1383, Cidadela Cultural Antarctica. Joinville, FCJ, 2006.

_____. **Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC. 2009-006:** Rua Urussanga, n. 85, Moinho. Joinville, FCJ, 2009.

_____. **Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC. 2010-012:** Rua Luiz Delfino, n. 836, Glória, [Chaminé fábrica Lumiere] Joinville, FCJ, 2010.

FUNDAÇÃO Hassis serve de modelo para MAC. **A Notícia**, Joinville, 21 mar. 2003, p. 3.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA. **Tecelagem Manual no Triângulo Mineiro** – uma abordagem tecnológica. Brasília: MEC/SPHAN, 1984.

GAMA, Ruy. Arqueologia industrial e história da técnica. SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E ENERGIA, 1., 1986, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Eletropaulo, 1986, p. 252-259. Disponível em: <https://www.worldcat.org/title/anais-do-1o-seminario-nacional-de-historia-e-energia-de-19-a-23-de-outubro-de-1986-sao-paulo-brasil/oclc/18590068>. Acesso em: 20 abr. 2020.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto**. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/faustogoethe.html#1>. Acesso em: 20 abr. 2020.

GONÇALVES, Janice. Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. **Mouseion**, Canoas. n. 19, p. 83-97, dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1860/1237>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Defender o patrimônio tradicional: a atuação dos folcloristas catarinenses entre 1948 e 1958. **Patrimônio e memória**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 4-25, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/292/339>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. **Figuras de valor:** patrimônio cultural em Santa Catarina. Itajaí/SC: Casa Aberta Editora, 2016.

_____. Patrimônio contestado: impugnações de tombamentos estaduais em Santa Catarina. In: XXVII – Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2013, Natal, **Anais...**, 2013, São Paulo, p. 1-17. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371319411_ARQUIVO_anpuhpatrimcon testjanicegoncalvesrevis.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, MinC/IPHAN, 1996.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. 2001. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-graduação em economia, Universidade Estadual de Campinas, 2001. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285604>. Acesso em: 20 jul. 2020.

GOUVÊA, Guaracira; MONTEIRO, Renata. Centro de Experiência Cervejeira da Bohemia: um museu de ciência e tecnologia? **Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 303-327, nov. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1982-5153.2016v9n2p303>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/1982-5153.2016v9n2p303>. Acesso em: 20 jul. 2020.

GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA TÉCNICA (GEHT). **Carta de Campinas**. Campinas, 1998. Disponível em: <https://cordioli.files.wordpress.com/2011/06/declara-geht-carta-de-campinas.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. A escravidão em uma colônia de “alemães”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais eletrônicos [...]**. São Leopoldo: Unisinos, 2007. p. 1-9 Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210412_c29dabd918a529d626178c268aa80737.pdf.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Joinville: a cidade dos museus. **Revista UNIVILLE**. Joinville, v. 6, n. 2, p. 81-87, 2001.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

_____. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HAYASHI, Fernando Augusto Yudyro. **Ponte Hercílio Luz**: caracterização do projeto, construção, intervenções e estado atual de conservação. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103429>. Acesso em: 20 abr. 2020.

HERKENHOFF, Elly. Chão Histórico. **A Notícia**, Joinville, 20 dez. 1981, p. 24.

_____. Figuras do passado, Ottokar Doerffel. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau. Tomo XIX, n. 11, p. 337-339, 12. nov/dez. 1978. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/884634/5964>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. **Joinville**: nossos prefeitos, 1869-1903. Joinville: Prefeitura Municipal 1984.

HERNÁNDEZ, M^a Cecilia; LÓPEZ, Antonio. Chimeneas. Testigos de nuestro patrimonio industrial. **Verdolay**: Revista del Museo Arqueológico de Murcia. n. 9, p. 375-392, 2005.

Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1427826>
Acesso em: 20 abr. 2020.

HOENICKE, N. F. **O Distrito Industrial de Joinville/SC** (1975-2007): análise crítica e propositiva. 2007. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-28052010-093722/pt-br.php>. Acesso em: 20 abr. 2020.

HUDSON, Kenneth. **Industrial Archaeology**. A New Introduction. London: Baker, 1976 [1963].

_____, Kenneth. **World industrial archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

HULLABALOO. **Nieuw leven in de brouwerij** [Nova vida na cervejaria]. 9 out. 2016. Disponível em: <https://www.hullabaloo.be/stroom/brouwerij-wielemans-ceuppens#&gid=1&pid=6>
Acesso em: 10 out. 2020.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IBAÑEZ, Pilar. La conservación del patrimonio arquitectónico industrial: notas para la reflexión. In: ROSAS Ángeles Layuno; PALOMAR, J. Vicente Perez. **Patrimonio Industrial en las Periferias Urbanas**. Alcalá de Henares: Ayuntamiento de Alcalá de Henares, 2016. p. 105-120. Disponível em: https://www.academia.edu/34952986/La_conservaci%C3%B3n_del_patrimonio_arquitect%C3%B3nico_industrial_notas_para_la_reflexi%C3%B3n
Acesso em: 20 abr. 2020.

IBGE. **Museu Ferroviário [da Estação] Guia de Pacobaíba, Magé, RJ**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=445551&view=detalhes>.

Acesso em: 01 ago. 2020.

IBRAM. **Museus em Números**. Brasília, v. 1, 2011. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2011/11/museus_em_numeros_volume1.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

ICOMOS. **II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos**. Veneza, 1964. Disponível em: https://www.culturante.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/1964-carta_de_veneza-ii_congresso_internacional_de_arquitetos_e_tecnicos_de_monumentos_historicos_icomos.pdf?x69634. Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. **Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas**. Washington, 1987. Disponível em: https://www.culturante.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/1987__carta_internacional_para_a_salvaguarda_das_cidades_historicas-icomos.pdf?x69634. Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. **Carta de Burra**. Burra, 1980. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

INSTITUTO desiste de Museu Schwanke na Cidadela Cultural. **A Notícia**, Joinville, 5 jul. 2016. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:AjsGRRgd8rMJ:https://www.nsctotal.com.br/noticias/rubens-herbst-instituto-desiste-de-museu-schwanke-na-cidadela-cultural+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 set. 2020.

INSTITUTO JOINVILLE 150 ANOS. **Complexo Cultural Antarctica**: futuras instalações. Joinville, 2000. Folder.

_____. **Joinville (1851-2001)**: A Barca Colon. Joinville, 2001.

INSTITUTO LUIZ HENRIQUE SCHWANKE (ILHS). **Apresentação MAC**, 2011. Disponível em: <http://www.schwanke.org.br/plataformaeducativa/apresentacao-mac/>. Acesso em: 10 out. 2019.

_____. **Arte Contemporânea: Intervenções e Encontros**, 2011b. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:pDkPrsvGeTgJ:www.schwanke.org.br/plataformaeducativa/intervencoeseencontros/&hl=pt-BR&gl=br&strip=1&vwsr=0>. Acesso em: 05 set. 2020.

IPATRIMÔNIO. **Comendador Levy Gasparian – Antiga Estação Rodoviária de Paraibuna**, Ipatrimônio patrimônio cultural brasileiro, [s.d]. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/comendador-levy-gasparian-antiga-estacao-rodoviaria-de-paraibuna/#!/map=38329&loc=-22.01605156431979,-43.32141995429993,16>. Acesso em: 01 ago. 2020.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades**. São Paulo: Casa da Palavra, 2005.

JOINVILLE ganha Escola de panificação suíça. **A Notícia**, Joinville, Anexo, 5 out. 2002, p. 5.

JOINVILLE ganha teatro Juarez Machado. **A Notícia**, Joinville, 30 set. 2000, p. 6.

JOINVILLE. **Decreto Lei n. 1.773, de 1º de dezembro de 1980**. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e natural do município de Joinville. Joinville, SC: Prefeitura Municipal de Joinville, 1980. Disponível em: <http://leismunicipa.is/farjk>. Acesso em: 10 out. 2019.

_____. **Decreto Lei n. 1.863, de 23 de abril de 1982**. Cria a Fundação Cultural de Joinville e dá outras providências. Joinville, SC: Prefeitura Municipal de Joinville, 1982. Disponível em: <http://leismunicipa.is/brgjk>. Acesso em: 10 out. 2019.

_____. **Decreto Lei n. 10.430 de 7 de janeiro de 2002**. Nomeia o Complexo Cultural Antártica de Cidadela Cultural Antártica e outras providências. Joinville, SC: Prefeitura Municipal de Joinville, 2002.

_____. **Decreto Lei n. 11.328 de 4 setembro de 2003**. Nomeia gerência da Cidadela Cultural Antártica. Joinville, SC: Prefeitura Municipal de Joinville, 2003.

_____. **Joinville Bairro a bairro**. Prefeitura Municipal, Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável – SEPUD, 2017. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Joinville-Bairro-a-Bairro-2017.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

_____. **Projeto de Lei Municipal n. 27/2020**. Dispõe sobre o tombamento de bens para a preservação do patrimônio cultural, material, histórico, arqueológico, artístico e natural do município de Joinville e revoga a Lei n. 1.773 de 1º de dezembro de 1980. Joinville, SC: Prefeitura Municipal, 2020.

JOLÉ, Michèle. Reconsiderações sobre o “andar na observação e compreensão do espaço urbano”. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 423-429, 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v18i45.18536>. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18536>. Acesso em: 10 set. 2020.

JUSTIÇA multa ex-presidente da Fundação Cultural de Joinville por repasse irregular de verbas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 7 jan. 2010. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/justica-multa-ex-presidente-da-fundacao-cultural-de-joinville-por-repasse-irregular-de>. Acesso em: 10 set. 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo**: reflexões sobre a sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

_____. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista**, v. 18, n. 2, p. 287-320, Dez 2010.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v18n2/v18n2a08.pdf>

Acesso em: 10/10/2020.

_____. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: problemas teóricos de restauro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

LA BIBLIOTECA Regional de Madrid ‘Joaquín Leguina’ reabre sus puertas. **Gacetín Madrid**. 11 jun. 2020. Disponível em:

<https://gacetinmadrid.com/2020/06/11/la-biblioteca-regional-de-madrid-joaquin-leguina-reabre-sus-puertas/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

LA BRASSERIE de Brouwerij Wiele. **Forest Info Vorst**. n. 1, 2007-2008. Disponível em: <http://www.forest.irisnet.be/fr/decouvrir-forest/forest-info-vorst/fichiers/forest-info-vorst-1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

LAMOUT CONGRES. **Historiek Gebouw**. Vlaanderen, 2020. Disponível em: <http://lamot-mechelen.be/?section=experience-section>. Acesso em: 5 out. 2020.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. 5º ed. São Paulo: Moraes, 2008.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.17, nº 49, p.115-172, 2002. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-690920020002000008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15/08/2020.

MACHADO, Diego Finder. Diálogos arriscados: do direito de participação cidadã na patrimonialização ao direito cidadão de aparecer no patrimônio cultural. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Chapecó, n. 32, p. 92-115. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/10662/7077>. Acesso em: 01 ago. 2020.

_____. **Marcas da Profanação**: versões e subversões da ordem patrimonial em Joinville - SC. 2018. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/2953/diego_finder_machado___final.pdf. Acesso em: 01 ago. 2020.

MACHADO, Jefferson Eduardo dos Santos; DIAS, Fabiana Costa. O barco voador consolidated PBY “Catalina” do museu aeroespacial: história, projeto e tombamento como Patrimônio Nacional. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA MATERIAL E PATRIMÔNIO DE Ciência e Tecnologia, 4., 2016, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro: MAST, 2016, p. 747-775. 2016. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_anais_ivspct_2/pdf_04/41%2019%20Texto%20do%20MAST%20-%20Catalina.pdf. Acesso em: 01 ago. 2020.

MAGNANI, J. G. De Perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. v. 17, n. 49, p. 11-29, junho 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 01 ago. 2020.

MAHMOUD, Khaled. **Risk-Based Bridge Engineering**: Proceedings of the 10th New York City Bridge Conference. New York: CRC Press, 2019.

MAIS próximo do MAC Schwanke. **Notícias do Dia**, Joinville, Anexo, 12 mai. 2011, p. 2.

MANIFESTO obriga Joinville a mudar decreto. **A Notícia**, Joinville, Anexo, 12 jun. 2002, p. 3.

MÁQUINAS. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 142, 28 ago. 1982, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/48640. Acesso em: 01 ago. 2020.

MARCAS do tempo. **A Notícia**, Joinville, Anexo, 20 nov. 2001, p. 3

MARIANI, Alayde. A memória popular no registro do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 28, p.156-173, 1999. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/898562/10201>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista, 1848**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

MATOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S (org.); VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elzevier, 2012. p. 95-111.

MEC. Entrevista de Aloísio Magalhães à revista Interior (out./1980) do Ministério do Interior. **Boletim SPHAN/Pró-Memória**. Rio de Janeiro. n. 18, p. 4, mai./jun. 1982. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/408352/407>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. A conservação do patrimônio como exigência social. Entrevista com Roberto Di Stefano. **Boletim SPHAN/próMemória**. Rio de Janeiro, n. 8, p. 17-18, jan./fev. 1980. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/408352/150>. Acesso em: 01 ago. 2020.

_____. O aprendizado no dia-a-dia. **Boletim SPHAN/Pró-Memória**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 3-4, jul./ago. 1979. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/408352/8>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Para salvar o vinho de caju. **Boletim SPHAN/próMemória**. Rio de Janeiro, n. 10, p. 9-10, jan./fev., 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/408352/190>. Acesso em: 01 ago. 2020.

_____. Tecendo para o gasto, tecendo para os outros. **Boletim SPHAN/Pró-Memória**. Rio de Janeiro, n. 2, p. 1-2, set./out. 1979. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/408352/15>. Acesso em: 01 ago. 2020.

MECHELENBLOGT. **Lamot nodigt elke Maneblusser uit achter de schermen**. 2 dez. 2015.

Disponível em:

<https://www.mechelenblogt.be/2015/12/lamot-nodigt-elke-maneblusser-uit-achter-schermen>

Acesso em: 20 abr. 2020.

MELLO e SILVA, Leonardo. Patrimônio industrial: passado e presente. **Revista eletrônica do Iphan**, São Paulo, 2006. Disponível em:

<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=164>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MENDES, José Amado. A arqueologia industrial: uma nova vertente de conservação do patrimônio cultural. **Revista Portuguesa de História, Coimbra**, n. 26, p. 111-124, 1991.

Disponível em:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/12792>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____, José Amado. Entrevista concedida à Telma Bessa Sales. In: MATOS, Ana Cardoso; SALES, Telma Bessa (coord.). **Conversando sobre Patrimônio Industrial e outras histórias: palavras, espaços e imagens**. Sobral, CE: UVA. 2018. p. 23-40. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/24425>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____, José Amado. **Museus e Educação**. Estudos, Humanidades. Coleção Estudos do Patrimônio. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013.

MENEGUELLO, Cristina. Entrevista concedida à Telma Bessa Sales. In: MATOS, Ana Cardoso; SALES, Telma Bessa (coord.). **Conversando sobre Patrimônio Industrial e outras histórias: palavras, espaços e imagens**. Sobral, CE: UVA. 2018. p. 205-220. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/10174/24425>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 1., 2011, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UDESC, 2011. p. 1819-1834. Disponível em:

<http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/313/234>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 09-23, 1992. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497/73267>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico (fim). **Anais Do Museu Paulista**. São Paulo, v. 2, p. 9-42, jan./dez., 1994. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: 1º Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, 2009, Ouro Preto. **Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**. Brasília, DF: Iphan 2012. p. 25-39. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Problemas da arqueologia. **Ciência e cultura**, São Paulo. v. 33. n. 2, fev. 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/003069/30792>. Acesso em: 01 ago. 2020.

_____. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 39-52, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_36.pdf. Acesso em: 20/10/2020.

MOREIRA, Jailton Marenco. 31°. Coletiva de artistas de Joinville. **Catálogo de exposição**. Joinville, 2001.

MOTTA, Lia. A apropriação do Patrimônio Urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTE, Antônio A. (org). **O Espaço da Diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 256-287.

MOVIMENTO em protesto à decadência da Cidadela Cultural Antártica acontece neste final de semana em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 18 out. 2014. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:P9UVoUlsypUJ:https://www.nsctotal.com.br/noticias/movimento-em-protesto-a-decadencia-da-cidadela-cultural-antartica-acontece-neste-final-de+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 12 fev. 20.

MUMFORD, Lewis. **Arte y técnica**. Buenos Aires: Nueva Visión. 1957.

_____. **Técnica y Civilización**. 4° ed: Alianza Universidad. 1992.

MUSEU da Cerveja encanta turistas e moradores em Petrópolis. **G1**, Rio de Janeiro, 28 set. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2013/09/museu-da-queja-encanta-turistas-e-moradores-em-petropolis-rj.html>. Acesso em: 20 jul. 20.

Museu da Cervejaria Bohemia bate recorde de visitaão. **Portal Panrotas**. 9 jun. 2014. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/mercado/2014/06/museu-da-quejaria-bohemia-bate-recorde-de-visitacao_101482.html. Acesso em: 20 jul. 20.

MUSEU de Arte Contemporânea espera construção da sede oficial em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 21 out. 2013. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/museu-de-arte-contemporanea-espera-construcao-da-sede-oficial-em-joinville/>. Acesso em: 20 jul. 20.

MUSEU DE ARTE DE JOINVILLE - MAJ. **Pasta XXXI Coletiva, proposta de intervenção**. Joinville, 2001

MUSEU Imperial promove seminário. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, 25 jun. 1983, n. 24496, p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_12/31781. Acesso em: 01 ago. 2020.

NADA de obras na Cidadela, por enquanto. **A Notícia**, Joinville, 14 jan. 2016.

NASCE o Instituto Schwanke. **A Notícia**, Joinville, 9 jul. 2003, p. 6.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Bloco de memória**: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-11012012-100337/publico/Blocos_de_Memorias.pdf. Acesso em: 01 ago. 2020.

_____. Estação de Hidroaviões. **IPHAN**, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/28/estacao-de-hidroavioes>. Acesso em: 01 ago. 2020

NAVARRETE, Verónica Gárate. **El modelo Barcelona de espacio público y diseño urbano**: las chimeneas industriales como elemento de arte público. El caso del Poblenou. Barcelona, 2011. Dissertação (Máster en Diseño Urbano: Arte, Ciudad, Sociedad) - Facultat De Belles Arts, Universitat de Barcelona.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-15, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. Memória: da liberdade à tirania (Trad. Claudia Storino). **Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 06-10, 2009. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Musas4.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

NOVO proprietário quer preservar a história do terreno da Antártica. **Folha**, São Paulo, 5 abr. 2013. Disponível em: <http://folhavponline.com.br/2013/04/novo-proprietario-quer-preservar-a-historia-do-terreno-da-antartica/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

OCUPA Cidadela terá uma programação com mais de 24h de atrações culturais em Joinville. **Notícias do Dia**. 18 out. 2014. Disponível em: <https://ndmais.com.br/diversao/ocupa-cidadela-tera-uma-programacao-com-mais-de-24h-de-atracoes-culturais-em-joinville/> Acesso em: 10 out. 2020.

OCUPA Diversidade reúne dezenas de pessoas na Cidadela Cultural Antártica em Joinville. **Jornal Notícias do Dia**, Joinville, 11 nov. 2016. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:aXIAPiLhosgJ:https://ndmais.com.br/cultura/ocupa-diversidade-reune-dezenas-de-pessoas-na-cidadela-cultural-antartica-em-joinville/+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 12 fev. 2020.

O INÍCIO da invasão. **A Notícia**, Joinville, Anexo, 3 Mar. 2002, p. 8.

ONDE era feita a melhor. **A Notícia**. Joinville. 01 mar. 2009.

ONDE os artistas se sentem em casa. **Notícias do dia**, Joinville, 20 out. 2014. p. 3.

PALMER, Marilyn; NEAVERSON, Peter. **Industrial Archaeology: Principles and practice**. London: Routledge, 1998.

PARCERIAS entre poder público e iniciativa privada estão longe de sair do papel em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 26 ago. 2019. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ErqaJ7vhew0J:https://www.nsctotal.com.br/noticias/parcerias-entre-poder-publico-e-iniciativa-privada-estao-longe-de-sair-do-papel-em+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>). Acesso em: 10 set. 2020.

PARQUE Industrial Catarinense. **Boletim Commercial**. Florianópolis SC, 8 dez. 1941, p. 2.

PATRIMÔNIO industrial, antiga Cervejaria Antarctica definha na Mooca. **Veja SP**, São Paulo, 22 fev. 2019. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/blog/sao-paulo-do-alto/cevejaria-antarctica-mooca/>. Acesso em: 10 out. 2020.

PEIXOTO, Paulo. O patrimônio e seus demônios nas sociedades contemporâneas. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 6, n. 2, p. 289-302, 2016. Disponível em: http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/289/pdf_v6n2_Peixoto. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Requalificação urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 41-52.

PELA Indústria Catharinense: a grande cervejaria Tiede, seyboth & cia. **Jornal O Estado**. Florianópolis SC, ano 10, n. 3418, p. 1, 30 out. 1925.

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é Patrimônio Cultural Imaterial?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

PELO uso da Cidadela. **Notícias do Dia**, Joinville, 15 ago. 2016, p. 3.

PELUSO JÚNIOR. Victor A. Geografia e Folclore. **Boletim Trimestral**. Sub Comissão Catarinense de Folclore. Florianópolis. ano 3, n. 9, p. 115-164. 10 set/dez. 1951.

PÉREZ, Manuel Cerdà. **Arqueología industrial - Teoría y Práctica**. Valencia: Universitat de València, 2011. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=CpVuk2XHWpsC&pg=PP1&lpg=PP1&dq=P%C3%89REZ,+Manuel+Cerd%C3%A0.+Arqueolog%C3%ADa+industrial.+Teor%C3%ADa+y+Pr%C3%A1ctica&source=bl&ots=jLElGaWr9q&sig=ACfU3U0Of4NuWZDID16OJ04mbq3CeDg47Q&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj1d3RqOvsAhWSHbkGHayXC3g4ChDoATAQegQIBRAC#v=onepage&q=216&f=false>. Acesso em: 01 ago. 2020

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. Urbes industrializada: o modernismo e a paulicéia como ícone da brasilidade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 435-455, 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n42/a09v2142.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2020

A INDÚSTRIA nacional tem um passado, agora só falta encontrá-lo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 223, p. 4, 17 nov. 1976. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/151049. Acesso em: 01 ago. 2020.

PISTORELLO, Daniela. **O brasil da diversidade?** Patrimônio e Paisagem Cultural no Projeto Roteiros Nacionais da Imigração. 2015. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281121/1/Pistorello_Daniela_D.pdf. Acesso em: 01 ago. 2020.

PLANO diretor para Cidadela Cultural. **A Notícia**, Joinville, Anexo, 2 jun. 2004

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 51-86, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2897806/mod_resource/content/1/Pomian%20%281984b%29.pdf. Acesso em: 01 ago. 2020.

PONTE Hercílio Luz: os números de uma obra sem fim em SC. **Notícias Santa Catarina**, Florianópolis, 6 abr. 2019. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:DhOAw6kTBxUJ:https://www.nsctotal.com.br/colunistas/anderson-silva/ponte-hercilio-luz-os-numeros-de-uma-obra-sem-fim-em-sc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 01 ago. 2020.

PORTO Alegre reúne acervo e monta Museu do trabalho. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro. n. 23, 1 mai. 1983, p. 25. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/61995. Acesso em: 01 ago. 2020.

PRÉSENCE ET ACTION CULTURELLE (PAC). **Qui sommes nous ?**. Bruxelas, [s.d]. Disponível em: <https://www.pac-g.be/qui-sommes-nous/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PRÉDIO de antiga cervejaria começa a ser demolido para abrigar shopping. **G1**. Ribeirão Preto. 13 set. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/09/predio-de-antiga-cervejaria-comeca-ser-demolido-para-abrigar-shopping.html?fbclid=IwAR07zj-O5EbEKkIqm0vMEVpp64_R0sEsKN9_iKa0jPPLsmWTc2v1WMf6bR4. Acesso em: 01 ago. 2020.

PREFEITURA começa recuperação da ponte. **A Notícia**, Joinville, 5 ago. 2005, p. 9.

PRIMEIRA Mostra de Teatro de Joinville completa dez edições neste ano. **A Notícia**, Joinville, Anexo, 19 ago. 2013. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:nJCqPU3ltcIJ:https://www.nsctotal.com.br/noticias/primeira-mostra-de-teatro-de-joinville-completa-dez-edicoes-neste-ano-como-marco-da-uniao+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 20 jul. 20.

PROCESSOS modernos e higienicos para a produção da melhor cerveja do sul do país. **Jornal A Notícia**. Joinville. ano 19, n. 3320, 23 Out. 1940, p. 3.

PROJETO prevê a revitalização da antiga fábrica da Wetzel em Joinville. **Notícias do Dia**. Joinville, 30 mar. 2013. Disponível em: <https://ndmais.com.br/entretenimento/projeto-preve-a-revitalizacao-da-antiga-fabrica-da-wetzel-em-joinville/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

RAFAEL LEÃO LIGHTING DESIGN. **Museu da Fábrica da Bohemia**. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://rafaelleao.com/projeto/cevejaria-bohemia/>. Acesso em: 20 jul. 20.

RAISTRICK, Arthur. **Industrial Archaeology: an historical survey**. London: Eyre Methuen, 1972.

RAMOS, José Vidal de Oliveira. **Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (SC)**. Florianópolis, n. 1, 1912. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/720518/903>. Acesso em: 20 jul. 2020.

REGIONALEBEELDBANK. **Binnenzicht op een grote leeggehaalde ruimte van de Brouwerij Lamot** [vista interna da cervejaria Lamout vazia]. mai. 2000. Disponível em: <https://www.regionalebeeldbank.be/beeldbank/1389975> Acessado em: 10/10/2020.

REVITALIZAÇÃO da história. **Revide**. Ribeirão Preto, 10 fev. 2011. Disponível em: <https://www.revide.com.br/editorias/gerais/revitalizacao-do-centro-historico/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, e o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. A sua essência e sua origem. São Paulo: Perspectiva. 2014.

RIPOLL, Gisela; LÓPEZ, Odile Ripoll. Los conceptos de arqueología e historia del arte antiguo y medieval: apuntes historiográficos. **Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, Historia Antigua**, p. 411-426, 1988. DOI: 10.5944/etfii.1.1988.4141. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277135502_Los_conceptos_de_arqueologia_e_historia_del_arte_antiguo_y_medieval_apuntes_historiograficos. Acessado em: 20 abril. 2020.

RIX, Michael. **Industrial Archaeology**. London: Historical Association, 1967.

RODRIGUES, Marly. O Condephaat, as práticas definem a política. In: **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987**. São Paulo: Ed. da Unesp, FAPESP, IMESP, CONDEPHAAT, 2000. p. 57-144.

ROHR, João Alfredo. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. **Anais do Museu de Antropologia**, Florianópolis, v. 16, n.17, p. 77-167, 1984. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/03/2-2a-rohr-j-a-sc3adtios-arqueolc3b3gicos-de-santa-catarina.pdf>. Acesso em: 10/10/2020.

ROUSSO, Henry. A história do tempo presente, vinte anos depois. In: PÔRTO JR, Gilson (org). **História do tempo presente**. Bauru, SP: EDUSC, 2007. p. 277-296.

_____. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo.** Rio de Janeiro: FGV, 2016.

RP [Ribeirão Preto] deve ‘perder’ Buriti Shopping. **Tribuna.** 14 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.tribunaribeirao.com.br/site/rp-deve-perder-buriti-shopping/> Acesso em: 10/10/2020.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/898562/8728>. Acesso em: 20 ago. 2020.

RUFINONI, Manoela. **Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural.** 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-11052010-171008/pt-br.php>. Acesso em: 10/10/2020.

_____. Sítios Históricos Industriais: Políticas de Preservação e Instrumentos de Intervenção. In: Colóquio Latino-americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial, 6., 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo, 2012. Não paginado. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t1_sitios_historicos_industriais.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

SANCHIZ, Juan Manuel Cano. Arqueologia da Industrialização. In: OLIVEIRA, Eduardo Romero de. **Memória Ferroviária e Cultura de Trabalho.** Perspectivas, métodos e perguntas interdisciplinares sobre o registro, preservação e ativação de bens ferroviários. São Paulo: Alameda, 2017. p. 181-216.

SANT’ANNA M. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: RESENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Preserva%C3%A7%C3%A3o%20pdf.pdf>. Acesso em: 20 jul. 20.

SEBRAE/SC. **Caderno de Desenvolvimento de Santa Catarina – Joinville.** Joinville, 2019. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Joinville%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 jul. 20.

SECRETARIA de Cultura e Turismo de Joinville assume administração da Cidadela Cultural. **NSC Total.** 14 set. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/saavedra/secretaria-de-cultura-e-turismo-de-joinville-assume-administracao-da-cidadela> Acesso em: 20 abr. 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (SMDU). **Termo de referência para contratação de empresa ou consórcio de empresas para elaboração de estudos urbanísticos e estudos complementares de subsídio à formulação do projeto de lei da operação urbana consorciada Mooca- Vila Carioca.** São Paulo, 2010. Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/mvc_tr_r10_1307479355.pdf. Acesso em: 20 jul. 20.

SEM ocupação nem Fundação. **A Notícia**, Joinville, Anexo, 19 Mar. 2014, p. 1, 3.

SEM recursos para investimentos na Cidadela Antártica. **A Notícia**, Joinville, Anexo, 21 abr. 2002. p. 6.

SENSACIONAL apresentação da Baronesa. **A Noite**: Suplemento, Secção de Rotogravura, Rio de Janeiro, 14 ago. 1934, n. 235, p. 17. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/120588/5291>. Acesso em: 01 ago. 2020.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. *In*: MAUCH, Claudia (org); VASCONCELLOS, Naíra. **Os alemães no Sul do Brasil**: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ulbra, 1994. p. 11- 28.

SCHICCHI, Maria Cristina. Preservação do patrimônio industrial no Brasil. Entrevista com Silvana Rubino e Cristina Meneguello. **Oculum Ensaios** - revista de Arquitetura e Urbanismo, Campinas. n. 3, p. 124-131, 2005. Disponível em:

<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/797>.

Acesso em: 01 ago. 2020.

SHOPPING CIDADE DAS FLORES. **SHOPPING comemora aniversário de 25 anos.** Joinville, 2020. Disponível em:

<https://www.shoppingcidadedasflores.com.br/shopping-cidade-das-flores-comemora-aniversario-de-25-anos-com-bolo-e-muitas-atracoes-para-a-comunidade/>. Acesso em: 01 ago. 2020.

SHOPPING TOTAL. **16 ANOS de história.** Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://shoppingtotal.com.br/author/anderson-o/>

Acesso em: 01 ago. 2020.

_____. **O shopping.** Porto Alegre, [s/d]. Disponível em:

<https://shoppingtotal.com.br/o-shopping/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SILVA, Bruno da. **A construção do campo do patrimônio cultural**: políticas de preservação, instâncias, mecanismos e agentes culturais em Joinville, SC (1951-1984). 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/2229/dissertacao_bruno_da_silva___completa.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

SILVA, Gleber Luis Pieniz da. **A função da independência na crítica de arte e no jornalismo cultural.** 2005. Dissertação (Mestrado em artes visuais) - Programa de Pós-

graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/14854>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SILVA, J. Ferreira da. Cervejarias de Blumenau. **Revista Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo III, n. 9, set. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/884634/782>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SILVA, Maria Betina. [1º] Documento de impugnação do tombamento de imóvel situado na Rua Senador Felipe Schmidt, nº 228. Joinville, 24 fev. 2006. In: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE (FCJ). **Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC.2005-009**: Rua Senador Felipe Schmidt, nº 228. Joinville, FCJ, 2005.

_____. [2º] Documento de impugnação do tombamento de imóvel situado na Rua Senador Felipe Schmidt, nº 228. Joinville, 6 Mar. 2006. In: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE (FCJ). **Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC.2005-009**: Rua Senador Felipe Schmidt, nº 228. Joinville, FCJ, 2005

SILVA, Ronaldo André Rodrigues da. Reflexões acerca do Conceito de Patrimônio Cultural sob a Ótica do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial. **Faces da História**, Assis, v. 4, n. 1, p. 7-29, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/402/428>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SÍMBOLO da cidade com tapumes. **A Notícia**, Joinville, 31 mai. 2014, p. 10.

SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO (SEB). A fábrica. s.d. Disponível em: <https://www.institutoseb.org.br/fabrica.html>. Acesso em: 20 jul. 20.

SOCIEDADES DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**, 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2020.

SOJA, Edward W. **Postmetrópolis**. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madri: Traficantes de Sueños, 2008.

SOLIDARIEDADE e arte. **A Notícia**, Joinville, Anexo, 7 mar. 2001, p. 1.

SONHO da Cidadela continua no papel. **A Notícia**, Joinville, 3 set. 2015, p. 1.

SOTO, Jose Luis Lalana; GANGES, Luis Santos y. La frontera del patrimonio industrial. **Lla`mpara**: patrimonio industrial. Valladolid: Asociacion Llampara, n. 2, p. 7-20, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/3103202/Las_fronteras_del_patrimonio_industrial. Acesso em: 20 abr. 2020.

STEVEN ALICE ARCHITECTS. **Wiels Contemporary Art Centre**. [s/d]. Disponível em: <https://stevenalice.be/vastgoed/wiels%20contemporary%20art%20centre.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SURGE novo tipo de arqueologia. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 2786, 30 abr. 1979, p. 13. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_11/65885.

Acesso em: 01 ago. 2020.

THIESEN, Beatriz. Arqueologia industrial ou arqueologia da industrialização? Mais que uma questão de abrangência. **Patrimônio**, n. 4, 2006. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/arqueologia_industrial.pdf

Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. **Fábrica, identidade e paisagem urbana:** arqueologia da Bopp Irmãos: 1906-1924. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/29914541/F%C3%81BRICA_IDENTIDADE_E_PAISAGEM_URBANA_ARQUEOLOGIA_DA_BOPP_IRM%C3%83OS_1906_1924.

Acesso em: 08 set. 2019.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial.** Nizhny Tagil, 2003.

Disponível em:

<https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial>.

Acesso em: 08 set. 2019.

_____. **Princípios de Dublin.** Dublin, 2011.

Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/os-principios-de-dublin/>.

Acesso em: 20 abr. 2020.

TICCIH Brasil. **Carta Manifesto.** São Paulo, 2003. Disponível em:

<https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-manifesto-2003/>. Acesso em: 20 jul. 20.

TINOCO, Alfredo. Para uma política de preservação do património industrial em Portugal. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 42, n. 42, 3 abr. 2012. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/222>. Acesso em: 08 set. 2019.

TOMBADA Ponte Coberta sobre o Piraí. **A Notícia**, Joinville, 13 set, 2005. p. 7.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. **Representação acerca de irregularidades na destinação de recursos públicos municipais e estaduais ao Instituto Escola de Balé Bolshoi.** PARECER nº. MPTC/28771/2014. PROCESSO nº. REC 11/00532738. Florianópolis, 13 nov. 2014. Disponível em:

<https://consulta.tce.sc.gov.br/RelatoriosDecisao/Pareceres/4108942.HTM>. Acesso em: 10 set. 2020.

UM Museu para Schwanke. **Diário Catarinense**, Florianópolis, Variedades, 21 out. 2013, p. 2.

UMA história de perseverança e dedicação. **A Notícia**, Joinville, 5 jul. 1998, p. 13.

UMA história inédita dos operários brasileiros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 ago. 1977, p. 33. Disponível em:

<http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6305&keyword=%22arqueologia+industrial%22&anchor=4430862&origem=busca&pd=a357f0011fc1fcf1e4ad0f0f1d4bd867>. Acesso em: 01 ago. 2020.

UNESCO. **Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. **Intangible Heritage**. 2016. Beer culture in Belgium. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/decisions/11.COM/10.B.5>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. **Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea**. Nairóbi, 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. **World Heritage Center**. Ironbridge Gorge, 2020. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/371/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

VAN GOGH, Vincent. [Carta]. Destinatário: Theo Van Gogh. Borinage, Hainaut, 16 de abril de 1879. Disponível em: <http://vangoghletters.org/vg/letters/let151/letter.html>. Acesso em: 14 jul. 2020

VENTURINI FILHO, Waldemar Gastoni (org.) **Bebidas Alcoólicas: ciência e tecnologia**. São Paulo: Blucher, 2010.

VESTÍGIOS de uma grande usina de açúcar do século 19 em Pirabeiraba, Joinville. **A Notícia**, Joinville. 18 de set. 2008. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/vestigios-de-uma-grande-usina-de-acucar-do-seculo-19-em-pirabeiraba-joinville>. Acesso em: 20 abr. 2020.

VITERBO, Sousa. Archeologia industrial portuguesa: Os Moinhos. **O Archeologo Português**, v. 2, nº 8 e 9, ago./set. p. 193-204, 1896. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_2/193_archeologia.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 34º ed. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

WIKIWAND. **Ribeirão Preto**. s/d. Disponível em: https://www.wikiwand.com/pt/Ribeir%C3%A3o_Preto. Acesso em: 10 out. 2020.

WORDPRESS. **El Águila**. s/d. Disponível em: <https://proyectos4etsa.files.wordpress.com/2014/06/2.jpg>. Acesso em: 10 out. 2020.

ZEIT Cervejaria. **O Caneco**. 30 Mar. 2017.

ZERGER, Giomar Felipe. **Caieiras de Araquari e entorno: inquietações de um patrimônio**. 2014. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Programa de Pós-

graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013. Disponível em:
https://www.univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html?action=readFile&file=GIOMAR_FELIPE_ZERGER.pdf¤t=/Dissertacoes. Acesso em: 10 out. 2020.

ZOLA, Emile. **Germinal**. São Paulo: Ed. Martin Claret, Série Ouro. 2006.

APÊNDICE A – Conjuntos Rurais tombados entre 1938 e 1948, edificações e acervos ligados aos Engenhos.

LOCALIZAÇÃO		INFORMAÇÕES SOBRE O BEM		INSCRIÇÕES NOS LIVROS DO TOMBO	
UF	MUNICÍPIO	Classificação	Nome atribuído	Histórico	Belas Artes
PB	João Pessoa	Edificação e Acervo	Capela do Engenho da Graça		abr-38
RJ	Rio de Janeiro	Edificação	Fazenda do Engenho d'Água: casa (em Jacarepaguá)	jul-38	jul-38
PE	Goiana	Edificação e Acervo	Capela de Santo Antônio Engenho Novo		out-38
RJ	Campos dos Goytacazes	Edificação e Acervo	Capela de Nossa Senhora do Rosário do Engenho do Visconde		abr-42
BA	São Sebastião do Passé	Conjunto Rural	Engenho Lagoa: sobrado e capela	jul-42	jul-42
BA	Cachoeira	Edificação	Engenho Embiara: sobrado		mar-43
BA	Cachoeira	Conjunto Rural	Prédio (parte antiga do sobrado de residência) do antigo Engenho Vitória, inclusive a Capela, o crucifixo do altar e, mais, uma senzala e o banheiro primitivo, ambos nas imediações do sobrado	mar-43	mar-43
SE	Laranjeiras	Edificação e Acervo	Engenho Jesus, Maria, José: capela	mar-43	mar-43

SE	Riachuelo	Edificação e Acervo	Engenho Nossa Senhora da Penha: capela	mar-43	mar-43
BA	Candeias	Conjunto Rural	Engenho Matoim: sobrado e fábrica de açúcar	set-43	
SE	São Cristóvão	Conjunto Rural	Engenho Poxim: capela de Nossa Senhora da Conceição	set-43	set-43
SE	Laranjeiras	Conjunto Rural	Engenho Retiro: casa e Capela de Santo Antônio	jan-44	jan-44
SE	Santo Amaro das Brotas	Conjunto Rural	Engenho Caieira: capela de Nossa Senhora da Conceição	jan-44	jan-44
BA	São Francisco do Conde	Conjunto Rural	Engenho São Miguel e Almas: casa e capela	jun-44	jun-44
BA	Candeias	Conjunto Rural	Engenho Freguesia: sobrado, fábrica de açúcar e Capela de Nossa Senhora da Piedade	set-44	set-44
RJ	Campos dos Goytacazes	Conjunto Arquitetônico	Solar e Capela do Engenho do Colégio e capela	jul-46	jul-46

Conjuntos Urbanos tombados entre 1938 e 1948, pelo órgão Federal de preservação.

LOCALIZAÇÃO		INFORMAÇÕES SOBRE O BEM		INSCRIÇÕES NOS LIVROS DO TOMBO		
UF	MUNICÍPIO	Classificação	Nome atribuído	Arqueológico, etnográfico e paisagístico	Histórico	Belas Artes
MG	Serro	Conjunto Urbano	Serro, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico			abr-38
MG	Tiradentes	Conjunto Urbano	Tiradentes, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico			abr-38
MG	Ouro Preto	Conjunto Urbano	Ouro Preto, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico			abr-38
MG	Mariana	Conjunto Urbano	Conjunto Urbano Mariana, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico			mai-38
MG	Congonhas	Conjunto Urbano	Conjunto Urbano Congonhas, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	mar-41		
MA	Alcântara	Conjunto Urbano	Conjunto Urbano Alcântara, MA: conjunto arquitetônico e urbanístico		dez-48	

APÊNDICE B – Pontes tombadas pelo Órgão Federal de Preservação entre 1938 e 1978.

LOCALIZAÇÃO		INFORMAÇÕES SOBRE O BEM		INSCRIÇÕES NOS LIVROS DO TOMBO	
UF	MUNICÍPIO	Classificação	Nome atribuído	Histórico	Belas Artes
RJ	Rio de Janeiro	Equipamentos e infraestrutura	Ponte dos Jesuítas sobre o Rio Gandu	abr-38	abr-38
PI	Oeiras	Equipamentos e infraestrutura	Ponte Grande	jan-39	jan-39
MG	Ouro Preto	Equipamentos e infraestrutura	Ponte da Barra		jun-50
MG	Ouro Preto	Equipamentos e infraestrutura	Ponte de Antônio Dias		jun-50
MG	Ouro Preto	Equipamentos e infraestrutura	Ponte do Pilar		jun-50
MG	Ouro Preto	Equipamentos e infraestrutura	Ponte do Rosário		jun-50
MG	Ouro Preto	Equipamentos e infraestrutura	Ponte de São José ou Ponte Grande de São José		jun-50
MG	Ouro Preto	Equipamentos e infraestrutura	Ponte Seca		jun-50

APÊNDICE C – Seleção de Patrimônios Industriais tombados em nível Municipal, Estadual e Federal em Joinville

Denominação/ Endereço	Número do Processo	Notificação	Situação Atual	Instância
<i>Antiga Usina de Açúcar.</i> Estr. Caminho Curto, s/n.	FCJ.CPC.2003-001	22/09/2003	Tombado por anuência	Municipal
<i>Parque Natural Municipal da Caieira</i> Rua Waldomiro Rosa	FCJ.CPC.2003-002	13/11/2003	Tombado pelo Decreto no 11.760, de 18/03/2004	Municipal
<i>Chaminé Fábrica Arp</i> Rua Mário Lobo, 106	FCJ.CPC.2004-016	27/05/2004	Tombado pelo Decreto no 16.162, de 20/11/2009	Municipal
<i>Ponte Alfonso Altrak</i> Estrada Blumenau	FCJ.CPC.2005-007	14/12/2005	Tombado pelo Decreto no 12.591, de 10/09/2005	Municipal
<i>Antiga Fábrica Wetzel</i> Rua Senador Felipe Schmidt, 228	FCJ.CPC.2005-00	14/02/2006	Tombado pelo Decreto no 16.162, de 20/11/2009	Municipal
<i>Antiga Fábrica Cervejaria Antarctica</i> Rua XV de Novembro, 1383	FCJ.CPC.2006-001	31/05/2007	Tombado pelo Decreto no 17.016, de 01/09/2010	Municipal
<i>Antigo Moinho Joinville</i> Rua Urussanga, 85	FCJ.CPC.2009-006	07/04/2009 14/10/2011	Processo inconcluso	Municipal

<i>Chaminé da antiga Fábrica Lumière</i> Rua Luiz Delfino, 836	FCJ.CPC.2010-012	22/12/2010	Tombado por anuência	Municipal
<i>Usina Hidrelétrica do Piraí</i> Comunidade do Salto – Vila Nova	FCJ.CPC.2012-012	25/08/2012	Processo inconcluso	Municipal
<i>Pátio de manobra da antiga Estação Ferroviária</i> Rua Santa Catarina, s/n	FCJ.CPC.2013-009	11/09/2013	Processo inconcluso	Municipal
<i>Estação Ferroviária Joinville</i> Rua Leite Ribeiro, s/no Anita Garibaldi	Processo de Tombamento 075/94		Decreto no 1.225, de 30/09/1996	Estadual
	Processo de Tombamento 1.548-T-07		Inscrito nos Livros do Tombo Histórico e de Belas Artes Projeto Roteiros Nacionais de Imigração	Federal
<i>Antigo prédio dos Telégrafos e Correios de Joinville</i> Rua do Príncipe, 372 Centro	Processo de Tombamento 235/2000		Decreto n. 3.461, de 23/11/2001	Estadual
<i>Ponte Coberta Frederick Piske,</i> Estrada do Pico	FCC, n. 270/2000		Processo inconcluso	Estadual

APÊNDICE D – Conjunto de imagens de bens analisados no capítulo 2 (Usina de Açúcar; Ponte Coberta Alfonso Altrack; Malharia Arp; Wetzel Metalúrgica; Moinho Joinville; Antiga Cervejaria Catharinense/ Antarctica)

Imagens da edificação remanescente da Usina de Açúcar em 2003, durante levantamento fotográfico realizado por técnicos da CPC e que consta no Processo de Tombamento da Usina de açúcar.

Vista frontal da edificação.



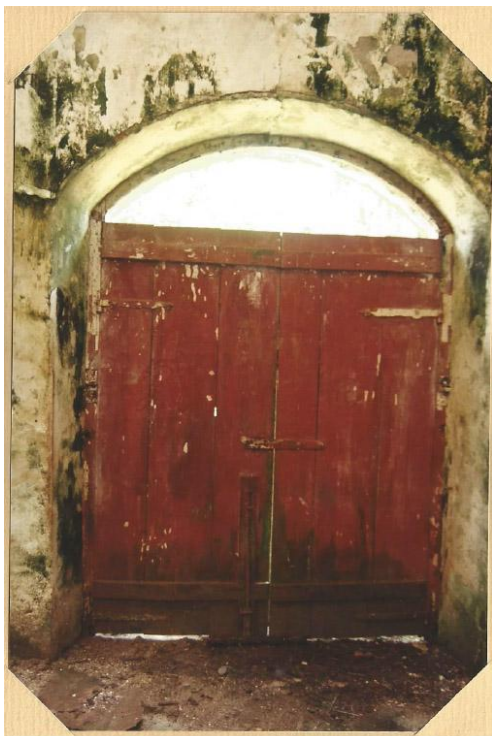
Parte dos fundos da edificação em 2003.



Parte interna da Usina, com decaimento de rebocos, forte presença de fungos e umidade.



Detalhe da porta, aparentemente original, tendo em vista o formato irregular que compõem as treliças de ferro presas à porta.



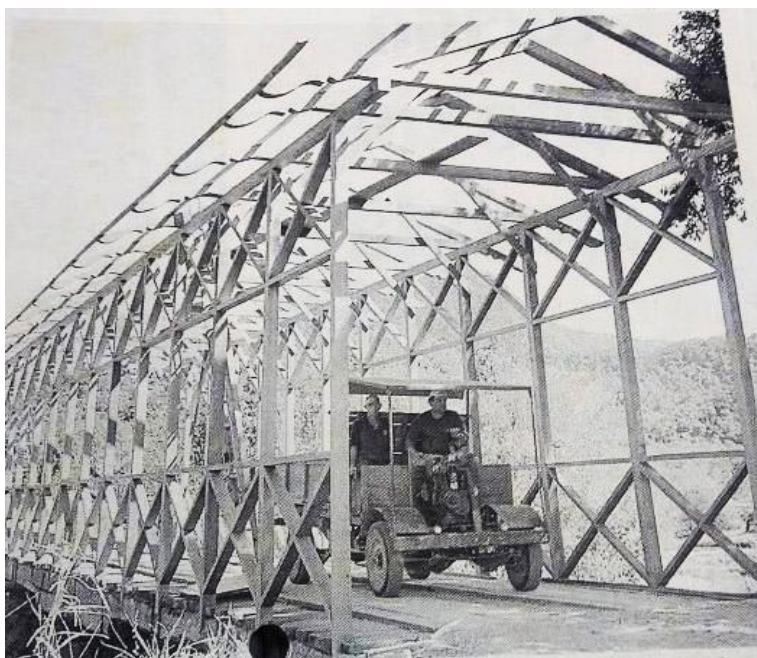
PONTE COBERTA ALFONSO ALTRACK

Pintura “Ponte coberta, rio Cubatão” do artista joinvilense Juarez Machado, 1992.



Fonte: Acervo MAJ

Imagem da ponte durante intervenção que trocou o telhado, setembro de 2005.



Fonte: Jornal A Notícia, Joinville, 10 set. 2005, p. 7.

MALHARIA ARP.

Fachada da Malharia Arp captada na década de 1930.



Fonte: Acervo AHJ – Coleção Memória da Cidade

Batalhão do corpo de bombeiros da Malharia Arp instalado na empresa em 1926.



Fonte: Acervo AHJ – Coleção Memória da Cidade.

WETZEL METALÚRGICA

Complexo fabril Wetzel, em 2014, após instalação da PUC/SC.



Fonte: <https://www.radioclubejoinville.com.br/catolica-de-santa-catarina-promove-exposicao-que-counta-a-historia-da-wetzel/>

MOINHO JOINVILLE

Moinho Boa Vista, (posteriormente chamado de Moinho Joinville) em 1913, em reportagem do Jornal *Commercio de Joinville*, que trouxe outras imagens internas da fábrica, mas que infelizmente se encontram em péssima definição, assim como parte do texto.



Fonte: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=886173&pagfis=1489>

Sistema preventivo de incêndio na fachada externa do prédio.



Fonte: Definição do nível de preservação. Rua Urussanga (CPC, 2018, p. 11).

Sistema preventivo de incêndio, piso térreo.



Fonte: Definição do nível de preservação. Rua Urussanga (CPC, 2018, p. 11).

IMAGENS CERVEJARIA CATHARINENSE/ANTARCTICA E CIDADELA CULTURAL ANTARCTICA

Rótulo da década de 1920, em que já constava a associação com o cervejeiro Karl Seyboth.



Fonte: Acervo AHJ – Livro de Rótulos, Typographia Otto Boehm.

Detalhe dos telhados serrilhados e suas estruturas com janelas, otimizando a luz natural.



Fonte: Acervo do autor.

Estrutura interna das coberturas e telhados e parede com janelas



Fonte: Acervo do autor.

APÊNDICE E – Imagens do Plano de Ocupação da Cidadela Cultural Antarctica elaborado pelo IPPUJ e CPC, em 2006, retirados do processo de tombamento da Cidadela Cultural Antarctica.

Planos de Ocupação da Cidadela, 2006





Fonte: Processo de tombamento n. FCJ-CPC-2006-001, Joinville. 2006, p. 128.

APÊNDICE F – Imagens da intervenção em 2019, no prédio da antiga Cervejaria Níger, incorporada pelo grupo Antarctica na década de 1970 em Ribeirão Preto.

Pátio da cervejaria, já como sede do Instituto SEB em 2019.



Fonte: <<https://www.institutoseb.org.br/fabrica.html>>

Apesar de não tombada e poder passar por alterações, de acordo com a Resolução de Tombamento (n.º 52, 1 Out. 2007) na área do pátio, deve ser mantido o calçamento de paralelepípedos.



Fonte: <<https://www.institutoseb.org.br/fabrica.html>>

